



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Câmpus Universitário de Três Lagoas
Programa de Pós-Graduação em Letras



Julia Stéfane Rodrigues Tosta Valente Oliveira

**DENOMINAÇÕES PARA PICADA E TRILHA NA REGIÃO
NORTE DO BRASIL A PARTIR DOS DADOS DO PROJETO
ALiB: UM ESTUDO DIATÓPICO E LÉXICO-SEMÂNTICO**

Três Lagoas-MS
2025

Julia Stéfane Rodrigues Tosta Valente Oliveira

**DENOMINAÇÕES PARA PICADA E TRILHA NA REGIÃO
NORTE DO BRASIL A PARTIR DOS DADOS DO PROJETO
ALiB: UM ESTUDO DIATÓPICO E LÉXICO-SEMÂNTICO**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Letras (Área de Concentração: Estudos Linguísticos) do Campus de Três Lagoas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Profa. Dra. Beatriz Aparecida Alencar

Três Lagoas
2025

Julia Stéfane Rodrigues Tosta Valente Oliveira

**DENOMINAÇÕES PARA PICADA E TRILHA NA REGIÃO NORTE DO BRASIL A
PARTIR DOS DADOS DO PROJETO ALIB: UM ESTUDO DIATÓPICO E LÉXICO-
SEMÂNTICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Letras (Área de Concentração: Estudos Linguísticos) do Câmpus de Três Lagoas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Letras.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Beatriz Aparecida Alencar (orientadora)
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)
Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS)

Profa. Dra. Aparecida Negri Isquerdo (membro titular interno)
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)

Profa. Dra. Silvana Soares Costa Ribeiro (membro titular externo)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Profa. Dra. Greize Alves da Silva (membro titular externo)
Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Prof. Dr. Renato Rodrigues Pereira (membro suplente interno)
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)

Prof. Dra. Daniela de Souza Silva-Costa
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)

Resultado _____ (Preenchido pela banca: aprovado / reprovado)

Três Lagoas/MS, 14 de abril de 2025

Agradeço a toda dedicação e cuidado que meus bisavôs tiveram em minha criação. Sem dúvidas, graças a vocês, eu vivo dias que são “especiar de bão”. (in memórian)

AGRADECIMENTOS

Com o coração transbordando de gratidão, inicio este momento de agradecimento àqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho e estiveram ao meu lado em cada passo desta jornada.

Antes de tudo, quero expressar minha profunda reverência a Deus. Agradeço por ter me concedido a oportunidade de realizar esse sonho e por nunca permitir que eu perdesse a fé nos momentos em que pensei em desistir. Foi nas minhas orações que encontrei forças renovadas, clareza de pensamento e o impulso necessário para seguir em frente.

A realização desse trabalho representa muito mais que crescimento acadêmico e profissional, ele é um marco pessoal, uma prova de que sou capaz de ir além das barreiras que pareciam intransponíveis.

Ao meu amado esposo, Kauan Ferreira Oliveira, dedico palavras carregadas de amor e admiração. Desde antes mesmo de eu acreditar que seria possível embarcar nesta jornada de Pós-Graduação, ele esteve ao meu lado, oferecendo apoio físico, emocional e financeiro. Sua presença constante foi o combustível que me manteve firme. Palavras jamais serão suficientes para expressar o tamanho da minha gratidão por tudo o que você fez por mim.

À minha orientadora Dra. Beatriz Aparecida Alencar, sou profundamente grata por sua generosidade, acolhimento e sabedoria. Mesmo sendo apenas uma iniciante no mundo das pesquisas, fui recebida com carinho e atenção. Suas orientações não se limitaram ao campo acadêmico; elas me ajudaram a crescer como pesquisadora e a descobrir potenciais que eu sequer imaginava possuir. Seu profissionalismo, sensibilidade e inteligência tornaram esse processo mais leve e prazeroso. Aqui registro minha imensa admiração e sincero reconhecimento.

À minha família, sou imensamente grata por todo amor e confiança que sempre depositaram em mim. Uns estiveram presentes de forma mais próxima, outros mesmo com a distância me enviaram palavras de incentivo e mensagens reconfortantes que chegaram como um abraço no momento certo. Cada gesto fez toda diferença nesta jornada.

Ao Projeto ALiB, na pessoa da professora Dra. Jacyra Andrade Mota, Diretora Presidente do Comitê Nacional, sou imensamente grata pela sua autorização para a utilizar o banco de dados do Projeto ALiB. Essa oportunidade foi essencial para a concretização desta pesquisa.

Ao professor Dr. Renato Rodrigues Pereira, minha gratidão é ainda maior por sua influência marcante em minha trajetória. Seus ensinamentos durante a graduação foram o ponto de partida para que eu ingressasse na Pós-Graduação com segurança e determinação. Além

disso, as experiências proporcionadas pelo senhor, como a inesquecível viagem internacional para Córdoba, na Argentina, deixaram marcas positivas que permanecerão comigo pelo resto da vida. Meu muito obrigada, querido maestro!

Às queridas professoras Dra. Aparecida Negri Isquerdo e Dra. Silvana Soares Costa Ribeiro pelas valiosas contribuições apresentadas em ocasião do Exame de Qualificação. Seus comentários e sugestões construtivas foram fundamentais para o aprimoramento deste trabalho, proporcionando novas perspectivas e enriquecendo seu resultado final. Agradeço imensamente por dedicarem seu tempo e conhecimento para ajudar a moldar essa dissertação com tanta generosidade e profissionalismo. Seu apoio foi um presente inestimável nesta jornada acadêmica. Também agradeço a Profa. Dra. Greize Alves da Silva pela disponibilidade em avaliar meu trabalho e pelas contribuições que auxiliarão no aprimoramento do trabalho e na minha jornada de pesquisadora.

As minhas colegas de turma Bruna, Mirian, Mariana e minha “irmã” de orientadora Emily, com as quais convivi durante o cumprimento das disciplinas, e no decorrer do curso e na realização de trabalhos. Cada troca de ideias, cada palavra de incentivo e cada risada compartilhada foram fundamentais para aliviar o peso dos desafios enfrentados.

À CAPES, meu agradecimento especial pelo financiamento desta pesquisa, que possibilitou minha dedicação ao desenvolvimento deste trabalho. A bolsa concedida em 2023 representou um suporte indispensável para a continuidade e o aprofundamento deste trabalho.

Aos amigos e colegas que estiveram presentes durante todo esse período, especialmente a Palloma, a Letícia, a Isadora e tantos outros que me apoiaram, com palavras de ânimo e incentivo, aqui deixo meu sincero reconhecimento. Vocês foram luz em momentos de escuridão e força quando precisei avançar.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que, de alguma forma, participaram desse processo formativo. Seja indicando um livro, compartilhando uma palavra de encorajamento ou simplesmente oferecendo um convite para desanuviar a mente, vocês foram peças importantes neste caminho. A todos, meu mais profundo agradecimento.

Este trabalho não é apenas uma conquista individual, mas o resultado de uma teia de afetos, aprendizados e parcerias. Espero que cada um saiba o quanto foi fundamental para que eu chegasse até aqui. Levarei no coração, para sempre, a lembrança desta jornada e de todos que contribuíram para torná-la tão especial.

OLIVEIRA, Julia Stéfane Rodrigues Tosta Valente. Denominações para picada e trilha na Região Norte do Brasil a partir dos dados do Projeto ALiB: um estudo diatópico e léxico-semântico. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2025.

RESUMO

A história do Brasil é marcada por uma significativa transição do ambiente rural para o urbano, evidenciando profundas transformações sociais, econômicas, políticas e tecnológicas em nossa sociedade. Diante desse contexto, o presente estudo se propôs a refletir sobre as repercussões que tais mudanças ocasionaram no âmbito linguístico, em especial no que diz respeito a área semântica das atividades agropastoris. O objetivo principal constituiu-se em analisar, sob as perspectivas diatópica e léxico-semântica, as denominações fornecidas pelos informantes do Projeto Atlas Linguístico do Brasil -ALiB na Região Norte do Brasil, em resposta às questões 062/QSL “O que é que se abre com o facão, a foice para passar por um mato fechado?” e 063/QSL “Como se chama o caminho no pasto, onde não nasce mais grama de tanto o animal ou o homem passarem por ali?” (Comitê Nacional do Projeto ALiB, 2001, p. 25). A investigação fundamentou-se nos princípios teóricos da Dialectologia e da Geolinguística, com base em autores como Coseriu (1965; 1973; 1982), Rossi (1967), Brandão (1991), Chambers e Trudgill (1991), Ferreira e Cardoso (1994), Mouton (2009), Cardoso (2010) e Romano (2013), destacando a relevância desses estudos para a análise linguística. Além disso, os pressupostos da Lexicologia e da Semântica foram empregados, valendo-se das contribuições de Biderman (1981; 1987; 1996; 1998; 2002), Isquierdo (1996; 1998; 2003; 2006; 2008; 2009; 2012) e Oliveira (2012) para interpretar os fenômenos observados. Para a complementação da análise dos dados, foram utilizados dicionários: contemporâneos, como Houaiss (2001) e Aulete Digital (2014); obras dos séculos XVII, XVIII e XIX como Silva; Bluteau (1789) e Pinto (1832) e; etimológicas, como os trabalhos de Bueno (1968) e Cunha (2019). Além disso, foram consultadas obras especializadas em ruralidade como Souza (1939). Conduziu-se, ainda, um estudo comparativo, fundamentado nos trabalhos de Santos (2019) e Fernandes (2021), com o intuito de analisar as informações obtidas na Região Norte com os dados provenientes do Sudeste. No que tange ao *corpus* da pesquisa, este estudo discute os dados de falantes originados da Região Norte, considerando a divisão entre interior e capital, tendo como base inquéritos realizados com 120 informantes (60 homens e 60 mulheres), distribuídos em duas faixas etárias I (18-35) e II (50-65) anos, oriundos de 24 localidades (seis capitais e 18 no interior). O procedimento metodológico incluiu a audição e a transcrição das gravações, seguidas de um tratamento quantitativo representado por meio de cartas linguísticas, totalizando oito cartas, com o objetivo de apresentar uma análise diatópica das denominações obtidas. No que se refere aos objetivos específicos da pesquisa, buscou-se i) examinar as escolhas lexicais dos informantes da região selecionada, considerando a variação diatópica e as variáveis sexo, idade e escolaridade; ii) investigar as possíveis motivações envolvidas no processo de nomeação do referente buscado nas perguntas formuladas; iii) realizar uma comparação dos dados obtidos nas perguntas: 062/QSL/ALiB e 063/QSL/ALiB, com estudos da mesma área temática conduzidos em outras regiões do Brasil e; iv) analisar a interrelação entre o léxico e a história social das localidades investigadas. Mediante o estudo realizado, destaca-se que os dados evidenciaram uma influência significativa de fatores diatópicos e sociais na constituição do repertório lexical da região analisada. Observou-se que embora a Região Norte tenha características urbanas marcantes, ainda existem muitos traços de ruralidade, que podem ser observados nas falas dos informantes com idade superior aos 50 anos, além de evidenciar o modo em que o léxico reflete contextos em que a globalização e as mudanças tecnológicas influenciam diretamente na manutenção do vocabulário local. Com a conclusão deste trabalho, espera-se contribuir para a compreensão lexical, cultural e social da região, além de auxiliar em

pesquisas futuras sobre as *atividades agropastoris*, área em que tais práticas têm sido progressivamente substituídas por ferramentas e métodos mais modernos. Por fim, busca-se fornecer subsídios para a descrição da Língua Portuguesa no Brasil, no que tange ao vocabulário selecionado.

Palavras-chave: Dialetoologia; Geolinguística; Projeto ALiB; Região Norte; Atividades agropastoris.

OLIVEIRA, Julia Stéfane Rodrigues Tosta Valente. Denominations for “picada” and “trilha” in Northern Brazil based on data from the ALiB Project: a diatopic and lexicosemantic study. Dissertation (Master’s in Letters). Graduate Program in Letters, Federal University of Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2025.

ABSTRACT

The history of Brazil is marked by a significant transition from rural to urban environments, reflecting profound social, economic, political, and technological transformations in our society. In light of this context, the present study aims to reflect on the repercussions that such changes have had in the linguistic domain, particularly regarding the semantic area of agropastoral activities. The main objective was to analyze, from diatopic and lexicosemantic perspectives, the denominations provided by informants from the Linguistic Atlas of Brazil Project (ALiB) in Northern Brazil, in response to questions 062/QSL – “What do you cut with a machete or sickle to pass through dense vegetation?” and 063/QSL – “What is the name for the path in the pasture where grass no longer grows due to frequent passage by animals or humans?” (National Committee of the ALiB Project, 2001, p. 25). The investigation was grounded in the theoretical principles of Dialectology and Geolinguistics, drawing on authors such as Coseriu (1965; 1973; 1982), Rossi (1967), Brandão (1991), Chambers and Trudgill (1991), Ferreira and Cardoso (1994), Mouton (2009), Cardoso (2010), and Romano (2013), highlighting the relevance of these studies for linguistic analysis. Additionally, the assumptions of Lexicology and Semantics were employed, leveraging contributions from Biderman (1981; 1987; 1996; 1998; 2002), Isquierdo (1996; 1998; 2003; 2006; 2008; 2009; 2012), and Oliveira (2012) to interpret the observed phenomena. To complement the data analysis, dictionaries were consulted, including contemporary works such as Houaiss (2001) and Aulete Digital (2014); texts from the 17th, 18th, and 19th centuries, such as Silva, Bluteau (1789), and Pinto (1832); and etymological works, such as those by Bueno (1968) and Cunha (2019). Furthermore, specialized works on rurality, such as Souza (1939), were examined. A comparative study was also conducted, based on the works of Santos (2019) and Fernandes (2021), with the aim of analyzing the information obtained in the Northern region alongside data from the Southeast. Regarding the research corpus, this study discusses data from speakers originating from the Northern region, considering the division between interior and capital areas, based on surveys conducted with 120 informants (60 men and 60 women), distributed across two age groups Group I (18–35 years) and Group II (50–65 years) from 24 localities (six capitals and 18 rural areas). The methodological procedure included listening to and transcribing recordings, followed by quantitative treatment represented through linguistic maps, totaling eight maps, with the goal of presenting a diatopic analysis of the collected denominations. Concerning the specific objectives of the research, the study sought to: i) examine the lexical choices of informants from the selected region, considering diatopic variation and variables such as gender, age, and education level; ii) investigate the possible motivations involved in the naming process of the referents addressed in the formulated questions; iii) conduct a comparison of the data obtained from questions 062/QSL/ALiB and 063/QSL/ALiB with studies on the same thematic area conducted in other regions of Brazil; and iv) analyze the interrelationship between lexicon and the social history of the investigated localities. Based on the study conducted, it is noteworthy that the data revealed a significant influence of diatopic and social factors on the constitution of the lexical repertoire of the analyzed region. It was observed that, although the Northern region exhibits prominent urban characteristics, many traces of rurality persist, particularly evident in the speech of informants aged over 50 years. This highlights how lexicon reflects contexts in which globalization and technological changes

directly impact the preservation of local vocabulary. With the conclusion of this work, it is expected to contribute to the lexical, cultural, and social understanding of the region, as well as to assist in future research on *agropastoral activities* an area in which such practices have been progressively replaced by more modern tools and methods. Finally, the study aims to provide insights into the description of the Portuguese language in Brazil, specifically concerning the selected vocabulary.

Keywords: Dialectology; Geolinguistics; ALiB Project; Northern Region; Agropastoral Activities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Proposta de descrição da linguagem elaborada por Eugenio Coseriu (1979).....	25
Figura 2 – Etapas para elaboração de um Atlas Linguístico	38
Figura 3 – Subfalares do Brasil, proposto por Antenor Nascentes.....	45
Figura 4 – Subfalares: grupos Norte e Sul.....	46
Figura 5 – Fases indicadas por Ferreira e Cardoso (1994)	47
Figura 6 – Fases da Dialectologia no Brasil proposta por Teles (2018)	49
Figura 7 – Atributos contemplados nos atlas linguísticos	52
Figura 8 – Parâmetros dos questionários linguísticos do ALiB	57
Figura 9 – Divisão de terras determinado pelo Tratado de Tordesilhas	62
Figura 10 – Regiões e Estados do Brasil	65
Figura 11 – Composição dos estados da Região Norte do Brasil.....	66
Figura 12 – Área que recobre a Amazônia Legal	72
Figura 13 – Percentual populacional por domicílio de acordo com o IBGE (1940-2000).....	76
Figura 14 – Excepcionalidades da naturalidade dos informantes e de seus pais.....	89
Figura 15 – Áreas temáticas que compõem o Questionário Semântico-lexical (QSL/ALiB)..	93
Figura 16 – Planilha para armazenamento de dados brutos	96
Figura 17 – Planilha utilizada para organização dos agrupamentos lexicais	97
Figura 18 – Dissertações utilizadas para estudo comparativo dos dados	99
Figura 19 – Tela inicial do SGVClín.....	100
Figura 20 – Carta 1A: Denominações obtidas na Região Norte (interior)	107
Figura 21 – Carta 1B: Denominações mais frequentes da Região Norte (interior).....	108
Figura 22 – Carta 1C: Denominações obtidas na Região Norte (capital)	111
Figura 23 – Carta 1D: Denominações mais frequentes na Região Norte (capital).....	112
Figura 24 – Características das profissões dos informantes	120
Figura 25 – Dados gerais sobre o ensino universitário na Região Norte	127
Figura 26 – Carta 2A: Denominações obtidas na Região Norte (interior)	132
Figura 27 – Carta 2B: Denominações mais frequentes na Região Norte (interior).....	133
Figura 28 – Carta 2C: Denominações obtidas na Região Norte (capital)	136
Figura 29 – Carta 2D: Denominações mais frequentes na Região Norte (capital).....	137

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Características dos atlas brasileiros	41
Quadro 2 – Objetivos do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB)	55
Quadro 3 – Pontos de inquérito - Região Norte	85
Quadro 4 – Quantitativo de informantes subdividido pelos fatores sociais	86
Quadro 5 – Dados dos informantes com excepcionalidades no perfil	87
Quadro 6 – Indicação dos anos que foram realizados os inquéritos na Região Norte	91
Quadro 7 – Questões do Questionário Semântico-lexical/ALiB selecionadas:	93
Quadro 8 – Dicionários utilizados na análise léxico-semântica	98
Quadro 9 – 062/QSL/ALiB Agrupamento de denominações para nomear “PICADA/ATALHO ESTREITO”	104
Quadro 10 – 062/QSL/ALiB: Ocorrências únicas distribuídas por sexo (interior)	116
Quadro 11 – 062/QSL/ALiB: Ocorrências únicas distribuídas por sexo (capital)	118
Quadro 12 – 062/QSL/ALiB: Ocorrências únicas distribuídas por idade (interior)	123
Quadro 13 – 062/QSL/ALiB: Ocorrências únicas distribuídas por idade (capital)	124
Quadro 14 – 062/QSL/ALiB: Ocorrências únicas distribuídas por escolaridade (capital)	126
Quadro 15 – 063/QSL/ALiB Agrupamento de denominações para nomear “TRILHO/CAMINHO/VEREDA/TRILHA”	129
Quadro 16– 063/QSL/ALiB: Ocorrências únicas distribuídas por sexo (interior)	140
Quadro 17 – 063/QSL/ALiB: Ocorrências únicas distribuídas por sexo (capital)	141
Quadro 18 – 063/QSL/ALiB: Ocorrências únicas distribuídas por idade (interior)	143
Quadro 19 – 063/QSL/ALiB: Ocorrências únicas distribuídas por idade (capital)	144
Quadro 20 – 063/QSL/ALiB: Ocorrências únicas distribuídas por escolaridade (capital)	146
Quadro 21 – Denominações presentes nas perguntas 062/QSL/ALiB e 063/QSL/ALiB	148
Quadro 22 – Dicionarização das unidades lexicais elencadas como resposta para a pergunta 062/063/QSL/ALiB nas obras lexicográficas do século XVII, XVIII e XIX.	149
Quadro 23 – Dicionarização das unidades lexicais elencadas como resposta para a pergunta 062/063/QSL/ALiB nas obras lexicográficas dos séculos XVII, XVIII e XIX	150
Quadro 24 – Dicionarização das unidades lexicais elencadas como resposta para a pergunta 062/063/QSL/ALiB nos dicionários etimológicos	151
Quadro 25 – Dicionarização das unidades lexicais elencadas como resposta para a pergunta 062/063/QSL/ALiB no dicionário especializado	151
Quadro 26 – 062/QSL/ALiB Semelhanças lexicais nos trabalhos analisados	164
Quadro 27 – 063/QSL/ALiB Semelhanças lexicais nos trabalhos analisados	164

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – 062/QL/ALiB Total de ocorrências na Região Norte do Brasil.....	105
Gráfico 2 – 063/QL/ALiB Total de ocorrências na Região Norte do Brasil.....	130

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População rural e urbana residente na Região Norte.....	75
Tabela 2 – Totalidade das denominações frequentes para a pergunta QSL/062/ALiB e suas ocorrências na Região Norte do Brasil.....	103
Tabela 3 – Totalidade das denominações frequentes para a pergunta QSL/063/ALiB e suas ocorrências na Região Norte do Brasil.....	129

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	EMBASAMENTO TEÓRICO	22
	2.1 Conceitos Básicos	22
	2.2 Conceitos básicos de léxico, norma lexical e léxico regional.....	30
	2.3 A Dialectologia no mundo.....	33
	2.4 As contribuições da Dialectologia para os Estudos Linguísticos	41
	2.5 A Dialectologia no Brasil	43
	2.6 Geolinguística: a metodologia empregada para a feitura dos atlas e sua produção no Brasil.....	50
	2.7 Projeto Atlas Linguístico do Brasil: bases teóricas e contextualização	53
3	CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA	59
	3.1 O Brasil: história do país	59
	3.2 Formação da Região Norte	65
	3.3 O interior do Brasil: formação populacional	69
	3.4 A passagem do Brasil rural para o urbano	74
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	84
	4.1 Pontos de inquérito do Projeto ALiB na Região Norte	84
	4.2 Seleção e perfil dos informantes	86
	4.3 Questionário semântico-lexical: perguntas selecionadas	92
	4.4 Parâmetros específicos para a análise de dados	94
	4.5 Sistema de visualização e produção de cartas linguísticas.....	99
5	DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	102
	5.1 062/QSL/ALiB – "O que é que se abre com o facão, a foice, para passar em um mato fechado?"	102
	5.1.1 Abordagem quantitativa: dados gerais	102
	5.1.2 Abordagem qualitativa: dimensão diatópica	105

5.1.3	Abordagens diassexual, diageracional e diastrática	115
5.2	“Como se chama o caminho, no pasto, onde não cresce mais grama, de tanto o animal ou o homem passarem por ali?” – 063/QSL/ALiB	128
5.2.1	Abordagem quantitativa	128
5.2.2	Abordagem qualitativa: dimensão diatópica	131
5.2.3	Abordagens diassexual, diageracional e diastrática	139
5.3	Análise léxico-semântica e possíveis motivações lexicais	147
5.4	Comparação dos dados com trabalhos de outras regiões a partir dos dados do ALiB	162
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	166
7	REFERÊNCIAS	171
	APÊNDICE	177
	ANEXOS	208

1 INTRODUÇÃO

O Brasil destaca-se por sua rica diversidade cultural, moldada por uma geografia variada e singular. Na Região Norte, essa pluralidade manifesta-se de maneira única, influenciada por vastas áreas naturais, extensos rios e comunidades tradicionais. Assim, esses fatores moldam tanto a dinâmica populacional quanto os desafios originados pelo distanciamento geográfico em relação às demais regiões do país.

Nesse contexto, as obras que abordam a Língua Portuguesa falada no Brasil destacam, desde o início, o registro e o reconhecimento da diversidade linguística no país. Essas diferentes formas de expressão decorrem da interação entre os distintos povos que chegaram ao Brasil durante e após a colonização. Além disso, a dimensão do território favoreceu o surgimento de múltiplas variantes linguísticas. Por exemplo, expressões e sotaques regionais refletem a rica mistura cultural que caracteriza cada parte da nação.

Diante disso, a percepção dessa heterogeneidade linguística na língua falada no Brasil foi observada em diferentes níveis (fonético-fonológico, morfológico, sintático, semântico, lexical, prosódico) ao longo do tempo. Contudo, foi apenas a partir do século XX que surgiram as primeiras manifestações em defesa da produção de trabalhos relacionados à Geolinguística, área que prioriza a análise da variação linguística sob a perspectiva diatópica.

Nesse contexto, pesquisadores como Amadeu Amaral e Antenor Nascentes iniciaram estudos com o objetivo de conhecer as particularidades da fala de todas as regiões do Brasil, produzindo trabalhos de cunho monográfico.

Para dar continuidade ao conhecimento do português falado no Brasil, em 1952, a Comissão de Filologia da Casa Rui Barbosa, recebeu a atribuição de elaborar um atlas linguístico do Brasil, documentando as particularidades da língua falada no país. Contudo, uma empreitada com este potencial se mostrou desafiadora, devido à escassez de recursos disponíveis na época, o que dificultaria ou até mesmo inviabilizaria uma análise abrangente da língua em todo o território nacional.

Diante dessa circunstância, Serafim da Silva Neto e Celso Cunha no “III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, realizado em Lisboa em 1957, defendem a necessidade de elaboração de atlas linguísticos regionais” (Mota; Cardoso, 2000, p. 43).

A inspiração para a realização de trabalhos regionais visando alcançar a finalidade de construir um atlas nacional, baseou-se nas obras elaboradas na Europa. Este enfoque foi escolhido para viabilizar a aplicação do estudo, considerando que as condições do Brasil no

século XIX diferem significativamente das atuais, tanto na configuração demográfica, quanto nos meios de comunicação e de transporte de pessoas.

Assim, os estudos dialetológicos aliados à metodologia da Geolinguística começam a se concretizar no país com a produção de atlas regionais. Neste sentido, o Atlas Prévio dos Falares Baianos – APFB (Rossi, 1963) e o Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais (Ribeiro et.al., 1977) são os primeiros trabalhos publicados. De acordo com Romano (2013, p. 207), “São trabalhos pioneiros no campo da Geolinguística brasileira, que revelam o amadurecimento de uma mentalidade dialetológica já preconizada em 1957 por Silva Neto”.

Na sequência dessas pesquisas, muitos outros trabalhos vão sendo realizados no país na busca de mapear a língua portuguesa falada em estados, regiões ou em localidades específicas. Por sua vez, em 1996, na cidade de Salvador- BA, os estudos na área da Dialetologia tomaram novos rumos. Pesquisadores se reuniram em um seminário intitulado “*Caminhos e Perspectivas para a Geolinguística no Brasil*”, no qual foi fundado o projeto que daria forma ao tão almejado atlas nacional, o Projeto ALiB (Projeto Atlas Linguístico do Brasil).

O quadro histórico-social do país, hoje, e a necessidade do conhecimento sistemático e geral da realidade lingüística brasileira, necessário sobretudo à difusão de um ensino adequado ao caráter pluricultural do Brasil, estão a exigir, sem mais demora, um esforço coletivo na tentativa de se desenvolverem estudos mais amplos que levem a esse conhecimento global que se afigura tarefa da Dialetologia brasileira (Mota e Cardoso, 2000, p. 47).

Nesse sentido, o método geolinguístico, já empregado em outras obras anteriores, continua a ser utilizado como base para orientar as pesquisas e estabelecer parâmetros que possibilitem a comparação de dados em diferentes níveis da língua (fonético, morfossintático e lexical) em todo o território brasileiro.

Especificadamente sobre a questão lexical, escopo do presente estudo, entende-se que “o léxico é o nível da língua que melhor evidencia as pegadas do homem na sua trajetória histórica. É por meio dele que o homem nomeia o espaço que o circunda e consubstancia a sua visão de mundo acerca da sociedade” (Isquerdo, 2009, p. 43).

Tendo em vista a importância dos dados autorizados pelo Projeto ALiB para a descrição da variante brasileira, este trabalho concentra-se especificadamente no questionário semântico lexical relativo às perguntas da área das atividades-agropastoris. De acordo com o questionário do Atlas Linguístico do Brasil, esse domínio é caracterizado pela interação entre a produção agrícola (grãos, frutas e plantas) e as atividades da pecuária, incluindo os itens utilizados especificadamente em animais, bem como os nomes de ações e atos realizados nesse âmbito.

Com base nos pressupostos da Dialetoologia e da Geolinguística, o objetivo geral deste estudo é analisar, de forma diatópica e léxico-semântica, os dados fornecidos pelos informantes do Projeto ALiB, domiciliados na Região Norte do país (interior e capital), no que se refere às respostas obtidas para as questões da área temática atividades agropastoris: “(062/QSL) O que é que se abre com o facão, a foice para passar em um mato fechado?” e “(063/QSL) Como se chama o caminho, no pasto, onde não cresce mais grama, de tanto o animal ou o homem passarem por ali?” (Comitê Nacional do Projeto ALiB, 2001, p. 25). Os dados utilizados são inéditos, e foram empregados com a devida autorização do Projeto Atlas Linguístico do Brasil.

As entrevistas compõem o banco de dados do Projeto Atlas Linguístico do Brasil e foram realizadas com informantes que se enquadravam no seguinte perfil: faixas etárias – grupo I (18 a 30 anos) e grupo II (50 a 65 anos); sexo – masculino e feminino; escolaridade – Ensino Fundamental (com informantes do interior e das capitais, sendo quatro em cada localidade) e Ensino Superior (com informantes das capitais, quatro por localidade). Todos os participantes são nascidos e criados na região pesquisada, com pais também oriundos da mesma região.

As áreas investigadas que compõem a rede de pontos do Projeto ALiB na Região Norte, são formadas por 24 localidades, no total (18 interior e seis capitais estaduais), distribuídas entre os estados federativos: duas no Amapá, uma em Roraima, cinco no Amazonas, 10 no Pará, duas no Acre, duas em Rondônia e duas no Tocantins.

No que tange aos objetivos específicos, este estudo tem como propósito: i) examinar as escolhas lexicais dos informantes da região selecionada, levando em conta as variáveis sociais: sexo, idade e escolaridade, ii) investigar as possíveis motivações envolvidas no processo de nomeação do referente buscado nas perguntas formuladas; iii) realizar uma comparação dos dados obtidos nas perguntas: 062/QSL/ALiB e 063/QSL/ALiB, com trabalhos da mesma área temática realizados em outras regiões do Brasil; e iv) investigar a interrelação entre o léxico e a história social das localidades analisadas.

Para o estudo de comparação dos dados, foram utilizadas as seguintes dissertações de mestrado: *Norma lexical no português falado em São Paulo: Reflexões acerca do rural e urbano* (Santos, 2019) e *Da trilha ao caminho: um estudo do rural e do urbano no léxico de falantes da região sudeste do Brasil* (Fernandes, 2021). Esses estudos foram selecionados por investigarem as mesmas questões temáticas propostas nesta pesquisa, além de abordarem sobre o contexto rural e urbano com base em dados disponibilizados pelo banco do Projeto ALiB.

A partir das informações contidas nessas dissertações, buscou-se compreender aspectos lexicais e metodológicos relacionados à área temática em questão, bem como verificar se as

denominações fornecidas pelos informantes do Projeto ALiB coincidem ou não com as coletadas nos dois trabalhos comparados, contribuindo assim para uma visão mais ampla da utilização destes itens lexicais.

A estrutura deste estudo é delineada de modo a abordar, de forma sistemática e coerente, os eixos temáticos que fundamentam as análises propostas. Dessa forma, na seção 2 apresentam-se os pressupostos teóricos que orientam a pesquisa, versando sobre os conceitos básicos da Linguística, assim como questões envolvendo fundamentos sobre léxico, norma lexical e léxico regional. Além disso, explana-se sobre o percurso histórico da Dialectologia mundial e a sua contribuição para os estudos da língua. Por fim, discutem-se os princípios da Geolinguística – metodologia empregada para a produção de atlas linguístico –, concluindo com uma síntese dos preceitos teórico-metodológicos adotados pelo Projeto ALiB.

A seção 3 consiste em uma contextualização histórica e geográfica do Brasil e da Região Norte. Inicialmente, traça-se uma visão geral do país, abrangendo desde o período colonial até a fase pós-independência. Em seguida, discute-se o processo de formação da Região Norte, com ênfase na composição populacional do interior brasileiro. Por fim, analisa-se a transição do cenário rural para o urbano no território nacional, oferecendo bases essenciais para a compreensão dos temas discutidos ao longo do estudo.

Os procedimentos metodológicos empregados para a constituição do *corpus* da pesquisa compõem a seção 4 deste estudo. Detalha-se a abordagem metodológica adotada, englobando a indicação dos pontos de inquérito, as características do perfil dos informantes e os critérios estabelecidos para sua seleção na área investigada. Adicionalmente, são expostos os parâmetros para a análise dos dados coletados, com base na audição dos inquéritos e na tabulação das respostas, além das decisões referentes à cartografia dos resultados obtidos.

Com base nesses procedimentos, na seção 5 discutem-se os dados lexicais apurados, analisados sob uma perspectiva quantitativa, com foco nas dimensões diatópicas, diassexuais, diageracionais e diastráticas. Para tanto, foram elaboradas cartas linguísticas que consideram a distribuição diatópica, uma vez que, a cartografia fornece maior detalhamento dos dados e destaque para as variáveis espaciais. Além disso, esse exercício de visualização também busca contribuir para uma possível proposta de cartografia voltada ao interior do Brasil, no que tange a área geográfica analisada, visto que o ALiB ainda não publicou nenhum volume do atlas com dados do interior do país.

Adicionalmente, ainda na seção 5, conduziu-se uma análise léxico-semântica com o auxílio de dicionários gerais da Língua Portuguesa, buscando identificar possíveis motivações

lexicais que poderiam ter influenciado os informantes na nomeação dos referentes solicitados. Por fim, os dados foram comparados com estudos de outras regiões que contemplam a mesma área temática e se fundamentam nos dados do Projeto ALiB, permitindo uma contextualização mais ampla dos resultados obtidos.

As seções finais da pesquisa contemplam as considerações finais, dissertando acerca do cumprimento dos objetivos estabelecidos na pesquisa. Na sequência, são elencadas as referências bibliográficas, seguido pelos apêndices com a inclusão de um quadro com informações detalhadas sobre o perfil dos informantes. Por último, como anexos, somam-se a autorização concedida pelo Projeto ALiB para o uso dos dados coletados durante a investigação e o mapa das bacias hidrográficas da Região Norte do Brasil.

Desse modo, com a realização deste estudo, buscou-se contribuir para a compreensão lexical, cultural e social da região investigada, além de explorar a inter-relação entre o léxico e a história social das localidades analisadas. Espera-se que este trabalho possa auxiliar futuras pesquisas sobre as *atividades agropastoris* e, conseqüentemente, venha a contribuir para a descrição da Língua Portuguesa no Brasil no que tange ao vocabulário selecionado.

2 EMBASAMENTO TEÓRICO

Nesta seção, discutem-se os conceitos fundamentais sobre a linguagem, com destaque para as dicotomias propostas por Saussure (2012) para se referir a *langue* e a *parole*. Adicionalmente, apresentam-se as considerações de Coseriu (1965; 1973; 1982) sobre o tema e sua interrelação com a norma Linguística.

Posteriormente, abordam-se os fundamentos do léxico, incluindo questões específicas relativas ao léxico regional. Em seguida, trata-se sobre a disseminação dos estudos dialetológicos ao redor do mundo, destacando-se as contribuições desses trabalhos para o campo da Linguística. Por fim, delinea-se o percurso da Dialetologia no Brasil, incluindo a aplicação do método Geolinguístico para a feitura dos atlas linguísticos e o embasamento teórico e contextual do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (Projeto ALiB).

2.1 Conceitos Básicos

A relação entre língua e realidade tem sido debatida desde a Antiguidade, sobretudo pelos gregos, que defendiam ser possível compreender o mundo por meio da análise Linguística. Esse interesse marcou o início de um longo percurso reflexivo sobre a língua e sua conexão com o mundo.

De acordo com Orlandi (2012, p. 11), na “história da constituição da linguística há dois momentos-chave: o século XVII, que é o século das *gramáticas gerais*, e o século XIX, com suas *gramáticas comparadas*”. Esses períodos históricos nortearam os estudos linguísticos e ofereceram um embasamento teórico essencial para a descrição e a análise da linguagem.

No século XVII, os estudos sobre a linguagem concentraram-se na ideia de que ela seria uma representação do pensamento, obedecendo a princípios lógicos e racionais. Os estudiosos da época aspiravam à concepção de uma língua universal que pudesse assegurar a comunicação entre todos os povos.

Posteriormente, no século XIX, os pensadores entenderam que a criação de uma gramática universal não era suficiente, uma vez que identificaram que as línguas são mutáveis e que se transformam ao longo do tempo. Foi nesse contexto que surgiram as gramáticas comparativas e a linguística histórica, áreas que reconheceram a necessidade de investigar as regularidades e particularidades próprias de cada língua, considerando suas transformações ao longo dos séculos.

Na época também foram identificadas as semelhanças entre as línguas europeias e o sânscrito, formando o que passou a ser denominado de línguas indo-europeias. Sobre essas conformidades, Orlandi (2012) explica:

Os indo-europeístas vão dizer que as semelhanças, que eles encontraram, indicam que há *parentesco* entre essas línguas: elas são consideradas da mesma família, isto é, são vistas como transformações naturais de uma mesma língua de origem (o indo-europeu) à qual eles propõem que se chegue pelo método histórico-comparado. Por esse método, *comparam-se* as línguas, e se estabelecem correspondências, sobretudo gramaticais e sonoras (Orlandi, 2012, p. 14).

Com base nessas investigações, ainda no século XIX, os neogramáticos (linguistas da época) desenvolveram uma escrita própria para registrar as transformações e a evolução dessas línguas. Esse método possibilitou a sistematização e a organização das características comuns às línguas da família indo-europeia, ampliando a compreensão sobre sua origem e desenvolvimento.

O método criado pelos neogramáticos foi elementar para os estudos linguísticos e serviu como base para que Ferdinand Saussure (século XX) consolidasse a Linguística como uma ciência, tendo como objeto de estudo específico: a língua. Seus escritos foram pioneiros na criação do que hoje conhecemos como Linguística.

Para Saussure (2012)¹ o estudo da linguagem envolve duas dimensões principais: a essencial e a secundária. A primeira tem por objeto a língua, caracterizada por seu caráter social e independe do indivíduo. E a secundária, que abrange a fala, incluindo a fonação, e é descrita como psicofísica. O estudioso explica que: “esses dois objetos estão estreitamente ligados e se implicam mutuamente; a língua é necessária para que a fala seja inteligível e produza todos os seus efeitos; mas esta é necessária para que a língua se estabeleça” (Saussure, 2012, p. 27).

Ainda em Saussure (2012), compreender as distinções entre língua e linguagem era um ponto central para seus estudos. Na obra “Curso de Linguística Geral”, registrada por seus discípulos, o autor define a língua como: “ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos” (Saussure, 2012, p. 17). Esse conceito de língua como um fenômeno social e coletivo é fundamental para compreender a estrutura linguística.

¹ A obra consultada para este estudo corresponde à 26ª edição do *Curso de Linguística Geral*, organizada por Charles Bally e Albert Sechehaye com base nos ensinamentos de Ferdinand Saussure, foi publicada no ano de 1916.

Por outro lado, a linguagem é descrita por Saussure (2012, p. 17) como “multiforme e heteróclita; o cavaleiro de diferentes domínios, ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, ela pertence além disso ao domínio individual e ao domínio social”. A linguagem, portanto, abarca tanto aspectos individuais quanto sociais, manifestando-se de diferentes formas e em múltiplos contextos.

Nesse sentido, ao lado da língua e da linguagem, acrescenta-se a fala, que é compreendida como um ato individual, resultante de combinações feitas pelo sujeito falante, que utiliza o código da língua de forma particular. Como esclarece Lyons (1981, p. 7), a escolha em “usar uma determinada língua ao invés de outra é comportar-se de uma forma ao invés de outra”. Assim, a fala constitui uma aplicação pessoal e singular do sistema linguístico, evidenciando a interação entre o indivíduo e a coletividade no uso da linguagem.

Tendo em vista a distinção entre língua e linguagem apresentada por Saussure (2012), é possível compreender a dinâmica entre os aspectos sociais e individuais da comunicação. Como destacado pelo autor ao definir conceitos centrais, a língua é um fenômeno coletivo, socialmente compartilhado enquanto a linguagem abrange dimensões tanto individuais quanto de uso geral. Essa dualidade é essencial para entender a estrutura da comunicação humana.

Dessa forma, a compreensão da linguagem pode ser aprofundada por meio das dicotomias ‘*langue*’ e ‘*parole*’, também formuladas por Saussure. O linguista define “*langue*” como “qualquer língua particular que seja de posse comum a todos os membros de uma comunidade linguística determinada (ou seja, a todos os que se dizem falar a mesma língua)” (Lyons, 1981, p. 08).

Assim, a *langue* corresponde à “parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la; ela não existe senão em virtude duma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade” (Saussure, 2012, p. 22), sendo uma construção compartilhada, imutável para o indivíduo.

Por outra perspectiva, a “*parole*” refere-se à expressão pessoal dentro desse sistema coletivo, abrangendo atos concretos de comunicação, como a seleção de palavras, as estruturas gramaticais empregadas e a forma de transmitir pensamentos e ideias em situações específicas. Sendo assim, Saussure (2012) descreve a *parole* como:

[...] ato individual de vontade e inteligência, no qual convém distinguir: 1º, as combinações pelas quais o falante realiza o código da língua no propósito de exprimir seu pensamento pessoal, 2º, o mecanismo psico-físico que lhe permite exteriorizar essas combinações (Saussure, 2012, p. 22).

Em suma, temos a *langue* como o sistema compartilhado e a *parole* correspondendo ao uso particular e individual desse sistema, evidenciando a interação entre o coletivo e o pessoal na comunicação linguística.

O conceito de *langue* e *parole* desenvolvido por Saussure estabeleceu uma base fundamental para a compreensão da linguagem, diferenciando seus aspectos sociais e individuais. No entanto, essas dicotomias não escaparam à crítica de outros estudiosos. A principal contestação surge por parte de Eugenio Coseriu (1979) que considerou a bipartição saussuriana insuficiente e, como resposta, sugeriu uma tripartição da linguagem (Figura 1).

Figura 1 – Proposta de descrição da linguagem elaborada por Eugenio Coseriu (1979)



Fonte: Elaborado pela autora com base em Carvalho (1979, p. 14).

A distinção proposta por Saussure estabeleceu um marco importante na compreensão da linguagem. Contudo, na concepção de Coseriu, essa bipartição não abrange todas as etapas do funcionamento da comunicação, especialmente no que diz respeito ao espaço intermediário entre a expressão individual (*parole*) e o sistema coletivo (*langue*).

Em vista disso, Carvalho (1979) discute essa visão, afirmando que “a divisão de Coseriu vai do mais concreto (*parole*) ao mais abstrato (*langue*), passando por um grau intermediário: *a norma*”. Segundo o autor:

[...] há realizações consagradas pelo uso e que, portanto, são normais em determinadas circunstâncias linguísticas, circunstâncias estas previsíveis pelo sistema funcional. É a *norma* que nos prendemos de forma imediata conforme o grupo social de que fazemos parte e a região onde vivemos (Carvalho, 1979, p. 14).

De acordo com essa abordagem, temos: *parole* como algo real e individual, a *norma* como algo real coletivo e a *langue* que faz referência ao ideal coletivo, que embora possível e acessível, nem sempre é considerado normal.

Por consequência, a crítica de Coseriu (1979) à bipartição de Saussure (2012 [1916]) se estendeu para o campo do léxico, considerado pelo autor um aspecto de grande complexidade, devido à variedade de oposições que nele se estabelecem. Para Coseriu (1979), a distinção entre

norma e sistema no léxico é fundamental para a compreensão das funções linguísticas, visto que:

No que diz respeito ao léxico, o sistema corresponde à classificação conceitual particular do mundo em que cada língua representa (função representativa) e à maneira peculiar como essa classificação é formalmente realizada, tanto no momento da criação do signo, como na sua repetição (função associativa). No que se refere à norma, isto é, à aplicação do sistema, verifica-se que, também aqui, entre as variantes admitidas pelo sistema, tanto do ponto de vista significativo, como do ponto de vista formal, um geralmente é normal, enquanto os outros são anormais ou têm um certo valor estilístico (Coseriu, 1979, p. 85-86, tradução-nossa).²

Neste cenário é possível observar que o país apresenta um léxico amplo, com marcas regionais distintas espalhadas por todo o território. Essa pluralidade linguística foi provavelmente moldada pelos processos históricos descritos, que desempenharam um papel crucial no enriquecimento do vocabulário nacional.

Esse entendimento da norma e do sistema dialoga com a visão de Faraco (2016, p. 09) que destaca que “as línguas estão intimamente ligadas às dinâmicas histórico-políticas e às construções imaginário-ideológicas das sociedades em que são faladas”.

O estudo linguístico, portanto, não se limita à descrição da estrutura da língua, mas também busca analisar as transformações que ocorrem em seus subsistemas. Essas mudanças estão diretamente relacionadas aos contextos sociais, históricos e culturais em que a língua se desenvolve, reforçando seu papel representativo nas dinâmicas das sociedades. Assim, a linguagem opera como um guia para a realidade social, pois, de acordo com Sapir (1969):

Os seres humanos não vivem apenas no mundo objetivo, nem apenas no mundo da atividade social como ela é geralmente entendida, mas também se acham em muito grande parte à mercê da língua particular que se tornou o meio de expressão da sua sociedade (Sapir, 1969, p. 20).

Esse processo de aquisição da linguagem é representado no Brasil desde o período da colonização, no qual o contato com diferentes bases étnicas desempenhou papel fundamental na configuração linguística e cultural da nação. Na época, os indígenas já habitavam o território, os portugueses chegaram ao país em busca de riquezas e os africanos foram trazidos como

² No que concierne al léxico, corresponden al *sistema* la particular clasificación conceptual del mundo que toda lengua representa (*función representativa*) y la manera peculiar con que esa clasificación se realiza formalmente en cada idioma, tanto en el momento de la creación del signo, como en su repetición (*función asociativa*). No que concierne a la norma, o sea, a la realización normal del sistema, se comprueba que, aquí también, entre las variantes admitidas por el sistema, tanto desde el punto de vista significativo como desde el punto de vista formal, una suele ser la normal, mientras que las demás, o resultan anormales, o tienen un determinado valor estilístico (Coseriu, 1979, p. 85-86).

escravos. Esses povos acabaram por formar os pilares da sociedade. Apesar de marcadas por relações de exploração, as trocas entre essas culturas contribuíram para a formação de uma identidade nacional mestiça e plural.

Como afirma Darcy Ribeiro em *O Povo Brasileiro* (1995), as interações entre indígenas, africanos e europeus foram fundamentais para a construção da identidade brasileira. Esse processo de interação também se refletiu no aspecto linguístico, como observa Isquierdo (2006):

Assim, no transcorrer dos primeiros séculos da colonização, nos diferentes núcleos populacionais, surgia uma variante lingüística que permitia a comunicação entre índios, negros e mestiços que tinham que aprender a falar a língua da minoria branca por uma questão de sobrevivência (Isquierdo, 2006, p. 12).

As interações entre os diferentes grupos étnicos e culturais, ao longo do tempo, não só poderiam influenciar a estrutura da língua, mas também ampliaram seu repertório lexical, refletindo de maneira geral, as especificidades e dinâmicas regionais. Assim, o Português falado no Brasil se configura como um espelho das múltiplas influências que favoreceram a formação da identidade sociocultural do país e, conseqüentemente, a presença das variações na língua.

Esse processo de variação tem sido amplamente analisado por diferentes ramos da Linguística, os quais buscam compreender os possíveis impactos dessas mudanças na norma lexical de uma língua. Tais padrões podem se manifestar nos níveis fonéticos-fonológicos, sintático, morfológicos e lexicais, sendo sua aplicação examinada dentro das comunidades linguísticas. Nessas comunidades, fatores extralinguísticos podem ser responsáveis pelas variações, integrando-se ao repertório lexical e refletindo a identidade cultural e social de seus membros.

Com base nessa perspectiva, o presente trabalho busca explorar as particularidades do léxico regional da Região Norte do Brasil, especificamente no contexto das *atividades* agropastoris. Nessa perspectiva, Pires de Oliveira (1998) destaca que:

Importa mencionar que a variante brasileira do português não se apresenta homogênea. Podemos verificar, sobretudo no nível lexical, “marcas” regionais, algumas vezes bastante específicas de uma dada região, tendo em vista, principalmente, as grandes extensões geográficas de nosso território e o isolamento em que se encontram algumas regiões brasileiras, situadas em locais distanciados dos grandes centros irradiadores de cultura (Oliveira, 1998, p.111).

Deste modo, os estudos sobre o léxico cumprem um papel importante para a compreensão das variações linguísticas, pois revelam não apenas as dinâmicas culturais e sociais de uma região, mas também ilustram como os indivíduos e comunidades organizam e

percebem o mundo ao seu redor. À medida que os povos foram expandindo seu conhecimento sobre o mundo, novas demandas surgiram, impulsionando a criação de técnicas e, posteriormente, o desenvolvimento das ciências.

Com o avanço da sociedade, tornou-se cada vez mais evidente a necessidade de ampliar o repertório de signos lexicais. Esse crescimento do léxico foi uma resposta natural às novas invenções e mudanças sociais, com a sociedade adaptando-se a essas transformações.

Em consonância com essa ideia, Biderman (1987, p. 94) destaca que “é o léxico, o único domínio da língua que constitui um sistema aberto, diversamente dos demais – fonologia, morfologia e sintaxe – que constituem sistemas fechados”. Essa característica de flexibilidade e expansão do léxico representa sua capacidade de adaptação contínua às transformações culturais e sociais.

A autora também enfatiza que, por meio da linguagem e das representações, o ser humano organiza seu mundo sensorial. Esse processo de sistematização é essencial para estabelecer conexões entre objetos e conceitos, atribuindo-lhes significados específicos.

O homem desenvolveu a capacidade de associar palavras a conceitos. Como as palavras permanecem através do tempo entesouradas por uma cultura e transmitidas de geração a geração, o processo de conceptualização parece mais estático do que efetivamente é. Nesse ponto é preciso distinguir o processo individual de formação de conceitos por parte de um sujeito, do acervo de conceitos transmitidos materialmente através das gerações por meio do vocabulário herdado e transmitido, sobretudo nas sociedades dotadas de uma tradição escrita. Na dimensão individual, o léxico é conceptualizado como um conjunto de representações, isto é, de *objetos* mentais que se consubstanciam nas palavras que esse indivíduo domina e das quais ele se serve (Biderman, 1998, p. 90).

Ao analisar o léxico de uma língua, é possível perceber como ele se desdobra em variedades regionais, refletindo as particularidades geográficas, históricas e culturais de cada comunidade. Essa relação intrínseca entre o léxico e o contexto sociocultural evidencia a importância de compreender os significados atribuídos às palavras, pois são eles que revelam as nuances das práticas e visões de mundo de uma determinada região.

Com base nessa premissa, a definição do objeto de estudo no âmbito da semântica não constitui uma tarefa simples, visto que seu objetivo principal é “descrever o “significado” das palavras e das sentenças” (Oliveira, 2012, p. 18). No entanto, há várias formas de descrever o significado, sendo necessário eleger o contexto no qual essa descrição deve ser aplicada. No contexto deste trabalho, a Semântica é empregada como ferramenta para analisar e descrever o

significado das unidades lexicais obtidas como respostas para as perguntas 062/QSL/ALiB e 063/QSL/ALiB.

Essa abordagem permite compreender não apenas o sentido atribuído a cada denominação, mas também como essas unidades refletem a visão de mundo, as práticas culturais e o contexto em que os informantes estão inseridos. Desse modo, ao adotar a análise semântica, busca-se elucidar como o léxico regional pode funcionar como um reflexo das dinâmicas socioculturais próprias da Região Norte.

O léxico regional, portanto, não apenas retrata a história e as interações culturais dos habitantes, mas também transmite as representações coletivas ao longo do tempo, funcionando como um arquivo vivo das memórias e das vivências locais. Com base nesse entendimento, a análise semântica contribui na identificação de padrões linguísticos e de variações lexicais na Região Norte do Brasil, analisada nesta pesquisa. Além disso, ao considerar particularidades regionais do léxico, torna-se possível compreender como diferentes grupos sociais constroem suas identidades por meio da linguagem.

As variações linguísticas regionais, por exemplo, para o entendimento de como diferentes grupos sociais se relacionam com o espaço em que vivem e com a história que compartilham. Ao explorar essas variações, é possível identificar tanto vocabulários específicos quanto modos particulares de pronúncia, expressões típicas e gírias que se desenvolveram em contextos locais específicos e caracterizam determinada comunidade. Esses elementos oferecem uma janela para as especificidades sociais e tradições de uma região, retratando sua história e suas interações com outros povos e costumes.

Em um país como o Brasil, de dimensões continentais e marcado por uma significativa diversidade étnica, geográfica e histórica, a língua acaba por retratar o que é próprio de cada região. Por consequência, esse fato faz com que consequentemente os elementos linguísticos evidenciem como cada lugar ressignifica a língua para construir suas identidades, narrativas e relações com os outros, como destacado por Sapir (1969):

Os modos peculiares de pronúncia, torneios locucionais característicos, termos de gíria, terminologias profissionais de toda sorte – eis aqui outros tantos símbolos das múltiplas maneiras em que uma sociedade se estratifica, sendo assim de crucial importância para se entender o desenvolvimento das atitudes individuais e sociais (Sapir, 1969, p. 23).

Desse modo, os estudos linguísticos fornecem um arcabouço teórico essencial para compreender a linguagem como um fenômeno multifacetado, permeado por questões históricas, sociais e culturais. Como destaca Silva (1998, p. 115), ao citar a pertinente lição do

Professor Celso Ferreira da Cunha, “viajar para o interior do Brasil é deslocar-se no tempo e no espaço”, ressaltando a interconexão entre linguagem e contextos históricos e geográficos.

Esse cenário se torna ainda mais significativo no contexto brasileiro, no qual a diversidade e a riqueza linguística ampliam a compreensão de como a língua reflete e constrói as dinâmicas sociais e culturais do país. Diante desse viés, a análise das variações linguísticas se torna um ponto central para entender a complexidade das relações e do que caracteriza um determinado local.

À luz dos conceitos apresentados, o tópico seguinte abordará as noções básicas de léxico, norma lexical e léxico regional, visando proporcionar uma compreensão mais aprofundada desses conceitos.

2.2 Conceitos básicos de léxico, norma lexical e léxico regional

O léxico de uma língua está intrinsecamente relacionado à cognição da realidade e ao processo de nomeação, que se materializa em palavras e termos. Por meio dele, o ser humano se comunica e expressa seus pensamentos em relação ao mundo. Conforme destacado por Biderman (1981):

O léxico pode ser considerado como tesouro vocabular de uma determinada língua. Ele inclui a nomenclatura de todos os conceitos linguísticos e não linguísticos e de todos os referentes do mundo físico e do universo cultural, criado por todas as culturas atuais e do passado (Biderman, 1981, p. 138).

Desse modo, ao tratar sobre os estudos do léxico faz-se necessário considerar que este não se trata de um estudo homogêneo, visto que o léxico de uma língua está em constante mudança, pois abrange não somente a língua escrita, mas também a língua falada e por este motivo ela se renova constantemente.

De acordo com Henriques (2011), o léxico geral é formado por uma organização e sua textualização no tempo e no espaço obedece a certas combinações, caracterizando deste modo, como um conjunto infinito, no qual o ser humano é incapaz de enumerá-lo, pois ele abrange a totalidade das palavras em todas as suas classificações. Além disso, cada palavra remete a particularidades que variam de acordo com o período histórico, a região geográfica, a sua realização fonética, seu uso social e cultural, político etc. Diante desses aspectos, Biderman (1987) destaca que:

A nomeação da realidade pode ser considerada como a etapa primeira no percurso científico do espírito humano de conhecimento do universo. Ao reunir os objetos em entidades diferentes, o homem foi estruturando o mundo que o cerca, rotulando essas entidades discriminadas. Foi esse processo de nomeação que gerou o léxico das línguas naturais (Biderman, 1987, p. 81).

No Brasil, esse fenômeno se manifestou historicamente na formação da norma lexical da Língua Portuguesa, que teve início durante o período colonial, sendo impulsionada pela necessidade de comunicação entre colonizadores europeus e os indígenas. Nessa conjuntura, os jesuítas desempenhavam o papel de ensinar o português aos indígenas como ferramenta de evangelização. Entretanto, os próprios europeus também precisavam aprender o Tupi, que, naquele período, era a língua franca predominante no território.

Entretanto o Tupi como língua franca não se manteve por um longo período, uma vez que a descoberta de riquezas minerais no território brasileiro, especialmente o ouro, atraiu um fluxo crescente de imigrantes portugueses e africanos escravizados para o interior do país. Esse intenso movimento migratório resultou em um aumento populacional significativo nas regiões mineradoras, o que levou a Coroa Portuguesa a estabelecer normas para controlar a emigração e redistribuir a população para outras áreas do país.

Essa realocação populacional, coordenada pela Coroa e por Marquês de Pombal, visava suprir os vazios demográficos resultantes da concentração de pessoas nas regiões de mineração. Como parte desse processo, o português foi imposto como língua predominante, sendo ensinado tanto aos indígenas quanto a africanos. Essa política foi reforçada por Marquês de Pombal em 1754, com a proibição do uso da língua geral, descrita como “língua de intercurso comunicativo, tanto usado pela grande massa indígena em seus redutos, como entre os índios e a comunidade portuguesa” (Pires de Oliveira, 1998, p. 110). A imposição do Português como língua predominante no Brasil justificava-se por seu status de prestígio, associado a uma civilização considerada mais avançada.

No entanto, mesmo com a adoção exclusiva do português, as línguas indígenas e africanas deixaram marcas que foram preservadas, especialmente no léxico, evidenciando a influência cultural desses povos originários na formação da língua nacional. Essa convivência entre os colonizadores, os indígenas e os escravos favoreceram uma situação de bilinguismo, refletida na escrita, e na fala da nação. Conforme Isquierdo (2008, p. 452), “no século XVII, duas modalidades da língua são bem distintas: a culta (escrita), predominante nos centros urbanos, e a língua corrente (oral), característica dos meios rurais”.

Nos séculos seguintes as contribuições dos colonizadores, somadas às dos indígenas e dos africanos no processo de comunicação, construíram uma rede de enriquecimento vocabular

que refletia uma nova sociedade com características únicas, moldadas por meio desses contatos culturais. Dessa forma, o português do Brasil não se desenvolveu inteiramente sob os padrões europeus, mas sim como um reflexo da diversidade cultural e linguística que marcou sua formação.

Conforme Biderman (2002, p. 69) em “meados do século XIX começara o debate sobre a identidade do português brasileiro. Os escritores românticos, sobretudo José de Alencar³, reivindicavam para os brasileiros autonomia linguística, cultural e literária”. Isso ocorreu porque as obras literárias já traziam consigo grandes contribuições sobre essa multiculturalidade do país, as quais refletiam no léxico.

A preocupação com a descrição da norma brasileira ganha força a partir do século XIX, razão por que pululam nas diferentes regiões brasileiras estudos, muitos deles realizados por curiosos sobre as especificidades da língua e imbuídos de espírito nacionalista, que procuram descrever o vocabulário corrente em diferentes espaços geográficos (Isquierdo, 2008, p. 454).

Embora houvesse a consciência de que o português falado no Brasil reunia traços de diferentes fases de sua história, estudiosos também reconhecem que as particularidades de cada região influenciavam no nível lexical.

Tratar das questões dos regionalismos implica levar em consideração a questão da norma linguística no nível lexical, o que nos remete à questão da variação. Assim, as marcas dialetais no âmbito de um grupo sócio-linguístico-cultural relacionam-se diretamente à variação espacial (regionalismos) e à variação temporal (arcaísmos) (Isquierdo, 1996, p. 166).

Valendo-se das contribuições de Isquierdo (1996), destaca-se que, para estudar o léxico de uma região, é essencial analisar dois aspectos fundamentais: o espaço e o tempo. O primeiro, refere-se às características locais e à disseminação desses traços entre diferentes territórios, impulsionada por fluxos migratórios. O segundo está relacionado ao caráter conservador da língua, que tende a se manifestar com maior intensidade em áreas menos influenciadas pelos meios de comunicação. Isquierdo (2006) ainda complementa que:

As particularidades físico-geográficas que identificam as várias regiões brasileiras em termos de características geomorfológicas, de clima, de flora e fauna, que geram hábitos culturais distintos que, por sua vez, exigem formas específicas de nomeação (Isquierdo, 2006, p. 11).

³ Recordamos o período literário do Romantismo brasileiro que subdividiu os romances em categorias, entre as quais se destacam a publicação de obras de caráter regional. Essa abordagem identifica, em alguma medida, a percepção e/ou preocupação dos autores com possíveis características próprias de algumas regiões do país.

Além de aspectos ecológicos e culturais, ao tratar da formação dos regionalismos no âmbito de uma língua, é necessário considerar que a variação lexical pode ocorrer em diferentes escalas geográficas, indo de distinções entre países que compartilham o mesmo idioma até particularidades linguísticas dentro de um único estado. Nesse sentido, Isquierdo (2012) explica que:

[...] a norma lexical veiculada por habitantes circunscritos a áreas geográficas de diferentes dimensões – por exemplo, a oposição entre o léxico do português brasileiro e o europeu, ou diferenças entre usos lexicais de grandes áreas geográficas de um mesmo território, no caso do Brasil, das cinco regiões administrativas, o que permite, por exemplo, comparar o falar Norte com o do Sul; ou particularidades lexicais da língua veiculada em áreas de menores proporções, como os Estados da Federação ou, até mesmo, regiões distintas dentro de um mesmo estado (Isquierdo, 2012, p. 116).

Dessa forma, observa-se que o léxico regional reflete as especificidades de determinadas áreas geográficas, destacando o vocabulário de uma comunidade de falantes. Com base nessa perspectiva, este estudo concentra-se na análise do léxico regional, adotando a perspectiva do espaço territorial da Região Norte. Para tanto, foram empregados os pressupostos da Dialetoлогия aliado ao método da Geolinguística, que serão detalhados nos tópicos subsequentes, com o objetivo de analisar as variedades lexicais utilizadas para nomear os referentes abordados nas perguntas 062/QSL/ALiB e 063/QSL/ALiB, que compõem o *corpus* desta pesquisa.

2.3 A Dialetoлогия no mundo

Chambers e Trudgill (1994) discorrem que desde o Antigo Testamento já era possível identificar traços de variações dialetais entre os povos gileaditas, efraimitas e os jordanianos. Tal reconhecimento ocorreu em um contexto de combate entre as tribos, no qual os gileaditas, ao contrário das demais, empregavam uma denominação distinta para a espiga de trigo, com o objetivo de confundir seus adversários.

Esse exemplo demonstra que o reconhecimento das diferenças dialetais é um fenômeno histórico que já é notado há alguns séculos. Apesar dessa percepção, os estudos voltados para a análise sistemática dos dialetos só se consolidaram na segunda metade do século XIX, “época em que as investigações no campo da linguagem, dominadas por ideias positivistas, se desenvolviam segundo métodos histórico-comparativos” (Brandão, 1991, p. 07).

Os parâmetros empregados pelos comparativistas para examinar a estrutura das línguas fundamentavam-se em princípios específicos, conforme descrito por Brandão (1991):

Na esteira de estudos comparativistas que visavam, basicamente, a reconstituir a protolíngua do indo-europeu, pelo estabelecimento e comparação de famílias e subfamílias de línguas e, ainda, dos resultados obtidos por tal método, foi surgindo o interesse pelos dialetos, considerados, então, como fontes de conhecimento do modo como se teriam operado as transformações em fases anteriores das línguas (Brandão, 1991, p. 07).

Foi a partir das indagações e inconsistências dos princípios em que se fundamentava a doutrina dos neogramáticos que “no final do século XIX, o próprio grupo difundiu que as alterações fonéticas obedeciam a leis rígidas, que, à semelhança das leis naturais, não admitiam exceções” (Brandão, 1991, p. 08). Essa abordagem contribuiu para disseminação dessas teorias, se propagando principalmente na Alemanha, na Itália e na França.

No contexto dos estudos dialetais, emergiram debates que atribuíram aos alemães a fundação da geografia linguística, ou seja, a confecção de mapas dialetais. De acordo com Chambers e Trudgill (1994), a primeira pesquisa dialetal a abranger um país foi realizada pelo pesquisador Georg Wenker, em 1876.

Chambers e Trudgill (1994) ainda destacam que a metodologia empregada por Wenker para verificar e analisar as variações dialetais iniciou-se a partir da elaboração de um inventário de frases em alemão. Essas frases foram posteriormente enviadas a professores de escolas situadas no norte da Alemanha, acompanhadas de instruções para que as transcrevessem na linguagem local. Após o preenchimento, as cartas eram devolvidas ao remetente, o que possibilitava a análise detalhada do material.

O trabalho realizado pelo pesquisador resultou em uma quantidade elevada de respostas, visto que ele havia enviado a listagem para 50.000 escolas e dentre elas, 45.000 lhe deram retorno. Este resultado, de certo modo, acabou prejudicando o estudo, pois mesmo diante da riqueza que os dados forneciam, o registro de todo material se tornou inviável. Como destacam Chambers e Trudgill (1994):

Para tornar acessível qualquer uma de suas descobertas, ele foi forçado a restringir sua análise de certas variantes de palavras a uma área muito limitada. Além disso, o problema de publicar um conjunto de mapas com as variantes impediu a acessibilidade do seu trabalho, pois acabou editando à mão dois conjuntos, que posteriormente foram encadernados separadamente sob o título

de *Sprachatlas des Deutschen Reichs*, nas regiões de Marburg e Berlin, no ano de 1881 (Chambers; Trudgill, 1994, p. 40, tradução-nossa).⁴

Após a publicação do estudo, Wenker continuou seus trabalhos, disponibilizando os dados coletados para que outros pesquisadores pudessem utilizá-los. Contudo, sua obra inicial não recebeu reconhecimento imediato, ganhando repercussão apenas quatro décadas depois, em 1926. Embora tenha sido uma publicação relevante, o estudo apresentava várias lacunas que necessitavam de complementação por meio de novos volumes do atlas.

Partindo desse pressuposto, ainda que seja reconhecido o esforço de Wenker e a importância da sistemática coleta de dados, foi apenas na França que a Dialetologia alcançou maior destaque. Gaston Paris, em sua conferência intitulada: “Os falares da França”, proporcionou o incentivo e a ascendência necessária para impulsionar o desenvolvimento dos estudos dialetológicos, consolidando a área como uma disciplina relevante no campo científico.

O trabalho desenvolvido por Wenker foi muito relevante para que o pesquisador Jules Gilliéron se empenhasse em aperfeiçoar os métodos propostos pelo autor, visando obter resultados mais práticos e abrangentes, dado seu interesse constante por questões dialetais. Somado a isso, Gilliéron debruçou-se por “praticamente quinze anos em pesquisas realizadas em diversas localidades francesas” (Brandão, 1991, p. 09).

O resultado desse extenso trabalho foi a elaboração do *Atlas Linguístico da França (ALF)*, considerado como o primeiro atlas realizado no mundo, produzido entre os anos de 1902-1910. Para a sua realização, Gilliéron contou com o apoio de Edmond Edmont que atuou como inquiridor no processo de coleta de dados. A obra elencou um total de 1920 mapas do território francês.

A publicação do respectivo atlas consolidou os estudos dialetológicos e os métodos geolinguísticos como ferramentas promissoras para a Linguística, pois demonstrou de maneira sistemática e empírica a variação espacial da língua, estabelecendo um modelo pioneiro de análise. O trabalho de Jules Gilliéron não apenas mapeou as diferenças fonéticas, lexicais e morfológicas entre regiões, mas também introduziu uma abordagem científica inovadora, baseada em dados coletado *in loco* e representados cartograficamente.

⁴ Para poder hacer accesibles cualquiera de sus hallazgos, se vio forzado a restringir a un área muy limitada su análisis de las variantes de ciertas palabras. Aparte de esto, el problema de publicar un conjunto de mapas que mostraran las variantes impidió la accesibilidad de su trabajo, ya que acabó editando dos conjuntos a mano y éstos fueron después encuadernados por separado bajo el título de *Sprachatlas des Deutschen Reichs*, y depositado en Marburg y en Berlin en 1881 (Chambers; Trudgill, 1994, p. 40).

A relevância do *ALF* para os estudos linguísticos também reflete a necessidade de compreender os fundamentos conceituais que sustentam a Dialectologia, especialmente os conceitos de língua e dialeto. Segundo Ferreira e Cardoso (1994), a língua entendida como um sistema de sinais acústicos-orais é o resultado de um processo histórico que manifesta sua diversificação e adaptação aos diversos contextos. Com isso, as autoras afirmam que:

Considerando tais aspectos, é possível analisar que os falantes de uma mesma língua, mas de regiões distintas, tem características linguísticas diversificadas e caso pertençam a uma mesma região também não falam da mesma maneira, tendo em vista os diferentes extratos sociais e as circunstâncias diversas da comunicação. Tudo isso deixa evidente a complexidade de um sistema linguístico e toda a variação nele contida (Ferreira; Cardoso, 1994, p. 12).

Essa diversidade observada nos atos de fala ilustra a complexidade das variações linguísticas, ressaltando a importância dos métodos dialetológicos para compreender as transformações históricas, culturais e sociais que moldam as línguas ao longo do tempo. Coseriu (1982, p. 11-12) “descreve que há uma diferença histórica entre dialeto e língua enquanto oposto a língua, designa uma língua menor incluída em uma língua maior, que é, justamente, uma língua histórica (ou idioma)”.

Ferreira e Cardoso (1994), citam Garcia de Diego, um dialetólogo espanhol que, desde 1923, pontua que a língua se configura não apenas como um complexo mosaico de dialetos regionais, mas também como uma superposição de dialetos sociais, refletindo a diversidade e a dinâmica das comunidades linguísticas.

Nesse sentido, as autoras destacam as contribuições de Blanch (1978, p. 40), que acrescenta que o fato de a Dialectologia “haver dedicado o melhor do seu esforço ao estudo das falas regionais, especialmente rurais, isso não pode ser interpretado como um fato definidor, mas uma circunstância transitória”. A partir dessa perspectiva, Ferreira e Cardoso (1994, p. 17) reforçam que “daí depreende-se que à dialetologia interessa não apenas a variedade rural, mas também a urbana, podendo-se então falar em uma dialetologia rural e de uma dialetologia urbana”.

Ao tratar sobre a Dialectologia e a produção dos atlas linguísticos, Rossi (1967, p. 93), esclarece que “a dialetologia não deve ser confundida com a geografia linguística ou geolinguística, pois a geolinguística se trata de um método utilizado pela dialetologia”. Em síntese:

Seu objeto de estudo é identificar, descrever e situar os diferentes usos em que uma língua se diversifica, conforme a sua distribuição espacial, sociocultural e cronológica através de uma perspectiva sincrônica e concretizada nos atos de fala (Ferreira; Cardoso, 1994, p. 19).

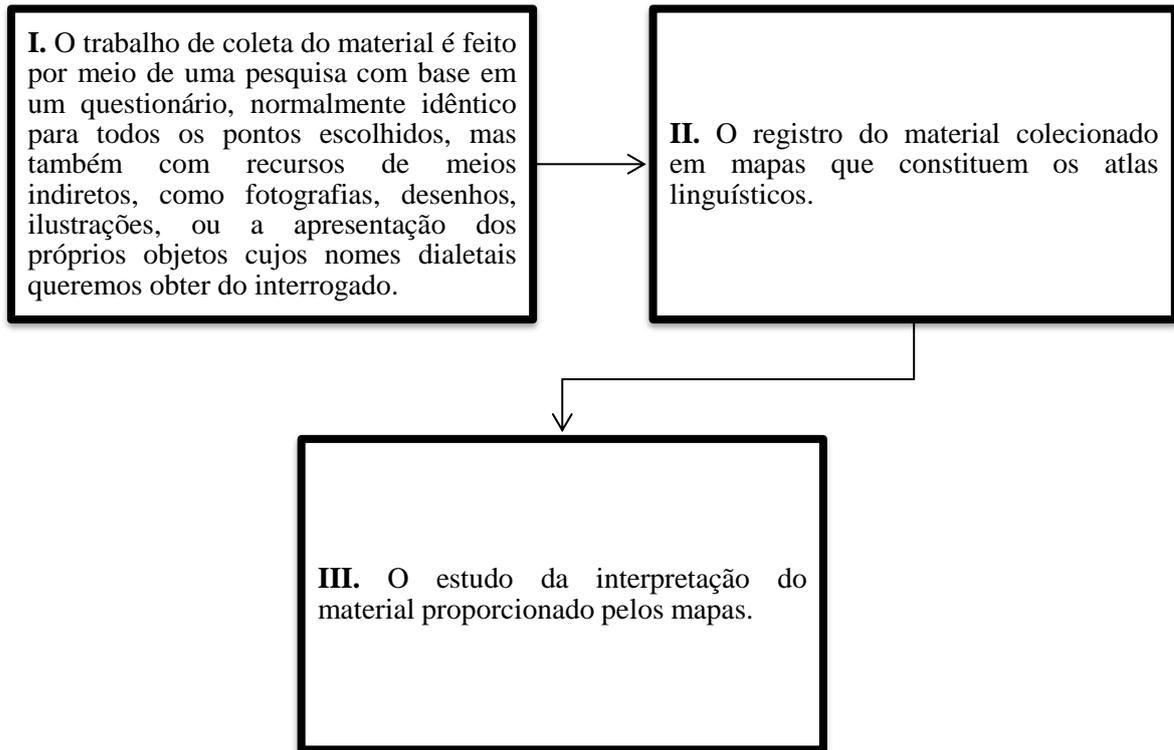
Como mencionado anteriormente, a Geolinguística é um método⁵ que propõe registros em mapas espaciais, trazendo um número relativamente elevado de formas linguísticas, comprovadas em pontos específicos de um território.

De acordo com Coseriu (1965), a classificação dos Atlas Linguísticos são representados em três tipos: mapas fonéticos, mapas lexicais e mapas propriamente linguísticos, sendo o último organizado em mapas sintéticos e pontuais. O estudioso ressalva que é importante observar que tanto os mapas fonéticos quanto os lexicais podem ser de ambos os tipos e podem ser elaborados com base em mapas propriamente linguísticos. Já os mapas linguísticos sintéticos e pontuais são sempre pontuais, pois se realizam diretamente sobre a base do material recorrido.

Ainda de acordo com Coseriu (1965), a pesquisa direcionada para a criação de um Atlas Linguístico se divide em três etapas, conforme indicado na Figura 2:

⁵ Esse método também considera a distribuição das formas dentro de um espaço geográfico, correspondente à língua e aos dialetos em análise.

Figura 2 – Etapas para elaboração de um Atlas Linguístico



Fonte: Elaboração própria com base em Coseriu (1965, p. 11-12).

Além das etapas elencadas por Coseriu (1965) para a elaboração de um atlas, as autoras Ferreira e Cardoso (1994) complementam que os atlas são produzidos com base em um tripé composto pela rede de pontos, perfil do informante e questionário linguístico. De acordo com (Brandão, 1991, p. 27), “a seleção das localidades em que se realiza a recolha de dados baseia-se, em geral, na relação entre a extensão territorial e a população da área em estudo”.

No que se refere à seleção dos informantes, o dialetólogo deve buscar um representante na comunidade que transmita “[...] com fidelidade o tipo de falar característico da localidade em geral um homem e uma mulher de meia-idade, nascidos no lugar e ali residentes sempre ou quase sempre, analfabetos (de modo a não haver o perigo de estarem influenciados pela linguagem escrita” (Cintra, 1983 *apud* Brandão, 1991, p.30).

Quanto ao questionário linguístico, utiliza-se de um material homogêneo e suscetível de comparação contendo perguntas que irão variar de acordo com o objetivo do projeto, devendo abordar o estudo de aspectos fonéticos, lexicais e/ou morfossintáticos, de modo a permitir uma análise das variações linguísticas.

Nesse sentido, os atlas apresentam vantagens significativas, como a clareza imediata dos fenômenos e garantias de unidade técnica, homogeneidade do material e densidade dos pontos estudados, aspectos que não podem ser reunidos por investigações específicas. Além

disso, ao invés de apresentar fatos isolados em um falar, os atlas oferecem uma visão integrada de um conjunto de discursos, nos quais se articula um dialeto ou uma língua. Isso proporciona, para cada fenômeno, uma visão espacial simultânea, permitindo induções de ordem histórica, geral e comparativa.

Diante desses aspectos, o primeiro atlas a integrar tais parâmetros e que obteve grande êxito, foi o trabalho produzido por Gilliéron e Edmont. Segundo Mouton (2009), sua obra teve um impacto significativo, influenciando projetos de diversos países. Os atlas desenvolvidos após o *ALF* passaram por um processo de contínuo aprimoramento, com metodologias diferenciadas, visando atender às especificidades de cada estudo. De acordo com a autora, nesse processo:

[...] os grandes atlas proporcionavam até então uma imagem geral e muitos materiais sobre grandes espaços, e a evolução lógica foi a proposta de reduzir o território e estudá-lo em profundidade⁶ (Mouton, 2009, p. 67, tradução-nossa).

Assim, visando esse detalhamento dos dados, foram elaborados atlas regionais com o objetivo de promover um estudo mais pormenorizado e que retrate com maior fidelidade o falar de uma determinada comunidade. Assim, os estudos voltados para elaboração de atlas expandiram-se para o mundo todo ao longo dos anos, adotando diferentes critérios metodológicos, com o objetivo de compreender as diversidades linguísticas presentes nos territórios investigados. Nesse sentido, tem se observado que:

[...] a Geolinguística no Brasil segue o seu próprio caminho desde o início da segunda década do século XXI já com uma metodologia sedimentada e com base teórica consistente, colocando teoria e prática em xeque a partir da iniciativa dos diferentes grupos formados nas principais universidades do país. Esse “desmembramento” da Geolinguística brasileira do modelo europeu originou-se da percepção dos geolinguístas de que este país possui especificidades geográficas históricas e sociais (Silva; Romano, 2022, p.17-18).

Fundamentado nas palavras de Silva e Romano (2022), constatou-se que, assim como nos atlas elaborados em diversas regiões do mundo, no Brasil, os pesquisadores também reconheciam a importância de adotar um olhar rigoroso e específico, tanto para as questões linguísticas quanto geográficas.

⁶ Con el tiempo, también se dio un paso fundamental en otra dirección: los grandes atlas habían proporcionado hasta entonces una imagen general y muchos materiales sobre grandes espacios, y la evolución lógica fue la propuesta de reducir el territorio y estudiarlo en profundidad⁶. (Mouton, 2009, p. 67)

Dada a assertiva, os estudiosos brasileiros afirmam que a realidade nacional possui peculiaridades que devem ser consideradas no processo de classificação dos atlas. Assim, Silva e Romano (2022; 2025) propõe a classificação dos atlas linguísticos em oito categorias: continentais, grupos de línguas, nacionais, regionais, estaduais, de pequeno domínio/locais, contatuais/fronteiriços e de rotas histórico-linguísticas.

Com base nas análises realizadas, o Quadro 1 sintetiza as características das oito categorias de atlas direcionados para registrar a realidade linguística no Brasil, conforme proposto pelos autores mencionados.

Quadro 1 – Características dos atlas brasileiros

Atlas	CARACTERÍSTICAS
Continentais	Abrange um continente inteiro, com diversas línguas em sua composição.
Grupos linguísticos/ Famílias linguísticas	Investiga uma língua com ancestralidade comum.
Nacionais	Objetivam a descrição dialetal circunscrita aos parâmetros limite-território de um país. Ainda que sua rede de pontos seja estabelecida em localidades fronteiriças, normalmente não ultrapassam os limites políticos.
Regionais	São formados por regiões específicas de um país. Possuem uma rede de ponto mais densa com uma equidistância entre as localidades menor, comparada aos atlas nacionais. Este fator, possibilita o reconhecimento de particularidades mais locais e auxilia na complementação dos atlas nacionais.
Estaduais	Possuem uma rede de pontos limitada às fronteiras das unidades federativas e não de uma região específica do país ou do estado.
Pequenos domínios/ locais	Buscam a descrição de nuances restritas a uma região específica dentro de outro território mais amplo e, nessa finalidade, possuem particularidades teórico-metodológicas em sua composição. Sua rede de pontos é mais densa e seu instrumento de coleta é direcionado às questões regionais e locais.
Fronteiriço/contatual	Investigar e contrastar diferentes modalidades linguísticas em contextos de contato — especialmente em regiões fronteiriças ou contatuais — onde há interação entre o português e outras línguas (indígenas, de migrantes ou línguas de fronteira), buscando compreender como essas interações influenciam a variação e a mudança linguística.
Rotas histórico-linguísticas	Objetiva compreender como as rotas comerciais, migratórias e sociais influenciaram o desenvolvimento, a difusão e a transformação da língua ao longo do tempo, aliando a perspectiva diatópica (espacial) à diacrônica (histórica).

Fonte: Elaborado pela autora com base em Silva e Romano (2022, p. 17-25; 2025 no prelo).

As oito categorias de atlas sugeridas por Silva e Romano (2022; 2025) servem como orientações norteadores para os pesquisadores da Geolinguística brasileira. Ao passo que, a cada nova pesquisa, torna-se possível aprofundar o entendimento sobre a variação espacial da língua em nosso país. Considerando o exposto, discorreremos no próximo tópico acerca dos fundamentos da Dialetoлогия e suas contribuições para os Estudos Linguísticos.

2.4 As contribuições da Dialetoлогия para os Estudos Linguísticos

De acordo com os autores Cunha, Costa e Martelotta (2012), após a Linguística se consolidar como ciência, em virtude da obra denominada Curso de Linguística Geral, tornou-se uma tarefa dos estudiosos da linguagem utilizar uma metodologia adequada para estudar, analisar e descrever as línguas a partir de seus elementos formais específicos. Essa abordagem possui um caráter empírico, o que implica uma atitude não preconceituosa em relação aos diferentes usos da língua. Nesse contexto, estes autores elucidam que:

A Linguística respeita qualquer variação que uma língua apresente, independentemente da região e do grupo social que a utilize. Isso porque é natural que toda língua apresente variações, de pronúncia, de vocabulário ou de sintaxe, que manifestam níveis semelhantes de complexidade estrutural e funcional (Cunha; Costa; Martelotta, 2012. p. 21).

O estudo da variação de uma língua somente é possível, se a correlacionarmos com algo que seja classificado, ainda que de forma mínima, estável e homogênea. Já dizia Nelson Rossi que “toda ciência, todo método científico, aspira ao universal, isto é, procura enunciados válidos para qualquer situação, circunstância, momento ou área” (Rossi, 1967, p. 89).

A partir dessa premissa, a Dialetoлогия está encarregada de estudar as variações da língua sob uma perspectiva sincrônica e com foco em uma abordagem predominantemente diatópica. Esse enfoque permite identificar aspectos que influenciam sua formação, contribuindo para uma compreensão das dinâmicas linguísticas. Estabelecendo desse modo, “relações entre modalidade de uso de uma língua ou de várias línguas, seja pela identificação dos mesmos fatos, seja pelo confronto presença/ausência de fenômenos considerados em diferentes áreas” (Cardoso, 2010, p. 45).

Os estudos dialetológicos documentam as variações de uma língua, abrangendo desde a recuperação de palavras que entraram em desuso até o registro de novos itens lexicais associados a referentes específicos. Esse processo torna-se especialmente relevante no estudo do léxico da Região Norte do Brasil, uma área marcada por significativa diversidade cultural e singularidades geográficas.

Esses fatores contribuem para a formação de um repertório linguístico singular, no qual as expressões e vocabulários exprimem a interação das populações com o ambiente e com outras culturas. Dessa forma, Cardoso (2010) destaca que:

O espaço geográfico evidencia a particularidade de cada terra, exibindo a variedade que a língua assume de uma região para outra, como forma de responder à diversidade cultural, à natureza da formação demográfica da área, à própria base linguística preexistente e à interferência de outras línguas que se tenham feito presentes naquele espaço no curso de sua história (Cardoso, 2010, p. 15).

Com base nessa relação entre território e variação linguística, percebe-se que os estudos voltados para as descrições de áreas dialetais, até a metade do século XIX não seguiam um procedimento padrão, o que dificultava o estudo comparativo dos dados. Cenário este, que se altera com o desenvolvimento dos princípios metodológicos da Geolinguística. Diante desse contexto, o presente trabalho propõe-se, na sequência, a traçar um panorama histórico da

Dialetologia no Brasil, destacando sua evolução e contribuições para o entendimento das variações linguísticas no país.

2.5 A Dialetologia no Brasil

De acordo com Ferreira e Cardoso (1994, p. 37), “a primeira manifestação específica de natureza dialetal sobre o português do Brasil é atribuída a Domingos Borges de Barros, Visconde de Pedra Branca”. O visconde escreveu sobre a língua falada no Brasil com o objetivo de que um geógrafo francês a incluísse em um capítulo de seu livro, intitulado de *Introduction à l'Atlas ethnographique du globe*, que teria como característica, a descrição da língua do “novo mundo”, este trabalho faz parte da primeira fase da Dialetologia, na qual será discutida na sequência.

Posteriormente, após a concessão desse material para o geógrafo Vêneto Adrien Balbi, o Visconde de Pedra Branca publica em 1826, o *Atlas Ethnographique du Globe*. Esse feito é considerado como o pontapé para os estudos dialetais no Brasil, abrindo caminho para a pesquisa e análise das variações linguísticas no país.

De acordo com Mota (2006), o escritor e pesquisador Antenor Nascentes propôs uma divisão dialetal no Brasil na década de 1920.⁷ A obra que apresenta essa proposição foi publicada em 1953, com o título de: *O Linguajar Carioca*, estudo monográfico que faz parte da segunda fase da Dialetologia no Brasil. Nela, Nascentes relata que, desde a chegada dos portugueses, a Língua Portuguesa “sofreu grandes alterações porque teve de ser aprendida por homens de duas raças que falavam línguas de estrutura inteiramente diversa” (Nascentes, 1953, p. 10).

Desde então, essas mudanças linguísticas foram se expandindo e gerando particularidades em toda a zona nacional, em decorrência de sua grande extensão territorial. Firmando essa ideia, Nascentes (1953) explana um prólogo do dicionário elaborado por Rodolfo Lenz, no qual menciona que um país que possui certa extensão passará por transformações em sua língua.

⁷ Nascentes (1953) na obra “Linguajar Carioca- parte 1”, discute que o primeiro esboço de sua divisão dialetal foi elaborado em 1922. No entanto, essa proposta gerou questionamentos, o que motivou o autor a reavaliar alguns pontos e apresentar uma nova divisão em 1933. Nascentes observa que sua última divisão “não pode ser considerada como definitiva, mas sim um tanto próxima da verdade” (Nascentes, 1953, p. 24).

[...] é causada por pessoas que trazem da sua pátria anterior uma língua mais ou menos uniforme, no estado natural das coisas (ou seja, independentemente da influência da cultura) dentro de um tempo mais ou menos curto, perceber que a língua começa variar. Estas variações não serão iguais em todas as regiões, mas algumas ocorrerão aqui, outras ali, e, em geral, a diferença de idioma entre dois locais aumentará quanto maior for a distância geográfica e quanto menores forem as relações mútuas entre os dois pontos⁸ (Nascentes, 1953, p. 17, tradução-nossa).

Os argumentos utilizados por Nascentes anteriormente se efetuam, devido a dimensão geográfica e de difícil comunicação, considerando que as pesquisas foram realizadas no século XIX. Dessa maneira, fragmentando as unidades do falar em “subfalares”, termo este utilizado pelo autor.

A proposta dos subfalares estabelece uma ampla divisão linguística no Brasil, composta por seis partes: Amazônico, Nordestino, Baiano, Sulista, Mineiro, Fluminense, além de uma área do país classificada como território incaracterístico, conforme ilustrado na Figura 3.

⁸ [...] es problado por jentes que traen de su patria anterior un lenguaje más o ménos uniforme, en estado natural de las coas (es decir prescindiendo de la influencia de la cultura) dentro de un tiempo más o ménos corto se notará que el lenguaje comienza a variar. Estas variaciones no serán en todas las comarcas unas mismas, sino las unas se producirán aquí, las otras allá, i, en general, la diferencia de lenguaje entre dos lugares será tanto más grande cuanto mayor la distancia geográfica; cuantos menores las relaciones mutuas entre los dos puntos (Nascentes, 1953, p. 17).

Figura 3 – Subfalares do Brasil, proposto por Antenor Nascentes

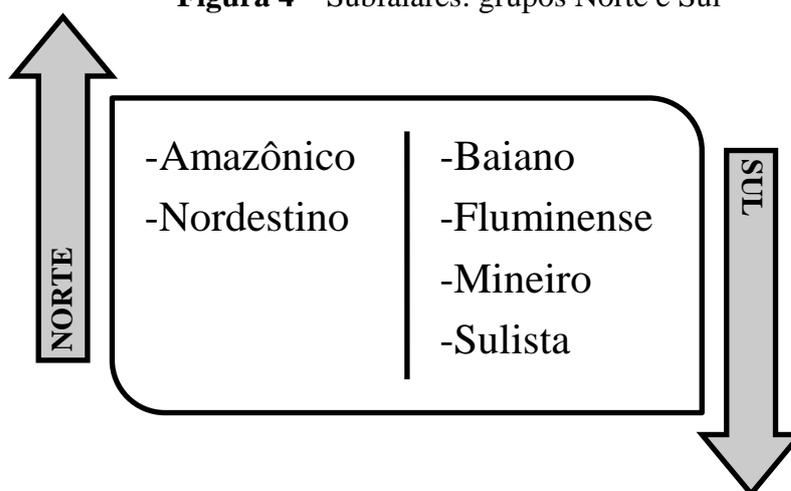


Fonte: Nascentes (1953, p. 18).

Nascentes (1953) disserta que as subdivisões linguísticas do Brasil possuem características próprias, originadas tanto pelo processo de povoamento quanto da influência de múltiplas culturas que interagiram ao longo da história do país. A colonização portuguesa, as relações com outras nações europeias, bem como a presença de imigrantes de diferentes origens, contribuem para a formação e diversificação desses subfalares. Por conseguinte, esses fatores contribuem para a riqueza da Língua Portuguesa falada nas diferentes regiões do país.

Nesse contexto, o autor propõe uma classificação dos subfalares brasileiros, agrupando-os em dois grandes blocos: norte e sul. As características desses grupos são marcadas pela “cadência e a existência de protônicas abertas em vocábulos que não sejam diminutivos nem advérbios em *mente*”. (Nascentes, 1953, p. 25). Na Figura 4, será destacada a organização desses dois grupos.

Figura 4 – Subfalares: grupos Norte e Sul⁹



Fonte: Elaborado pela autora com base em Nascentes (1953, p. 25-26).

A proposta de Nascentes ainda é considerada relevante para os estudos dialetais, pois vários trabalhos comprovam que o autor estava correto em sua subdivisão dos diferentes falares no Brasil. Cabe ressaltar que para análise dos dados o escritor percorreu “todo o Brasil, do Oiapoc ao Xuí, de Recife a Cuiabá” (Nascentes, 1953, p. 24), registrando as particularidades de cada região. Esse feito, tem favorecido substancialmente as pesquisas de cunho dialetal no país e tem servido como base para a realização de novas investigações nessa área.

Retomando a organização dos estudos dialetológicos no Brasil, este foi estruturado em fases, sendo a primeira dedicada aos trabalhos inerentes ao estudo do léxico, com foco nas particularidades do português no Brasil. Os registros eram efetuados por meio de dicionários e glossários, iniciando com os trabalhos de Balbi em 1826, como já citado.

A segunda fase dos estudos dialetológicos no Brasil, conforme Mota (2006), caracteriza-se pelo surgimento das primeiras reflexões Geolinguísticas no país, apresentando um caráter essencialmente monográfico. Esse formato de estudo concentrava-se na descrição detalhada e sistemática de variedade linguísticas específicas, analisando-as de forma isolada e aprofundada, sem estabelecer procedimentos metodológicos que fossem passíveis de comparações em diferentes regiões. O primeiro estudo desse período foi “O Dialeto Caipira” (1920), de Amadeu Amaral e o trabalho de Nascentes.

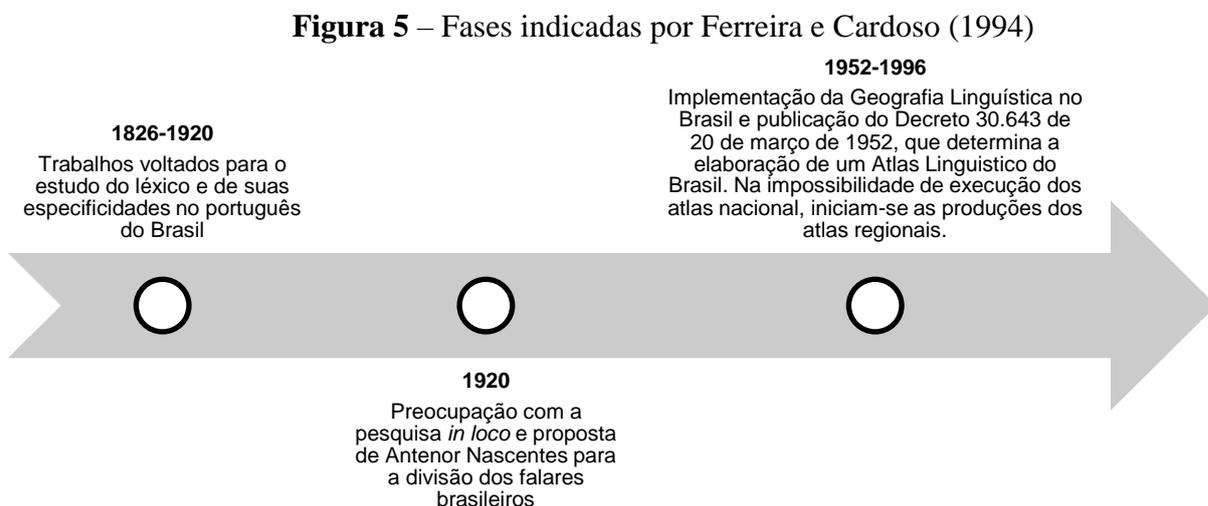
A terceira fase foi marcada pela publicação do Decreto de 1952, que estabeleceu a elaboração de um Atlas Linguístico do Brasil. Embora o projeto nacional não tenha sido

⁹ As setas empregadas simbolizam as Regiões Norte e Sul, considerando a distribuição cartográfica das duas regiões, respectivamente, o Norte (seta para cima) por estar posicionada na parte superior do mapa enquanto o Sul (seta para baixo) ocupa a área inferior.

viabilizado imediatamente, seu legado impulsionou a produção de atlas regionais, como o pioneiro *Atlas Prévio dos Falares Baianos* (Rossi, 1962). Segundo Mota; Cardoso (2013), essa fase representa a consolidação da Geolinguística no Brasil, substituindo o enfoque monográfico por mapeamentos sistemáticos e passivos de comparação.

[...] a divisão tripartida de Ferreira e Cardoso, os passos da história determinam e delimitam novos momentos. Nesse caso específico, a retomada da ideia de realização de um atlas linguístico geral do Brasil no que diz respeito à língua portuguesa e a concretização de um projeto específico com esse objetivo constituem-se no marco divisório e no ponto de partida para o quarto período da história dos estudos dialetais no Brasil (Mota e Cardoso, 2013, p. 125).

Considerando as fases indicadas por Ferreira e Cardoso (1994) e discutidas até aqui, estrutura-se a seguinte linha do tempo (Figura 5):



Fonte: Elaborado pela autora de acordo com Ferreira e Cardoso (1994).

As três fases propostas por Ferreira e Cardoso (1994) vigoram até 1996, quando o projeto do atlas nacional foi retomado. Esse marco histórico levou Cardoso et. al (2013) a proporem uma quarta fase na Dialetoologia brasileira, justificando que a fundação do Projeto ALiB não apenas expandiu os estudos geolinguísticos pelo território nacional, mas também revolucionou seus parâmetros metodológicos.

Essa quarta fase coincide com a incorporação dos princípios implementados pela Sociolinguística, a partir da segunda metade do século passado, levando a percorrer um caminho pluridimensional e abandonando, assim, a visão monodimensional- monoestrática, monogeracional, monogenérica, etc. – que predominou na Geolinguística que se costuma denominar, hoje, de “tradicional” (Cardoso et. al 2013, p. 128).

Esse paradigma pluridimensional consolidou-se quando os estudos geolinguísticos passaram a considerar, além da variação espacial (diatópica), fatores sociais como idade, gênero, escolaridade e profissão. Tal ampliação não se limitou a motivações linguísticas, mas refletiu também transformações sócio-históricas e políticas, conforme disserta Cardoso (2013):

A justificativa para essa redefinição de prioridades tem base não apenas linguística, mas também sócio-histórica e política. [...] Se se pensa na realidade atual e se procura relacioná-la ao passado, verifica-se um conjunto de mudanças e de transformações que ocorrem em todas as regiões, ainda que ora mais intensamente ora mais brandamente, conforme a área e as injunções históricas e políticas que sobre elas atuam (Cardoso, 2013, p. 62).

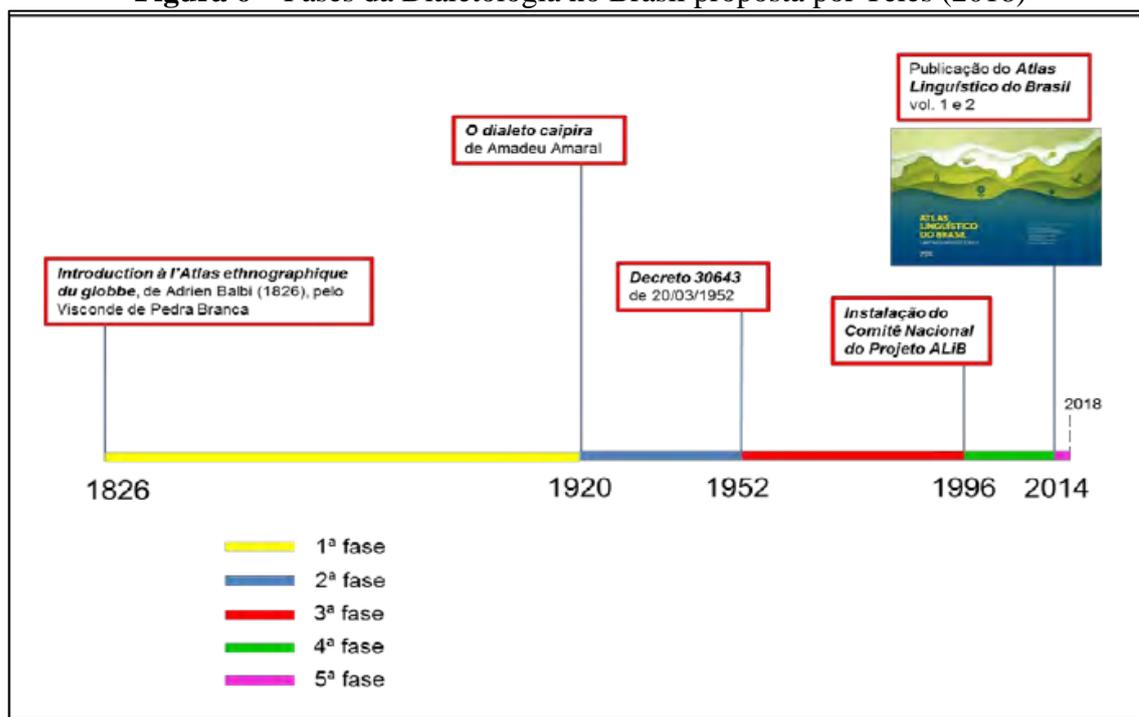
Avançando nessa cronologia, Mota e Cardoso (2006) identificaram que a quarta fase não apenas impulsionou os atlas regionais, mas também estimulou um crescente interesse pela Geolinguística no país, a partir da criação do Projeto ALiB.

Mediante as divisões de fases indicadas anteriormente, acresceu-se uma proposta adicional elaborada por Teles (2018) que sugere uma reorganização dos períodos e a inclusão de uma quinta fase, levando em conta acontecimentos notáveis na trajetória da Dialetoлогия no Brasil mais contemporâneas.

Conforme Teles (2018), a implantação de uma quinta fase nos estudos dialetais brasileiros deve englobar os dois primeiros volumes do Atlas Linguístico do Brasil. Essa fase teve seu marco inicial em 2014 com o lançamento dos dois primeiros volumes da obra, realizando um antigo anseio da Geolinguística nacional que remontava aos primeiros estudos dialetais do século XX. A consolidação definitiva desta fase deu-se em 2023, com a publicação do terceiro volume, que não apenas reafirmou a vitalidade dos estudos dialetológicos no país, mas também demonstrou a continuidade e a expansão desse projeto pioneiro.

A autora reforça que a publicação do atlas nacional impulsionou a realização de novos estudos no campo da Geolinguística, além de disponibilizar esse material para consulta em bibliotecas e em plataformas de divulgação em âmbito nacional. Esse avanço também contribuiu para o aumento de estudantes de pós-graduação que direcionaram suas pesquisas para o campo da Dialetoлогия tanto com base nos projetos originados pelo ALiB quanto por iniciativas de cunho individual. Desse modo, as fases da Dialetoлогия sugeridas por Teles (2018) seriam delimitadas conforme a Figura 6.

Figura 6 – Fases da Dialectologia no Brasil proposta por Teles (2018)



Fonte: Elaborado por Teles (2018, p. 81).

As diferenças entre as propostas elencadas, conforme já mencionado, referem-se a acontecimentos cruciais que marcaram a Dialectologia no Brasil. Pode-se perceber que, de maneira geral, os autores tendem a destacar os parâmetros metodológicos utilizados antes e após a implantação do Projeto ALiB. Essa iniciativa nacional é considerada o marco mais significativo da área, uma vez que os estudos passam a contar com o apoio de um projeto amplamente reconhecido e consolidado cientificamente no país.

Os parâmetros estabelecidos pelo ALiB não atendem apenas a uma perspectiva de estudo nacional, mas também tem servido como inspiração para a elaboração de atlas regionais e contribuído para a formação de pesquisadores na área. Portanto, direta ou indiretamente, o projeto também tem contribuído para o aprimoramento dos estudos geolinguísticos, com foco na compreensão das variações linguísticas das regiões mais isoladas, como áreas indígenas, comunidades quilombolas e pequenas cidades do interior a partir de coletas de dados específicos ou ainda a partir das informações provenientes do banco de dados do projeto.

Estes estudos refletem a crescente importância e a expansão da Dialectologia no Brasil, evidenciando que, o que antes era dificultado pela vasta extensão territorial e pelas condições de locomoção, hoje já não representam mais um obstáculo significativo.

Pensando na metodologia da recolha de dados, na seção secundária, abordam-se o método da Geolinguística e os princípios básicos para a produção de um atlas-linguístico.

2.6 Geolinguística: a metodologia empregada para a feitura dos atlas e sua produção no Brasil

Os fatores sociais como idade, gênero, escolaridade e profissão, são considerados aspectos da variação que em diferentes contextos, vêm ocupando lugar nos estudos dialetais, principalmente naqueles que se desenvolvem sob a metodologia da Geolinguística.

Estes quesitos são considerados indispensáveis para realização de uma análise panorâmica acerca da distribuição diatópica dos fenômenos linguísticos a serem estudados. No entanto, para realizar este trabalho, é necessário um planejamento prévio para verificação da viabilidade da pesquisa em questão e garantir assim sua realização completa.

A primeira ação a ser avaliada é a fixação dos pontos de inquérito, verificando a relação entre a extensão territorial e a população da área a ser analisada. As localidades a serem estudadas são delimitadas também de acordo com seu aspecto histórico, como no caso de áreas que tiveram povoamento antigo ou recente, se são grandes ou pequenos centros, a quantidade de população que é moradora e migratória, ou seja, aspectos que representam as particularidades gerais da região e visam um registro fidedigno da área analisada.

A escolha dos informantes é outro ponto a ser considerado. Para sua seleção é necessário delimitar o número de informantes que será entrevistado por ponto de inquérito e quais serão os elementos levados em conta para a escolha destes. Diante destas considerações, Ferreira e Cardoso (1994), assinalam que alguns princípios gerais são necessários para a escolha dos informantes:

[...] naturalidade, com precisão do local de nascimento; grau de escolaridade; profissão, domicílios e período de permanência em cada um deles; viagens efetuadas e duração de cada uma delas; naturalidade dos pais e do cônjuge; profissão dos pais e do cônjuge; outras atividades que desempenha; estado civil; número e idade de filhos. A estes se acrescentam outros que, pela natureza da área, precisem ser mantidos sob controle, como os que passam a exigir regiões marcadas pelo contato linguístico e pela existência de grupos bilíngues (Ferreira; Cardoso, 1994, p. 27).

No momento das entrevistas, é substancial a presença de um questionário, que servirá de guia para o inquiridor e funcionará como um “fio condutor da investigação por conter variáveis linguísticas que, numa última etapa, devidamente selecionadas, permitirão que se caracterizem as áreas dialetais” (Brandão, 1991, p. 32). A elaboração do questionário irá depender dos objetivos do projeto e do pesquisador e esse instrumento obedece a alguns critérios gerais:

[...] recomendações de José Joaquim Montes em *Dialectologia general e hispano-americana*, apresenta: a) para os atlas de territórios com variedade idiomática considerável e em que se dá especial atenção a aspectos etnográficos, convém elaborar dois questionários: um geral, para todas as localidades, outro (ou outros), especial para investigar aspectos que só se dão em algumas regiões (cultivo, indústrias, pesca); b) os questionários articulam-se por matérias: léxico, fonética, gramática; c) na sessão léxico, apresentam-se as questões por campos semânticos (exemplos: corpo humano, alimentação, vestuário etc); d) cada pergunta deve corresponder a um conceito preciso, bem delimitado e único, e não ser do tipo genérico que dê margem ao registro de materiais não-comparáveis por corresponderem a noções diferentes (Giraldo, 1982, p.67-68 *apud* Brandão, 1991, p.33-34).

A partir da delimitação dos quesitos apresentados anteriormente, inicia-se a recolha dos dados. Este trabalho é realizado por meio de entrevistas com os informantes, de modo que se obtenha um material homogêneo e passível de comparação.

No momento da aplicação, os inquiridores deverão fazer o trabalho de campo, o que exige a visita nas localidades selecionadas. Este deslocamento pode fazer com que o pesquisador tenha de lidar com determinadas situações, como as apontadas por Brandão (1991)

a) o grau de receptividade das comunidades que se vão estudar; b) o tipo de questionamento adequado ao elemento humano com que se lidará, em vista de sua realidade cultural; c) a postura a ser assumida durante a entrevista, a fim de que se estabeleça a maior identidade possível entre o documentador e o informante, quebrando-se assim, quaisquer barreiros de ordem social; d) o modo de formulação das perguntas, para que não se induza o informante a respostas que fujam às estruturas lingüísticas que lhe são peculiares, evitando-se, por exemplo, eu imite a variedade do documentador; e) o cuidado de abarcar, em seus mínimos detalhes, os fatos que se quer focalizar (Brandão, 1991, p. 34-35).

Ao localizar o ponto de inquérito, cabe ao inquiridor estabelecer contato com os informantes e aplicar o questionário. De modo simultâneo, ele deverá utilizar um gravador para registrar os áudios dos informantes, visto que, a pronúncia e o vocabulário dos entrevistados poderão ser analisados posteriormente.

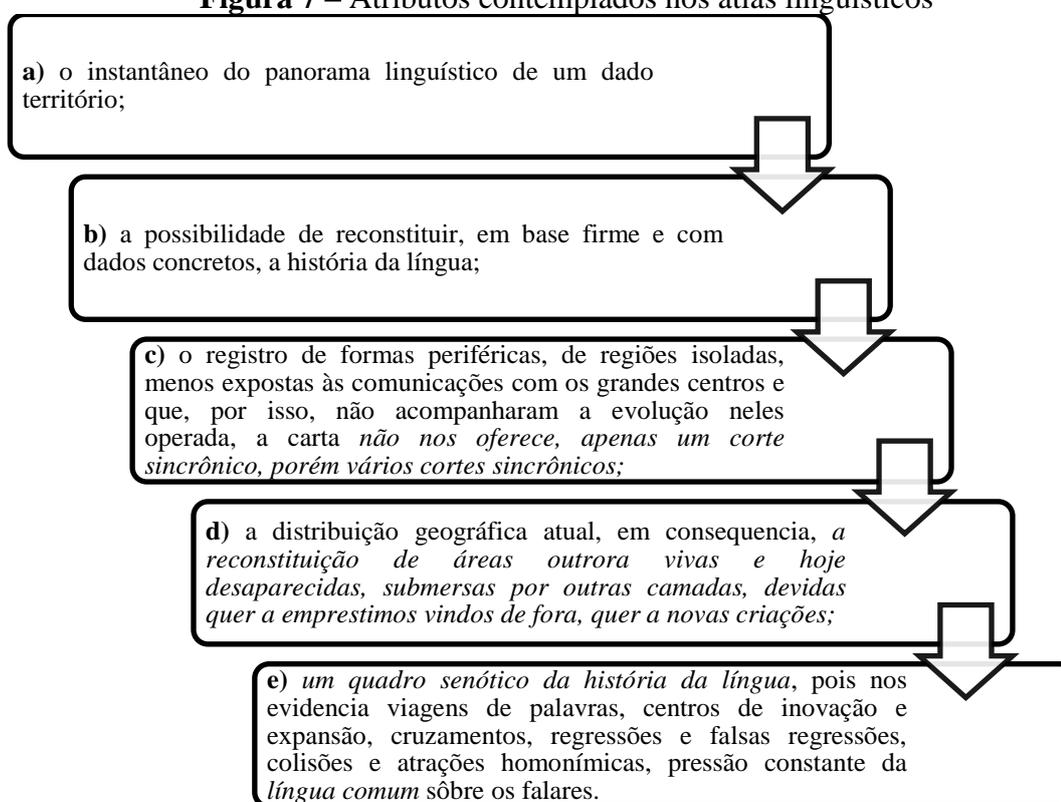
Um ponto importante a ser ressaltado é a orientação de que as entrevistas devem acontecer no ritmo do informante, em um lugar confortável e com pausas para evitar esgotamento, devido a quantidade elevada de perguntas que o material possui.

Portanto, após estes processos, o pesquisador deverá fazer uma análise detalhada dos dados obtidos e a partir destes produzir as cartas que irão representar essas informações nos atlas. As cartas deverão ser selecionadas e elaboradas de acordo com o objetivo do trabalho e pensadas na necessidade dos usuários a que se destina. Segundo Serafim da Silva Neto (1957), esse conjunto de cartas formam os atlas lingüísticos, que se definem como:

[...] reuniões de cartas em que o material linguístico está distribuído topograficamente. Cada carta apresenta um instantâneo dialetal da área explorada: nelas podemos observar, sincronicamente, todas as maneiras de dizer, pronunciar, construir frases, enfim, todos os meios de expressão de que dispõe o grupo humano estudado (Silva Neto, 1957, s/pág.).

O autor disserta que uma carta linguística possui uma riqueza em relação aos estudos comparativos, esclarecendo que: “o presente vem iluminar o passado” (Silva Neto, 1957, s/pág.). Dessa forma, serão apresentados na Figura 7, os atributos que devem ser abordados nos atlas linguísticos segundo Silva Neto (1957).

Figura 7 – Atributos contemplados nos atlas linguísticos



Fonte: Elaborado pela autora com base em Serafim da Silva Neto (1957, s/pág.).

Somado a isso, outro elemento que deve ser avaliado é o inquiridor, uma vez que ele fará o contato direto com os informantes. Sob essa questão, as autoras Aguilera; Mota; Milani; (2004), relatam que cabe ao inquiridor:

[...] conhecimento aprofundado dos questionários, da atenção quanto à reformulação das questões que não foram previamente respondidas, assim como do limite de insistência nas perguntas não respondidas pelos informantes. [...] o estilo coloquial da linguagem a ser adotada pelo inquiridor, de modo a proporcionar um ambiente informal, estabelecendo uma relação de confiança entre o entrevistado e entrevistador (Aguilera; Mota; Milani, 2004, p. 55).

É imprescindível que o inquiridor tenha domínio dos métodos de investigação e do objetivo da pesquisa, assim como o conhecimento das abordagens que devem ser adotadas e dos contextos sociais e culturais em que a coleta será realizada. Somado a isso, estar familiarizado com os instrumentos que serão utilizados na recolha dos dados e preparar-se para lidar com possíveis imprevistos.

Aguilera; Mota; Milani (2004) ainda reforçam que as relações humanas devem ter uma atenção especial do inquiridor, sendo “recomendável que o pesquisador procure estabelecer uma relação de empatia com o informante e tenha sensibilidade suficiente para abstrair aspectos da sua realidade cotidiana”. Diante disso, cabe ao entrevistador atentar-se tanto aos procedimentos linguísticos, quanto aos extralinguísticos.

Em conclusão, constata-se que os parâmetros delimitados pela Geolinguística formam um conjunto de procedimentos metodológicos, que visam a qualidade dos dados obtidos. Portanto, fundamentado nesses dados, na próxima seção secundária, realiza-se uma contextualização acerca das bases teóricas do Projeto ALiB, o maior projeto em andamento no país que utiliza essa metodologia.

2.7 Projeto Atlas Linguístico do Brasil: bases teóricas e contextualização

O Projeto Atlas Linguístico do Brasil (Projeto ALiB) surgiu através da iniciativa de um grupo de pesquisadores do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia. Essa manifestação remonta ao ano de 1952, período em que foi publicado o Decreto 30.643, de 20 de março que tratava sobre a produção do Atlas nacional.

Os estudiosos da época, como Serafim da Silva Neto e Antenor Nascentes, argumentavam que as dimensões territoriais e as questões de mobilidade demonstravam que a elaboração do atlas nacional não seria uma tarefa de fácil conclusão. Por esse motivo, os autores sugerem que a criação de atlas regionais serviria como um apoio fundamental para a realização do atlas do Brasil. Em defesa desse ponto de vista, Nascentes discorre:

Embora seja de toda vantagem um atlas feito ao mesmo tempo para todo o país, para que o fim não fique muito distanciado do princípio, os Estados Unidos, país vasto e rico e com excelentes estradas, entregou-se à elaboração de atlas regionais, para mais tarde juntá-los no atlas geral. [...] Assim devemos fazer em nosso país, que é também vasto (Nascentes, 1958, p. 7 *apud* Mota, Cardoso, 2006).

Entretanto, durante o período entre 1958 a 1996, os estudos em prol da elaboração do atlas nacional permaneceram inativos. Esse interesse foi reavivado com vigor a partir do Seminário Caminhos e Perspectivas para a Geolinguística no Brasil que ocorreu em Salvador, em 1996. Nesse evento reúnem-se dialetólogos e estudiosos da área de Dialetologia do país além do pesquisador Michel Contini, diretor do *Atlas Linguistique Roman* e membro do Comitê diretor do *Atlas Linguarum Europae* para discutir sobre a viabilidade da produção do atlas nacional. A partir desse evento, nasce o Atlas Linguístico do Brasil.

Atualmente, o Comitê Nacional é composto por uma diretora-presidente: Jacyra Andrade Mota, uma diretora executiva: Silvana Soares Costa Ribeiro e onze diretores científicos: Abdelhak Razky, Aparecida Negri Isquerdo, Conceição de Maria de Araújo Ramos, Fabiane Cristina Altino, Felício Wessling Margotti, Marcela Moura Torres Paim, Maria do Socorro Aragão, Marilúcia Barros de Oliveira, Regiane Coelho Pereira Reis, Valter Pereira Romano e Vanderci de Andrade Aguilera¹⁰.

O Projeto ALiB tem como objetivo a realização de um “panorama histórico- social do país, e a importância do conhecimento sistemático e geral da realidade linguística brasileira” (Cardoso, 2010, p. 168). Dessa forma, contribui para o entendimento da língua e de suas variáveis, “eliminando visões distorcidas que privilegiam uma variante tida como culta e estigmatiza as demais variantes, causando desse modo, ao ensino-aprendizagem da língua materna consideráveis prejuízos” (Cardoso, 2010, p. 169).

A metodologia aplicada pelo projeto é fundamentada na Geolinguística, considerando do mesmo modo os fatores sociais. Sendo assim, será pontuado no Quadro 2 os seis objetivos adotados pelo Projeto Atlas Linguístico do Brasil (Cardoso, 2010).

¹⁰ Informações retiradas do Documentos 8 do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), organizado por Ramos; Altino; Paim (2022). Em 2023, na UFMS, foi realizado o XV WorkALiB e o Comitê Nacional foi ampliado. Passaram a integrá-lo: Alcides Fernandes de Lima (UFPA) e José de Ribamar Mendes Bezerra (UFMA) (cf. <https://alib.ufba.br/comite-nacional>).

Quadro 2 – Objetivos do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB)

Nº	Descrição
1	Descrever a realidade linguística do Brasil, no que tange à Língua Portuguesa, com enfoque prioritário na identificação das diferenças diatópicas (fônicas, morfossintáticas, léxico-semânticas e prosódicas) consideradas na perspectiva da Geolinguística.
2	Oferecer, aos estudiosos da Língua Portuguesa (linguistas, lexicólogos, etimólogos, filólogos etc.), aos pesquisadores de áreas afins (história, antropologia, sociologia etc.) e aos pedagogos (gramáticos, autores de livros texto, professores), subsídios para o aprimoramento do ensino/aprendizagem e para uma melhor interpretação do caráter multidialetal do Brasil.
3	Estabelecer isoglossas com vistas a traçar a divisão dialetal do Brasil, tornando evidentes as diferenças regionais através de resultados cartografados em mapas linguísticos e de estudos interpretativos de fenômenos considerados.
4	Examinar os dados coletados na perspectiva de sua interface com outros ramos do conhecimento-história, sociologia, antropologia etc.- de modo a poder contribuir para fundamentar e definir posições teóricas sobre a natureza da implantação e do desenvolvimento da Língua Portuguesa no Brasil.
5	Oferecer, aos interessados nos estudos linguísticos, um considerável volume de dados que permita aos lexicógrafos aprimorarem os dicionários, ampliando o campo de informações; aos gramáticos atualizarem as informações com base na realidade documentada pela pesquisa empírica; aos autores de livros didáticos adequarem a sua produção à realidade cultural de cada região; aos professores aprofundar o conhecimento da realidade linguística, refletindo sobre as variantes de que se reveste a Língua Portuguesa no Brasil e, conseqüentemente, encontrando meios de, sem desprestigiar os seus dialetos de origem, levar os estudantes ao domínio de uma variante toda como culta.
6	Contribuir para o entendimento da Língua Portuguesa no Brasil como instrumento social de comunicação diversificado, possuidor de várias normas de uso, mas dotado de uma unidade sistêmica. Como se depreende dessa enumeração, o Projeto ALiB está direcionado para atingir quatro grandes objetivos: (i) A descrição da realidade espacial e, conseqüentemente, a busca de definição de áreas dialetais demarcáveis através de isoglossas; (ii) O fornecimento de dados que possam contribuir para o aprimoramento do ensino-aprendizagem da língua materna; (iii) A indicação de caminhos que explicitem a interface entre os estudos geolinguísticos e os demais ramos do conhecimento, sobretudo trazendo elementos da língua que possam aclarar questões de outra ordem do saber cientificamente organizado; (iv) Por fim, mas não em último lugar, o reconhecimento, ou melhor, a apresentação do português brasileiro como instrumento social de comunicação diversificado, possuidor de várias normas de uso, mas dotado de uma unidade sistêmica.

Fonte: Elaborado com base em Cardoso (2010, p. 169-171).

Tais objetivos foram desenvolvidos com o intuito de orientar projetos futuros de elaborações de atlas linguísticos, alinhando-se aos objetivos de cada pesquisa. Dessa forma, de acordo com Cardoso, (2010, p. 171):

[...] definiu-se uma metodologia que permitisse alcançar o alvo, para o conhecimento da qual se destacam: a estrutura organizacional do projeto, a rede de pontos, o perfil dos informantes, os questionários linguísticos, a realização de inquéritos linguísticos experimentais, a formação de inquiridores e as reuniões nacionais de coordenação (Cardoso, 2010, p. 171).

A fim de perfazer inquéritos e recolher informações de todo o país, o projeto ALiB estabeleceu uma rede de pontos que é constituída por 250 localidades distribuídas por todo o território nacional e selecionadas de acordo com critérios demográficos, históricos e culturais,

tendo-se, também, levado em consideração a extensão de cada estado/região e a natureza de seu povoamento na delimitação do número de pontos da área.

Diferentemente do que tem sido feito tradicionalmente em trabalhos de natureza dialetal, não se consideram prioritários aspectos como antiguidade e grau de isolamento com relação a centros mais desenvolvidos da região. Em relação à dimensão, são incluídas cidades de grande e médio porte e, inclusive, todas as capitais, à exceção apenas de Brasília (Distrito Federal) - em vista da data de sua criação – e Palmas, capital do recém criado Estado de Tocantins, cidade ainda em formação na época da delimitação dos pontos.

De acordo com o *Documentos 4 – ALiB* (Cardoso et.al., 2013), o estabelecimento da rede de pontos do Projeto ALiB foi definido com base em alguns princípios fundamentais, a saber: **a)** análise da rede de pontos apresentada por Antenor Nascentes; **b)** exame das redes de pontos dos atlas regionais brasileiros publicados e; **c)** conhecimento sistemático da história, do povoamento e do processo de desenvolvimento das diferentes áreas brasileiras.

Além disso, a rede de pontos foi definida levando em conta a densidade demográfica de cada Região e Estado, assim como a distribuição espacial dos pontos, com os ajustes necessários tanto para áreas com densidade abaixo de 1,0 quanto para aquelas com densidade populacional elevada. Entre as áreas com densidade inferior a 1,0, destacam-se os estados do Acre e do Amapá, ambos com previsão de dois pontos e, Roraima, com apenas um ponto. Por outro lado, nas regiões de grande densidade populacional, houve uma redução no número de pontos previstos. Essa situação não ocorreu na Região Norte do país.

Adicionalmente, além da distribuição espacial, foram considerados os seguintes critérios: **a)** a existência de zonas dialetais já delimitadas através de pesquisas anteriores, **b)** a importância da localidade no estado ou região e, **c)** os limites interestaduais e internacionais.

Na seleção das localidades para coleta de dados do Projeto ALiB, também foi avaliada a proposta de Nascentes (1958), resultando em 134 localidades coincidentes com os 606 pontos por ele sugerido em 1958. Em relação aos atlas regionais já publicados, registraram-se 44 casos de coincidência, sendo: nove no Atlas Prévio dos Falares Baianos (*APFB*), dois no Atlas Linguístico do Sergipe (*ALS*), 21 no Atlas Linguístico da Paraíba (*ALPB*), oito no Atlas Linguístico do Paraná (*ALPR*) e 32 no Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul (*ALERS*).

O perfil dos informantes procura atender a questões espaciais, por isso são filhos da localidade pesquisada e de pais também da área, mas também inclui o controle de variáveis sociais tais como idade, sexo e escolaridade. O número total atinge a casa dos 1100 informantes, distribuídos equitativamente por duas faixas etárias – 18 a 30 anos e 50 a 65 anos – e

contemplando os dois sexos, sendo quatro por localidades do interior e oito por localidades do tipo capital de Estado.

Quanto à escolaridade, os participantes devem ser alfabetizados, com ensino fundamental incompleto, exceto nas capitais dos estados, nos quais são acrescentados mais quatro informantes de nível universitário, mantendo-se as mesmas correlações de sexo e faixa etária. Além disso, devem possuir uma profissão definida, que não exija grande mobilidade e que esteja inserida no contexto social local.

Na impossibilidade de se documentar três grupos com idades distintas, o que acarretaria um aumento de custos, optou-se pelo registro de informantes de faixas mais distanciadas. Tal opção procura atender às possibilidades de melhor confronto entre usos por diferentes faixas etárias (jovens versus não jovens) e, também, propiciar a análise da variação e das mudanças linguísticas.

Quanto ao instrumento de coleta de dados, deliberou-se pela aplicação de três tipos de questionário direcionados (Fonético-fonológico, Semântico-lexical e Morfossintático), além de um acréscimo de questões voltadas para pragmática, discursos semidirigidos e leitura textual, conforme pontuado na Figura 8:

Figura 8 – Parâmetros dos questionários linguísticos do ALiB

Fonético-fonológico	<ul style="list-style-type: none">•159 perguntas•Dentre elas, 11 são questões de prosódia
Semântico-lexical	<ul style="list-style-type: none">•202 perguntas
Morfossintático	<ul style="list-style-type: none">•49 perguntas
Outras questões	<ul style="list-style-type: none">•04 questões de pragmática•06 temas para discursos semidirigidos (relato pessoal, comentário, descrição e relato pessoal)•01 texto para leitura- "parábola dos sete vimes"

Fonte: Elaborado pela autora, com base no questionário do ALiB (2001).

Conforme exposto, as informações sintetizam a composição do instrumento de coleta de dados empregado para a realização dos inquéritos. Neste estudo, o foco recairá especificadamente sobre os dados provenientes do questionário semântico-lexical. Diante disso, o tópico subsequente será dedicado a apresentação histórico-geográfica do Norte do Brasil, uma vez que a compreensão do processo de ocupação territorial e formação sociocultural dessa

região é fundamental para analisar a distribuição e a variação dos fenômenos linguísticos investigados.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA

Nesta seção, realiza-se a contextualização histórica e geográfica da Região Norte do Brasil. Inicialmente, abordam-se a trajetória histórica do país e a atuação dos órgãos governamentais responsáveis pela coleta e análise de dados geográficos e estatísticos, do período colonial à contemporaneidade. Caracteriza-se cada fase histórica, com destaque para os acontecimentos mais relevantes que influenciaram o desenvolvimento nacional.

Em seguida, examinam-se os fatores que contribuíram para a transição do Brasil de uma configuração predominantemente rural para uma configuração urbana. Adicionalmente, analisam-se as particularidades de cada estado do Norte do país, considerando suas dimensões territoriais e distribuição populacional. Dessa forma, a seção inicia-se com informações relevantes sobre o Brasil, estabelecendo as bases necessárias para a compreensão das especificidades da região em estudo.

3.1 O Brasil: história do país

Os estudos realizados acerca da formação geográfica do Brasil iniciaram em meados do século XX. De acordo com Andrade (1999), as principais publicações sobre esta área foram realizadas principalmente pelo autor Raimundo Lopes, seguido de Agamenon Magalhães, sendo o último considerado como um dos maiores geógrafos do seu tempo.

Durante o período imperial, as atividades relacionadas ao recenseamento populacional eram coordenadas pela Diretoria Geral de Estatística, fundada em 1871. No entanto, com o advento da República, o governo reconheceu a necessidade de expandir essas atividades, principalmente depois da implantação do registro civil de nascimentos e óbitos em 1889.

A Diretoria Geral de Estatística foi responsável por esses dados até 1934, quando foi extinta e suas atribuições foram transferidas para os ministérios competentes. Devido à carência de um órgão especializado para administrar e coordenar as pesquisas estatísticas no país, foi criado o Instituto Nacional de Estatística (INE), que iniciou suas atividades em 1936.

No ano seguinte, foi instituído o Conselho Brasileiro de Geografia, que se integrou ao INE, resultando na sua reestruturação como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE). Desde então, o IBGE tem sido o principal órgão responsável pela coleta, análise e divulgação de dados estatísticos e geográficos no Brasil¹¹.

Os responsáveis pelo instituto recrutaram geógrafos graduados pelas Universidades de São Paulo e do Distrito Federal (na época, Rio de Janeiro), além de especialistas diplomados em outras áreas correlatas como estatística e cartografia. A geografia no Brasil seguiu delineamentos teóricos e metodológicos diversos.

[...] contando com a influência de geógrafos franceses, como Pierre Deffontaines, Pierre Monbeig e Francis Ruellan, associados aos pesquisadores brasileiros: Delgado de Carvalho, Aroldo de Azevedo, José Veríssimo da Costa Pereira e Josué de Castro começaram a desenvolver estudos de campo e pesquisas que consolidaram o conhecimento geográfico de caráter científico no país. Como o território brasileiro era pouco conhecido, dominaram sobretudo os estudos monográficos, quase sempre voltados para o rural ou para o urbano, considerados praticamente como dois mundos antagônicos (Andrade, 1999, p. 25).

Foram realizados estudos sobre a divisão regional do Brasil, das políticas de expansão territorial e da análise das áreas de colonização no Sul do país. Contudo, persistia uma preocupação latente com a reorganização política e territorial da nação. Com o intuito de abordar essas questões de organização territorial, o IBGE empreendeu a padronização das estatísticas nacionais, a elaboração do mapa do Brasil e a implementação de uma política para transformação e integração do território.

A delimitação das regiões e divisão das unidades políticas possuem o intuito de atender a fins administrativos, estatísticos ou didáticos. Conforme podemos constatar na obra de Guimarães (1942):

Pode-se, assim, afirmar que, uma vez perfeitamente conhecidos e interpretados os fatos geográficos, um dado território só poderá admitir uma única divisão em regiões naturais. Trata-se evidentemente, dum ideal longínquo a atingir-se, e nunca se poderá dizer, em dado momento, que se chegou à divisão definitiva. Novas observações, novas interpretações mais corretas, permitirão sempre um progressivo aperfeiçoamento da divisão regional (Guimarães, 1942, p. 04).

O autor defende que é essencial considerar as realidades geográficas ambientais ou “regiões naturais¹²” denominação também utilizada para se referir a essas áreas. Nesse sentido,

¹¹ As informações foram retiradas do site oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/acesso-informacao/institucional/o-ibge.html>. Acesso em: 04 ago. 2024.

¹² De acordo com o geógrafo Padre Geraldo Pauwels, “região natural é um território que constitui uma unidade por sua própria natureza física tomada dum modo integral”. Trata-se de pôr em destaque aqueles fenômenos que

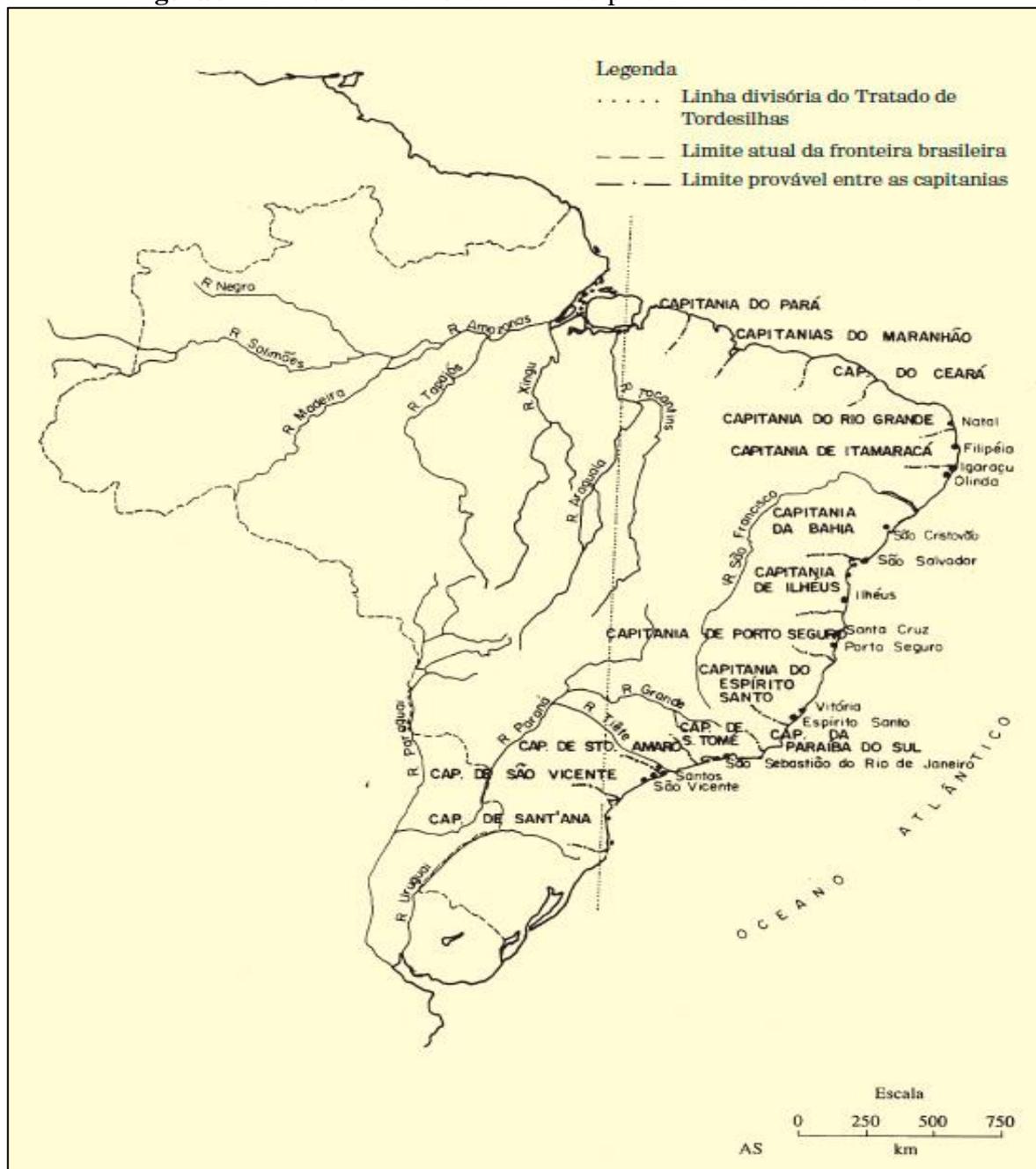
a padronização da divisão regional é crucial para erradicar quaisquer inconsistências, assegurando que os dados sejam apropriados para comparações em diferentes épocas.

Ademais, a delimitação do território brasileiro foi um processo gradual, prolongado e desafiador, que se estendeu por cinco séculos de história. Esse transcurso iniciou com a chegada dos portugueses a nossa costa no início do século XVI.

Além disso, a legitimidade da posse do território foi formalizada por Pedro Álvares Cabral por meio do Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494. Esse tratado estabelecia as fronteiras de posse para os portugueses em relação às terras “descobertas” por Cabral em 1500, conforme a Figura 9:

se apresentam como “nota característica”, ou aqueles que dão “um cunho particular à respectiva região” (Guimarães, 1941, p. 09).

Figura 9 – Divisão de terras determinado pelo Tratado de Tordesilhas



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística¹³.

Visando uma expansão territorial para o interior do país, Portugal adotou um sistema de capitânias hereditárias que “tencionava estabelecer mecanismos de efetivo controle sobre o litoral atlântico de suas terras americanas” (IBGE, 2007, p. 23). De modo a promover a ocupação do Brasil foram doadas algumas terras entre o ano de 1534 e 1536.

¹³ Informações extraídas do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/construcao-do-territorio/capitanias-hereditarias.html>. Acesso em: 20 ago. 2024.

Essa doação ocorreu por meio do sistema de capitânicas, método em que os donatários tinham a responsabilidade de administrar, povoar e cultivar a terra, comprometendo-se a torná-la produtiva dentro de um prazo estipulado. Entretanto, este regimento não solucionou integralmente as questões de ocupação e colonização do Brasil, devido às interferências estrangeiras e aos conflitos indígenas, que acarretaram na improdutividade do sistema. Em contrapartida, foi através dessa estrutura que foram estabelecidos os primeiros núcleos de ocupação e colonização do Brasil como São Vicente e Pernambuco.

Mediante ao fracasso com as capitânicas hereditárias, os portugueses optaram em centralizar o poder na colônia, visando administrar o território de forma mais eficiente. Para isso, instituíram o cargo de governador-geral, cuja função era promover o desenvolvimento populacional e econômico, bem como assegurar a expulsão de invasores.

Com o estabelecimento do primeiro Governo Geral, em 1549, confiado a Tomé de Souza, teve início o esboço de uma organização administrativa mais centralizada no Brasil, ano em que foi fundada a cidade de Salvador (IBGE, 2007, p. 23).

Posteriormente a este período, realizou-se a União Ibérica, momento em que ocorre o anexo de Portugal à Espanha nos anos de 1580 a 1640, contribuindo fundamentalmente para a construção do território brasileiro por meio da diluição das fronteiras estabelecidas pelo Tratado de Tordesilhas. Nesta fase, houve uma expansão dos limites territoriais tanto para o norte quanto para o sul, além do adentramento para o interior do país.

O período da união Ibérica dividiu os governos do norte e do sul do Brasil, este último compreendendo os territórios do Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Vicente. Em 1621, o Estado do Maranhão – cuja capital era São Luís e o território se expandia até a Amazônia – separou-se do Estado do Brasil, com capital em Salvador, que compreendia as capitânicas ao sul do Rio Grande do Norte (IBGE, 2007, p. 25).

As conquistas de terras iniciadas pela Espanha contribuíram sobremaneira para ampliação do território brasileiro. Posteriormente, os portugueses deram continuidade a esse processo após um prolongado período de guerra em prol de conquistas territoriais.

As explorações para conquistar o interior do país adentrando ao sertão do Maranhão (1653), o sul de Mato Grosso (1660), o sertão do Espírito Santo (1664), o Piauí, Tocantins, Amazonas e Belém (1673). O território do Brasil espalhava-se ao Norte e ao Centro-Oeste, aumentando ainda o conhecimento sobre os rios e o relevo das regiões conquistadas. A divisão do Brasil em dois estados seria abolida em 1652, mas restaurada dois anos depois com a criação do Estado do Maranhão e Grão-Pará (IBGE, 2007, p. 27).

Durante os séculos XVI, XVII o Brasil passou por diversas transformações devido a disputas de poder. No entanto, no final do século XVIII, Portugal enfrentou conflitos relacionados à definição da metrópole, movimentos estes que culminaram na independência do Brasil em 1822, como resultado das numerosas revoltas locais e da falta de consolidação da unidade territorial. O período de mudanças administrativas perdurou até meados do século XX, no qual o país passou de fato a ter a extensão territorial que hoje conhecemos.

Em 1943, sob a vigência da Constituição de 1937, foram criados cinco territórios, áreas subordinadas à administração do governo federal, entre os quais o Território Federal do Rio Branco, transformado em 1962 em território de Roraima; o Território Federal de Guaporé, que se tornou Território Federal de Rondônia, em 1956; e o Território Federal do Amapá. Em 1962 o Acre foi elevado à categoria de estado e, em 1979, foi criado o Estado do Mato Grosso do Sul. [...] Com a Constituição de 1988 foi criado o Estado do Tocantins e elevados à categoria de estados os territórios remanescentes, configurando os 26 estados que hoje formam o território brasileiro (IBGE, 2007, p. 32).

A divisão política das terras foi estabelecida pela Constituição Federal de 1988 que criou 26 estados e um Distrito Federal. Essa configuração tem como objetivo assegurar uma organização político-administrativa eficiente do país. Deste modo, os 26 estados e o Distrito Federal estão divididos em cinco regiões, sendo elas: Região Norte (7 estados); região Nordeste (9 estados); região Centro-Oeste (3 estados + DF); região Sudeste (4 estados); região Sul (3 estados), conforme ilustrado na Figura 10.

Figura 10 – Regiões e Estados do Brasil



Fonte: Elaborado pela autora com base em Consulado Honorário do Brasil.

Ao longo das décadas e a partir da delimitação das regiões e os estados da federação, as cidades expandiram-se e se tornaram importantes centros de vida urbana. A independência resultou na dispersão de numerosos portugueses, muitos dos quais se dedicaram ao comércio. Além disso, diversos países passaram por mudanças drásticas, o que provocou um período de imigração para o Brasil, contribuindo assim para o crescimento econômico e o aumento do fluxo urbano. Portanto, com base nas informações elencadas, o próximo tópico abordará dados relativos à formação da Região Norte.

3.2 Formação da Região Norte

Com base nas divisões regionais de todo o território brasileiro, optou-se por selecionar a Região Norte para realizar um estudo focado especificadamente no campo semântico-lexical das perguntas 62/QSL e 63/QSL do questionário do Projeto ALiB, levando em conta que essas perguntas ainda não foram analisadas nas localidades que compõem a rede de pontos do Projeto ALiB para a Região Norte. Além disso, será explanado sobre a composição dessa região, levando em conta sua origem e as características específicas de cada estado.

O processo de colonização da região teve início no século XVII, mais precisamente em 1612, quando os franceses se estabeleceram no Maranhão, fundando São Luís. Durante esse período, a Coroa Portuguesa não demonstrou grande interesse em ocupar a região, contudo, diante dos riscos de perder o território, os portugueses travaram uma luta contra os franceses que ali haviam se instalado e, em 1616, os portugueses reconquistaram o território e fundaram Belém (Barbosa, 2018, p. 43).

Os colonizadores adotaram a estratégia de se estabelecer no Maranhão, adjacente ao vale amazônico, com o objetivo de propiciar um desenvolvimento paralelo e a integração com os índios. Além disso, a região se beneficiava do contato com as fronteiras internacionais e de rotas fluviais que favoreciam o comércio tanto internacional quanto local.

No entanto, a baixa densidade populacional dificultava a organização e a produção dos recursos extraídos da floresta. “Dessa maneira, como forma de aumentar a produção sem grandes custos, os portugueses iniciaram o processo de escravização dos índios” (Barbosa, 2018, p. 43).

Os indígenas reagiram a tais atos, dando início a guerra contra os portugueses. Eles buscavam refúgio em tribos afastadas e de difícil acesso com o objetivo de não serem descobertos por seus adversários. Todavia, esta estratégia não foi o suficiente, pois a batalha resultou na morte de muitos índios, diminuindo ainda mais o povoamento do território.

Inúmeros foram os conflitos ocorridos com o intuito de obter controle sobre os indígenas, pois eles exerciam o papel principal de mão de obra na época. Esse cenário começa a mudar em 1750, ano em que o rei de Portugal nomeia Marquês de Pombal para ocupar o cargo de primeiro ministro do Brasil, gerando reformas no domínio comercial entre Brasil e Portugal e aprofundando a dominação da metrópole.

Marquês de Pombal (Sebastião José de Carvalho e Melo) impulsiona a imigração de escravos para a Região Norte, realiza inúmeras modificações no sentido político administrativo, proíbe o uso da língua geral e monopoliza o comércio. Os índios passam a ser integrados estrategicamente de modo definitivo na sociedade, por meio de uma lei que incentivava a ocupação da região.

A novidade consistia, para o português, em tomar uma das índias semicativas como esposa oficial, diferenciando os filhos desta como seus herdeiros em detrimento do conjunto dos que os gerava. Desse modo, ao lado da vida tribal que fenecia em todo o vale, alçava-se uma sociedade nova de mestiços que constituiria uma variante cultural diferenciada da sociedade brasileira: a dos caboclos da Amazônia (Ribeiro, 1995, p. 316).

Ribeiro (1995), explana que a miscigenação na Amazônia gerou a formação de três classes de povos: os índios tribais, a população urbanizada e os índios genéricos. Os primeiros se refugiavam nas cabeceiras dos rios para se proteger de todos que quisessem roubar suas mulheres e filhos para o trabalho extrativista.

Por outro lado, a população urbanizada apresentava em sua formação indivíduos que não estavam vinculados a nenhuma etnia indígena, nenhuma cultura e aqueles que eram mestiços. Essa população falava predominantemente o português e desempenhava um papel fundamental na sustentação da ordem colonial. Por fim, os índios genéricos conhecidos por sua resistência, mostraram-se competentes na liderança da economia da floresta, desempenhando um papel essencial na dinâmica regional.

De acordo com Ribeiro (1995, p. 320), os indígenas “tomaram por várias vezes o poder, mas incapazes de retê-lo se viram derrotados e reescravizados”. Essa sequência de repreensão foi rompida ao curso das manifestações “*Cabanagem*” e “*Balaiada*”¹⁵. Ambos se referem a grupos que envolveram os índios, ex-índios, negros, mamelucos e tropas oficiais que resultaram em um massacre de populações indígenas.

Em termos econômicos, posteriormente a região amazônica experienciou uma fase de prosperidade, impulsionada pela extração de borracha.

Nessa economia, a terra em si não tem qualquer valor e a mata exuberante que a cobre só representa obstáculo para alcançar aquelas raras espécies realmente úteis. [...] A conscrição da mão-de-obra é alcançada pelas formas mais insidiosas de aliciamento e mantida mediante o uso da força, combinado com um sistema de endividamento do qual nenhum conscrito pode escapar (Ribeiro, 1995, p. 325).

O ciclo da borracha ocorreu entre o final do século XIX e o início do século XX. Durante esse período, a região Amazônica tornou-se um importante centro de produção de borracha devido à crescente demanda global e passou por três fases principais: Exploração e Extração; Desenvolvimento Econômico e, posteriormente, Declínio. As principais características de cada uma dessas fases foram:

¹⁵Cabanagem foi a mais radical e violenta revolta do período das regências no Brasil, com caráter eminentemente popular, envolvendo facções da elite e a massa popular, formada por índios, negros e mestiços, tendo por resultado a tomada do poder no Estado pelas classes populares, o que configura a singularidade deste levante. O movimento começou em 7 de janeiro de 1835 e terminou em 1840 (Guedes, 2012, p. 57).

A Balaiada foi uma revolta popular ocorrida na província do Maranhão, entre 1838 e 1841. Seu nome se referia aos balaios, cestos fabricados na região. As classes menos favorecidas estavam insatisfeitas com a situação precária vivida e não toleravam mais os desmandos dos líderes locais que governavam a província de forma autoritária. Informações disponíveis no Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/balaiada.htm>. Acesso em: 08 set. 2024.

- **Exploração e Extração:** A exploração das seringueiras e a extração do látex eram realizadas principalmente por meio de seringais, que eram grandes áreas dedicadas ao cultivo e a coleta de borracha.
- **Desenvolvimento Econômico:** A riqueza gerada pelo comércio da borracha trouxe um período de prosperidade para cidades como Manaus e Belém, que experimentaram um rápido crescimento e desenvolvimento urbano.
- **Declínio:** O ciclo da borracha entrou em declínio no início do século XX devido a vários fatores, incluindo a competição com a borracha cultivada em plantações na Ásia, no Reino Unido e nos Países Baixos. Resultando em uma redução da demanda. O colapso do mercado global de borracha afetou profundamente a economia da região, resultando em uma crise econômica e social.

Com o fim do ciclo da borracha, a região passou por vários acontecimentos significativos como: Expansão da Fronteira Agrícola (1960-1970); Criação da Zona Franca de Manaus (1967); Desmatamento e Impactos Ambientais (1980-1990); Movimento ambiental e Internacionalização da Amazônia (1980-1990) e Políticas de Desenvolvimento Sustentável (2000 em diante).

Atualmente, o órgão responsável pela preservação da floresta amazônica é a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia- SUDAM, conforme a Lei Complementar nº. 124. de 03.01.2007, por meio da Amazônia Legal. Este projeto tem como finalidade promover o desenvolvimento inclusivo e sustentável na sua área de atuação, assim como a integração econômica nacional e internacional. Deste modo, na seção terciária será abordado sobre a formação populacional do interior do Brasil, com destaque para a Região Norte.

3.3 O interior do Brasil: formação populacional

No período colonial, de acordo com Caio Prado Junior (1961, p. 33), “cerca de 60% da população colonial, ou seja quase 2.000.000 de habitantes; concentram-se numa faixa litorânea que não ultrapassa para o interior”. Essa porcentagem evidencia um desequilíbrio entre as áreas litorâneas e fronteiriças em relação ao restante do território. A preferência pelas regiões litorâneas era motivada pela presença de terras férteis, juntamente com a facilidade de colheita e exportação marítima dos cultivos agrícolas.

O início do povoamento da região central do Brasil envolveu diversos grupos, incluindo migrantes provenientes do litoral e das fronteiras, bem como imigrantes europeus e escravos trazidos da África. Inicialmente, o objetivo desses grupos era a extração de minérios, todavia, essa atividade mineral exploratória teve uma duração limitada, permanecendo relevante por apenas meio século.

[...] em meados do século XVIII, as minas começam a dar sinais de cansaço; a decadência franca é do terceiro quartel do século. Cessa então a corrente de povoamento para o interior; e até, em muitos casos, ela se inverte. Renasce o litoral e a agricultura recupera a primazia (Prado Junior, 1961, p. 34).

No entanto, a partir do século XIX, observa-se uma mudança nesse padrão, com a migração da população para o interior do país. Inicialmente a inserção ocorre de modo lento para o sertão nordestino e para a bacia amazônica, aumentando o processo de exploração na primeira metade do século XVIII com a descoberta do ouro em Minas Gerais, Cuiabá e Goiás.

Fatores como estes ocorreram no decorrer dos cinco séculos em que a população do Brasil passou pelo processo formativo, vivenciando assim sucessivas transformações. Ribeiro (1995) explana que:

Uma copiosa documentação histórica mostra que, poucas décadas depois da invasão, já se havia formado no Brasil uma protocélula étnica neobrasileira diferenciada tanto da portuguesa como das indígenas. Essa etnia embrionária, multiplicada e difundida em vários núcleos — primeiro ao longo da costa atlântica, depois trasladando-se para os sertões interiores ou subindo pelos afluentes dos grandes rios —, é que iria modelar a vida social e cultural das ilhas-Brasil. Cada uma delas singularizada pelo ajustamento às condições locais, tanto ecológicas quanto de tipos de produção, mas permanecendo sempre como um renovo genésico da mesma matriz (Ribeiro, 1995, p. 269-270).

Anteriormente, a organização da economia era caracterizada por grupos distintos: as atividades relacionadas ao cultivo de cana-de-açúcar, era predominantemente realizadas nas regiões litorâneas; a pecuária era concentrada no interior; a mineração estava focalizada na região central do país; o extrativismo era característico da Amazônia e a atividade pastoril estava restrita ao extremo sul. No entanto, esses labores começaram a se diversificar e expandir por todo o território nacional ao longo dos anos.

Diante de tais considerações, ao focar a análise na Região Norte, a Amazônia é considerada como referencial, sendo utilizada principalmente para a coleta de recursos, como os seringais responsáveis pela produção de borracha, bem como para extração de produtos da vasta diversidade de vegetação, que forneciam substâncias de interesse medicinal.

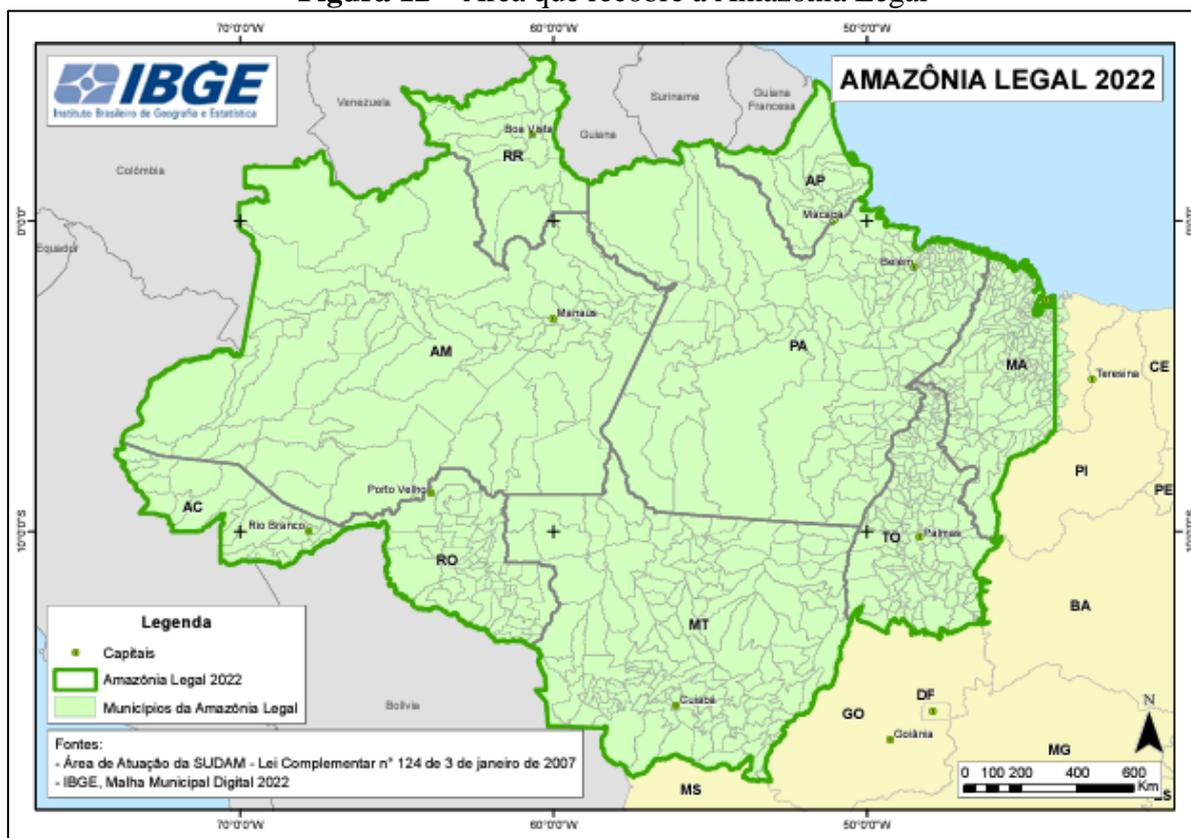
O autor Darcy Ribeiro (1995, p. 307) nomeia essa região do país como “O Brasil caboclo”, formado pela “emigração de cerca de meio milhão de nordestinos conduzidos a Amazônia nas últimas décadas do século passado e nas primeiras deste, para a exploração dos seringais nativos”. Durante o ciclo da borracha, a floresta amazônica enfrentou um processo de devastação que persiste até os dias atuais, resultando na conversão de suas áreas em pastagens e grandes plantações comerciais.

Além de sua rica vegetação, a floresta tropical apresenta terras férteis adequadas para a produção de alimentos, bem como uma diversidade de animais, aves e peixes, tornando-a singular e cobiçada. Dessa maneira, no ano de 2007 de acordo com a Lei Complementar n. 124, de 03.01.2007, a Amazônia Legal foi instituída com o objetivo de definir a delimitação geográfica da região política de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia- SUDAM, com a finalidade de promover o desenvolvimento includente e sustentável de sua área de atuação e a interação competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional¹⁶.

A dimensão regional que compõe o território da Amazônia Legal abrange os estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Tocantins, Mato Grosso, parte do Maranhão, ou seja, a Região Norte está integrada ao plano de proteção e sustentabilidade, conforme é possível visualizar na Figura 12.

¹⁶ Informações retiradas do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15819-amazonia-legal.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 03 ago. 2024.

Figura 12 – Área que recobre a Amazônia Legal



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.¹⁷

Como se pode notar na Figura 12, a região é a mais extensa em termos de área territorial, ao passo que sua população é formada por apenas 17.354.884 habitantes, o que a torna a segunda menos populosa do país, correspondendo a apenas 8,5% do total de residentes (IBGE, 2022). Essa baixa densidade populacional pode ser atribuída à vasta área coberta por um ecossistema de floresta densa, que dificulta a ocupação humana.

De acordo com estudos científicos, além da imensa floresta, a região abriga a maior bacia hidrográfica das Américas e o maior rio do mundo, o Rio Amazonas. Em decorrência disso, a população está em grande parte, concentrada nas margens dos rios, onde a subsistência está fortemente ligada a pesca.

De acordo com Cruz (2004), o Amazonas abriga o rio com maior volume de água do planeta, estendendo-se por 6.840km. Somado a seus afluentes, forma a Bacia Hidrográfica Amazônica, que detém cerca de 25% da água doce da Terra, destas 6,5 milhões de km² encontram-se em território brasileiro.

¹⁷ Figura extraída do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15819-amazonia-legal.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 03 ago. 2024.

Ainda sob a perspectiva do autor, a Bacia Hidrográfica Amazônica, é composta por aproximadamente 1.100 rios, com numerosos afluentes, conforme ilustrado no Anexo – B¹⁸(Mapa das bacias hidrográficas da Região Norte). Na margem direita, destacam-se os rios Javari, Jutai, Juruá, Tefé, Coari, Purus e Madeira. Na margem esquerda, encontram-se o Iça (ou Putomaio), o Japurá, o Negro, o Nhamundá, o Uatumã e o Urubu. Além dos rios, a região abriga centenas de ilhas fluviais e os maiores arquipélagos fluviais do mundo, como o arquipélago de Mariuá, que possui um conjunto de mais de 700 ilhas situadas a 656km de Manaus e o arquipélago de Anavilhanas, com cerca de 200 ilhas localizadas a 100 km da capital.

Portanto, com intuito de esclarecer mais detalhes sobre a região, o próximo tópico abordará a transição do meio rural para o urbano, começando com um panorama do contexto nacional e incluindo elementos específicos da Região Norte no seu desenvolvimento. Tendo em vista que as perguntas (062/QSL e 063/QSL) a serem analisadas se referem a área temática das atividades agropastoris, a qual está diretamente ligada ao contexto rural.

¹⁸ Mapa das bacias hidrográficas selecionado do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM). Disponível em: <https://panorama.sipam.gov.br/geonetwork/srv/por/catalog.search#/metadata/5888145d-a537-4bc8-85b3-baec22294c92>. Acesso em: 04 mai. 2025.

3.4 A passagem do Brasil rural para o urbano

A história do Brasil é marcada por uma transição significativa do ambiente rural para o urbano, refletindo mudanças profundas nas estruturas sociais, econômicas e políticas do país. Esta transformação, que se intensificou a partir da segunda metade do século XX, é um fenômeno complexo que envolve a urbanização acelerada, a industrialização e as mudanças de perfil demográfico e social. Dada a assertiva, neste tópico, será explorado as principais fases dessa transição, assim como suas causas e consequências.

De acordo com Cardoso (2010), historiadores e sociólogos caracterizam o Brasil, até o início do século XX, como predominantemente rural, uma herança das práticas colonizadoras estabelecidas ao longo do litoral brasileiro. No entanto, segundo a autora, fenômenos recentes, como a Revolução Industrial e a globalização propiciaram o surgimento de grandes centros urbanos e estimularam a migração de populações, anteriormente rurais para essas áreas em busca de melhores oportunidades financeiras e sociais.

De acordo com Marx (1994), no início da industrialização, os meios técnicos ainda dependiam de fontes externas para fornecer movimento às máquinas. O meio rural foi utilizado para sediar as indústrias, uma vez que, neste período, algumas máquinas necessitavam de força motora, que era obtida por meio de animais ou forças naturais, como quedas d'água e moinhos de vento.

A base do conceito rural reside na dimensão econômica. O rural é caracterizado por um tipo específico de atividade: a produção de alimentos por meio do cultivo de plantas e da criação de animais. A esta atividade econômica estão associados todos os outros aspectos que definem o rural, em especial a distinção ambiental. No espaço rural, o contato com a natureza é direto e constante e a própria atividade econômica é realizada ao ar livre.

O ambiente rural apresenta uma tendência histórica de maior resistência à inovação tecnológica, pois “nas atividades rurais lida-se com organismos vivos e com as forças da natureza, que não podem ser inteiramente controlados” (Solari, 1979 *apud* Osório e Siqueira, 2001, p. 73). Essa característica intrínseca às atividades agropecuárias ajuda a compreender por que a mobilidade social tende a ser mais limitada nesses contextos.

Observa-se que as comunidades rurais, por sua menor escala e homogeneidade, desenvolvem dinâmicas sociais particulares. A reprodução de estruturas tradicionais e o acesso mais restrito a oportunidades econômicas e educacionais criam um cenário onde a ascensão social se mostra menos frequente.

Entretanto, este cenário foi se transformando a partir do “desenvolvimento da máquina a vapor, a força motriz foi domada e a indústria tornou-se espacialmente independente, podendo se instalar nos centros urbanos” (Osório e Siqueira, 2001, p. 73). A industrialização foi estimulada pela política de substituição de importações e pelo investimento em infraestrutura, como a construção de estradas e ferrovias.

Em consonância, o autor Ribeiro (1995, p. 198), alude que “a industrialização e a urbanização são processos complementares que costumam marchar associados um ao outro”. Além da busca por melhores oportunidades de vida e a busca por ‘progresso’, outros fatores que impulsionaram a migração da população rural para os centros urbanos foram os monopólios de terra e a monocultura.

A Tabela 1, apresenta um comparativo que indica a população rural e urbana do Norte nos anos de 1970 a 2010, com intervalos de 10 anos ¹⁹entre cada ponto de dados.

Tabela 1 – População rural e urbana residente na Região Norte

ANO	TOTAL	URBANA	RURAL
1970	3.603.679	1.626.275	1.977.404
1980	5.880.706	3.036.264	2.844.442
1991	10.030.556	5.922.574	4.1707.982
2000	12.911.170	9.027.976	3.883.194
2010	15.864.454	11.669.066	4.195.388

Fonte: Elaborado pela autora com base no censo demográfico do IBGE²⁰.

Conforme os dados do censo demográfico do IBGE (1970-2010), a população brasileira quadruplicou no período, com crescimento significativo tanto no total populacional quanto nas áreas urbanas. Contudo, a análise regional revela particularidades importantes, pois embora o Norte do país tenha acompanhado a tendência nacional de declínio rural nas últimas décadas, mantém ainda um contingente populacional rural expressivo. Cabe destacar que, após os anos de 1990, a Região Norte apresentou uma pequena inversão nesta tendência, registrando novo crescimento populacional na área rural.

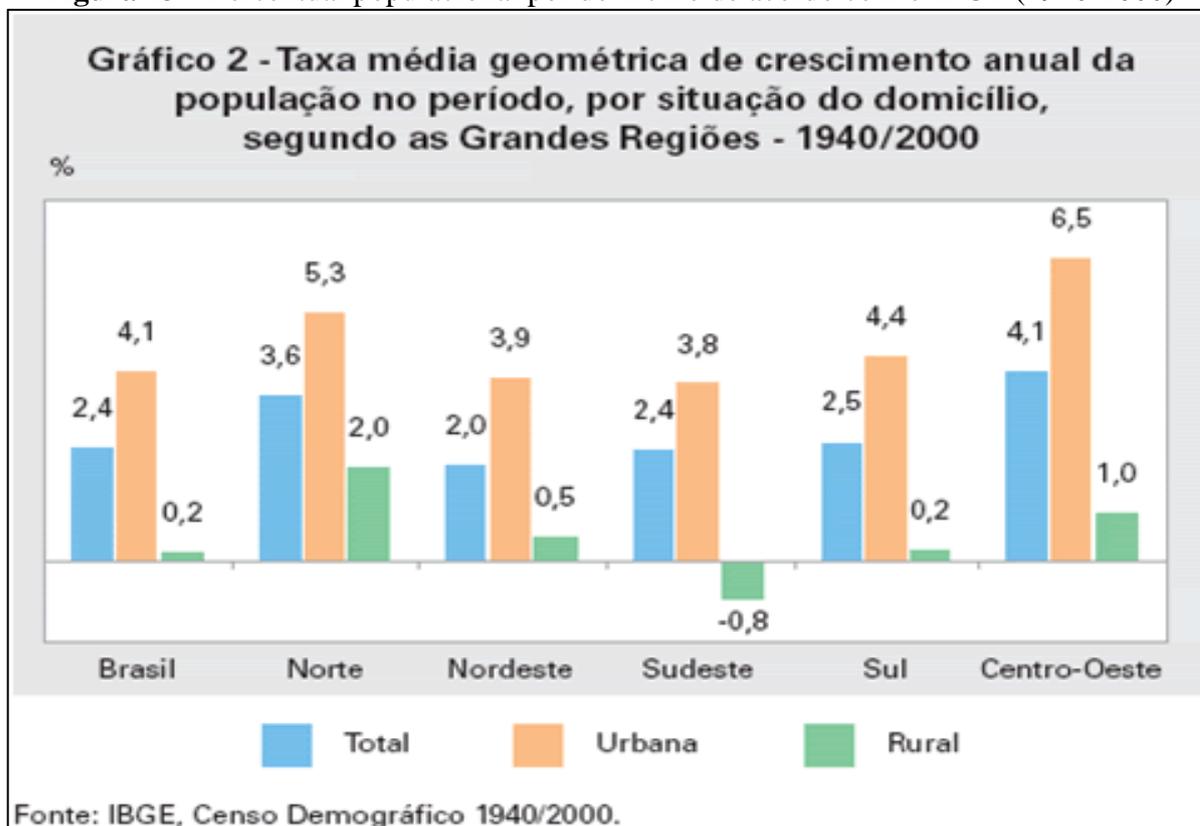
Em resumo, no decorrer do século XXI, o país passou a se caracterizar como predominantemente urbano, com uma taxa que aumentou de 31,3% para 81,2%. O estudo também revela que as maiores taxas de crescimento anual foram observadas nas regiões Centro-Oeste (4,1%) e Norte (3,6%). Entre os estados com maiores aumentos populacionais destacam-se: Rondônia (8,0%) e Roraima (6,0%), devido à expansão da fronteira agrícola iniciada na

¹⁹ A exceção é o ano de 1991 em que o censo é realizado 11 anos após o último levantamento.

²⁰ Informações coletadas do censo demográfico do IBGE. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/200#resultado>. Acesso: 09 set. 2024.

década de 1970. Em complemento a essas informações, a Figura 13 ilustra, por meio do gráfico, o comparativo populacional rural x urbano das regiões do Brasil dos anos 1940 a 2000.

Figura 13 – Percentual populacional por domicílio de acordo com o IBGE (1940-2000)



Fonte: Agência notícias IBGE (1940/2000).

De acordo com a Figura 13, na década de 40, menos de um terço (31,3%) da população morava nas cidades, enquanto no 2000 essa proporção aumentou para 81,2%. Assim como a população aumentou com o passar dos anos, novos municípios também foram criados. No censo de 1940, o Brasil contabilizava 1.574 municípios, nos quais ao longo dos 60 anos posteriores foram criados mais 3.933, totalizando hoje 5.565.²¹

Realizando um levantamento das áreas urbanizadas na Região Norte, foco deste estudo, nota-se que segundo os dados coletados pelo IBGE em 2019, o estado do Amapá (AP), possuía uma área territorial de 142.470,762 km² (cerca de 142 mil), porém somente 151,22 km² são urbanizadas.

²¹ Informações extraídas do site: Agência de notícias IBGE. Estudo revela 60 anos de transformações sociais no país. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/13300-asi-estudo-revela-60-anos-de-transformacoes-sociais-no-pais#:~:text=05/2007%2007h01-.Entre%20os%20Censos%20de%201940%20e%202000%2C%20a%20popula%C3%A7%C3%A3o%20brasileira,%25%20para%2061%2C8%25>. Acesso em: 31 ago. 2024.

Validando esses percentuais, Rabelo (2007, p. 07), coordenador da elaboração do Atlas do Amapá relata que “a contribuição populacional das áreas urbanas é acentuadamente maior que do meio rural, cuja densidade demográfica é de 0,32 hab./km, o que se reflete na presença de grandes vazios demográficos”.

Esse percentual pode se dar, devido a fisiografia da região, na qual é marcada por dois grandes domínios naturais: “i) o domínio das terras inundáveis, representado pelas várzeas nas formas de florestas ribeirinhas e campos inundáveis; ii) domínio das terras firmes, cuja maior representatividade é de florestas densas com diferenciações locais em diversidade e estrutura” (Rabelo, 2007, p. 07).

No estado de Roraima (RR), a área territorial é de 223.644,530 km² (aproximadamente 223 mil km²), dos quais 229,30km², são urbanizados. Pedro Marcelo Staevie (2011) discorre que Roraima é o estado mais setentrional do país, com uma população de 451 mil habitantes, sendo 285 mil na capital, Boa Vista. Segundo o autor, esses dados demonstram que a quantidade de habitantes é abaixo do estimado para o estado, o que pode estar relacionado com fatores históricos, geográficos e socioeconômicos.

Nesse contexto, a ocupação do território começou a ser impulsionada na década de 1970, com a colonização agrícola e a “corrida do ouro”, que atraiu milhares de pessoas de diversas partes do país para a exercer a atividade garimpeira no interior do Estado.

Entretanto, embora a atividade garimpeira predomine nas áreas rurais, a população se concentrou na capital, Boa Vista, em virtude de um incentivo governamental implementado em 1980. Essa iniciativa visava promover o crescimento populacional do território por meio de uma política urbana concentrada. Como resultado, foram criados 55 novos bairros até 2010. Esse salto demográfico influenciou significativamente a expansão demográfica e urbana do estado.

O terceiro estado da Região Norte é o Amazonas que dispõe de uma área territorial de 1.559.255,881 km² (cerca de 1 milhão, 559 mil km²), contando com uma área urbanizada de 669,46 km². Assim como já mencionado, devido a sua extensão, o Amazonas é caracterizado como o maior estado tanto do país quanto da região. Adicionalmente, possui o maior volume de água do mundo, abrigando aproximadamente 1.100 rios. Em consonância, sua flora e fauna são igualmente notáveis, destacando-se pela elevada diversidade florística e sendo reconhecida como a maior área florestal do planeta.

Assim como o estado de Roraima, a maior parte da população reside no município de Manaus, capital do estado. De acordo com o censo do IBGE de 2022, há 3.941.613 de habitantes, ou seja, cerca de 2,53 habitantes por km².

De acordo com a obra “Amazonia em mapas”, elaborado pelo governo estadual, quando a população residente era de 2,812 milhões, 79% estava concentrada em áreas urbanas e 21% na zona rural. Dentro da população urbana do estado, 52% viviam na cidade de Manaus. A população rural por sua vez, correspondia a 29% do total, distribuída entre oito municípios: Coari, Manicoré, Manacapuru, Careiro, Careiro da Várzea, Itacoatiara, Maués e Parintins. O restante da população estava disperso em outras localidades do estado, com porcentagens menores de habitantes.

Cruz (2004, p. 32), autora do *Atlas Linguístico do Amazonas Vol. I- (ALAM)*, versa que “diversos povos – como espanhóis, portugueses, holandeses, franceses e ingleses – travaram inúmeras lutas para disputar a posse da região ao decorrer dos séculos XVI, XVII e XVIII”. A Amazônia, devido a sua rica diversidade ambiental, facilitou a exploração de produtos agrícolas e a produção do látex, o que atraiu migrantes de todo o país, principalmente nordestinos, bem como estrangeiros, em busca de melhores condições de vida na região.

O período de exploração da borracha foi breve e, após este período, houve uma estagnação econômica que perdurou quase um século. Em resposta a esse cenário, o governo criou a Zona Franca de Manaus (ZFM), com o objetivo de integrar o Amazonas ao capitalismo internacional. A proposta era que, o comércio de importação gerasse um intenso mercado e criasse novos empregos.

Além da política da ZFM, foi estabelecida uma Zona de Processamento Industrial, destinada a oferecer incentivos fiscais para a instalação de indústrias de diversos setores e, conseqüentemente, criar um Distrito Industrial. Essas medidas contribuíram para a migração de habitantes das áreas rurais para os centros urbanos em busca de oportunidades de trabalho, resultando na diminuição da população nas zonas rurais desde então.

O estado do Pará, de acordo com o censo do IBGE de 2022, apresenta uma área territorial de 1.245.870,704 km² (cerca de 1 milhão, 245 mil km²), das quais 1.745,77 km² são urbanizadas. A população residente, atualmente de 8.120.131 pessoas, distribui-se de forma que há uma média de 6,52 habitantes por km².

A respeito da área analisada, foi realizado um estudo sobre os “Aspectos Dialetais do Português Jurutiense (PA) e Solimoense (AM): um estudo sobre o léxico”, dos autores Azevedo e Margotti (2012). O trabalho descreve que as duas localidades estão situadas no espaço da

grande Região Amazônica, e compartilham a dedicação à pesca e a pequenas atividades agrícolas, como o cultivo da mandioca.

No entanto, enquanto essas práticas são comuns, algumas localidades do Médio Solimões apresentam um grau maior de urbanização, onde parte da população se dedica a atividades industriais e comerciais. Essa diversificação econômica reflete as diferentes dinâmicas sociais e econômicas presentes na região, destacando as particularidades de cada localidade.

As principais atividades econômicas do estado são formadas pelo comércio extrativista de minério de ferro, alumínio, madeira, carvão vegetal e lenha, açaí, castanha-do-pará e palmito. A produção agrícola também possui grande influência, destacando-se na produção do dendê, mandioca e pimenta-do-reino. Na pecuária, sobressaem os rebanhos de bubalinos e bovinos.

Um dos fatores de maior importância para a colonização da imensa extensão geográfica do Estado foi a construção da estrada de ferro Belém-Bragança, iniciada no governo do Visconde de Maracaju. No ano de 1896 foi publicada uma lei que autorizada o governador Lauro Sodré a proceder um programa de colonização com estímulo à migração. No período de 1896 a 1900, verificou-se a entrada de 13.299 imigrantes de Portugal e da Espanha. O fator migratório e a atração que a própria ferrovia exerceu sobre diversas camadas da população permitiram a fixação de grande fluxo de famílias nas proximidades dos trilhos de ferro, assim como propiciou o aumento de núcleos agrícolas (Guedes, 2012, p. 57).

Na sequência dos estados, encontra-se o Acre que contempla uma área territorial de 164.173,429 km² (cerca de 164.173 mil), dos quais 216,14 km² são área urbanizada (IBGE, 2019). A população acreana é formada por 830.018 pessoas, que corresponde a 5,06 habitantes por km².

De acordo com Karlberg (2018) autor do Atlas Etnolinguístico do Acre, o estado é classificado como um dos estados brasileiros com menor densidade demográfica. Sua formação remonta a 1877, período em que a região ainda estava sob domínio boliviano. O processo de colonização ocorreu principalmente com a chegada de migrantes provenientes do Nordeste, mais precisamente do Ceará, que se deslocaram para a região em busca da borracha encontrada na Floresta Amazônica. Nas décadas seguintes, até o final do século XIX, a população do território era de aproximadamente cinquenta mil brasileiros.

Ainda, segundo a autora, em 1903, “os seringueiros lutaram com as tropas bolivianas para realizar a ocupação da região” (Karlberg, 2018, p. 21). Após negociações diplomáticas entre o governo do Brasil e da Bolívia, o controle do Acre foi assumido pelo Brasil em 1904 e a área foi estabelecida como Território Federal do Acre, sendo posteriormente promovida a

estado em 1964. O estado experenciou um desenvolvimento significativo com a produção do látex, embora a produção tenha entrado em declínio em 1913. Apesar disso, o Acre ainda se destaca como um dos maiores produtores e exportadores de borracha no Brasil.

Além da produção do látex, as principais atividades econômicas que regem o estado são: a extração da castanha, a pecuária e a agricultura. No século XX, o extrativismo vegetal tem se sobressaído, atraindo migrantes de outras regiões para o estado. A locomoção da área é realizada somente por meio de transportes fluviais e pela BR-364.

O estado é subdividido em duas mesorregiões e uma microrregião: Mesorregião do Vale do Juruá; Mesorregião do Vale do Acre e Microrregião do Purus. Essas divisões desempenham um papel crucial na organização e no desenvolvimento regional. As mesorregiões se tratam de divisões geográficas que ajudam a compreender e a planejar melhor as políticas públicas, assim como o desenvolvimento econômico e social da região.

Localizado no estado vizinho ao Acre, está Rondônia (RO), dispendo de uma área territorial de 237.754,172 km², destas, 532,23 km² são urbanas. A população local, de acordo com o censo de 2022 é de 1.581.196 pessoas, o que equivale a 6,65 habitantes por km².

A população urbana também é estimada em índices superiores à rural. De acordo com o censo realizado pelo IBGE em 2010, havia aproximadamente 1.142.648 habitantes urbanos e 417.853 rurais.

A formação do estado de Rondônia é única entre os estados brasileiros, pois resulta de um acordo internacional, o Tratado de Petrópolis²². Nesse tratado, o Brasil adquiriu as terras do Acre em troca da construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré. A área foi desmembrada dos estados de Amazonas e Mato Grosso e que não dependia diretamente de um rio, mas sim da rodovia BR-364, que é a principal porta de entrada para a Amazônia brasileira ligando o Sudeste, Centro- Oeste e o Norte do país.

A história da região é fortemente influenciada por ciclos econômicos. O primeiro deles foi a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, resultado do Tratado de Petrópolis. Durante o período da construção, trabalhadores de diversos países se deslocaram para a região para trabalhar na obra e muitos acabaram se estabelecendo ali. Simultaneamente, iniciou-se a

²² Tratado de permuta de territórios e outras compensações entre o Brasil e a Bolívia assinado na cidade de Petrópolis em 17 de novembro de 1903, aprovado pelo Congresso Nacional em 12 de fevereiro de 1904, sancionado pelo presidente Rodrigues Alves em decreto de 18 de fevereiro, com troca mútua de ratificações em 10 de março, pelo qual se estabeleceram os limites entre Brasil e Bolívia e a incorporação definitiva do Acre ao território nacional. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/TRATADO%20DE%20PETR%C3%93POLIS.pdf>. Acesso em: 04 set. 2024.

corrida pelo chamado “ouro negro” – a borracha – que também atraiu imigrantes nordestinos para os seringais ali localizados.

Tais eventos deram o pontapé para o segundo ciclo econômico na região, ocorrendo entre na década de 1940, quando a borracha era essencial para o abastecimento das tropas Americanas, da América do Norte durante a Segunda Guerra Mundial. Posteriormente, o terceiro ciclo estabeleceu-se por meio do garimpo de diamante, cassiterita e ouro. Na sequência, entre as décadas de 1960 a 1980, houve um novo ciclo de migração, com muitas famílias se estabelecendo na busca por terras férteis, o que tornou Rondônia conhecida como um novo Eldorado.

O estado recebeu o nome de Rondônia em homenagem ao Marechal Cândido Rondon, explorador da região. Em 1982 foi levada à categoria de estado da federação e a partir de então pertencente ao território da União²³.

A população do estado devido à grande imigração e migração durante os ciclos de produção econômica, diversos povos dessas etnias deram sua contribuição para a sociedade rondoniense, cuja identidade regional ainda está em formação. [...] Rondônia é um estado cosmopolita, uma mistura de várias culturas, de tal sorte que ainda não há nenhum traço cultural prevalecendo sobre outro por causa das intensas e constantes ondas de migração. (Teles; Razky; Coimbra, 2022, p. 93).

Com o objetivo de registrar as variações linguísticas presente na região, o *Atlas Linguístico de Rondônia*²⁴ está em fase de elaboração, de modo que possa futuramente, contribuir para o conhecimento das dimensões fonético-fonológico, léxico-semântico e morfossintático da localidade.

No que se refere às atividades econômicas da área investigada, Montenegro e Ribeiro (2019), expõe que o estado apresenta predominância nas atividades agrícolas e no extrativismo. Sua economia é majoritariamente baseada na produção de mandioca, milho, arroz, café, sendo a cassiterita é o principal produto de exploração mineral.

Em relação aos municípios do estado, a capital Porto Velho é a cidade de maior extensão territorial e população. A capital abriga um alto grau de adensamento urbano, consequência das obras de implantação das Usinas Hidrelétricas do Complexo Madeira, que receberam investimentos significativos e atraíram mão de obra de diversas localidades.

²³ Informações retiradas do site oficial do Governo de Rondônia. História. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/diof/sobre/historia/>. Acesso em: 03 set. 2024.

²⁴ O Estado da Arte do Projeto Atlas Linguístico de Rondônia se refere a um artigo elaborado por Iara Maria Teles, Abdelhak Razky e Diego Coimbra (2022). Este artigo apresenta informações acerca dos pressupostos teórico-metodológicos e das fases de elaboração do atlas.

Conseqüentemente, incluiu tanto trabalhadores de outras regiões quanto moradores da área rural, que se deslocam para a área urbana onde estão situadas as usinas, ou para outros municípios e regiões em busca de melhores condições de vida. Assim, a história da localidade é marcada por diversos ciclos econômicos que moldaram seu desenvolvimento.

Por fim, o último estado da Região Norte é o Tocantins. Conforme o censo de 2022, possui uma extensão territorial de 277.423,627 km², sendo 553,49 km² de área urbanizada. A população está estimada em 1.511.460 pessoas, o que resulta em 5,45 habitante por km².

Tocantins é um dos estados mais recente do Brasil, criado em 1988 após desmembramento de terras do estado de Goiás. O território é resultado da colonização e da diversidade das populações que configuram a formação desse novo estado. Embora tenha pertencido a Goiás e, conseqüentemente, à região Centro-Oeste até a década de 80, a área que hoje compreende Tocantins sempre foi identificada como a porção norte, apresentando características distintas das do sul goiano e demonstrando afinidade com localidades das regiões Norte e Nordeste.

Ao longo de 50 anos de exploração de minas auríferas, várias foram os tipos de interculturais, dos quais podemos destacar, inicialmente os bandeirantes, os missionários, os portugueses e, posteriormente, grande contingente escravo, sobretudo em localidades à Sudeste do Norte goiano. A esses, somam-se migrantes procedentes das várias regiões brasileiras, migrações essa ainda maciça em séculos posteriores (Silva, 2018, p. 17).

Ainda sob o viés dos autores, o atual estado faz fronteira com seis unidades federativas: Pará, Maranhão, Piauí, Bahia, Goiás e Mato Grosso e com três regiões brasileiras: Nordeste, Centro Oeste e Norte, da qual faz parte. Além de receber migrantes e estrangeiros, o estado também é um destino para a migração interestadual, pois a construção da BR-153, no século XX, contribuiu para a urbanização das cidades ao longo da rodovia, que passaram a abrigar moradores das chamadas “cidades tradicionais”. Essas localidades, no início, desempenhavam papéis de entrepostos comerciais, arraiais ou postos de defesa do território.

No estado também foi evidenciado uma transição significativa da população rural para a os núcleos urbanos. De acordo com Silva (2018):

Em 1991, as cidades tradicionais abrigaram sua população predominantemente no campo, realidade essa modificada atualmente, em que a grande parcela da população encontra-se nos núcleos urbanos, fato também evidenciado nas cidades em torno da rodovia (Silva, 2018, p. 40).

Outro aspecto a ser destacado é que, assim como o estado do Acre, Tocantins é dividido em oito microrregiões: Araguaína, Bico do Papagaio, Dianópolis, Gurupi, Jalapão, Miracema

do Tocantins, Porto Nacional e Rio Famoso. Essa divisão realizada tem o intuito de otimizar a gestão econômica do estado.

Dessa forma, com base nas informações sobre a população rural e urbana da Região Norte, observa-se que todos os estados passaram por uma fase predominantemente rural antes de se urbanizarem. Essa transição reflete um processo amplo de transformação social e econômica.

Conforme discutido anteriormente, a industrialização e a globalização têm impulsionado essa mudança em direção a áreas mais urbanizadas. Atualmente, a maior parte da população reside em centros urbanos, devido às melhores condições sociais e econômicas que essas localidades oferecem. Com efeito, isso atrai pessoas de diversas localidades do país em busca de oportunidades. Diante do exposto, na sequência, serão apresentadas as considerações metodológicas adotadas neste trabalho.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta seção apresenta os pressupostos metodológicos que embasam esta pesquisa bem como o *corpus* analisado. Para isso, primeiramente, indicam-se os pontos de inquérito selecionados na Região Norte do país, além do perfil dos informantes escolhidos conforme os parâmetros estabelecidos pelo Projeto Atlas Linguístico do Brasil – ALiB e os dados específicos relacionados ao estudo em questão.

Em relação ao estudo, os critérios para análise foram aplicados para as questões QSL/062 – “O que se abre com o facão, a foice para passar por um mato fechado?” e QSL/063 – “Como se chama o caminho no pasto, onde não nasce mais grama de tanto o animal ou o homem passarem por ali?” (Comitê Nacional do Projeto ALiB, 2001, p. 25). Ambas as perguntas integram o questionário Semântico-Lexical no que se refere às duas questões relativas às atividades agropastoris.

Em seguida, detalham-se os procedimentos metodológicos adotados para este estudo, abrangendo a tabulação dos dados, a elaboração de cartas linguísticas, a análise léxico-semântica, a análise semasiológica e o estudo comparativo dos dados. Com base nesses elementos, na sequência, será apresentada a rede de pontos.

4.1 Pontos de inquérito do Projeto ALiB na Região Norte

Partindo do exposto na seção secundária, na qual foram expostos os critérios gerais para constituição da rede de pontos do ALiB, parte-se para a rede de pontos da dissertação. Deste modo, a área selecionada para a realização desta pesquisa abrange a Região Norte do Brasil, compreendendo um total de 24 pontos de inquéritos, numerados de 01 a 24. Desse conjunto, seis localidades correspondem a capitais estaduais enquanto as demais 18 estão distribuídas no interior. No quadro 3 estão indicados os pontos de inquéritos selecionados, organizados por unidade federativa.

Quadro 3 – Pontos de inquérito - Região Norte

REGIÃO NORTE		
ESTADO	NÚMERO	LOCALIDADE
AMAPÁ- AP	01	Oiapoque
	02	Macapá
RORAIMA- RR	03	Boa Vista
AMAZONAS- AM	04	São Gabriel da Cachoeira
	05	Tefé
	06	Manaus
	07	Benjamin Constant
	08	Humaitá
PARÁ- PA	09	Soure
	10	Óbidos
	11	Almeirim
	12	Belém
	13	Bragança
	14	Altamira
	15	Marabá
	16	Jacareacanga
	17	Conceição do Araguaia
	18	Itaituba
ACRE- AC	19	Cruzeiro do Sul
	20	Rio Branco
RONDÔNIA- RO	21	Porto Velho
	22	Guajará-Mirim
TOCANTINS- TO	23	Pedro Afonso
	24	Natividade

Fonte: Elaborado pela autora com base na Rede de Pontos do Projeto ALiB.

Na Região Norte, a área investigada abrange os sete estados. Em cada um deles, foram coletados dados em suas respectivas capitais, com exceção do estado de Tocantins. Conforme mencionado anteriormente, Palmas fundada há 34 anos, portanto, não foi incluída no estudo devido à inviabilidade de seleção dos informantes que atendessem aos critérios estabelecidos

pelo projeto no período de sua implementação²⁵. Na sequência, será apresentada as características dos entrevistados nos pontos de inquéritos selecionados.

4.2 Seleção e perfil dos informantes

Tendo em vista os critérios estabelecidos pelo Projeto ALiB, foram entrevistados 120 informantes (60 homens e 60 mulheres) na Região Norte. Além disso, foram consideradas as características sociais (sexo, idade, escolaridade) para a escolha dos inquiridos.

Os pontos de inquérito do interior contaram com a participação de quatro pessoas por localidade, totalizando 72 informantes. Nas capitais, o número de entrevistados por localidade se eleva para oito, totalizando 48 informantes. Em ambos os casos, os informantes foram organizados de forma igualitária no que se refere ao sexo (feminino e masculino) e as faixas etárias (I - 18-30 anos e II - 50-65 anos).

Nas capitais, a seleção dos informantes considerou, além do sexo e da faixa etária, o nível de escolaridade. Dessa forma, quatro entrevistados possuíam, no máximo, o ensino fundamental incompleto enquanto os outros quatro apresentavam formação universitária. No que se refere ao interior, todos os informantes seguiram um critério único: ter concluído, no máximo, o ensino fundamental. Além disso, priorizou-se que os participantes fossem naturais da localidade investigada, com pais também nascidos na mesma região linguística. O Quadro 4 apresenta um resumo do quantitativo de informantes, organizado de acordo com os aspectos pré-definidos.

Quadro 4 – Quantitativo de informantes subdividido pelos fatores sociais

Nº INFORMANTES		FATOR SOCIAL (SEXO)
60		Feminino
60		Masculino
Nº INFORMANTES		FATOR SOCIAL (IDADE)
60		Faixa etária I (18-30 anos)
60		Faixa Etária II (50-65 anos)
Nº INFORMANTES		FATOR SOCIAL (ESCOLARIDADE)
96		Ensino Fundamental incompleto
24		Ensino universitário

Fonte: Elaborado pela autora.

²⁵ A recolha de dados em cidades mais novas, impossibilita a seleção de informantes das faixas etárias propostas pela metodologia do Projeto Atlas Linguístico do Brasil. Ademais, recordamos que a naturalidade dos pais também compõe o perfil solicitado pelo projeto.

O Quadro 4 detalha as particularidades do perfil de cada informante selecionado, acompanhado do número de participantes que possuem determinada característica. A análise dos perfis revelou que algumas localidades apresentaram exceções em relação à faixa etária I (18-30 anos). Notou-se, em particular, uma certa dificuldade em encontrar informantes nessa faixa etária, o que resultou na seleção de cinco informantes com 17 anos de idade.

Uma situação semelhante foi observada na segunda faixa etária (50-65 anos), na qual apenas um informante não se enquadrava na idade estabelecida. Tais exceções foram devidamente registradas e estão associadas aos seguintes informantes, conforme detalhado no Quadro 5.

Quadro 5 – Dados dos informantes com excepcionalidades no perfil

Faixas etárias	Nº Localidade	Nº Informante	Estado	Município	Sexo
Faixa Etária I (17 anos)	008	02	Amazonas	Humaitá	Feminino
	011	01	Pará	Almeirim	Masculino
	011	02	Pará	Almeirim	Feminino
	017	01	Pará	Conceição do Araguaia	Masculino
	024	02	Tocantins	Natividade	Feminino
Faixa etária II (50-65 anos)	008	04	Amazonas	Humaitá	Feminino
	021	07	Rondônia	Porto Velho	Masculino

Fonte: Elaborado pela autora.

A análise dos dados permitiu constatar que as exceções relacionadas à idade inferior a 18 anos ocorreram exclusivamente em localidades do interior. No entanto, nos dois casos em que os informantes possuíam menos de 50 anos, os registros foram realizados em contextos distintos: um na capital e outro no interior.

Ao consultar o “*Documentos I- Projeto Atlas Linguístico do Brasil*” (Aguilera; Mota; Milani, 2004), que reúne textos essenciais para a compreensão das diretrizes do Projeto ALiB e para a dimensão em que a pesquisa se desenvolve, observa-se a importância de analisar os parâmetros metodológicos adotados. Em relação ao perfil dos informantes, identificou-se uma ressalva específica quanto à faixa etária I.

- **Idade** – para facilitar a seleção de informantes da primeira faixa etária (18 a 30 anos) admitiu-se um limite de tolerância de 6 meses para menos ou para mais, o que significa que a faixa passa a ser de 17 anos e seis meses a 30 anos e seis meses (Aguilera; Mota; Milani, 2004, p. 16).

Essa consideração contribuiu para uma melhor compreensão dos critérios de seleção dos informantes da Região Norte do Brasil. Nos casos analisados, a única ficha que apresenta detalhes específicos sobre a idade é a do informante 008/2 – Humaitá, do sexo feminino. Em

relação aos demais, não há descrição precisa dos meses completos de idade, o que dificulta a verificação de conformidade com o perfil etário estabelecido. Além disso, em relação aos informantes que não se enquadram na faixa etária II (50-65 anos), o documento consultado não estabelece nenhuma recomendação ou justificativa. Esse caráter de excepcionalidade pode estar relacionado à dificuldade em encontrar informantes que atendessem a todos os critérios pré-definidos, o que possivelmente levou a seleção desse participante.

Ainda em conformidade aos parâmetros descritos em Aguilera; Mota; Milani (2004), o caráter de excepcionalidade pode sugerir a necessidade de adaptações metodológicas, as quais visam assegurar a viabilidade da coleta de dados e, por consequência, prevenir a exclusão de informantes potencialmente significativos para a pesquisa.

Outro aspecto relevante, refere-se à a residência de origem dos entrevistados. Em determinados casos, os participantes moravam em povoados próximos ao município onde os inquéritos foram realizados. No que diz respeito ao perfil dos pais, constatou-se que muitos tinham migrado para a Região Norte, logo não eram naturais dessas localidades. Esse deslocamento pode estar associado a motivos trabalhistas, como oportunidade de trabalho em seringais, ferrovias, hidrelétricas, entre outros.

Em relação a naturalidade dos pais, observou-se que, na maioria das situações, enquanto os pais se deslocavam de outras regiões ou estados para a Região Norte, as mães eram originárias da localidade ou de municípios vizinhos. Deste modo, a Figura 14 ilustra os dados referentes aos informantes da localidade do Oiapoque/AP/001, trazendo detalhes sobre as características da naturalidade tanto dos informantes quanto de seus pais.

Figura 14 – Excepcionalidades da naturalidade dos informantes e de seus pais

Dados dos informantes localizados no Oiapoque/AP/001/ALiB												
Inquiridor	Data inquérito	Nº/ nome do informante	Sexo	Idade	Faixa Etária	Naturalidade	Grav de escolaridade	Estado civil	Profissão	Naturalidade dos pais e cônjuge	Profissão dos pais	Observações
INTERIOR- ENSINO FUNDAMENTAL												
Rosana Gemina Amâncio	20/01/2003	01- WSP	M	28	I	Clevelândia do Norte- AP	5ª série do EF	Casado	Agente de saúde	Mãe: Marajá Pai: Marajoara Cônjuge: Portel	Caseiro Do lar monitora	- Não foi criado pelos próprios pais.
Rosana Gemina Amâncio	19/01/2003	02- MGVS	F	30	I	Oiapoque-AP	5ª série do EF	Casada	Do lar	Mãe: Curipi Pai: Pará Cônjuge: Rio Grande do Norte	Agente de portaria Vigia Garimpeiro	- Criado pelos pais até os 7 anos; - Já morou em outras duas cidades por 5 anos.
Vanderici de Andrade Aguilera	19/01/2003	03- MA	M	51	II	Caciporé- AP	1ª série do EF	Casado	Pescador	Mãe: Caciporé Pai: Viçosa Cônjuge: Macapá	Do lar Carpinteiro Do lar	- Morou em outra localidade por 2 anos
Vanderici de Andrade Aguilera	18/01/2003	04- MCSG	F	63	II	Charque- PA	Não registrado	Casada	Do lar	Mãe: Ilha Viçosa Pai: Ilha Viçosa Cônjuge: Aldeia Cumarumã (Oiapoque)	Não registrado	- Foi criada somente pela mãe

Fonte: Elaborado pela autora com base nas fichas dos informantes do Projeto ALiB.

A Figura 14 permite identificar uma característica adicional dos informantes: o fato de terem residido em localidades distintas por períodos que variam de um a dez anos. No município de Oiapoque/AP, três dos quatro informantes apresentam excepcionalidade em relação ao local de nascimento tanto deles quanto de seus pais. Apesar de não terem nascido exatamente na localidade investigada, a maioria das áreas mencionadas situam-se em regiões próximas, como distritos ou áreas geográficas localizadas a uma distância média de 100km, uma vez que integram comunidades pertencentes ao distrito de Macapá ou municípios vizinhos.

Ressalva-se que existem casos em que os pais possuem naturalidade distinta da área investigada, podendo ser originários de outros estado ou região do país. No entanto, acredita-se que residam nas localidades em estudo há um período considerável de tempo.

A respeito desse parâmetro, o “Documentos 1- Projeto Atlas Linguístico do Brasil” (Aguilera; Mota; Milani, 2004) explanam que:

- **Área linguística dos pais do informante** – os pais devem ser falantes de português, preferencialmente da mesma área linguística que o informante, entende-se por área linguística os municípios vizinhos. Nos casos de regiões de fronteira, no entanto, quando houver dificuldade para encontrar informantes que preencham esse requisito, pode-se admitir que o pai não seja falante de português. A mãe deve ser necessariamente falante de português, admitindo-se maior influência linguística materna do que paterna (Aguilera; Mota; Milani 2004, p. 16).

Outro ponto relevante identificado, refere-se ao fato de que alguns informantes do sexo feminino acompanharam seus esposos em deslocamentos para outras regiões, motivados pelas atividades laborais dos cônjuges. Somado a isso, verificou-se que, em grande porcentagem, essas informantes não exerciam atividades profissionais externas às suas residências.

Por fim, no que diz respeito à coleta dos dados, notou-se que algumas entrevistas foram realizadas em anos distintos. As datas específicas de realização dessas coletas estão apresentadas no Quadro 6, que também reúne informações detalhadas sobre o perfil completo dos envolvidos nesses inquéritos.

Quadro 6 – Indicação dos anos que foram realizados os inquéritos na Região Norte

Ponto de inquérito (Nº/município/estado)		Ano do inquérito	Nº do informante	Idade do informante		Sexo
008/Humaitá/AM	interior	2011	01	Faixa etária I	21 anos	Masculino
		2005	02		17 anos e 08 meses	Feminino
		2011	03	Faixa etária II	52 anos	Masculino
		2011	04		49 anos e 11 meses	Feminino
009/Soure/PA	interior	2004	01	Faixa etária I	18 anos	Masculino
		2005	02		20 anos	Feminino
		2004	03	Faixa etária II	57 anos	Masculino
		2005	04		60 anos	Feminino
012/Belém/PA	capital	2005	01	Faixa etária I	19 anos	Masculino
		2005	02		22 anos	Feminino
		2005	03	Faixa etária II	59 anos	Masculino
		2005	04		64 anos	Feminino
	interior	2004	05	Faixa etária I	29 anos	Masculino
		2004	06		24 anos	Feminino
		2004	07	Faixa etária II	50 anos	Masculino
		2005	08		51 anos	Feminino
015/Marabá/PA	interior	Não registrado	01	Faixa etária I	18 anos	Masculino
		2006	03		30 anos	Feminino
		2007	02	Faixa etária II	57 anos	Feminino
		2007	04		54 anos	Masculino
021/Porto Velho/RO	interior	2005	01	Faixa etária I	22 anos	Masculino
		2005	02		19 anos	Feminino
		2005	03	Faixa etária II	65 anos	Masculino
		2005	04		52 anos	Feminino
	capital	2005	05	Faixa etária I	23 anos	Masculino
		2008	06		22 anos	Feminino
		2005	07	Faixa etária II	49 anos	Masculino
		2013	08		56 anos	Feminino

Fonte: Elaborado pela autora com base na ficha dos informantes do Projeto ALiB.

Com base nas informações apresentadas no Quadro 6, é possível identificar a presença de uma ou mais variações anuais na realização dos inquéritos. Nos municípios de Humaitá/AM, Soure/PA e Belém/PA, as entrevistas²⁶ foram conduzidas nos anos de 2004 e 2005. No caso de Marabá/PA, as coletas de dados ocorrem em 2006 e 2007.

Na localidade de Porto Velho/RO, diferentemente dos casos anteriores, identificou-se uma alternância entre os anos de 2005, 2008 e 2013. No que se refere a coleta de campo dos

²⁶ Ressalva-se que o informante nº 01 não possui registro da data do inquérito em sua ficha.

pontos do interior constatou-se que todos os informantes foram entrevistados exclusivamente em 2005, enquanto na capital os inquéritos foram realizados em 2004, 2005, 2008 e 2013. Sendo assim, os inquéritos da região Norte foram coletados entre os anos de 2004 até 2013.

Essa variação nos períodos de coleta dos dados, assim como as particularidades identificadas, evidencia um dos desafios enfrentados pelo Projeto ALiB. Nesse contexto, apesar de o projeto ter um perfil de informantes pré-estabelecido, foram identificados alguns casos distintos durante a execução da pesquisa. Essa realidade resulta, em parte, da dificuldade de encontrar indivíduos que atendam integralmente aos critérios estabelecidos. Tais fatores refletem, de modo indireto, nos impactos da globalização, dos fluxos migratórios e das transformações vivenciadas pela população ao longo dos anos.

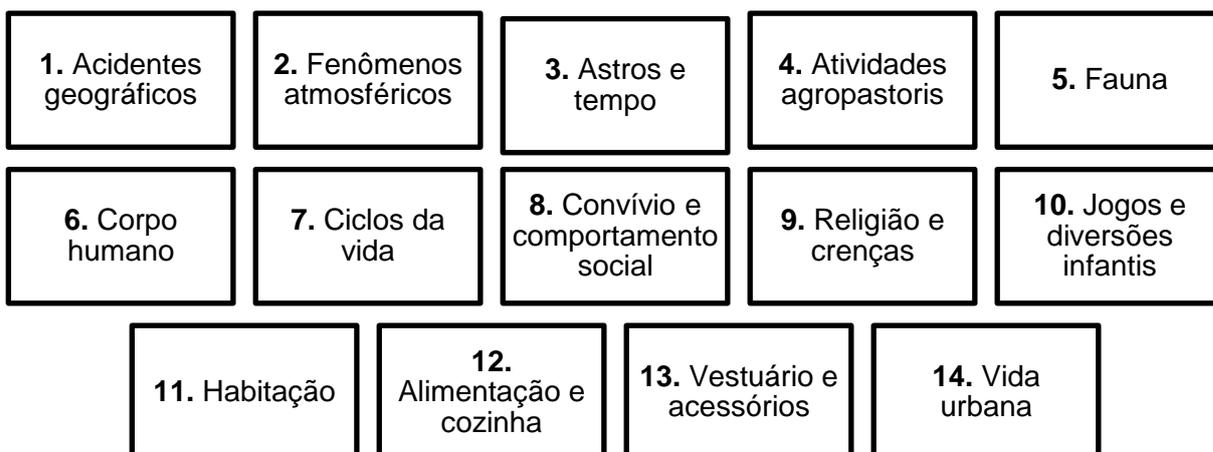
Ademais, é relevante considerar as particularidades logísticas da região estudada, visto que, em determinadas áreas, o acesso é predominantemente ou parcialmente fluvial ou aéreo, como ocorre nos estados do Amazonas e Amapá. Somam-se a esses desafios eventuais imprevistos relacionados aos informantes, como questões de saúde, fator que pode contribuir para a necessidade de realizar um mesmo inquérito em diferentes dias.

Diante dessas considerações, o próximo tópico abordará as informações relativas às perguntas selecionadas do questionário semântico-lexical, bem como os critérios adotados para a seleção dos dados que compõem o *corpus* desta pesquisa.

4.3 Questionário semântico-lexical: perguntas selecionadas

O *corpus* analisado foi documentado com o auxílio do Questionário Semântico-Lexical (QSL), instrumento composto por 202 questões de natureza onomasiológica. Nessa abordagem, descreve-se um referente e buscam-se as formas lexicais utilizadas pelos informantes para nomeá-lo. O Questionário Semântico-Lexical está organizado em 14 áreas semânticas, conforme categorizado na Figura 15.

Figura 15 – Áreas temáticas que compõem o Questionário Semântico-lexical (QSL/ALiB)



Fonte: Elaborado pela autora com base no questionário do Projeto ALiB.

Para este estudo, dentre as áreas indicadas, foram selecionadas duas questões do QSL, relacionadas às *Atividades agropastoris*, cujo teor contempla referentes próprios do universo rural. O Quadro 7 detalha as duas perguntas examinadas:

Quadro 7 – Questões do Questionário Semântico-lexical/ALiB selecionadas:

Área Semântica	Denominações	Nº	Pergunta
Atividades agropastoris	“Picada/ Atalho estreito”	062/QSL/ALiB	O que é que se abre com o facão, a foice para passar por um mato fechado?
	“Trilho/ caminho/ vereda/ trilha”	063/QSL/ALiB	Como se chama o caminho, no pasto, onde não cresce mais grama, de tanto o animal ou o homem passarem por ali?

Fonte: Elaborado pela autora com base no Questionário Semântico-Lexical (Comitê Nacional do Projeto ALiB, 2002, p.26).

A aplicação do questionário foi realizada *in loco*, por membros da equipe do Projeto ALiB, que atuaram por todo o país. No que se refere a Região Norte, a coleta dos dados ocorreu entre os anos de 2004 a 2013, conforme detalhado anteriormente no Quadro 6.

Para a realização desse estudo, os inquiridos foram conduzidos pelos seguintes inquiridores: Alcides Fernandes de Lima, Aparecida Negri Isquierdo, Carla Regina de Souza Figueiredo, Conceição de Maria de Araújo Ramos, Eneida P. Fernandes, Fabiane Cristina Altino, Greize Alves da Silva, Mariluce Oliveira, Rosana Gemina Amâncio e Vanderci de Andrade Aguilera.

Entre esses profissionais, Adriana Feitosa; Aparecida Negri Isquierdo e Mariluce Oliveira desempenharam também a função de auxiliares em algumas entrevistas. Por sua vez, Abdelhak Razky, Arlon Martins atuaram exclusivamente como auxiliares.

Considerando as reflexões sobre o questionário selecionado para este estudo, o próximo tópico irá abordar os parâmetros específicos que serão utilizados nesta pesquisa para a análise dos dados.

4.4 Parâmetros específicos para a análise de dados

Para análise das respostas coletadas, o processo iniciou-se com a audição das entrevistas conduzidas pelos inquiridores do Projeto ALiB. Posteriormente, os dados foram registrados e organizados em planilhas do programa Excel. Concluída essa etapa, procedeu-se à tabulação das informações obtidas, seguida da elaboração de cartas linguísticas para a representação gráfica dos resultados.

Na sequência, conduziu-se uma análise detalhada de cada denominação obtida, levando em consideração a análise diatópica e as variáveis sociais previamente definidas (sexo, idade e escolaridade). Os dados foram organizados em dois blocos: capital e interior, representados por meio de cartas linguísticas. Em seguida, foram descritos os percentuais de respostas e indicadas as localidades que tais ocorrências foram fornecidas, além da inclusão de informações relativas às denominações que se destacaram em determinados contextos. Essa abordagem permitiu identificar padrões e particularidades sobre as respostas, contribuindo para uma melhor compreensão das influências sociais e geográficas no ato de nomear.

Por fim, realizou-se uma análise léxico-semântica com base em dicionários contemporâneos, antigos, etimológicos e especializados, com a intenção de validar os dados e ampliar a compreensão dos itens lexicais selecionados. Essa etapa permitiu explorar informações relativas às origens, aos significados e elementos contextuais, contribuindo deste modo, para uma interpretação mais precisa e abrangente dos dados obtidos.

Após o mapeamento das variações diatópicas, diassexuais, diageracionais e diastráticas das questões 062/QSL/ALiB e 063/QSL/ALiB, foi feito um estudo comparativo entre os resultados alcançados neste estudo e pesquisas conduzidas em outras regiões do Brasil, visando identificar coincidências entre os dados registrados. Na fase final, foram elaborados quadros semasiológicos, com a intenção de apresentar os casos em que a mesma unidade lexical foi utilizada para designar referentes distintos.

Inicialmente, utilizou-se a planilha do Excel para o registro da audição dos dados. A planilha consta das seguintes informações sobre os inquéritos linguísticos: região brasileira, estado, tipo (capital ou interior), nome e número da localidade, número e nome do informante, sexo, faixa etária, escolaridade, natureza da resposta (indicação da sequência em que foi fornecida), área dialetal de estudos, pesquisador, número da questão-lexia, lexia (todas as respostas indicadas) e observações (transcrição da resposta(as) fornecida(as) pelos informantes). A Figura 16 ilustra o modelo da planilha mencionada.

Figura 16 – Planilha para armazenamento de dados brutos

1	Região	Estado	Tipo de Localidade	Nome da localidade	Número da localidade	Informante	Sexo	Faixa etária	Escolaridade	Natureza da resposta	Área dialetal de estudos	Pesquisador	número da questão - lexia	000 - lexia (agrupamento)
11	Norte	Amapá	Interior	Oiapoque	001	001-3b	masculino	faixa etária 2	fundamental	2a resposta	Região Norte	Julia	62/ QSL	caminho
12	Norte	Amapá	Interior	Oiapoque	001	001-4b	feminino	faixa etária 2	fundamental	1a resposta	Região norte	Julia	62/ QSL	caminho
13	Norte	Amapá	Capital	Macapá	002	002-2a	feminino	faixa etária 1	fundamental	1a resposta	Região Norte		62/ QSL	caminho
14	Norte	Amapá	Capital	Macapá	002	002-3a	masculino	faixa etária 2	fundamental	1a resposta	Região Norte		62/ QSL	caminho
15	Norte	Amapá	Capital	Macapá	002	002-5a	masculino	faixa etária 1	universitário	1a resposta	Região Norte		62/ QSL	caminho
16	Norte	Amapá	Capital	Macapá	002	002-6a	feminino	faixa etária 1	universitário	1a resposta	Região Norte		62/ QSL	caminho
17	Norte	Amapá	Capital	Macapá	002	002-7a	masculino	faixa etária 2	universitário	1a resposta	Região Norte		62/ QSL	caminho
18	Norte	Roraima	Capital	Boa Vista	003	003-2a	feminino	faixa etária 1	fundamental	1a resposta	Região Norte		62/ QSL	caminho
19	Norte	Roraima	Capital	Boa Vista	003	003-3a	masculino	faixa etária 2	fundamental	1a resposta	Região Norte		62/ QSL	caminho
20	Norte	Roraima	Capital	Boa Vista	003	003-5a	masculino	faixa etária 1	universitário	1a resposta	Região Norte		62/ QSL	caminho
21	Norte	Roraima	Capital	Boa Vista	003	003-8a	feminino	faixa etária 2	universitário	1a resposta	Região Norte		62/ QSL	caminho
22	Norte	Amazonas	Interior	São Gabriel da Cachoeira	004	004-4a	feminino	faixa etária 2	fundamental	1a resposta	Região Norte	Julia	62/ QSL	caminho
23	Norte	Amazonas	Interior	Tefé	005	005-2a	feminino	faixa etária 1	fundamental	1a resposta	Região Norte	Julia	62/ QSL	caminho
24	Norte	Amazonas	Interior	Tefé	005	005-3c	masculino	faixa etária 2	fundamental	3a resposta	Região Norte	Julia	62/ QSL	caminho
25	Norte	Amazonas	Interior	Tefé	005	005-4a	feminino	faixa etária 2	fundamental	1a resposta	Região Norte	Julia	62/ QSL	caminho
26	Norte	Amazonas	Capital	Manaus	006	006-2b	feminino	faixa etária 1	fundamental	2a resposta	Região Norte		62/ QSL	caminho
27	Norte	Amazonas	Capital	Manaus	006	006-3b	masculino	faixa etária 2	fundamental	2a resposta	Região Norte		62/ QSL	caminho
28	Norte	Amazonas	Capital	Manaus	006	006-4b	feminino	faixa etária 2	fundamental	2a resposta	Região Norte		62/ QSL	caminho
29	Norte	Amazonas	Capital	Manaus	006	006-8a	feminino	faixa etária 2	universitário	1a resposta	Região Norte		62/ QSL	caminho
30	Norte	Amazonas	Interior	Benjamin Constant	007	007-1a	masculino	faixa etária 1	fundamental	1a resposta	Região Norte	Julia	62/ QSL	caminho
31	Norte	Amazonas	Interior	Benjamin Constant	007	007-2a	feminino	faixa etária 1	fundamental	1a resposta	Região Norte	Julia	62/ QSL	caminho
32	Norte	Amazonas	Interior	Benjamin Constant	007	007-3b	masculino	faixa etária 2	fundamental	2a resposta	Região Norte	Julia	62/ QSL	caminho
33	Norte	Amazonas	Interior	Benjamin Constant	007	007-4a	feminino	faixa etária 2	fundamental	1a resposta	Região Norte	Julia	62/ QSL	caminho
34	Norte	Pará	Capital	Belém	012	012-1a	masculino	faixa etária 1	fundamental	1a resposta	Região Norte		62/ QSL	caminho
35	Norte	Pará	Capital	Belém	012	012-2a	feminino	faixa etária 1	fundamental	1a resposta	Região Norte		62/ QSL	caminho
36	Norte	Pará	Capital	Belém	012	012-3a	masculino	faixa etária 2	fundamental	1a resposta	Região Norte		62/ QSL	caminho
37	Norte	Pará	Capital	Belém	012	012-4a	feminino	faixa etária 2	fundamental	1a resposta	Região Norte		62/ QSL	caminho

Fonte: Elaborado pela autora com base dos dados do Projeto ALiB.

De modo complementar e para fins de organização, realizou-se uma nova tabulação contendo o número total de ocorrências, considerando todas as respostas fornecidas pelos informantes, nome das lexias e, em seguida, as formas que seriam agrupadas a ela, de acordo com a Figura 17.

Figura 17 – Planilha utilizada para organização dos agrupamentos lexicais

2	QSL- 062 PICADA/ ATALHO ESTREITO		
3	"O que é que se abre com o facão, a foice, para passar em um mato fechado?"		
4			
5	Nº TOTAL DE OCORRÊNCIAS	DENOMINAÇÕES	FORMAS AGRUPADAS
6	71	CAMINHO	caminho/caminhu
7	39	PICADA	picada/picadas/picadão
8	11	VAREDA	varador/varadouro/vareda/varedas/varedão
9	10	ESTRADA	estrada/istrada
10	10	TRILHA	trilha
11	8	PIQUE	pique
12	7	PICO	pico/pinicada
13	3	RAMAL	ramal
14	3	VEREDA	vereda
15	2	TRILHEIRO	triero/trilhero
16	1	OCORRÊNCIAS ÚNICAS	bequinho
17	1		capina
18	1		carrero
19	1		guia
20	1		piqueti
21	1		passagem
22	1		rastros
23	1		roçado
24	TOTAL: 172		
25	1		PERGUNTAS NÃO FORMULADAS (PT)
26	1		PERGUNTAS NÃO RETOMADAS (NS)
27	TOTAL: 174		
28	1	NÃO VALIDAR	canga
29	1		varrida
30	TOTAL: 176		

Fonte: Elaborado pela autora com base no banco de dados do ALiB.

A planilha apresentada na Figura 17 refere-se ao instrumento utilizado para sistematizar todas as denominações obtidas em resposta à pergunta 062/QSL/ALiB. Essa organização por cores foi realizada para facilitar a visualização dos dados. Assim, as denominações que estão destacadas em verde correspondem às respostas que superam 10 ocorrências. A cor coral é atribuída a respostas que variam de dois a dez registros e o azul refere-se a ocorrências únicas.

Destacou-se também dois itens na cor cinza, referindo-se às perguntas que não foram formuladas (PT) e àquelas que não foram retomadas (NS). Por fim, as denominações em amarelo são aquelas que, segundo os dicionários consultados, não apresentam relação semântica com o referente.

Para realizar o tratamento quantitativo dos dados, foi organizado e sistematizado o total de respostas obtidas para as perguntas, sendo verificado e calculado o número de vezes em que

cada variante foi mencionada pelos informantes, e também a distribuição diatópica das respostas, considerando fatores sociais como idade, sexo e nível de escolaridade.

A partir dessa tabulação, prosseguiu-se para a análise léxico-semântica das denominações, utilizando como suporte dicionários gerais de Língua Portuguesa, etimológicos e obras dos séculos XVII, XVIII e XIX, conforme elencados no Quadro 8.

Quadro 8 – Dicionários utilizados na análise léxico-semântica

DICIONÁRIOS	NOME	AUTOR	ANO
Contemporâneos	Dicionário da Língua Portuguesa	Antônio Houaiss	2001
	Dicionário da Língua Portuguesa	Aulete Digital	2014
Antigos	Diccionario da Lingua Portuguesa	Padre D. Rafael Bluteau; Antônio de Moraes e Silva	1789
	Diccionario da lingua brasileira	Luiz Maria da Silva Pinto	1832
Etimológico	Grande dicionário etimológico- prosódico da língua portuguesa	Francisco da Silveira Bueno	1968
	Dicionário etimológico da língua portuguesa	Antônio Geraldo da Cunha	2019
Especializado	Dicionário da terra e da gente do Brasil	Bernardino José de Souza	1939

Fonte: Elaborado pela autora.

As obras lexicográficas selecionadas para a análise pertencem a diferentes categorias, com o intuito de consolidar os itens lexicais obtidos. Foram utilizados os dicionários contemporâneos de Antônio Houaiss (2001) e Aulete Digital (2014). No que se refere às obras mais antigas, consultou-se ao dicionário do Padre D. Rafael Bluteau; Antônio de Moraes e Silva (1789) e Luiz Maria da Silva Pinto (1832). Nas obras etimológicas, utilizou-se o dicionário de Francisco da Silveira Bueno (1968) e Antônio Geraldo da Cunha (2019). Por fim, foi incluído o dicionário especializado de Bernardino José de Souza (1939).

A abordagem léxico-semântica mostrou-se essencial para a validação das denominações indicadas pelos inquiridos, além disso foi considerada no processo a confirmação dos nomes a partir dos comentários dos informantes e também o estudo sobre a história social da Região Norte do país. Essa perspectiva também permitiu analisar as possíveis motivações subjacentes ao processo de nomeação dos referentes, assim como refletir sobre as escolhas lexicais de modo mais amplo.

Posteriormente, realizou-se uma análise comparativa com o objetivo de discutir e cotejar os registros obtidos com aqueles indicados em outros estudos dialetais que abordavam as mesmas questões e tratavam sobre o contexto rural. Deste modo, a Figura 18 indica as dissertações utilizadas para o estudo comparativo.

Figura 18 – Dissertações utilizadas para estudo comparativo dos dados

Mércia Cristina dos Santos (2019) <ul style="list-style-type: none">• Norma Lexical no Português Falado em São Paulo: Reflexões Acerca do Rural e do Urbano
Sânia Fontoura Fernandes (2021) <ul style="list-style-type: none">• Da Trilha ao Caminho: Um Estudo do Rural e do Urbano no Léxico de Falantes da Região Sudeste do Brasil

Fonte: Elaborado pela autora.

Os estudos elencados na Figura 18 contemplam tanto a realidade rural quanto a urbana, valendo-se também de dados disponibilizados pelo banco de dados do Projeto ALiB. Essas informações foram empregadas para estabelecer um paralelo entre as denominações obtidas nas perguntas 062/QSL/ALiB: “O que é que se abre com o facão, a foice para passar por um mato fechado?” e 063/QSL/ALiB: “Como se chama o caminho no pasto, onde não nasce mais grama de tanto o animal ou o homem passarem por ali?”. Diante dessas considerações, no tópico subsequente, serão expostos os parâmetros adotados para a elaboração das cartas linguísticas.

4.5 Sistema de visualização e produção de cartas linguísticas

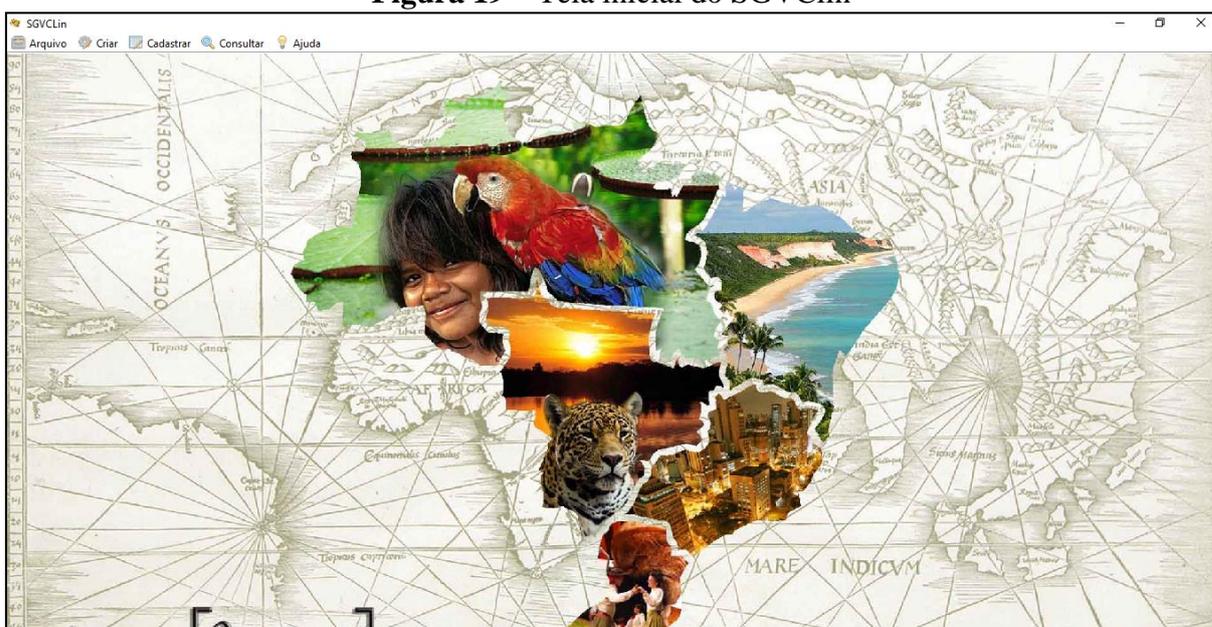
Com o objetivo de tornar a interpretação dos dados mais visual, procedeu-se à elaboração de cartas linguísticas organizadas com uma abordagem em dois blocos, separando as informações referentes ao interior e às capitais em todas as perspectivas analisadas. Adicionalmente, incluiu-se uma carta específica com as cinco denominações mais frequentes, restrita à análise diatópica, com o intuito de sintetizar os dados coletados e proporcionar um melhor detalhamento dos dados.

As cartas foram elaboradas com a devida identificação do ponto de inquérito e a legenda foi disposta por ordem decrescente de frequência. Para a geração e a visualização das cartas, utilizou-se o *Software para geração e visualização de cartas linguísticas (SGVCLin)*²⁷, uma

²⁷ Desenvolvido pelo Prof. Dr. Valter Pereira Romano, em colaboração com Rodrigo Duarte Seabra e Nathan Oliveira.

ferramenta computacional que auxilia nos estudos dialetológicos ao permitir o armazenamento e o tratamento de dados tabulando-os de forma diatópica em mapas linguísticos. O SGVClin foi selecionado por se tratar de um sistema de fácil manuseio e por ser de uso gratuito. A seguir, a Figura 19 ilustra a tela de entrada do software.

Figura 19 – Tela inicial do SGVClin



Fonte: SGVClin (2014).

Para a elaboração das cartas, utilizou-se o mapa base do Projeto ALiB referente a Região Norte. Na configuração do SGVClin, as denominações são apresentadas individualmente, destacadas por cores no gráfico de pizza localizado dentro do mapa e que buscam indicar o percentual obtido para cada resposta. Para este estudo optou-se apenas pelo uso de cartas diatópicas, nos quais os dados são representados somente por um gráfico em cada ponto de inquérito, com o intuito de ressaltar os dados apresentados. Além disso, a carta inclui a pergunta analisada, na parte inferior, buscando contextualizar as respostas cartografadas.

Somado a isso, o banco de dados do SGVClin possibilitou a visualização de diferentes cartas linguísticas, permitindo reflexões sobre as opções de dados cartografáveis e sua modificação, conforme necessário. Dessa forma, foi possível realizar testes prévios para identificar o modelo que melhor representasse e atendesse às expectativas para a interpretação dos dados.

A partir da carta gerada pelo sistema, foram efetuados ajustes no *Paint* para aprimorar o layout das cartas, entre eles, a relocação da pergunta e a remoção do gráfico inserido automaticamente pelo software. Essas modificações, tanto no SGVClin quanto no editor de

imagens, permitiram adaptar as cartas linguísticas de modo a garantir uma apresentação mais organizada e adequada aos fins da pesquisa em questão.

Para este estudo, optou-se apenas pelo uso de dois modelos de cartas com a indicação da distribuição diatópica dos dados (capital e interior). No primeiro modelo são indicadas as cartas 1A, 1C, 2A e 2C representando as denominações mais frequentes e na segunda, com a intenção de ampliar a visualização dos dados registram-se apenas as cartas 1B, 1D, 2B e 2C com as denominações mais frequentes. Em todos os modelos, há a indicação da pergunta, na parte inferior, com a respectiva legenda indicando as denominações registradas. Além disso, ainda consta na carta elementos como escala, o símbolo do projeto ALiB e a indicação do software utilizado.

Dessa forma, as cartas elaboradas referentes à pergunta 062/QSL/ALiB estão distribuídas na sequência de 1A até 1D, conforme detalhado a seguir:

Análise diatópica:

- Carta 1A – interior (todas as denominações)
- Carta 1B – interior (cinco denominações mais frequentes)
- Carta 1C – capital (todas as denominações)
- Carta 1D – capital (cinco denominações mais frequentes)

Para a análise da pergunta 063/QSL/ALiB, as cartas foram elaboradas na sequência 2A até 2D, conforme indicado na sequência:

Análise diatópica

- Carta 2A- interior (todas as denominações)
- Carta 2B- interior (cinco denominações mais frequentes)
- Carta 2C- capital (todas as denominações)
- Carta 2D- capital (cinco denominações mais frequentes)

Para a análise de cada pergunta ainda foi incluído um gráfico com os quantitativos gerais das denominações obtidas. Em complemento, na análise ainda há a inclusão de quadros que indicam as ocorrências únicas, buscando indicar as localidades e demais variáveis com destaque.

Em tempo, informa-se que na análise das variações sociais, optou-se pela não utilização de cartas e gráficos, uma vez que tais recursos não demonstraram eficazes para representar as particularidades dos dados obtidos por não demonstrarem grandes discrepâncias em seu registro. Portanto, diante do exposto, a seção seguinte será dedicada à descrição e análise dos dados, empregando os parâmetros previamente mencionados.

5 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Esta seção é dedicada à descrição e a análise dos dados obtidos para o *corpus* da pesquisa. O foco deste estudo está voltado para as denominações coletadas como resposta às perguntas 062/QSL- “O que é que se abre com o facão, a foice para passar por um mato fechado?” e 063/QSL- “Como se chama o caminho no pasto, onde não cresce mais grama, de tanto o animal ou o homem passarem por ali?”. Ambas as perguntas estão vinculadas à área semântica das *Atividades Agropastoris*, integrante do Questionário Semântico-Lexical do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB).

Inicialmente, é apresentada uma análise quantitativa dos dados, com a apuração da frequência das denominações registradas. Na sequência, aborda-se a dimensão diatópica dos itens documentados, com ênfase na distribuição espacial das unidades lexicais mais frequentes, além da consideração de outras dimensões sociais, como sexo (diassexual), idade (diageracional) e escolaridade (diatrática).

Complementando essa análise, realizou-se um estudo comparativo das respectivas respostas para as perguntas em outras regiões do país, com base em pesquisas desenvolvidas em Dissertações de Mestrado, como é o caso de Santos (2019) e Fernandes (2021). Essa abordagem permitiu contrastar os resultados encontrados com os de outras localidades, bem como ampliar a compreensão das questões analisadas a partir da visualização dos dados em um quadro geral.

Na última etapa da análise, foram verificadas as possíveis motivações para ambas as perguntas, considerando o que pode ter influenciado os informantes a utilizar determinados itens lexicais em detrimento de outros, investigando-os sob o viés léxico-semântico. Sendo assim, mediante os critérios apontados, no tópico a seguir será realizada a análise geral dos dados coletados.

5.1 062/QSL/ALiB – “O que é que se abre com o facão, a foice, para passar em um mato fechado?”

5.1.1 Abordagem quantitativa: dados gerais

O levantamento dos dados para a pergunta 062/QSL/ALiB – “O que é que se abre com o facão, a foice, para passar por um mato fechado?”, contabilizou um total 172 respostas,

coletadas a partir da fala dos informantes provenientes da Região Norte do Brasil. Do total “bruto” dos itens obtidos, identificou-se 28 itens lexicais distintos, além de dois casos de não resposta (uma pergunta não formulada - PT e uma pergunta não retomada - NS).

Deste modo, foram indicadas como resposta as seguintes denominações: *bequinho*, *caminho*, *caminhu*, *capina*, *carreiro*, *estrada*, *guia*, *istrada*, *passagem*, *picada*, *picadas*, *picadão*, *pico*, *pinicada*, *pique*, *piquete*, *ramal*, *rastro*, *roçado*, *trieiro*, *trilha*, *trilheiro*, *varador*, *varadouro*, *vareda*, *varedas*, *varedão* e *vereda*²⁸. Com base no exposto, os dados obtidos foram organizados e apresentados conforme o índice de frequência na Tabela 2.

Tabela 2 – Totalidade das denominações frequentes para a pergunta QSL/062/ALiB e suas ocorrências na Região Norte do Brasil

Denominações	Número de ocorrências
Caminho	41
Picada (s)	36
Caminhu	30
Trilha	10
Pique	8
Estrada	7
Pico	6
Varador	5
Istrada	3
Ramal	3
Varadouro	3
Vereda	3
Picadão	2
Ocorrências únicas ²⁹	14
Total	172

Fonte: Elaborado pela autora, com base no banco de dados do ALiB.

Conforme o exposto, observou-se que algumas formas apresentavam semelhanças lexicais e fonéticas. Diante disso, optou-se pelo agrupamento dos itens que apresentaram alguma conformidade semântica e/ou lexical e nos casos de variantes morfofonêmicas que compartilham o mesmo radical, como nos seguintes casos:

- I. Omissão ou troca de vogais e consoantes: caminho/caminhu, istrada/estrada, vareda/varador/varadouro, triero/trilheiro;
- II. Simplificação da flexão em gênero e/ou número: vareda/varedas;
- III. Simplificação da derivação por grau (aumentativo): picada/picadão, vareda/varedão;

²⁸ As lexias escritas em itálico são utilizadas como marcação de denominação, servindo para referenciar os nomes indicados pelos informantes para aos referentes buscados nas perguntas analisadas neste estudo.

²⁹ Como ocorrências únicas, antes do agrupamento, foram indicadas as seguintes respostas: *bequinho*, *capina*, *carreiro*, *guia*, *passagem*, *pinicada*, *piquete*, *rastro*, *roçado*, *trieiro*, *trilheiro*, *vareda*, *varedas* e *varedão*. Dessas denominações, algumas foram agrupadas.

Em pico/pinicada, ambas as formas fazem menção ao mesmo referente, uma vez que, de acordo com os dicionários Houaiss (2001) e Aulete digital (2014), esses termos designam uma coceira na pele que é causada pelo matagal. Diante disso, a correlação entre essas duas formas será abordada de maneira detalhada na análise léxico-semântica.

Com base nessas orientações, propõe-se no Quadro 9, o agrupamento das formas que exibem alguma conformidade semântica e/ou lexical, organizadas de acordo com a ordem de produtividade.

Quadro 9 – 062/QSL/ALiB Agrupamento de denominações para nomear “PICADA/ATALHO ESTREITO”

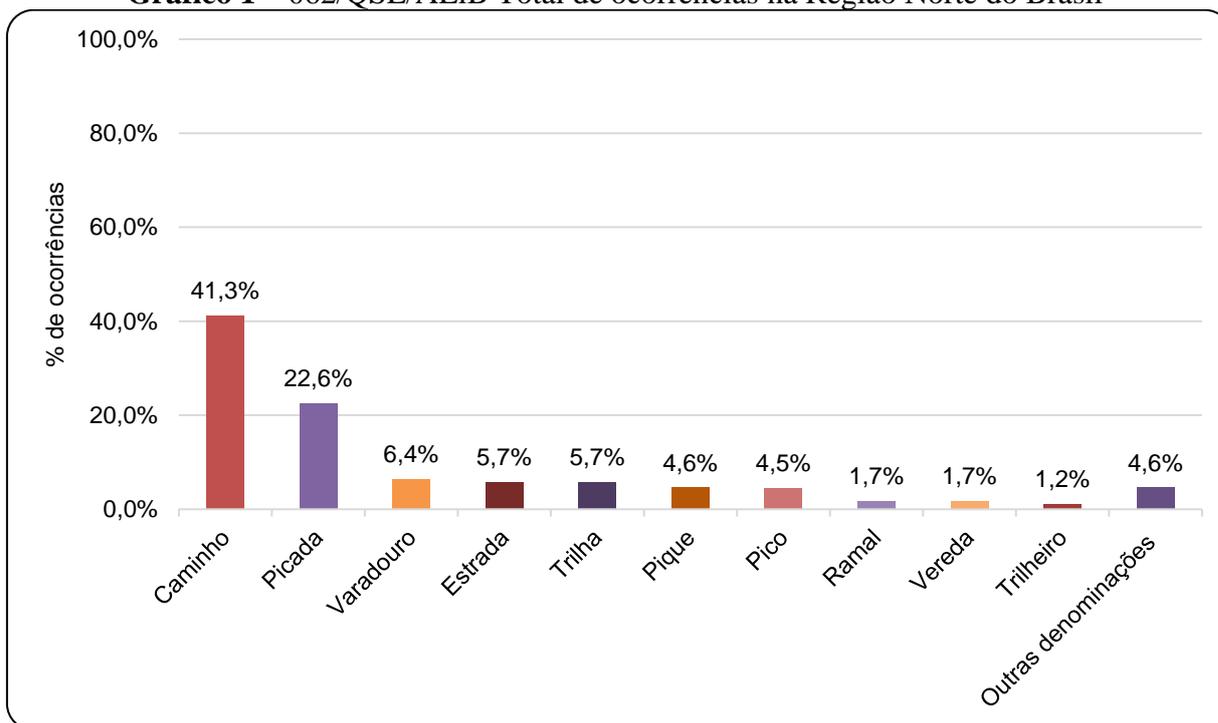
Item lexical	Variantes agrupadas
Caminho	caminho/caminhu
Picada	picada/picadas/picadão
Varadouro	varador/varadouro/vareda/varedas /varedão
Estrada	estrada/istrada
Trilha	Trilha
Pique	Pique
Pico	pico/pinicada
Ramal	Ramal
Vereda	Vereda
Trilheiro	triero/trilhero
Outras denominações	bequinho/capina/carreiro/guia/piquetei/passagem/rastro/roçado

Fonte: Elaborada pela autora, com base nos dados do Projeto ALiB.

Com o agrupamento das formas destacadas no Quadro 9, a quantidade de itens lexicais distintos diminuiu, o que de certa forma, facilita o processo de análise. Ao analisar a produtividade dos itens, retomou-se a Tabela 2, em que se observam que as unidades lexicais mais frequentes foram *caminho*, *picada*, *varadouro estrada* e *trilha*, respectivamente. Além dessas, registraram-se formas com ocorrências inferiores a 10, como *pique*, *pico*, *ramal*, *vereda* e *trilheiro*, assim como itens com ocorrências únicas, tais como *bequinho*, *capina*, *carreiro*, *guia*, *piquete*, *passagem*, *rastro* e *roçado*.

Diante desses resultados, o Gráfico 1, apresenta o percentual das denominações com maior e menor grau de ocorrência no conjunto das localidades em estudo, proporcionando uma melhor visualização da frequência dos dados analisados.

Gráfico 1 – 062/QSL/ALiB Total de ocorrências na Região Norte do Brasil



Fonte: Elaborado pelo autor com base no banco de dados do ALiB.

Conforme as porcentagens trazidas no Gráfico 1, verifica-se que o item lexical *caminho* tem maior índice de respostas, com 41,3%, enquanto *trilheiro* representa a forma com menor percentual, de 1,2%. Em relação às ocorrências únicas, essas correspondem a 4,6%.

Desse modo, ressalta-se que, nas análises diatópicas, diassexuais, diageracionais e diastráticas, as ocorrências foram separadas entre localidades do interior e capitais, a fim de proporcionar um detalhamento mais preciso dos dados coletados. Dessa forma, no próximo tópico será abordada a distribuição diatópica dos dados separados em localidades do interior e capitais.

5.1.2 Abordagem qualitativa: dimensão diatópica

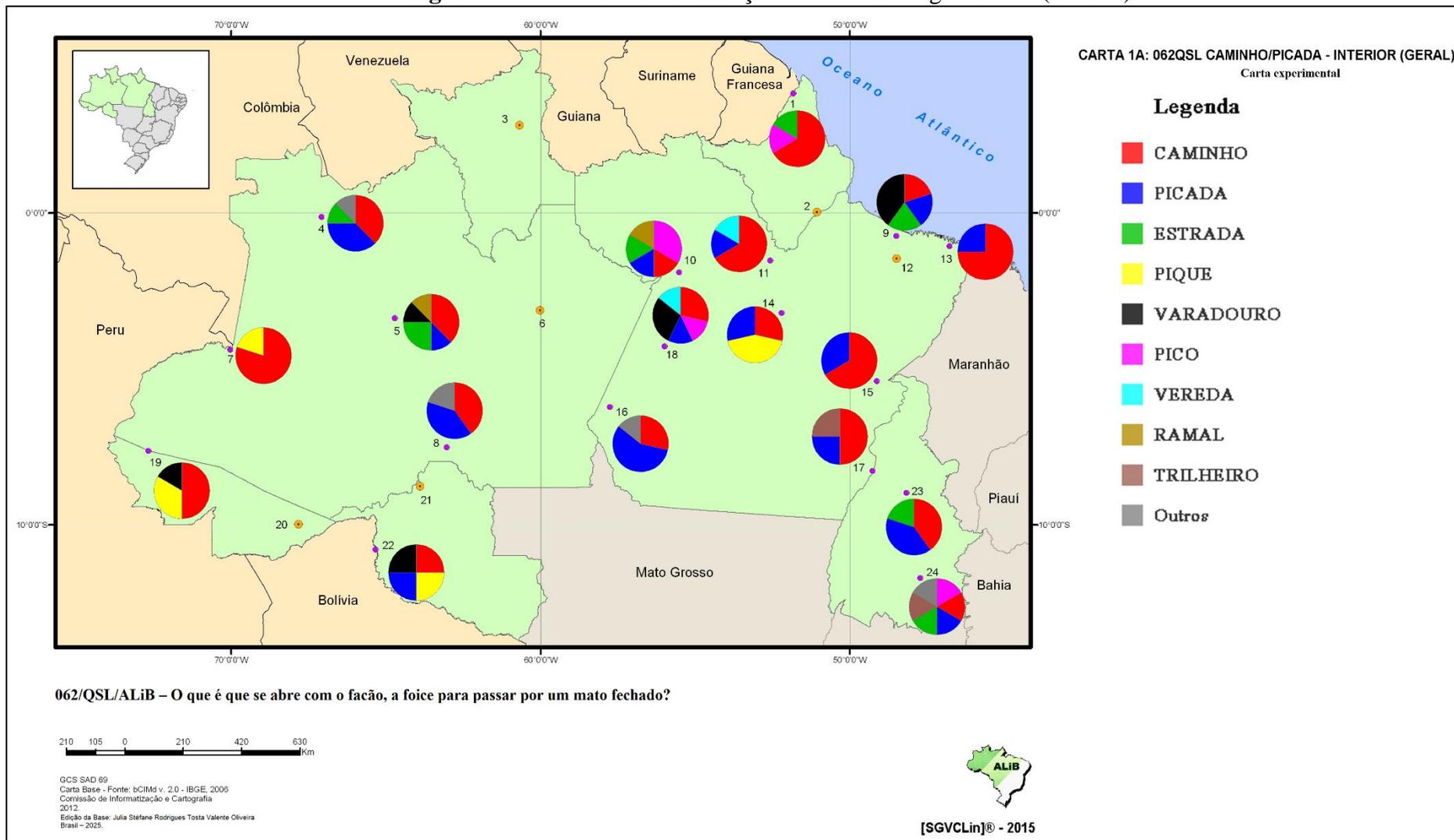
Este tópico tem como finalidade expor e discutir sobre os resultados diatópicos obtidos a partir da audição das 120 entrevistas conduzidas por inquiridores do Projeto ALiB na Região Norte. A análise dos dados permitiu identificar os 10 itens lexicais mais recorrentes, os quais remetem ao conceito investigado pela questão 062/QSL/ALiB – “O que é que se abre com o facão, a foice para passar por um mato fechado?”

Com o intuito de facilitar a interpretação dos resultados, foram elaboradas cartas linguísticas, segmentadas conforme a distinção entre interior e capital. As cartas 1A (geral) e

1B (cinco mais frequentes) representam as denominações coletadas no interior. Por sua vez, as cartas 1C (geral) e 1D (interior) ilustram as ocorrências registradas nas capitais.

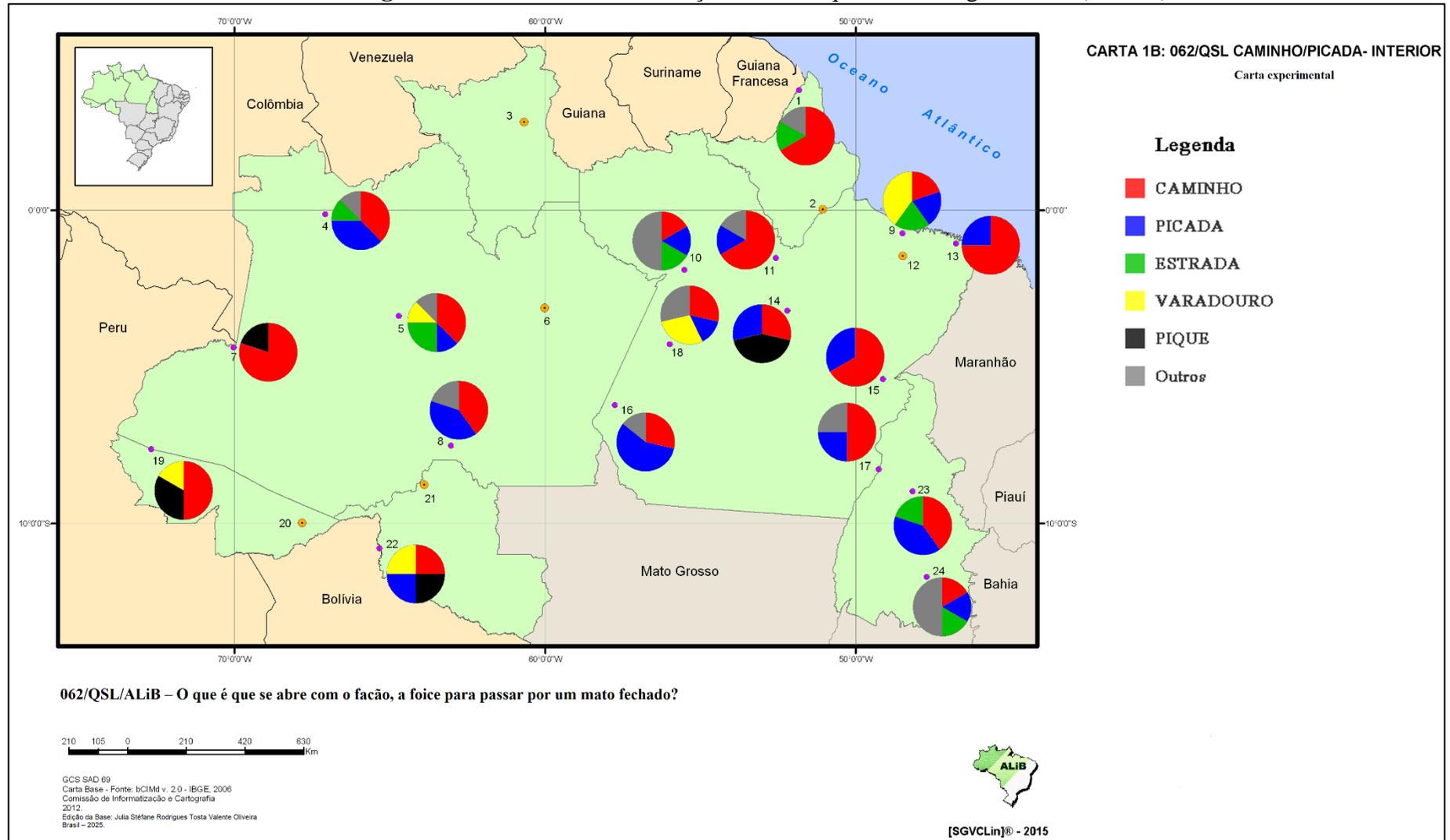
Essa divisão permite uma análise comparativa entre os contextos, destacando as particularidades lexicais de cada área. Assim, as Figuras 20 e 21 apresentam os dados referentes ao interior.

Figura 20 – Carta 1A: Denominações obtidas na Região Norte (interior)



Fonte: Elaborado pela autora com base no banco de dados do ALiB.

Figura 21 – Carta 1B: Denominações mais frequentes da Região Norte (interior)



Fonte: Elaborado pela autora com base no banco de dados do ALiB.

Conforme os dados apresentados nas Figuras 20 e 21 (cartas 1A e 1B), as denominações coletadas nas localidades do interior incluem *caminho*, *picada*, *estrada*, *varadouro*, *pique*, *pico*, *trilheiro*, *vereda*, *ramal*, *carreiro*, *roçado*, *guia* e *trilha*, totalizando 102 respostas.

A forma *caminho* foi a mais produtiva no estudo para a pergunta 062/QSL/ALiB, correspondendo a 40% das ocorrências (42). As demais denominações, apresentaram distribuições específicas, conforme detalhado na continuação.

A segunda variante mais documentada foi *picada* com 23% dos registros (24), sem menções nos municípios de Oiapoque/001/AP, Benjamim Constant/007/AM e Cruzeiro do Sul/019/AC. A forma *estrada* ocupou a terceira posição em frequência, com 9% das ocorrências (08), registrada em sete municípios: Oiapoque/001/AP, São Gabriel da Cachoeira/004/AM, Tefé/005/AM; Soure/009/PA, Óbidos/010/PA, Pedro Afonso/023/TO e Natividade/024/TO.

A denominação *varadouro* apresentou 8% das respostas (07), mencionada em Tefé/005/AM, Soure/009/PA, Itaituba/018/PA, Cruzeiro do Sul/019/AC e Guajará-Mirim/022/AC. Já *Pique* obteve 6% das respostas (06), registrada em Benjamim Constant/007/AM, Altamira/014/PA, Cruzeiro do Sul/019/AC e Guajará-Mirim/022/RO. Para *pico* registrou-se 4% das ocorrências (05), identificadas em Oiapoque/001/AP, Óbidos/010/PA, Itaituba/018/PA e Natividade/024/TO.

As variações *trilheiro*, *vereda* e *ramal* apresentaram 2% de frequência (02) cada. A forma *trilheiro* foi documentada em Conceição do Araguaia/017/PA e Natividade/024/TO; *vereda* em Almeirim/011/PA e Itaituba/018/PA; e *ramal* em Tefé/005/AM e Óbidos/010/PA.

Por fim, as denominações *carreiro*, *roçado*, *guia* e *trilha* obtiveram 1% de frequência cada, com apenas uma resposta por item. A forma *carreiro* foi observada em Natividade/024/TO; *roçado* em Jacareacanga/016/PA; *guia* em Humaitá/008/AM; e *trilha* em São Gabriel da Cachoeira/004/AM.

Os resultados apresentados evidenciaram a riqueza e a diversidade lexical presentes nas localidades do interior, com destaque para a predominância da denominação *caminho*, que correspondeu a 40% das respostas. As variações *picada* e *estrada* também se mostraram significativas, embora com registros em localidades específicas. Por sua vez, formas como *varadouro*, *pique* e *pico* revelaram usos mais concentrados em uma região, enquanto denominações como *trilheiro*, *vereda*, *ramal*, *carreiro*, *roçado*, *guia* e *trilha* apresentaram ocorrências pontuais, refletindo especificidades locais.

Essa variação lexical não apenas ilustra a complexidade linguística da região, mas também ressalta a influência de fatores geográficos, culturais e históricos na formação do

vocabulário local. Um exemplo é o uso da denominação *varadouro*, cuja ocorrência está associada a localidades remotas, próximas a rios importantes, como o Solimões e o Tapajós, e inseridas no bioma amazônico. Essas características geográficas dificultam a locomoção dos moradores, tornando o transporte fluvial ou aéreo essencial para o deslocamento. Esse isolamento muito provavelmente influencia na forma do informante nomear os referentes.

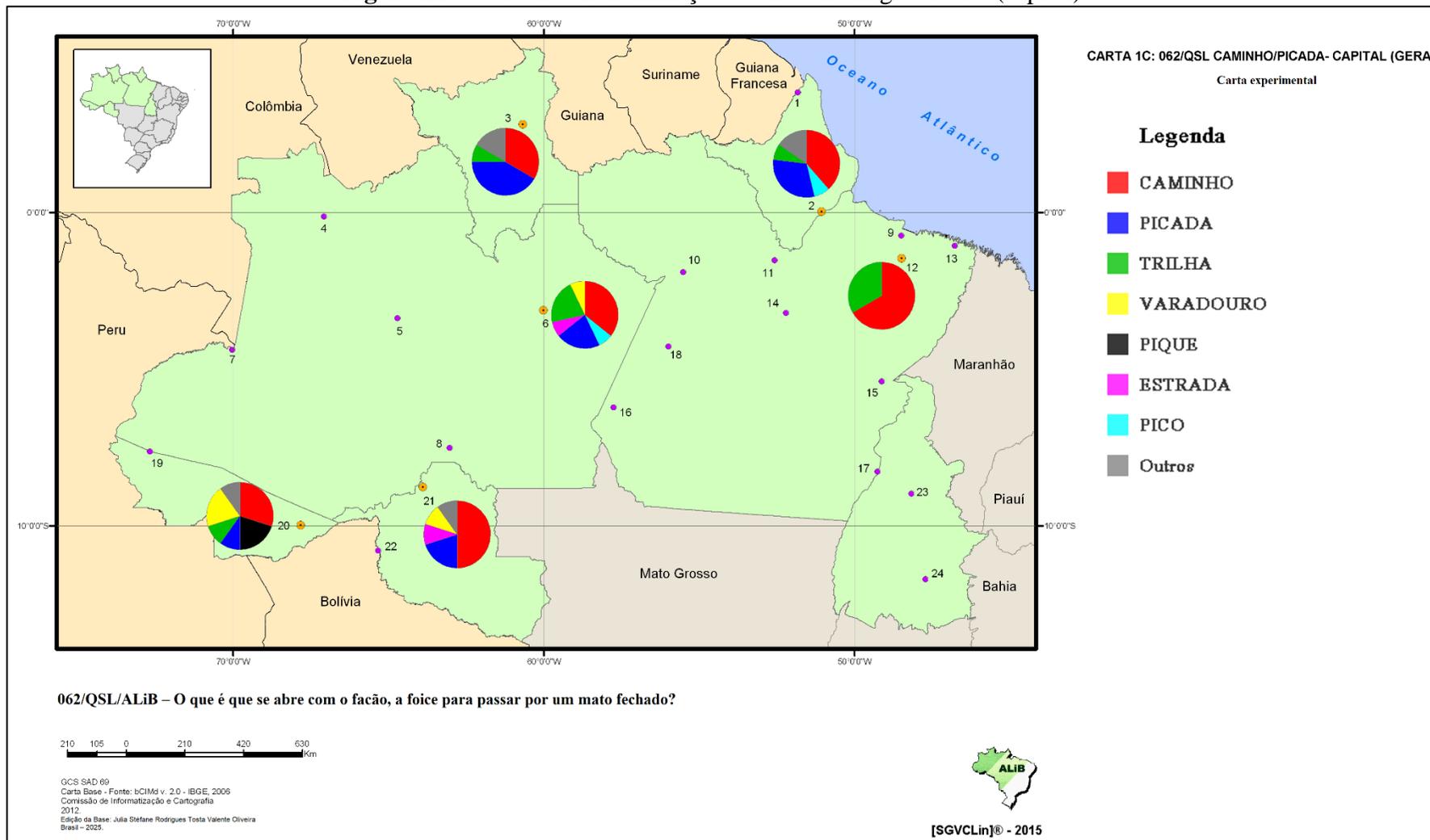
Além disso, as áreas onde o termo *varadouro* é mencionado, apresentam forte influência de culturas indígenas, como os Ashaninka, localizados na região do alto Juruá, no Acre, e os Wari, situados no norte do estado de Rondônia, em aldeias administradas por Guajará-Mirim. Tais áreas possuem uma economia baseada em atividades extrativistas, como a exploração de borracha, castanha e madeira, além de práticas de agricultura de subsistência, pesca e coleta de recursos naturais. Essas atividades demandam o uso frequente de ferramentas como facões e foices, o que pode explicar a preferência na utilização deste termo no contexto local.

A denominação *pique* também apresentou características interessantes, sendo registrada em localidades próximas a fronteiras internacionais. Um exemplo é Benjamim Constant/007/AM, situada no tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia, às margens do rio Solimões. O município de Cruzeiro do Sul/019/AC, localizado próximo à fronteira com o Peru, em uma área de floresta densa e Guajará-Mirim/022/RO que está posicionado na fronteira com a Bolívia, em uma região de transição entre a Amazônia e o Pantanal.

A exceção é Altamira/014/AP, que embora não esteja em uma área fronteiriça, compartilha características semelhantes com as demais localidades, como a presença do bioma amazônico e a presença de comunidades indígenas. Esses fatores geográficos e culturais específicos contribuem para a utilização de unidades lexicais específica que, muitas das vezes, refletem aspectos dessas áreas.

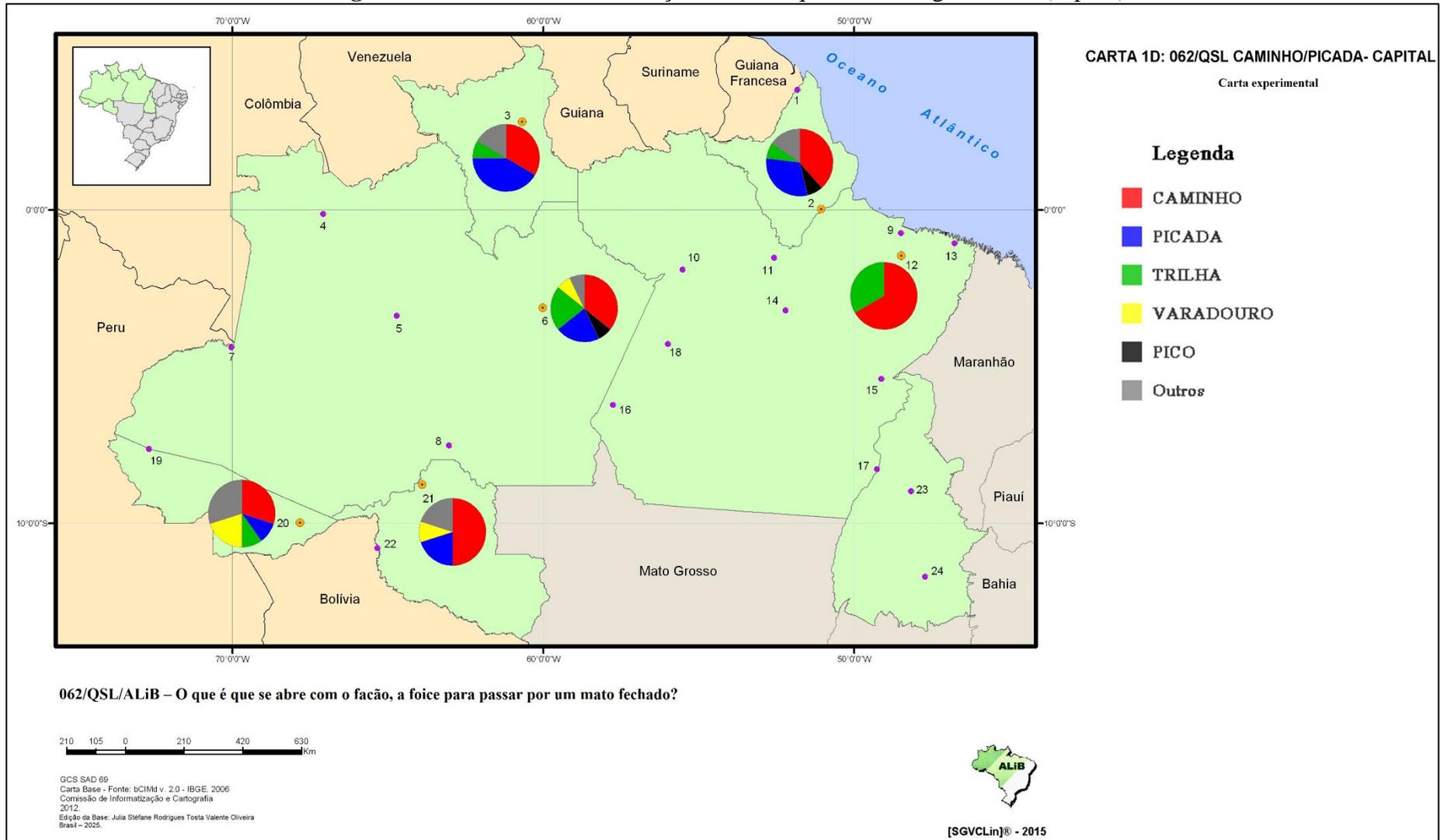
Portanto, de modo semelhante, as Figuras 22 (todas as denominações) e 23 (cinco mais frequentes) sistematizam de modo decrescente as ocorrências realizadas nas capitais. Essa visualização dos dados tem o intuito de realizar uma análise comparativa entre os dados do interior e das capitais.

Figura 22 – Carta 1C: Denominações obtidas na Região Norte (capital)



Fonte: Elaborado pela autora com base no banco de dados do ALiB.

Figura 23 – Carta 1D: Denominações mais frequentes na Região Norte (capital)



Fonte: Elaborado pela autora com base no banco de dados do ALiB.

Conforme indicado nas Figuras 22 e 23, as denominações coletadas nas capitais foram: *caminho, picada, trilha, varadouro, pique, pico, estrada, vereda, bequinho, rastro, passagem, capina* e *ramal*, totalizando 70 ocorrências.

Assim como observado nas áreas do interior, as designações mais frequentes nas capitais mantiveram-se iguais, com *caminho* ocupando a primeira posição, representando 41,43% dos registros (29), presente em todas as localidades analisadas. Em seguida, *picada* aparece como a segunda denominação mais recorrente, correspondendo a 21,43% das ocorrências (15), registradas nas localidades de Macapá/002/AP, Boa Vista/003/RR, Manaus/006/AM, Rio Branco/020/AC e Porto Velho/021/RO.

Diferentemente do interior, o terceiro item lexical nomeado pelos informantes foi *trilha*, com 12,86% das respostas (09), com menções em todas as capitais, exceto em Porto Velho/021/RO. Para *varadouro*, os registros atingiram 5,71% do total (04), com ocorrências provenientes de Manaus/006/AM, Rio Branco/020/AC e Porto Velho/021/RO.

As variações *pique, pico, estrada* apresentaram percentuais de 2,86% cada (02). *Pique* foi registrado exclusivamente em Rio Branco/020/AC, *pico* aparece em Macapá/002/AP e Manaus/006/AM e *estrada* foi mencionada em Manaus/006/AM e Porto Velho/021/RO.

Por fim, as denominações *vereda, bequinho, rastro, passagem, capina* e *ramal* obtiveram apenas 1,43% de ocorrências cada (01), respectivamente nas localidades de Porto Velho/021/RO, Macapá/002/AP, Boa Vista/003/RR, Macapá/002/AP, Rio Branco/020/AC.

Como conclusão, pode-se afirmar que as denominações coletadas nas capitais assim como nas localidades do interior, mostraram a superioridade da unidade lexical *caminho*, seguido de *picada*, indicando uma certa uniformidade nas designações mais frequentes. No entanto, observa-se uma certa dessemelhança entre capital e interior no terceiro nome mais citado: enquanto nas áreas interioranas a denominação mais frequente é *estrada*, nas capitais optou-se por *trilha*. Essa distinção evidencia pormenores regionais expressos a partir da nomenclatura utilizada, refletindo o contraste entre o interior e as capitais.

Essas diferenças não apenas indicam particularidades regionais, mas também estão ligadas a fatores históricos e econômicos que moldam o cotidiano das populações. No interior da Região Norte, o termo *estrada* está fortemente associado ao cotidiano das comunidades rurais, onde as vias de circulação muitas vezes são essenciais para o transporte de pessoas e mercadorias, além de estarem ligadas a atividades econômicas tradicionais, como a extração de borracha (ainda que em baixa escala) e o acesso a áreas de cultivo. O dicionário Houaiss (2001) reforça essa conexão ao registrar *estrada* com marcas diatópicas específicas da Amazônia:

2. *p.ext.* qualquer caminho para circulação de seres ou meios de transporte <*na Amazônia, a melhor e, é a fluvial*>. [...] 6. *AMAZ.* grupo de cerca de 150 seringueiras a encargo de um seringueiro por dia”.

As acepções assinaladas no dicionário com marcas diatópicas ajudam a elucidar a utilização desse nome, pois pode estar relacionado tanto a vias de circulação quanto ao contexto de extração de borracha nos séculos XVIII e XIX. Já ao consultar o dicionário Houaiss (2001) verificou-se que o uso de *trilha* nas capitais não apresenta marcas específicas de uso, apresentando um sentido mais genérico para essa acepção:

2. “*sf* caminho rudimentar, ger. estreito e tortuoso, entre vegetação; trilho, vereda”.

O significado apresentado pelo dicionário, com uma definição mais ampla, pode estar influenciado pelo contexto urbano e pela presença de áreas verdes. Essas características coincidem com as capitais da região pesquisada, como Manaus/AM, Belém/PA e Porto Velho/RO, que são áreas cercadas por rios, igarapés³⁰ e extensas áreas de mata densa. A convivência entre o ambiente urbano e a natureza próxima pode explicar a preferência por termos mais genéricos, como *trilha*, que remetem a caminhos estreitos e tortuosos em meio a vegetação.

Embora essas capitais também tenham uma economia fortemente ligada à exploração de recursos naturais, essas localidades se destacam por possuírem um setor industrial desenvolvido, o que atrai empresas e gera empregos, principalmente em Manaus/AM e Belém/PA. Esse processo econômico diversificado, aliado à urbanização acelerada dos grandes centros urbanos, pode contribuir para a adoção de termos mais amplos e menos específicos. Em oposição, a população no interior tem diminuído gradativamente, transmitindo uma linguagem que exterioriza uma relação mais direta com o ambiente rural.

Portanto, após as considerações acerca da distribuição diatópica das variantes, no próximo tópico serão examinados os dados a partir do perfil dos informantes, considerando fatores sociodemográficos como sexo, idade e escolaridade. Essa análise permitirá compreender como tais aspectos influenciam nas escolhas lexicais, complementando a compreensão das variantes observadas entre o interior e as capitais.

³⁰De acordo com o dicionário Aulete Digital (2014), Igarapés se refere a: sm. 1. *AM* Geog. Pequeno rio, estreito e navegável, que nasce na mata e deságua num rio maior. 2. *AM* Canal estreito entre uma ilha fluvial e outra, ou entre uma ilha e a terra firme, com passagem para apenas uma canoa.

5.1.3 Abordagens diassexual, diageracional e diastrática

A partir dos dados obtidos, os registros foram analisados também sob a perspectiva das variáveis sexo (diassexual), idade (diageracional) e nas capitais somou-se a escolaridade (diastrática). Os critérios metodológicos como já mencionado anteriormente, seguem o perfil estabelecido pelo Projeto ALiB, nos quais em cada ponto de inquérito são entrevistados quatro informantes, dois do sexo feminino e dois do masculino nos municípios do interior e mais quatro feminino e quatro masculino, totalizando oito por capital. As faixas etárias contempladas são: I (18 a 30 anos) e II (50 a 65 anos).

A análise da variável diastrática (escolaridade) é passível de comparação apenas nas capitais, pois os entrevistados do interior foram limitados ao Ensino Fundamental II incompleto, enquanto nas capitais incluem-se informantes com Ensino Fundamental incompleto e de nível universitário.

Diante do exposto, a distribuição das variantes lexicais será inicialmente analisada conforme a frequência por sexo nas localidades do interior e nas capitais da Região Norte. Sendo assim, as denominações mais frequentes obtidas nas localidades do interior dessa região foram ordenadas de modo decrescente: *caminho*, *picada*, *estrada*, *varadouro*, *pique*, *pico*, *ramal*, *trilheiro*, *vereda*, *carreiro*, *trilha*, *roçado* e *guia*. A soma dessas ocorrências computou em um total de 103 registros no interior da região.

A variante *caminho* foi a mais citada, pelas informantes do sexo feminino, com 57% das menções (24), registradas em quase todas as localidades, exceto nos pontos de coleta de Altamira/014/PA e Guajará-Mirim/022/RO. Já para o sexo masculino, essa denominação obteve 43% das ocorrências (18), não sendo indicada nas localidades de Soure/009/PA, Óbidos/010/PA, Pedro Afonso/023/TO e Natividade/024/TO.

A unidade lexical *picada* ocupa a segunda posição entre as denominações mais citadas. A análise dos dados indica que essa variante foi preferencialmente utilizada por homens, correspondendo a 83% das ocorrências (20), identificadas nos municípios de São Gabriel da Cachoeira/004/AM, Tefé/005/AM, Humaitá/008/AM, Soure/009/PA, Óbidos/010/PA, Bragança/013/PA, Altamira/014/PA, Marabá/015/PA, Jacareacanga/016/PA, Conceição do Araguaia/017/PA, Itaituba/018/PA, Guajará-Mirim/022/RO, Pedro Afonso/023/TO e Natividade/024/TO. Em contrapartida, o uso da mesma unidade lexical por mulheres foi significativamente menor, representando apenas 17% das menções (04), provenientes das localidades de São Gabriel da Cachoeira/004/AM, Altamira/014/PA, Jacareacanga/016/PA.

No caso do item lexical *estrada*, 63% das respostas (05) foram fornecidas por participantes do sexo feminino, distribuídas nas localidades de Oiapoque/001/AP, São Gabriel da Cachoeira/04/AM, Tefé/005/AM, Óbidos/010/PA, Pedro Afonso/023/TO e Natividade/024/TO. Por sua vez, o índice de resposta do sexo masculino foi de 37% (03), concentrando-se nos municípios de Gabriel da Cachoeira/004/AM, Tefé/005/AM e Soure/009/PA.

A denominação *varadouro* apresentou-se em diversas partes da região, sendo 57% das ocorrências (04) atribuídas a participantes do sexo feminino, nas localidades de Tefé/005/AM, Soure/009/PA, Itaituba/018/PA e Guajará-Mirim/022/RO. Já os participantes do sexo masculino corresponderam a 43% das ocorrências de *varadouro* (03), com registros ocorrências em Soure/009/PA e Cruzeiro do Sul/019/AC.

Por sua vez, a variante *pique* foi indicada de forma igualitária por ambos os sexos (03) cada. As menções atribuídas ao sexo feminino, decorreram das localidades de Altamira/014/PA, Cruzeiro do Sul/019/AC e Guajará-Mirim/022/RO. Já, pelos informantes do sexo masculino, foram proferidas nos municípios de Benjamin Constant/007/AM, Altamira/014/PA e Cruzeiro do Sul/019/AC.

A unidade lexical *pico* foi fornecida por 60% (03) dos homens residentes em Oiapoque/001/AP, Óbidos/010/PA e Itaituba/018/PA e por 40% (02) das mulheres residentes em Óbidos/010/PA e Natividade/024/TO.

A variante *ramal* foi utilizada pelas informantes do sexo feminino em Tefé/005/AM e pelo sexo masculino em Óbidos/010/PA. Já a forma *trilheiro*, foi nomeada pelo sexo masculino em Conceição do Araguaia/017/PA e pelo sexo feminino em Natividade/024/TO. Por fim, a lexia *vereda* obteve indicações do sexo feminino em Almeirim/011/PA e, do sexo masculino, em Itaituba/018/PA.

Em conclusão, as denominações *carreiro*, *trilha*, *roçado* e *guia* apresentaram ocorrências isoladas, restritas a um único informante cada. Conforme classificado no Quadro 10.

Quadro 10 – 062/QSL/ALiB: Ocorrências únicas distribuídas por sexo (interior)

Denominação	Sexo	Localidade
Carreiro	Masculino	Natividade/024/TO
Trilha	Masculino	São Gabriel da Cachoeira/004/AM
Roçado	Feminino	Jacareacanga/016/PA
Guia	Feminino	Humaitá/008/AM

Fonte: Elaborado pela autora.

Com base nos dados apresentados, conclui-se que o item lexical *picada* apresenta uma distribuição não homogênea na perspectiva diasssexual no interior da Região Norte indicando preferência de seu uso por informantes do sexo masculino.

A diferença pode ser justificada por fatores socioculturais e econômicos, especialmente considerando o contexto familiar e profissional dos informantes, pois a maioria dos pais dos participantes exercia funções como agricultores, lavradores, pescadores ou seringueiros, atividades que estão diretamente relacionadas ao uso da *picada*. Essas ocupações exigem conhecimento prático de trilhas, caminhos e áreas rurais, o que explica a familiaridade e a preferência por essa unidade lexical entre os homens.

Em virtude dessa realidade e considerando a predominância masculina nas atividades mencionadas na região, pode-se observar que os homens tendem a ser expostos ao trabalho na área rural desde cedo, enquanto as mulheres, em muitos casos, parecem ter menos contato direto com esses contextos.

Outro aspecto relevante observado é que a maioria das respostas para *picada* teve origem nos estados do Amazonas, Pará e Tocantins, regiões cuja economia está fortemente vinculada à agricultura, pesca e extrativismo, como no caso do seringal. Em complemento à análise rural, investigou-se o uso dessas unidades lexicais nas capitais correspondentes, buscando identificar possíveis processos de mudança linguística em contextos urbanizados.

A investigação dos dados urbanos revelou padrões significativos na distribuição dos itens investigados. A denominação *caminho* foi mencionado por 52% (15) das informantes do sexo feminino e 48% (14) dos entrevistados do sexo masculino, considerando o total das ocorrências registradas em todas as localidades pesquisadas. A segunda designação mais citada foi *picada*, que foi indicada em todas as localidades atingindo 53% de registros dessa denominação (08) entre as mulheres, com exceção de Belém/012/PA. Entre os homens, esse item lexical foi mencionado em 47% dos casos (07), com exceção de Belém/012/PA e Rio Branco/020/AC.

A terceira denominação mais recorrente foi *trilha*, proferido por 67% dos informantes (06) do sexo masculino com ocorrência em todas as capitais, exceto em Macapá/002/AP e Porto Velho/021/RO, e por 33% (03) do sexo feminino, indicadas em Macapá/002/AP e Manaus/006/AM. Em seguida, *varadouro* apareceu de forma igualitária entre os sexos (02 cada), sendo selecionada pelas mulheres em Manaus/006/AM e Rio Branco/020/AC, e pelos homens em Rio Branco/020/AC e Porto Velho/021/RO.

Quanto aos itens *estrada* e *pico*, foram mencionados exclusivamente por informantes masculinos. Enquanto a denominação *estrada* foi indicada em Manaus/006/AM e Porto Velho/21/RO, enquanto *pico* foi documentada em Macapá/002/AP e Manaus/006/AM.

A análise dos dados revelou uma distinção social relevante, pois as denominações *rastro* e *vereda* foram identificadas somente nas respostas fornecidas pelo sexo masculino, ao passo que *ramal*, *bequinho*, *capina* e *passagem* ocorreram exclusivamente na fala de informantes do sexo feminino, apresentando ocorrências únicas para cada um desses itens. Esses resultados, encontram-se sistematizados no Quadro 11, organizado e acompanhado das localidades de registro.

Quadro 11 – 062/QSL/ALiB: Ocorrências únicas distribuídas por sexo (capital)

Denominação	Sexo	Localidade
Rastro	Masculino	Macapá/002/AP
Vereda	Masculino	Boa Vista/003/RR
Ramal	Feminino	Rio Branco/020/AC
Bequinho	Feminino	Porto Velho/021/RO
Capina	Feminino	Macapá/002/AP
Passagem	Feminino	Boa Vista/003/RR

Fonte: Elaborado pela autora.

Com base em uma análise geral dos resultados, os dados obtidos evidenciaram que a unidade lexical *caminho* foi a mais frequente tanto nas localidades do interior quanto nas capitais, o que sugere que essa denominação é amplamente reconhecida na região. Observou-se também essa resposta foi indicada mais por informantes do sexo feminino, o que pode estar relacionado ao fato de que historicamente, as mulheres tinham menor participação em atividades extrativistas, e estavam mais envolvidas em trabalhos agrícolas de subsistência. Conforme Albuquerque (2005):

[...] a derrubada e queimada de áreas para o roçado, o plantio, limpezas e outras atividades vinculadas à agricultura de subsistência, implicam uma socialização do trabalho com a participação esporádica de vizinhos e, constantemente, de todo o núcleo familiar: esposa e filhos (Albuquerque, 2005, p. 111).

Esse contexto pode explicar o motivo pelos quais as mulheres tendem a utilizar nomes mais genéricos, como *caminho*, em contraste com os homens, que, devido à sua maior participação em atividades extrativistas, podem preferir itens mais específicos, como *picada* ou *estrada*. A Figura 24, que refere à ficha de informantes de Cruzeiro do Sul/019/AC, ilustra as características discutidas, destacando as funções profissionais atribuídas às mulheres em

vermelho e aos homens em azul. Informações sobre todos os informantes podem ser obtidas no Apêndice 1.

Figura 24 – Características das profissões dos informantes

Dados dos informantes localizados em Cruzeiro do Sul/AC/019/ALiB												
Inquiridor	Data inquérito	Nº/ nome informante	Sexo	Idade	Faixa Etária	Naturalidade	Grau de escolaridade	Estado civil	Profissão	Naturalidade dos pais e cônjuge	Profissão dos pais	Observações
INTERIOR- ENSINO FUNDAMENTAL												
Carla Regina de Souza	23/11/2005	019/1- JSS	M	21	I	Cruzeiro do Sul- AC	6º Série	solteiro	Açougueiro	Mãe: Cruzeiro do Sul- AC	Professora	- Pai do informante mudou para Cruzeiro do Sul com 15 anos.
										Pai: Tarauacá- AC	Operador de máquinas	
Carla Regina de Souza	24/11/2005	019/2- EGS	F	26	I	Cruzeiro do Sul- AC	6 Série	solteiro	Zeladora na prefeitura	Mãe: Cruzeiro do Sul- AC	Funcionária pública	- Foi criada com os pais até os 9 anos, depois começou a trabalhar de doméstica morando às vezes na casa onde trabalhava.
										Pai: Cruzeiro do Sul- AC	Aposentado/ Agricultor	
Aparecida Negri Isquerdo	24/11/2005 e 25/11/2005	019/3- RSO	M	63	II	Cruzeiro do Sul- AC	4º Série	casado	Seringueiro, motorista de caminhonete (frete) pescador e mecânico.	Mãe: Seringal Lagoinha- Cruzeiro do Sul- AC	Do lar	- O inf. não estava trabalhando na época do inq. por motivo de doença. - Morou até os 30 anos no seringal Lagoinha- AC
										Pai: Seringal Lagoinha- Cruzeiro do Sul- AC	Seringueiro	
										Cônjuge: Seringal Lagoinha- Cruzeiro do Sul- AC	Do lar	
Inq.: Carla Regina de Souza Aux.: Aparecida Negri	23/11/2005	019/4- FSA	F	59	II	Cruzeiro do Sul- AC	Projeto Minerva- 1º -4º Série	casado	Empregada doméstica	Mãe: Cruzeiro do Sul- AC	Do lar	- Morou em Fortaleza - CE (Colégio interno, dos 6 aos 13 anos), em virtude de doença do pai, depois mudou-se para Cruzeiro do Sul. - Houve intervenções sonoras na hora do inquérito.
										Pai: Cruzeiro do Sul- AC	Agricultor	
										Cônjuge: Cruzeiro do Sul- AC	Agricultor	

Fonte: Elaborado pela autora com base nas fichas de informantes do Projeto ALiB.

De acordo com o levantamento de dados realizado nas fichas de informantes, em grande parte as mulheres entrevistadas, mães ou esposas dos informantes, exerciam funções relacionadas ao trabalho doméstico, serviços urbanos (comércio), cozinheira, atividades do lar, e professora. Essa divisão de papéis laborais reforça a hipótese de que mulheres, por estarem mais ligadas ao ambiente doméstico e às atividades urbanas, tendem a adotar uma linguagem mais genérica.

Observou-se também que tanto os informantes que não souberam responder (NS), quanto nos casos em que a pergunta não foi formulada (PT) as ocorrências foram registradas para o sexo feminino. Fator este que também pode estar associado ao não conhecimento sobre o referente buscado para a pergunta.

INQ.: O que, que se abre com o facão a foice para passar por um mato fechado? Normalmente se usa assim um terçado pra passar em um mato fechado?

INF.: Foice?

INQ.: Sim, a gente usa a foice. Então a gente diz que está abrindo o que com a foice?

INF.: Um mato, desmatando.

OBS.: a pergunta não foi retomada.

(Inq. 015/02 (Marabá – PA) / Inf.: mulher, faixa etária 1, ensino fundamental incompleto)

Em contraste, os homens, mais envolvidos com serviços no ambiente rural, como lavrador, seringueiro, agricultor e pescador, fazem o uso de nomes mais técnicos ou específicos. Em suma, os dados analisados mediante a perspectiva diasssexual apontam que as diferenças entre homens e mulheres e os espaços regionais desempenham um papel crucial na escolha das denominações. Esses dados oferecem uma visão valiosa sobre as interrelações entre linguagem, trabalho e cultura nas regiões estudadas.

Na continuação, as respostas obtidas foram examinadas sob o viés diageracional. Nessa perspectiva, os dados coletados no interior demonstraram que *caminho* foi indicado por 55% dos informantes (23) da faixa etária I e foi registrado em todas as localidades, com exceção de Itaituba/018/PA. No que se refere à faixa etária II, observou-se que 45% dos inquiridos (19) optaram por essa resposta, sendo indicado na maioria dos municípios do interior, salvo em Humaitá/008/AM, Soure/009/PA, Óbidos/010/PA, Conceição do Araguaia/017/PA, Guajará-Mirim/022/RO e Natividade/024/TO.

A denominação *picada* foi documentada em localidades do Amazonas, Pará e Tocantins totalizando 25% das ocorrências (06) entre os informantes da faixa etária I nos pontos de inquérito de São Gabriel da Cachoeira/004/AM, Humaitá/008/AM, Jacareacanga/016/PA,

Itaituba/018/PA e Pedro Afonso/023/TO. Em contrapartida, na faixa etária II, a denominação teve um índice de 75% (18), embora não tenha sido mencionado apenas nas localidades do Oiapoque/001/AP, Benjamim Constant/007/AM, Itaituba/018/PA, Cruzeiro do Sul/019/AC.

Ao tratar do item *varadouro* informa-se que 29% (02) dos informantes da faixa etária I indica essa denominação como resposta, possuindo registro apenas nos municípios de Soure/009/PA e Itaituba/018/PA. No entanto, entre os participantes (faixa etária II), o percentual obtido foi de 71% (05), nas localidades de Tefé/005/AM, Soure/009/PA, Itaituba/018/PA, Cruzeiro do Sul/019/AC e Guajará-Mirim/022/RO.

As denominações *estrada*, *pique* são documentados com o mesmo quantitativo em ambas faixas etárias. No caso da faixa etária I, *estrada* foi registrada nos municípios de São Gabriel da Cachoeira/004/AM, Óbidos/010/PA, Pedro Afonso/023/TO e Natividade/024/TO. Por sua vez, na faixa etária II foi registrada no Oiapoque/001/AP, Tefé/005/AM e Soure/009/PA, ambas com (04) ocorrências cada. A designação *pique* teve menções em Altamira/014/PA e Guajará-Mirim/022/RO para os informantes da faixa I e em Benjamim Constant/007/AM, Altamira/014/PA e Cruzeiro do Sul/019/AC na faixa II. Do mesmo modo, *ramal* foi nomeado em Tefé/005/AM e Óbidos/010/PA, apresentando (03) registros cada.

A designação *varadouro* obteve 29% das respostas (02) na faixa etária I, sendo documentadas apenas em Soure/009/PA e Itaituba/018/PA. Já na faixa etária II, o percentual foi mais expressivo com 71% (05), distribuídos em Tefé/005/AM, Soure/009/PA, Itaituba/018/PA, Cruzeiro do Sul/019/AC e Guajará-Mirim/022/RO. Para a denominação *pico* contabilizou-se 25% das ocorrências (01) para a faixa etária I, sendo mencionada apenas em Óbidos/010/PA e, na faixa etária II, obteve 75% dos registros (03) sendo fornecidos em Oiapoque/001/AP, Óbidos/010/PA e Itaituba/018/PA.

A resposta *trilheiro* e *vereda*, foram indicadas exclusivamente por informantes da faixa etária II (02 cada), sendo *trilheiro* mencionado nos municípios de Conceição do Araguaia/017/PA e Natividade/024/TO. E *vereda* em Almeirim/011/PA e Itaituba/018/PA.

Para as denominações *trilha*, *roçado*, *carreiro* e *guia* registraram-se ocorrências únicas, com menções distribuídas de forma igualitária entre as faixas etárias analisadas. Desse modo, o Quadro 12 apresenta a idade e localidade em que cada um desses itens foi mencionado.

Quadro 12 – 062/QSL/ALiB: Ocorrências únicas distribuídas por idade (interior)

Denominação	Faixa etária	Localidade
Trilha	II	São Gabriel da Cachoeira/004/AM
Roçado	I	Jacareacanga/016/PA
Carreiro	I	Natividade/024/TO
Guia	II	Humaitá/008/AM

Fonte: Elaborado pela autora.

A análise dos dados sob a perspectiva diageracional revelou uma significativa diversidade nas denominações utilizadas pelos informantes. A resposta *caminho*, apresentou o maior índice de ocorrências, demonstrando uma diferença mínima entre as respostas dos participantes com idades entre 18 e 30 anos e aqueles na faixa etária de 50 a 65 anos, portanto, com uma pequena vantagem numérica entre os informantes mais jovens.

Por outro lado, a expressão *picada* foi a mais frequente entre os informantes idosos, o que sugere uma relação direta com o processo de urbanização na região. Considerando que a globalização e a redução das atividades realizadas em áreas de mata, somadas ao desaparecimento do referente buscado, contribuíram para que tais expressões se tornassem menos conhecidas entre os participantes mais jovens. Esses resultados reforçam, a influência de fatores socioeconômicos e culturais na dinâmica linguística, evidenciando como mudanças contextuais e o possível desaparecimento do referente buscado impactam no uso e na permanência de vocábulos específicos em diferentes gerações.

De modo semelhante, será apresentado os dados coletados nas capitais indicados em ordem decrescente: *caminho, picada, trilha, varadouro, pique, estrada, pico, bequinho, capina, ramal, vereda, passagem e rastro*.

A denominação *caminho*, assim como nas perspectivas anteriores mantém-se com o maior índice de respostas, sendo mencionada em todas as capitais pesquisadas. Para esse item registrou-se 48% das ocorrências (14) para a faixa etária I, enquanto a faixa etária II apresentou 51% (15) das respostas.

Na sequência, *picada* foi indicada por 27% dos informantes (04) da faixa etária I, sendo documentada em Macapá/002/AP, Boa Vista/003/RR e Manaus/006/AM. Já para a faixa etária II foi registrado 73% das ocorrências (11), não sendo indicada apenas em Belém/012/PA.

Para a denominação *trilha*, registrou-se que 89% das menções (08) estão concentradas na faixa etária I, não sendo apontada como resposta somente em Porto Velho/021/RO. Na segunda faixa etária o percentual foi de 11% (01), registradas em Belém/012/PA. A denominação *varadouro* foi mencionado somente pelos informantes da faixa etária II (04), nas localidades de Manaus/006/AM, Rio Branco/020/AC e Porto Velho/021/RO.

No que refere às denominações *pique* e *estrada*, os percentuais de respostas foram iguais em ambos grupos etários (02 cada). *Pique* foi mencionado apenas em Rio Branco/020/AC, enquanto *estrada* foi indicada em Manaus/006/MA (faixa II) e Porto Velho/021/RO (faixa I). Já a denominação *pico* foi mencionada somente pela faixa etária II, em Macapá/002/AP e Manaus/005/AM.

Por fim, as ocorrências com respostas únicas incluíram as denominações *bequinho*, *capina*, *ramal*, *vereda*, *passagem* e *rastro*, que foram organizadas de acordo com a faixa etária localidade de registro no Quadro 13.

Quadro 13 – 062/QSL/ALiB: Ocorrências únicas distribuídas por idade (capital)

Denominação	Faixa etária	Localidade
Bequinho	I	Porto Velho/021/RO
Capina	II	Macapá/002/AP
Ramal	I	Rio Branco/020/AC
Vereda	II	Boa Vista/003/RR
Passagem	I	Boa Vista/003/RR
Rastro	I	Macapá/002/AP

Fonte: Elaborado pela autora.

Haja vista os dados das capitais, as denominações *picada* e *trilha* evidenciaram disparidade entre as faixas etárias analisadas. No caso de *picada*, o maior índice de respostas foi entre os informantes da faixa etária II (50-65), padrão que também foi observado nos dados do interior. Esse resultado sugere que o item lexical está mais enraizado no vocabulário das gerações anteriores, possivelmente em decorrência de seu uso em contextos rurais, que vêm se tornando menos frequente com a transição da área rural para a cidade.

Em contrapartida a designação *trilha* apresentou ocorrências quase que exclusivas entre os participantes mais jovens (18-30 anos), reforçando uma possível mudança geracional no uso do nome para designar o referente solicitado na questão. Essa preferência dos informantes mais novos pode estar relacionada a uma maior familiaridade com contextos recreativos ou turísticos, nos quais *trilha* é utilizado de forma mais genérica.

Considerando o contexto social e urbano que esses indivíduos experienciaram e/ou, em algumas situações, seus pais, é possível que tenham tido contato com atividades nos seringais, e o envolvimento com a expansão agropecuária, especialmente em localidades como Rondônia. Essas experiências, marcadas por um modo de vida mais conectado ao ambiente rural e às práticas extrativistas, explicam a familiaridade desses informantes com itens como *picada*, que remetem a contextos específicos de suas vivências.

Por sua vez, os informantes mais jovens, que cresceram em um contexto mais urbanizado e com a interferência dos meios de comunicação, provavelmente não vivenciaram as mesmas realidades. O aumento das áreas urbanas, o desmatamento e a transformação das atividades econômicas na Amazônia contribuíram para o distanciamento desses indivíduos de práticas e referentes associados ao contexto rural. Como consequência, as denominações como *picada* apresentaram menor ocorrência entre os mais jovens, enquanto expressões como *trilha*, mostraram-se mais alinhadas às práticas esportivas ou de lazer.

Para concluir a questão 062/QSL/ALiB, os dados coletados também foram examinados sob a perspectiva diastrática, com base na escolaridade, selecionando informantes que cursaram ensino fundamental II incompleto e o ensino universitário. A análise foi realizada exclusivamente com os dados das capitais, uma vez que, nesses locais, o inquérito foi conduzido com quatro informantes de cada nível de escolarização.

De acordo com a análise diastrática, as respostas obtidas, em ordem decrescente de frequência, foram as seguintes: *caminho*, *picada*, *trilha*, *varadouro*, *pique*, *estrada*, *pico*, *capina*, *rastro*, *ramal*, *passagem*, *bequinho* e *vereda*.

A denominação *caminho* obteve respostas em todas as localidades, com 66% (19) dos registros concentrados na fala dos informantes de nível fundamental incompleto e 34% (10) para os que possuem ensino universitário. Na sequência, *picada* apresenta percentuais mais elevados para o nível universitário, com 60% das respostas (09) sendo registrada em todas as localidades, exceto em Belém/012/PA, enquanto que para o ensino fundamental, o percentual é de 40% (06), com menções em Macapá/002/AP, Boa Vista/003/RR e Manaus/006/AM.

No caso de *trilha*, os registros obtidos foram de 22% (02) para o ensino fundamental incompleto, com ocorrências em Manaus/006/AM e Belém/012/PA, enquanto 78% das respostas (07) foram de informante com nível universitário, documentado somente em Macapá/002/AP e Porto Velho/021/RO. Para *varadouro*, as menções foram igualitárias em ambas escolaridades (02 cada), com ocorrências em Manaus/06/AM, Rio Branco/020/AC e Porto Velho/021/RO. A equivalência dos quantitativos também se observa no caso de *estrada* (01 cada), mencionada em Manaus/006/AM e Porto Velho/021/RO.

Em seguida, a ocorrência *pique* foi registrada somente entre informantes com ensino fundamental incompleto (02), com menção exclusiva em Rio Branco/020/AC. Do mesmo modo, a denominação *pico* foi indicada apenas por informantes com ensino universitário (02), nas localidades de Macapá/002/AP e Manaus/006/AM.

Por fim, as designações *capina*, *rastro*, *ramal*, *passagem*, *bequinho* e *vereda* foram registradas com ocorrências únicas. Dessa forma, o Quadro 14 sintetiza os dados de acordo com o nível de escolaridade e a localidade em que essas unidades foram identificadas.

Quadro 14 – 062/QSL/ALiB: Ocorrências únicas distribuídas por escolaridade (capital)

Denominação	Escolaridade	Localidade
Capina	Universitário	Macapá/002/AP
Rastro	Fundamental incompleto	Macapá/002/AP
Ramal	Universitário	Rio Branco/020/AC
Passagem	Fundamental incompleto	Boa Vista/003/RR
Bequinho	Fundamental incompleto	Porto Velho/021/RO
Vereda	Fundamental incompleto	Boa Vista/003/RR

Fonte: Elaborado pela autora.

Desse modo, com base nos dados apresentados, observou-se um certo contraste entre as denominações mais frequentes. Enquanto *caminho* obteve maior número de respostas por parte de informantes com ensino fundamental incompleto, *picada* e *trilha* foram mais utilizadas por participantes que possuíam ensino universitário.

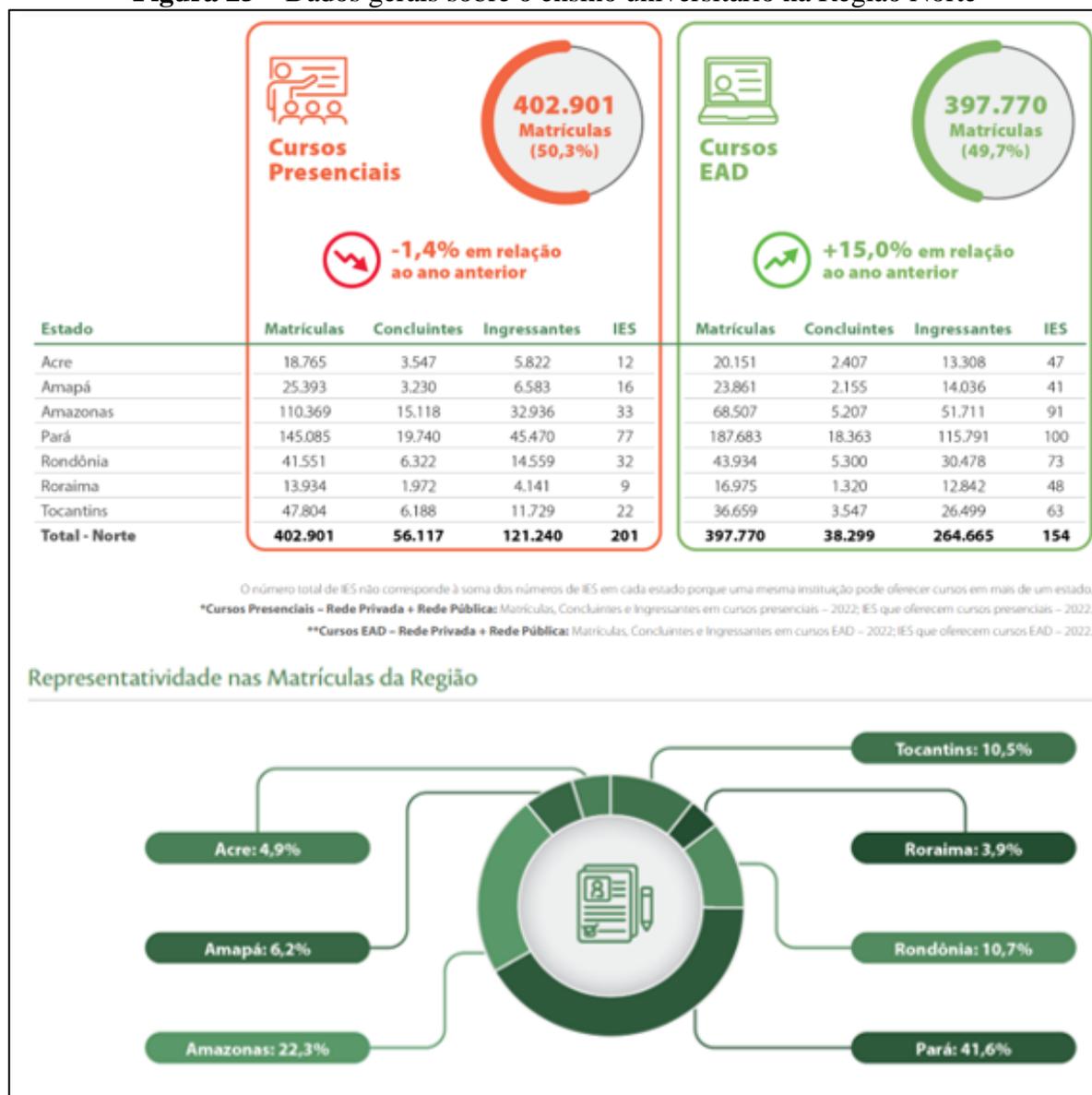
Ao examinar os dados obtidos fez-se necessário realizar um comparativo com a análise diageracional para verificar as respostas obtidas para *picada*, pois embora a denominação tenha sido respondida com maior frequência por informantes do ensino universitário, das 15 ocorrências, 11 são de informantes da faixa etária II. Esses quantitativos podem indicar que de alguma forma os entrevistados tenham mais contato com áreas rurais, como no caso da informante 020/8- Rio Branco, sexo feminino, faixa etária II, que morou em um seringal até os 15 anos de idade³¹.

Outro fator relevante é que a Região Norte apresenta o menor índice de matrículas no ensino universitário do país, com apenas 8,5% do total.³² Esses quantitativos podem ser observados na Figura 25, que alude aos dados gerais referentes ao ensino universitário na região em estudo até 2022.

³¹ Informação registrada na ficha de informantes da localidade de Rio Branco/AC/20/ALiB, que consta no apêndice 1.

³² Informações retiradas do site do Instituto SEMESP- Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/mapa/educacao-14/regioes/>. Acesso em: 16 fev. 2025.

Figura 25 – Dados gerais sobre o ensino universitário na Região Norte



Fonte: Elaborado pela autora, com base em SEMESP (2024).

Na Figura 25, observa-se que em 2022 a região contava com aproximadamente 800 mil matrículas no ensino superior, distribuídas entre as redes públicas e privada. Desse total, 402 mil corresponderam a cursos presenciais e 397 mil na modalidade de Educação a Distância (EaD). Esse montante representou apenas 8,5% das matrículas nacionais, o que posicionou essa parte do Brasil com o menor número de estudantes universitários do país.

Por meio da figura apresentada também é possível notar que o Pará lidera a lista como estado com maior representatividade, concentrando 41,6% das matrículas³³. Em contraste, Roraima apresentou o menor percentual, com apenas 3,9%. Observou-se também uma

³³ As matrículas correspondem ao percentual de estudantes que ingressaram no ensino superior.

disparidade entre a quantidade de matrículas e o número de concluintes, indicando que uma parcela significativa de estudantes acaba por abandonar o curso ao longo do processo acadêmico.

Além desses fatores, os baixos índices da população com ensino universitário sugerem que esses indivíduos podem ter menos contato com as áreas rurais em comparação aos que possuem apenas o ensino fundamental. Isso se deve ao fato de que as oportunidades de emprego para pessoas com essa formação são, em sua maioria, direcionadas para as áreas urbanas, contribuindo para a desconexão com o ambiente rural. Diante dos dados expostos, o próximo tópico abordará o registro dos dados referentes à pergunta 063/QSL/ALiB.

5.2 “Como se chama o caminho, no pasto, onde não cresce mais grama, de tanto o animal ou o homem passarem por ali?” – 063/QSL/ALiB

5.2.1 Abordagem quantitativa

Para a pergunta 063/QSL/ALiB- “Como se chama o caminho no pasto, onde não nasce mais grama de tanto o animal ou o homem passarem por ali?”, foram examinados o total de 139 respostas, coletadas a partir da fala de informantes provenientes de localidades da Região Norte do Brasil. Dentre o total “bruto” dos itens obtidos, identificaram-se 26 denominações distintas para o referente em questão, além de duas perguntas não formuladas (PT) e cinco não retomadas (NS). Portanto, não obtivemos dados relativos a sete informantes.

Assim, foram indicadas como respostas as seguintes denominações: *camim, caminho, caminhu, caminho pisado, caminho velho, carrero, estrada, istrada, carreiro, limpão, passagem, pasto morto, pegada, picada, pisada, rego, triero, trilha, trilheiro, trilho, vala, varadouro, vareda, varedas e vareda do gado e varrida*. Com base nesses resultados, os nomes serão indicados considerando o índice de frequência na Tabela 3.

Tabela 3 – Totalidade das denominações frequentes para a pergunta QSL/063/ALiB e suas ocorrências na Região Norte do Brasil

Denominações	Número de ocorrências
Caminho	40
Caminhu	27
Trilha	17
Istrada	12
Vareda	7
Estrada	6
Carrero	6
Vereda	4
Camim	2
Picada	2
Ocorrências únicas ³⁴	16
Total	139

Fonte: Elaborado pela autora, com base no banco de dados do ALiB.

Com a intenção de facilitar a visualização dos dados e a realização de análises quantitativas, aos moldes da questão 062/QSL/ALiB, procedeu-se ao agrupamento dos nomes que apresentaram variações morfofonêmicas e semântica e/ou lexical, bem como os seguintes casos:

- I. Omissão ou troca de vogais e consoantes: caminho/caminhu; triero/trilheiro, carrero/carreiro; pegada/pisada; vareda/vereda;
- II. Simplificação da flexão em gênero e/ou número: trilha/trilho.

Tomando como base os critérios apontados anteriormente, foi elaborado o Quadro 15, que traz o agrupamento das denominações semântica e/ou lexical semelhantes, organizadas de acordo com a ordem de produtividade.

Quadro 15 – 063/QSL/ALiB Agrupamento de denominações para nomear “TRILHO/CAMINHO/VEREDA/TRILHA”

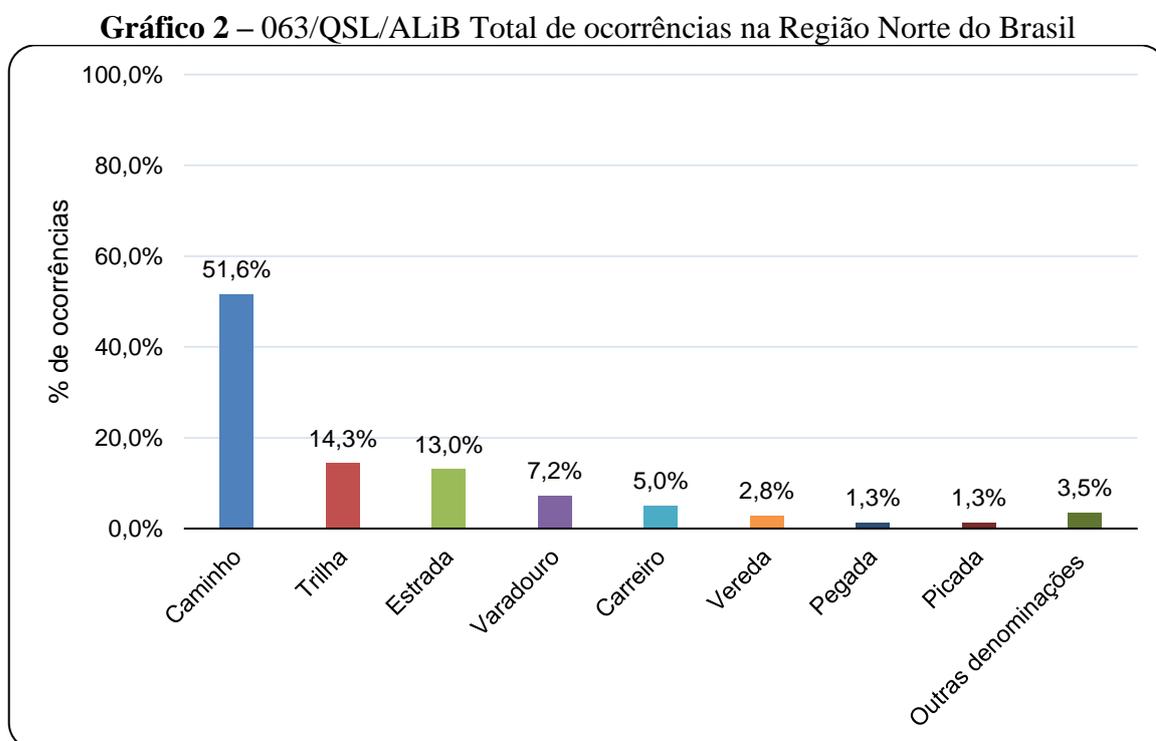
Item lexical	Variantes agrupadas
Caminho	caminho/caminhu/camim/caminho pisado/ caminho velho
Trilha	triero/trilheiro/trilho/trilha
Estrada	estrada/istrada
Varadouro	varadouro/vareda /varedas/vareda do gado
Carreiro	carrero/carreiro
Vereda	vereda
Pegada	pegada/pisada
Picada	picada
Outras denominações	limpão, passagi, pasto morto, rego e vala.

Fonte: Elaborada pela autora, com base no banco de dados do ALiB.

³⁴ Como ocorrências únicas, antes do agrupamento, foram indicadas as seguintes respostas: caminho pisado, caminho velho, carreiro, limpão, passagem, pasto morto, pegada, pisada, rego, triero, trilheiro, trilho, vala, varadouro, varedas e vareda do gado. Dessas denominações, algumas foram agrupadas.

Conforme o Quadro 15, após o agrupamento, a quantidade de itens lexicais diminuiu, contribuindo para uma visualização mais analítica dos dados. Desse modo e tendo como base a Tabela 3, constata-se que as denominações mais frequentes foram *caminho*, *trilha*, *estrada*, *varadouro*, *carreiro*, *vereda*, *pegada* e *picada*. Contando também com ocorrências únicas: *limpão*, *passagem*, *pasto morto*, *rego* e *vala*.

Diante das informações destacadas no Quadro 15, o Gráfico 2 apresenta o percentual de respostas relacionadas às denominações utilizadas pelos informantes das localidades investigadas no estudo. As ocorrências únicas, por sua vez, serão representadas no gráfico como “outras denominações”.



Fonte: Elaborado pela autora com base no banco de dados do ALiB.

De acordo com os percentuais exibidos no Gráfico 2, constatou-se que a forma lexical *caminho* apresenta o maior índice de ocorrências, correspondendo a 51,6% do total de respostas seguida por *trilha* (14,3%) e *estrada* (13%). Em contrapartida, *picada* registrou o menor percentual (1,3%) com índices inferiores ao número de ocorrências únicas (3,5%).

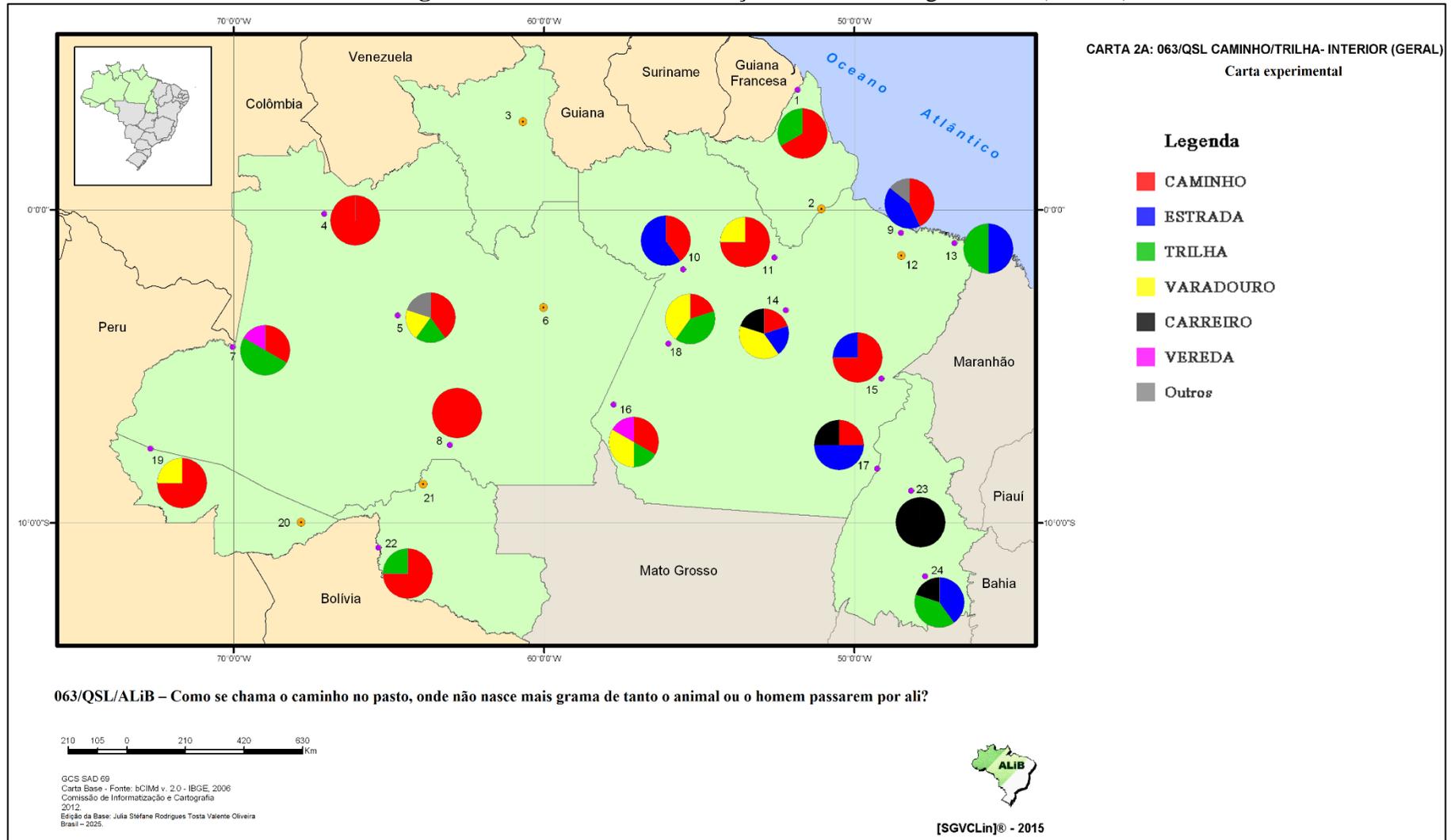
Portanto, com base nesses resultados, o próximo tópico discutirá os dados a partir de uma perspectiva diatópica e sua relação com as formas lexicais coletadas. Iniciaremos a discussão com a distribuição dos dados pelo interior da Região Norte.

5.2.2 Abordagem qualitativa: dimensão diatópica

A recolha dos dados resultou na identificação de sete unidades lexicais com maior frequência na Região Norte do Brasil, utilizadas para nomear o referente solicitado para a pergunta 063/QSL/ALiB- “Como se chama o caminho no pasto, onde não cresce mais grama de tanto o animal ou o homem passarem por ali?”.

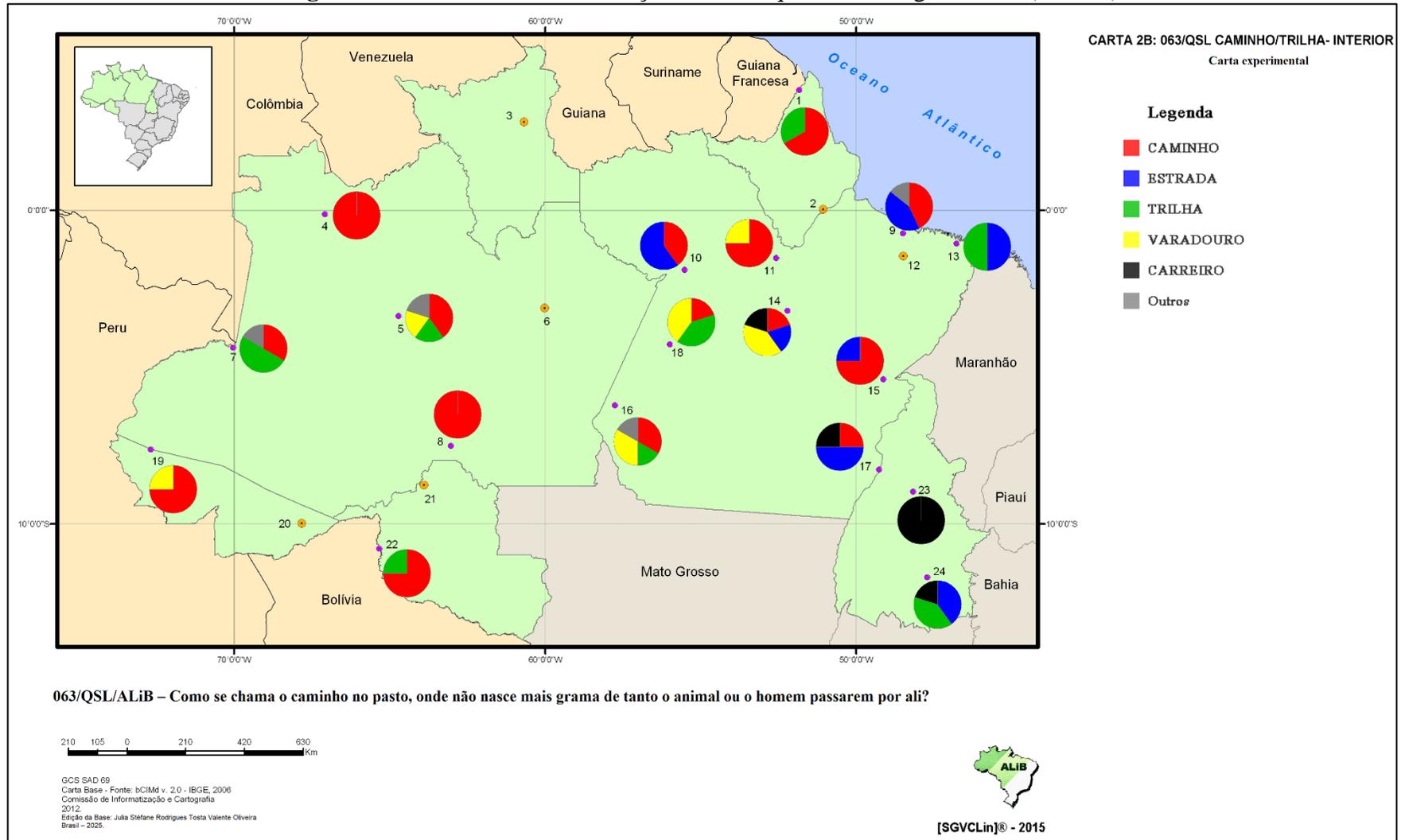
Com o objetivo de proporcionar uma melhor visualização dos resultados obtidos de acordo com a sua distribuição diatópica, foram elaboradas cartas linguísticas, segmentadas conforme a distinção entre interior e capital. Assim, as cartas 2A (geral) e 2B (cinco mais frequentes) representam as denominações coletadas no interior. De forma similar, as cartas 2C (geral) e 2D (interior) ilustram as ocorrências registradas nas capitais. Na sequência, as Figuras 26 e 27 apresentam os dados referentes ao interior.

Figura 26 – Carta 2A: Denominações obtidas na Região Norte (interior)



Fonte: Elaborado pela autora com base no banco de dados do ALiB.

Figura 27 – Carta 2B: Denominações mais frequentes na Região Norte (interior)



Fonte: Elaborado pela autora com base no banco de dados do ALiB.

Conforme os dados documentados nas Figuras 26 e 27 (cartas 2A e 2B), dimensão diatópica dos registros no interior, as denominações coletadas foram *caminho*, *estrada*, *trilha*, *varadouro*, *carreiro*, *vereda*, *passagem* e *vala*, totalizando 84 respostas. Dentre elas, três não respostas (NS), sendo uma no Oiapoque/001/AP e duas em Bragança/013/PA.

A resposta *caminho* destacou-se como a mais frequente no estudo, ocupando o primeiro lugar tanto para a pergunta 062/QSL/ALiB quanto para a questão 063/QSL/ALiB, correspondendo a 44% das ocorrências (36 respostas). Essa resposta foi indicada pelos informantes em quase todas as localidades do interior, com exceção de Bragança/013/PA, Pedro Afonso/023/TO e Natividade/024/TO.

A segunda denominação mais recorrente foi *estrada*, que contou com 16% das ocorrências (13), exclusivamente em localidades paraenses (Soure/009/PA, Óbidos/010/PA, Bragança/013/PA, Altamira/014/PA, Marabá/015/PA, Conceição do Araguaia/017/PA) e um ponto de inquérito em Tocantins (Natividade/024). Em seguida, *trilha* registrou 15% das respostas (12), sendo documentada em Oiapoque/001/AP, Tefé/005/AM, Benjamin Constant/007/AM, Bragança/013/PA, Jacareacanga/016/PA, Itaituba/018/PA, Guajará-Mirim/022/RO e Natividade/024/TO.

A designação *varadouro* foi mencionada por 12% dos informantes (09) considerando o universo da pesquisa. Esses dados foram indicados em apenas três estados: Amazonas (Tefé/005/AM, Benjamin Constant/007/AM), Pará (Almeirim/011/PA, Altamira/014/PA, Jacareacanga/016/PA, Itaituba/018/PA) e Acre (Cruzeiro do Sul/019/AC). Quanto à denominação *carreiro* foi indicada com um percentual de 9% das respostas (07), sendo mencionada em localidades relativamente próximas, Altamira/014/PA, Conceição do Araguaia/017/PA, Pedro Afonso/023/TO e Natividade/024/TO.

Para a forma *vereda*, os percentuais obtidos foram de 2% das respostas (02), sendo documentado em Benjamin Constant/007/AM e Jacareacanga/016/PA. Em relação às denominações *passagem* e *vala* obtiveram 1% de frequência para cada denominação (um registro para cada), mencionada respectivamente em Soure/009/PA e Tefé/005/AM. Para finalizar, a forma *passagem* foi fornecida em Soure/009/PA enquanto *vala* foi documentada em Tefé/005/AM.

Nas localidades de São Gabriel da Cachoeira/004/AM e Tefé/005/AM, a única denominação fornecida foi *caminho*. Ao analisar as semelhanças que essas localidades possuem identificou-se que estão situadas no coração da Floresta Amazônica e compartilham características marcantes devido ao isolamento geográfico e à dependência dos recursos

naturais para o deslocamento. Esses dois pontos estão situados em áreas isoladas, com densa floresta e falta de estrutura terrestre, o que torna o transporte fluvial o principal meio de locomoção.

Em São Gabriel da Cachoeira, o Rio Negro constitui a principal via de deslocamento, ao passo que, em Tefé, o Rio Solimões desempenha esse papel crucial. Além dos rios, o transporte aéreo surge como uma alternativa, ainda que menos acessível e, por conseguinte, menos utilizada. Diante dessas informações, conclui-se que a preferência pelo uso de *caminho* pode ser empregada de maneira mais genérica para nomear tanto as rotas fluviais quanto os trajetos situados no meio da floresta.

Ainda no que se refere a análise das localidades do interior da Região Norte, observou-se que houve três não respostas (NS), respectivamente em Oiapoque/001/AP e Bragança/0013/PA (dois informantes).

INQ.: Lá no pasto às vezes o gado vai andando sempre pelo mesmo caminho que até nem cresce mais grama. Como que chama esse caminho que o gado faz lá no pasto?

INF.: (Silêncio)

INQ.: Aqui eles também não criam gado?

INF.: Cria, mas é bem longe, a gente nem vê quais.

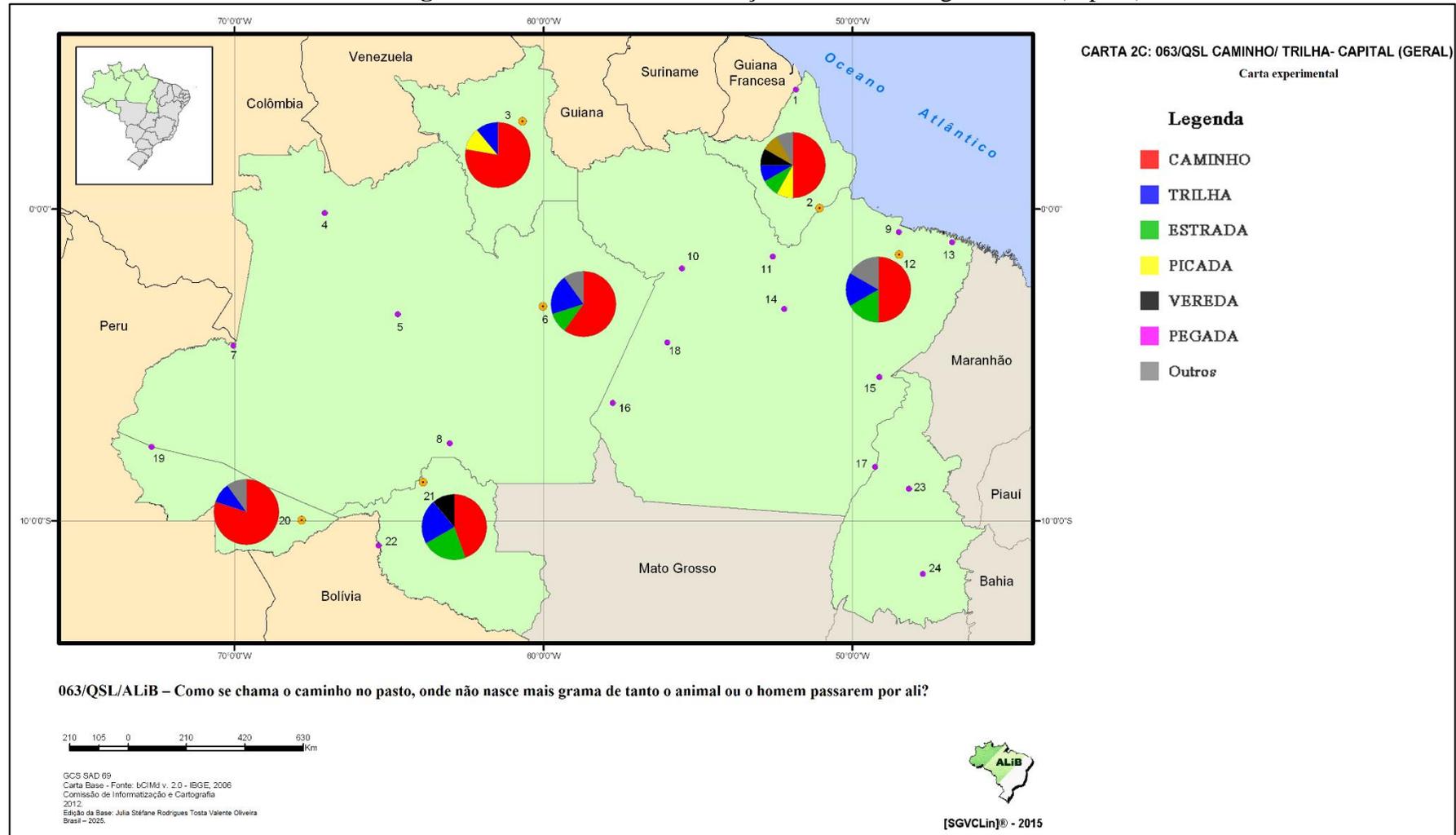
INQ.: tudo bem!

OBS.: A pergunta não foi refeita.

(Inq. 001/04 (Oiapoque – AM) / Inf.: mulher, faixa etária II, ensino fundamental incompleto)

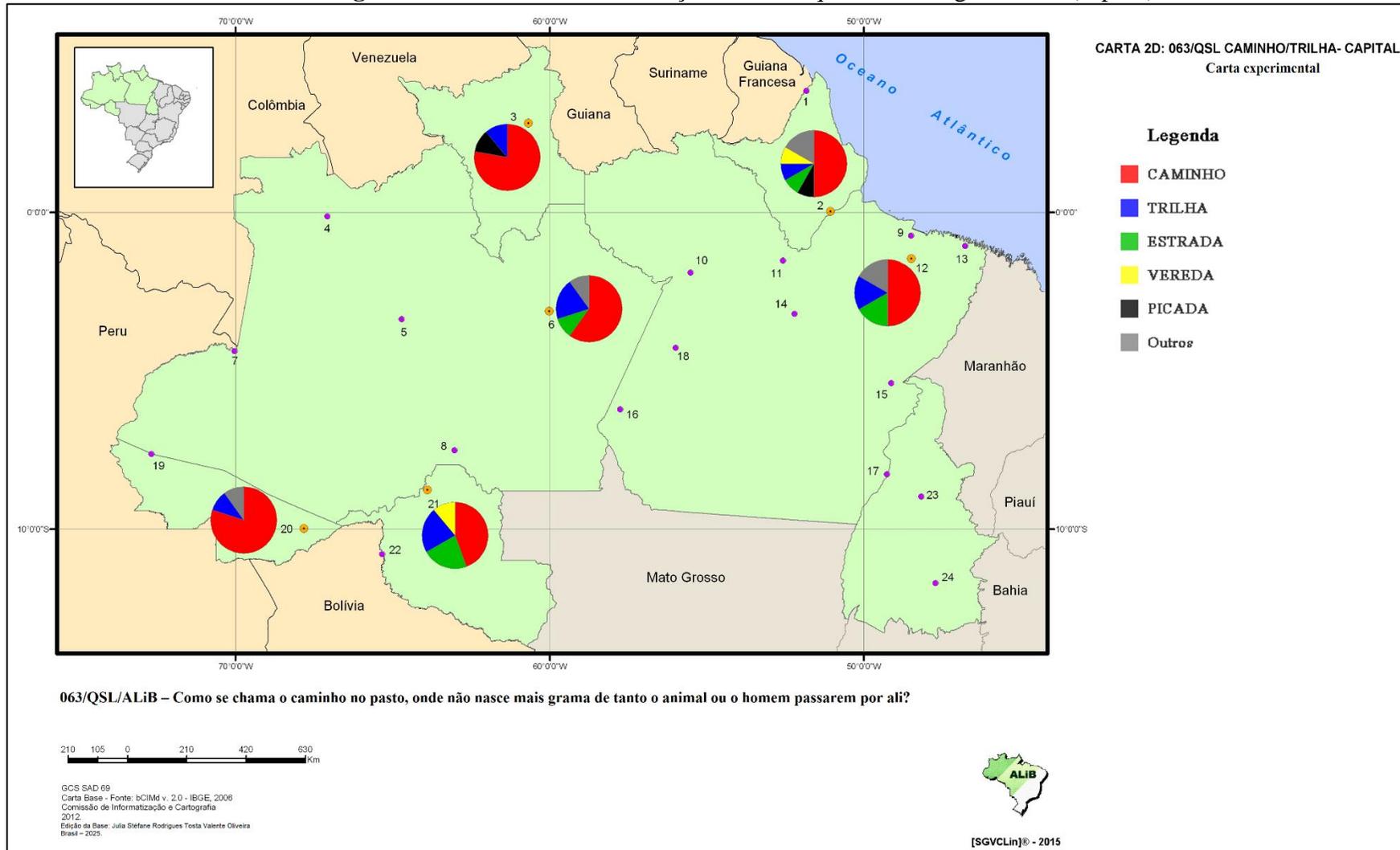
Com base nos comentários fornecidos pelo entrevistado, nota-se a importância de considerar o contexto local e os pormenores das comunidades ao realizar pesquisas, especialmente em áreas em que o conhecimento sobre determinados temas pode ser limitado ou distante da realidade cotidiana dos informantes. Desse modo, a Figura 28 (geral) e 29 (cinco mais frequentes) irá ilustrar os dados coletados nas capitais.

Figura 28 – Carta 2C: Denominações obtidas na Região Norte (capital)



Fonte: Elaborado pela autora com base no banco de dados do ALiB.

Figura 29 – Carta 2D: Denominações mais frequentes na Região Norte (capital)



Fonte: Elaborado pela autora com base no banco de dados do ALiB.

Conforme apresentado nas Figuras 28 e 29, verifica-se que nas capitais as denominações frequentes foram: *caminho*, *trilha*, *estrada*, *vereda*, *picada* e, como ocorrências únicas: *pasto morto*, *rego*, *pegada*, *limpão* e *varadouro*. O total de ocorrências somaram-se 63 respostas.

Assim como no interior, a denominação *caminho* também se destacou como a mais frequente na capital, representando 56% das respostas obtidas (35) e foi mencionada em todas as capitais investigadas. Em seguida, o termo *trilha* apareceu como a segunda denominação mais recorrente (08), correspondendo a 13% dos registros e documentada em todos os pontos de inquérito selecionados para esta análise.

Posteriormente, o item *estrada* obteve 9% das menções (05), estando ausente apenas em Boa Vista/003/RR e Rio Branco/020/AC. Já *vereda*, *picada* e *pegada* registraram 3% das respostas (02 registros para cada denominação), sendo que *vereda* foi citada em Macapá/002/AP e Porto Velho/021/RO, *picada* em Macapá/002/AP e Boa Vista/003/RR e *pegada* com registros de ambas as ocorrências em Macapá/002/AP.

Por fim, as denominações *rego*, *varadouro*, *pasto morto* e *limpão* obtiveram apenas 2% de ocorrências cada. As unidades *rego*, *varadouro* e *pasto morto* foram mencionadas nos municípios de Manaus/006/AM, Rio Branco/020/AC, Belém/012/PA, respectivamente. Já para a denominação *limpão* a resposta foi fornecida em Macapá/002/AP.

De acordo com os dados obtidos, não foram identificadas características muito marcantes em relação ao uso das denominações. Contudo, nota-se que as ausências de resposta (NS e NR), totalizaram quatro ocorrências, registradas apenas em Belém/012/PA (03) e Porto Velho/021/RO (01), respectivamente. Ambas as cidades apresentam características econômicas distintas: Belém se destaca como um importante centro comercial, abrigando um dos portos mais movimentados do Brasil ao passo que Porto Velho tem uma economia voltada para os setores industrial e hidrelétrico, em razão dos recursos naturais da região. Deste modo, assim como os registros do interior, as ausências podem explicar certo grau de desconhecimento relacionado ao universo rural, refletindo a especificidade das dinâmicas regionais e o impacto delas na compreensão de temas ligados ao campo.

Com a intenção de discutir os dados com maior detalhamento, na continuação, as denominações serão examinadas tendo como enfoque as dimensões sociais: diassexual (sexo), diageracional (idade) e diastrática (escolaridade).

5.2.3 Abordagens diassexual, diageracional e diastrática

Neste tópico, realizou-se a análise das denominações obtidas, com enfoque para as perspectivas diassexuais (sexo), diageracionais (idade) e diastráticas (escolaridade).

Quanto à variável diassexual, os dados foram organizados em ordem decrescente de ocorrência. Assim, destacam-se os seguintes registros no interior dos estados da Região Norte: *caminho, estrada, trilha, varadouro, carreiro, vereda, vala e passagem*. Do total de 84 registros coletados para essa denominação, 51% (43) foram fornecidos por informantes do sexo feminino, enquanto 49% (41), foram atribuídos ao sexo masculino.

A designação *caminho* obteve 58% das respostas (21) fornecidas por informantes do sexo feminino, não sendo registrada nas localidades de Bragança/013/PA, Pedro Afonso/023/TO e Natividade/024/TO. Por sua vez, os informantes do sexo masculino contribuíram com 42% das menções (15) e, em boa parte dos pontos do Pará, não houve menção a essa denominação (Bragança/013/PA, Altamira/014/PA, Jacareacanga/016/PA, Conceição do Araguaia/017/PA, Itaituba/018/PA) além dos dois pontos de Tocantins (Pedro Afonso/023/TO e Natividade/024/TO).

Na sequência, *estrada* aparece como a segunda denominação mais frequente, com 69% das respostas (09) fornecidas por mulheres, nos municípios de Soure/009/PA, Óbidos/010/PA, Bragança/013/PA, Altamira/014/PA, Marabá/015/PA, Conceição do Araguaia/017/PA e Natividade/024/TO. Já os homens contribuíram com 31% das ocorrências (04), indicadas em Soure/009/PA, Óbidos/010/PA, Conceição do Araguaia/017/PA e Natividade/024/TO.

A denominação *trilha* é a terceira mais mencionada, contabilizando 42% das ocorrências (05) para o sexo feminino, nas localidades de Tefé/005/AM, Benjamim Constant/007/AM, Itaituba/018/PA e Natividade/024/TO. Para o sexo masculino, os índices foram de 58% das repostas (07), mencionadas nas localidades do Oiapoque/001/AP, Benjamim Constant/007/AM, Bragança/013/PA, Jacareacanga/016/PA, Itaituba/018/PA Guajará-Mirim/022/RO e Natividade/024/TO.

Em seguida, *varadouro* apresentou 33% das respostas (03) fornecidas por mulheres, nos municípios de Altamira/014/PA, Itaituba/018/PA e Cruzeiro do Sul/019/AC. Já os homens indicaram 67% das menções (06), em Tefé/005/AM, Almeirim/011/PA, Altamira/014/PA, Jacareacanga/016/PA e Itaituba/018/PA.

Para *carreiro*, os índices de ocorrências para o sexo feminino foram de 43% das respostas (03), sendo indicadas em Conceição do Araguaia/017/PA e Pedro Afonso/023/TO.

Para o sexo masculino, obteve-se 57% dos registros (04), registrada nas localidades de Altamira/014/PA, Pedro Afonso/023/TO e Natividade/024/TO.

A unidade lexical *trilha* contou com duas respostas fornecidas por informantes do sexo masculino, nos municípios de Benjamim Constant/007/AM e Jacareacanga/016/PA. Por fim, as denominações *vala* e *passagem* registraram ocorrências únicas, sendo apresentado no Quadro 16 o sexo dos informante e a localidade em que foram indicadas.

Quadro 16– 063/QSL/ALiB: Ocorrências únicas distribuídas por sexo (interior)

Denominação	Sexo	Localidade
Vala	Masculino	Tefé/005/AM
Passagem	Masculino	Soure/009/PA

Fonte: Elaborado pela autora.

A análise dos dados revelou padrões significativos em relação a perspectiva diasssexual das denominações utilizadas nas localidades investigadas. As respostas *caminho* e *estrada*, configuraram-se como respostas mais frequentes na fala das informantes do sexo feminino ao passo que as formas *varadouro* e *carreiro* tiveram poucas ocorrências, porém todas fornecidas por homens.

Quanto ao item lexical *carreiro* nota-se que foi mencionado em áreas que compartilham do desenvolvimento agrícola e do extrativismo, sendo eles a madeira e produtos da floresta. Outro fator observado é que os municípios que indicam essa denominação como resposta são áreas próximas a grandes rios. É o que acontece com Altamira e Conceição do Araguaia nas imediações do Rio Araguaia e Pedro Afonso e Natividade, próximos a bacia do Rio Tocantins.

Dessa forma, a escolha das denominações como resposta, nos casos discutidos acima parecem de fato estar relacionados ao trabalho em áreas rurais e contemplarem o referente buscado para a pergunta em virtude do conhecimento do informante com o solicitado pelo inquiridor.

Posteriormente, com o objetivo de identificar contrastes presentes em ambas as áreas de análise, examinou-se as respostas obtidas nas localidades das capitais. Neste contexto, foram identificadas as seguintes denominações: *caminho*, *trilha*, *estrada*, *vereda*, *picada*, *rego*, *pegada*, *varadouro*, *pasto morto*, *limpão*. O total de respostas coletadas foi de 58 ocorrências, obtendo maior número de respostas na fala das informantes do sexo feminino atingindo 54% (31) das respostas em comparação aos 46% (27) para o informante masculino.

A denominação *caminho* foi a mais frequente, representando 57% das respostas (20) entre informantes mulheres, indicadas em todas as capitais. Por outro lado, os homens

contribuíram com 43% das menções (15), também presente em todas as localidades, com exceção da capital paraense (Belém/012/PA).

Em seguida, a denominação *trilha* destaca-se como a segunda mais citada, com o percentual de 25% das repostas (02) entre mulheres, mencionadas especificadamente em Rio Branco/020/AC e Porto Velho/021/RO. Em contraste, a designação foi registrada com 75% das ocorrências (06), sendo preferencialmente utilizada pelos homens, e não registrada somente na capital Rio Branco/020/AC.

Na sequência, *estrada* foi predominantemente utilizada por informantes do sexo feminino em todas as localidades, exceto em Boa Vista/003/RR e Rio Branco/020/AC. A resposta *vereda* foi mencionada exclusivamente por mulheres, documentadas apenas nas localidades de Macapá/002/AP e Porto Velho/021/RO. Para *picada*, os registros foram igualitários entre os sexos, sendo indicado pelo sexo feminino em Macapá/002/AP e pelo sexo masculino em Boa Vista/003/RR. No que se refere a *pegada*, a resposta foi mencionada apenas por mulheres na localidade Macapá/002/AP.

Por fim, as denominações *rego*, *varadouro*, *pasto morto* e *limpão* foram fornecidas como ocorrências únicas, conforme elencado no Quadro 17 com o perfil dos informantes que as proferiram.

Quadro 17 – 063/QSL/ALiB: Ocorrências únicas distribuídas por sexo (capital)

Denominação	Sexo	Localidade
Rego	Masculino	Manaus/006/AM
Pasto Morto	Masculino	Belém/012/PA
Limpão	Masculino	Macapá/002/AP
Varadouro	Feminino	Rio Branco/020/AC

Fonte: Elaborado pela autora.

Os resultados obtidos na análise diassexual das capitais evidenciaram algumas preferências lexicais, como no caso de *caminho*, que apresentou uma diferença de 10% a 20% de repostas superiores para o sexo feminino, tanto no interior quanto nas capitais. A denominação *estrada* também foi preferencialmente utilizada por mulheres, visto que, nas localidades do interior, a maioria das respostas foi do sexo feminino e nas capitais houve apenas menções por mulheres.

Com base nas discussões propostas, percebeu-se que a resposta mais frequente que se destacou entre os homens foi *trilha*. Além disso, os itens *varadouro*, *carreiro*, *vereda*, *rego*, *pasto morto* e *limpão* também obtiveram mais menções por parte do sexo masculino. Desse modo, pode-se concluir que as mulheres tendem a utilizar nomes mais genéricos para designar

“TRILHO/CAMINHO/VEREDA/TRILHA”, ao passo que os homens empregam denominações mais específicos para nomear o referente buscado.

Na sequência, será apresentada a análise dos dados sob a perspectiva diageracional, considerando as localidades do interior e as duas faixas etárias estabelecidas pelos parâmetros metodológicos do ALiB. Essa abordagem permitirá uma análise comparativa das preferências lexicais entre os grupos etários e a interrelação com os dados diatópicos na região estudada.

As denominações obtidas nas localidades do interior sob a perspectiva diageracional foram: *caminho*, *estrada*, *trilha*, *varadouro*, *carreiro*, *vereda*, *vala* e *passagem*. Os informantes da faixa etária I (18-30 anos) indicaram 52% das respostas obtidas (44). Já os participantes da faixa etária II (50-65 anos) contabilizaram 48% das ocorrências (40).

A denominação *caminho* não foi utilizada em todos os pontos de inquérito do interior. Esse item obteve 64% das respostas (23) fornecidas por informantes da faixa etária I, não sendo mencionado nas localidades de Bragança/013/PA, Conceição do Araguaia/017/PA, Itaituba/018/PA, Pedro Afonso/023/TO e Natividade/024/TO. Por sua vez, os informantes da faixa etária II contribuíram com 36% das menções (13), não utilizando *caminho* nas localidades do Oiapoque/001/AP, Tefé/005/AM, Benjamin Constant/007/AM, Óbidos/010/PA, Bragança/013/PA, Altamira/014/PA, Pedro Afonso/023/TO e Natividade/024/TO.

A segunda resposta mais utilizada foi *estrada* com 54% das respostas (07) para a faixa I, indicadas nos municípios de Soure/009/PA, Óbidos/010/PA, Altamira/014/PA, Conceição do Araguaia/017/PA e Natividade/024/TO. Já para a faixa II o índice de ocorrências foi de 46% (06), mencionadas em Soure/009/PA, Óbidos/010/PA, Bragança/013/PA e Marabá/015/PA.

Na sequência, as unidades lexicais *trilha* e *varadouro* registraram 33% das denominações (04) cada para a faixa etária I e 67% para a faixa etária II (06) cada. A designação *trilha* foi indicada pela faixa etária I nas localidades de Benjamin Constant/007/AM, Itaituba/018/PA e Guajará-Mirim/022/RO. Já para a faixa etária II, as respostas foram provenientes do Oiapoque/001/AP, Tefé/005/AM, Benjamin Constant/007/AM, Bragança/013/PA, Jacareacanga/016/PA, Itaituba/018/PA e Natividade/024/TO.

No caso de *varadouro*, as respostas da faixa I foram documentadas em Jacareacanga/016/PA e Itaituba/018/PA. Para a faixa II, os informantes que utilizaram o termo situavam-se nos municípios de Tefé/AM, Almeirim/011/PA, Altamira/014/PA, Jacareacanga/016/PA e Cruzeiro do Sul/019/AC.

Quanto ao item *carreiro*, a resposta foi fornecida por 57% dos informantes mais jovens (04) nas localidades de Altamira/014/PA, Pedro Afonso/023/TO e Natividade/024/TO. Já para

os informantes mais idosos, foram registrados 43% das ocorrências (03), indicadas em Conceição do Araguaia/017/PA e Pedro Afonso/023/TO.

Na continuação, a denominação *vereda* obteve menções exclusivamente na fala dos informantes da faixa etária II, provenientes das localidades de Benjamim Constant/007/AM e Jacareacanga/016/PA. Por fim, as unidades *vala* e *passagem* registraram ocorrências únicas, conforme elencado no Quadro 18.

Quadro 18 – 063/QSL/ALiB: Ocorrências únicas distribuídas por idade (interior)

Denominação	Faixa etária	Localidade
Vala	Faixa etária II	Tefé/005/AM
Passagem	Faixa etária I	Soure/009/PA

Fonte: Elaborado pela autora.

De forma geral, a análise dos dados sob a perspectiva diageracional no interior apresentou uma leve predominância de respostas entre os informantes mais jovens para as denominações *caminho*, *estrada* e *carreiro*. Por outro lado, os informantes com mais idade utilizaram com maior frequência as respostas *trilha*, *varadouro*, *vereda* e *vala*.

Dentre todas as respostas obtidas para a questão, a denominação *estrada* se sobressaiu em relação as demais. Além disso, observou-se que a grande maioria das respostas indicadas foram provenientes do estado do Pará.

Ao investigar os fatores que podem ter influenciado a preferência por essa denominação entre os informantes dessa região, contactou-se que o Pará se destaca como o estado com maior extensão de vias pavimentadas e de acesso da Região Norte. Esse aspecto de infraestrutura pode justificar a predominância do uso do termo *estrada* pelos informantes dessa área, sugerindo uma possível relação entre a realidade local e a escolha lexical dos inquiridos.

No entanto, embora o estado do Pará possua uma das rodovias mais importantes da Região Norte, a BR-230 (Transamazônica), que facilita o transporte da produção agrícola e de pessoas, a região ainda enfrenta significativas dificuldades de acesso. Isso ocorre porque as rodovias não são adequadamente sinalizadas e apresentam trechos em condições precárias. No caso da Transamazônica, por exemplo, a situação torna-se crítica principalmente durante o período de chuvas, quando a via fica quase intransitável. Isso se deve ao fato de que apenas o trecho entre Marabá e Altamira é pavimentado. Esse fato também acontece no estado do Amazonas, pois muitas áreas permanecem sem acesso terrestre, com pavimentação existente

apenas até Humaitá. Essa realidade reforça a dependência do transporte fluvial como principal meio de locomoção para grande parte da população nos dois maiores estados da Região Norte.³⁵

Na continuação, segue-se com as denominações obtidas nas capitais, em ordem decrescente de ocorrência: *caminho*, *trilha*, *estrada*, *picada*, *vereda*, *varadouro*, *pasto morto*, *rego*, *pegada* e *limpão*. Totalizando 58 respostas, distribuídas em 52% das respostas para a faixa etária I (29) e 48% para a faixa etária II (29).

A designação *caminho* obteve 46% das respostas (16) para a faixa etária I e 54% para a faixa etária II (19), sendo mencionadas em todas as localidades investigadas. Na sequência, o item *trilha* registrou 63% das respostas (05) entre os informantes da faixa I, com ocorrências somente em Macapá/002/AP. Já para faixa etária II, as respostas corresponderam a 37% (03), indicadas nas localidades de Boa Vista/003/RR, Belém/012/PA e Rio Branco/020/AC.

A unidade lexical *estrada* foi indicada por 60% dos informantes da faixa I (03), provenientes de Manaus/006/AM, Belém/012/PA e Porto Velho/0021/RO. Para a faixa II, os índices foram de 40% das respostas (02), mencionadas em Macapá/002/AP e Porto Velho/021/RO.

As denominações *picada*, *vereda* e *pegada* registraram duas menções cada. Para *picada*, obteve-se percentuais equivalentes para ambas faixas etárias, sendo a faixa I mencionada em Macapá/002/AP e a faixa II em Boa Vista/003/RR. O item *vereda* foi utilizado exclusivamente pela faixa II, nas capitais Macapá/002/AP e Porto Velho/021/RO. Por fim, *pegada* foi concedida como resposta pela faixa etária I em Macapá/002/AP.

Em conclusão, os termos *varadouro*, *pasto morto*, *rego* e *limpão* registraram ocorrências únicas, fornecidas pelos informantes, conforme detalhado no Quadro 19.

Quadro 19 – 063/QSL/ALiB: Ocorrências únicas distribuídas por idade (capital)

Denominação	Faixa etária	Localidade
Varadouro	Faixa etária I	Manaus/006/AM
Pasto Morto	Faixa etária I	Macapá/002/AP
Rego	Faixa etária II	Rio Branco/020/AC
Limpão	Faixa etária II	Belém/012/PA

Fonte: Elaborado pela autora.

Por meio da análise dos dados sob a perspectiva diageracional nas capitais da Região Norte, conclui-se que as denominações *trilha* e *estrada* foram preferencialmente utilizadas por informantes com mais idade e que concorrem com termos como *vereda*, *varadouro* e *pasto*

³⁵ Segundo as análises realizadas, o estado do Pará destaca-se entre os estados estudados por apresentar o maior índice de rotas terrestres, além de registrar um número superior de pontos de inquérito na Região Norte.

morto. Em contrapartida, a designação *caminho* ainda que apresentando uma diferença mínima, prevaleceu com maior índice na fala dos informantes mais jovens, em consonância, os informantes dessa faixa também indicaram denominações como *rego*, *pegada* e *limpão*.

Ao analisar a denominação *rego*, surgiu uma incerteza inicial sobre sua validade como resposta, uma vez que sua acepção no dicionário Houaiss (2001) é apresentada com marca diatópica do Pará, porém fazendo menção a outro referente.

5. Regionalismo do Pará. Riacho alimentado por águas da chuva, em campo aberto vala irrigadora que serve tb. Para escoamento das águas.

Ao analisar somente pelo viés léxico-semântico, a resposta não seria validada, entretanto ao verificar o comentário do informante percebe-se uma “ressignificação”, conforme expresso na transcrição do diálogo:

INQ.: E aquele... e no pasto, às vezes, tem um caminho onde não cresce mais grama, de tanto o animal passar e as pessoas. Que nome que se dá pra aquele caminho?

INF.: Não sei, não tô lembrado.

INQ.: Sabe do que eu tô falando?

INF.: Sei...

INQ.: Então fica aquele...

INF.: Chama rego

INQ.: Rego? Como que é o rego?

INF.: Rego é... o lugar que não nasce mais mato... a gente ô a gente o animal passa e que não nasce mais mato.

INQ.: No meio do pasto?

INF.: É.

(Inf. 006/01 (Manaus - AM) / Inf.: masculino, faixa etária 1, ensino fundamental incompleto)

A partir dessas considerações, conclui-se que o termo *rego* pode ser utilizado na Região para referir-se ao referente solicitado na questão assinalada, evidenciando uma certa adaptação lexical ao contexto de uso. Esse fenômeno reforça a importância de considerar o uso real da língua pelos falantes, para compreender as variações e as particularidades regionais.

Em síntese, os dados coletados nas capitais não indicaram respostas muito divergentes em comparação com as localidades do interior. No entanto, denominações como *rego* permite uma compreensão mais aprofundada sobre as unidades lexicais que possam vir a apontar para um possível caráter regional e/ou para as particularidades linguísticas ou geográficas de cada área.

Ainda no que tange aos dados da capital, indicam-se os itens mais frequentes em ordem decrescente: *caminho*, *trilha*, *estrada*, *picada*, *vereda*, *varadouro*, *limpão*, *pegada*, *pasto morto* e *rego*. O total de respostas coletadas foi de 58 ocorrências, distribuídas em 52% para

informantes com nível de escolaridade de ensino fundamental incompleto (30) e 48% das respostas para informantes com nível universitário (28).

A denominação *caminho* foi documentada com 52% das respostas (18) para informantes que possuem ensino fundamental incompleto e 48% para os de nível universitário (17). As respostas foram fornecidas em todas as capitais investigadas, para ambos os níveis de escolaridade. Na sequência, o termo *trilha* foi designado por 12% das respostas (01) entre os informantes do ensino fundamental, mencionado exclusivamente em Porto Velho/021/RO. Já para os informantes universitários, os índices foram de 88% de ocorrências (07), indicadas em todas as localidades investigadas.

A designação *estrada* foi mencionada por 60% dos informantes (03) com ensino fundamental incompleto, utilizada nas localidades de Macapá/002/AP e Porto Velho/021/RO. Para os participantes com nível universitário, os índices foram de 40% das respostas (02), mencionadas em Manaus/006/AM e Belém/012/PA.

As denominações *picada*, *vereda* e *pegada* foram utilizadas por dois informantes cada. Em relação a resposta *picada* foi mencionado por informantes de ambas as escolaridades, sendo registrado para o ensino fundamental em Macapá/002/AP e para o nível universitário em Boa Vista/003/RR. De modo semelhante, a denominação *vereda* foi registrada por informantes com ensino fundamental incompleto em Macapá/002/AP e, por aqueles com nível universitário, em Porto Velho/021/RO. Por fim, *pegada* foi utilizada por informantes que possuíam ensino fundamental incompleto em Macapá/002/AP.

Ademais, as designações *varadouro*, *limpão*, *pasto morto* e *regio* registraram ocorrências únicas, conforme elencado no Quadro 20.

Quadro 20 – 063/QSL/ALiB: Ocorrências únicas distribuídas por escolaridade (capital)

Denominação	Escolaridade	Localidade
Varadouro	Fundamental Incompleto	Rio Branco/020/AC
Pasto Morto	Fundamental Incompleto	Macapá/002/AP
Rego	Fundamental Incompleto	Belém/012/PA
Limpão	Fundamental Incompleto	Manaus/006/AM

Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo com os dados obtidos sob a perspectiva diastrática, foi possível identificar que os informantes do ensino fundamental apresentam maior diversidade no ato de nomear, incluindo nomes menos frequentes como *varadouro*, *pasto morto*, *regio* e *limpão*. Já os informantes com nível universitário utilizaram predominantemente *caminho*, *trilha* e *estrada*.

Essa distinção sugere que os informantes de nível universitário tendem a utilizar termos mais genéricos como resposta à pergunta 063/QSL/ALiB, enquanto os de nível fundamental

incompleto demonstraram maior familiaridade com itens mais específicos. Essa diferença pode indicar que os informantes do ensino fundamental possuem maior contato com atividades relacionadas a esses contextos, como trabalhos rurais ou práticas cotidianas. Em contrapartida, os informantes com nível universitário, dependendo de suas profissões, podem estar mais inseridos em contextos urbanos, o que influencia o uso de vocabulário mais amplo e menos específico.

Diante dos dados discutidos, na sequência será realizada a análise léxico-semântica das respostas coletadas buscando discutir sobre as motivações que podem ter influenciado os informantes a escolherem essas denominações bem como sobre o processo de dicionarização dos itens lexicais obtidos.

5.3 Análise léxico-semântica e possíveis motivações lexicais

Neste tópico realizou-se a análise léxico-semântica das denominações obtidas como resposta para as perguntas 062/QSL/ALiB – “O que é que se abre com o facão, a foice para passar por um mato fechado?” e 063/QSL/ALiB – “Como se chama o caminho no pasto, onde não nasce mais grama de tanto o animal ou o homem passarem por ali?”.

Para fundamentação da pesquisa, adotaram-se como referências os dicionários contemporâneos de Língua Portuguesa, tais com: Antônio Houaiss (2001) e Aulete Digital (2014). Além desses, recorreu-se a obras lexicográficas de séculos anteriores, como: Padre D. Rafael Bluteau; Antônio de Moraes Silva (1789) e Luiz Maria da Silva Pinto (1832). As consultas foram complementadas por dicionários etimológicos, com as obras de Francisco da Silveira Bueno (1968) e Antônio Geraldo da Cunha (2019). Por fim, incluiu-se o dicionário especializado de Bernardino José de Souza (1939), ampliando o escopo da investigação lexicográfica.

Com base nesse referencial, as unidades lexicais obtidas para as questões 062 e 063, estão elencadas no Quadro 21. Para fins de organização, os itens lexicais obtidos como resposta foram indicados em ordem alfabética e estão incluídos em um quadro único com o objetivo de simplificar e deixar mais objetiva a análise dos dados.

Quadro 21 – Denominações presentes nas perguntas 062/QSL/ALiB e 063/QSL/ALiB

Denominações obtidas	062/QSL/ALiB “PICADA / ATALHO ESTREITO”	063/QSL/ALiB “TRILHO / CAMINHO / VEREDA / TRILHA”
BEQUINHO	X	
CAMINHO	X	X
CAPINA	X	
CARREIRO	X	X
ESTRADA	X	X
GUIA	X	
LIMPÃO		X
PASSAGEM	X	X
PASTO MORTO		X
PEGADA		X
PICADA	X	X
PICO	X	
PIQUE	X	
PIQUETE	X	
RAMAL	X	
RASTRO	X	
REGO		X
ROÇADO	X	
TRILHA	X	X
TRILHEIRO	X	X
VALA		X
VAREDA	X	X
VEREDA	X	X

Fonte: Elaborado pela autora com base dos dados do Projeto ALiB.

A partir das unidades lexicais elencadas no Quadro 21, serão indicadas as definições registradas em dicionários de Língua Portuguesa contemporâneos (Quadro 22), séculos XVII, XVIII e XIX, (Quadro 23), etimológicos (Quadro 24) e especializados (Quadro 25). O objetivo dessa análise é trazer as acepções de cada um dos itens listados e examinar sua relação com o contexto regional e histórico em que são empregados, contribuindo para uma compreensão mais ampla de uso.

Quadro 22 – Dicionarização das unidades lexicais elencadas como resposta para a pergunta 062/063/QSL/ALiB nas obras lexicográficas do século XVII, XVIII e XIX

Acepções	HOUAISS (2001)	AULETE (2014)
Beco (bequinho)	1. Rua estreita e curta, por vezes sem saída; ruela.	<i>sm.</i> 1. Rua muito estreita e pequena, ger. sem saída.
Caminho	<i>sm.</i> 2. Faixa de terreno ou local de passagem que serve de ligação ou comunicação terrestre entre dois ou mais lugares; via.	<i>sm.</i> 1. Faixa de terreno onde passam ou podem caminhar pessoas ou animais ao irem de um lugar para o outro.
Capina		<i>sf.</i> 1. Ação ou resultado de capinar; CAPINAÇÃO
Carreiro	<i>sm.</i> 4. Regionalismo: Brasil. m. q., CARREIRA ('caminho nas plantações'). 5. Rubrica: arte venatória. Regionalismo Brasil. lugar por onde habitualmente passam os animais. 6. Regionalismo: Sul do Brasil. caminho estreito, atalho.	<i>sm.</i> 1. Caminho estreito feito no terreno pela contínua passagem de carros. 3. Caminho entre as fileiras de plantas nos cafezais, milhais etc.; CARREIRA. <i>Bras.</i> Lugar ou caminho da passagem habitual dos animais de caça.
Estrada	<i>sf.</i> 2. <i>p. ext.</i> qualquer caminho para circulação de seres ou meios de transporte <na Amazônia, a melhor e, é a fluvial>. 6. AMAZ grupo de cerca de 150 seringueiras a encargo de um seringueiro por dia.	<i>sf.</i> 1. Via pública mais ou menos larga que atravessa um território ou região, com extensão variável, para ser transitada por pessoas, veículos e animais.
Guia	<i>sf.</i> 1. Ato ou efeito de guiar.	<i>sf.</i> 1. Ação ou resultado de guiar.
Limpo (limpão)	<i>sm.</i> 13. Espaço, em bosque, mata ou floresta, onde as árvores rareiam ou faltam por completo; claro, clareira.	<i>sm.</i> 13. <i>Bras.</i> Faixa de terra em que não há vegetação.
Passagem		<i>sf.</i> 2. Lugar por onde se chega a outro; PASSADIÇO. 3. Ligação Entre duas localidades.
Pegada		<i>sf.</i> 3. Rastro, vestígio.
Picada	<i>sf.</i> 9. Atalho aberto na mata a golpes de facão ou de foice para passagem de pessoas, pequenos veículos etc	<i>sf.</i> 3. Caminho aberto em mata fechada a golpes de facão ou foice; ATALHO; PIQUE; TRILHA.
Pico	<i>sm.</i> 10. Regionalismo do Norte do Brasil. Pelo de alguns vegetais que produz comichão.	<i>sm.</i> 7. Pelo de alguns vegetais, que produz comichão em quem toca.
Pique	<i>sm.</i> 6. Regionalismo: Brasil. atalho estreito aberto na mata; picada.	<i>sm.</i> 10. Atalho estreito na mata; PICADA.
Piquete	<i>sm.</i> 7. Regionalismo: Minas Gerais. Pequena plantação ou pasto.	<i>sm.</i> 7. Pequeno pasto ou plantação.
Ramal	<i>sm.</i> 7. Ramificação de uma rodovia ou ferrovia principal, que a liga a outra(s) localidade(s).	<i>sm.</i> 1. Ramificação de tronco rodoviário ou ferroviário.
Rastro	<i>sm.</i> 1. Pegada, vestígio deixado por animal ou pessoa no seu caminho.	<i>s.m </i> (ant.) ancinho, instrumento armado de dentes com que se quebram os torrões e se abrem sulcos na terra. o mesmo que rasto.
Rego	<i>sm.</i> 5. Regionalismo: Pará. Riacho alimentado por águas da chuva, em campo aberto	<i>sm.</i> 5. <i>PA</i> Riacho formado por águas da chuva em campo descoberto.

Roçado	<i>adj.</i> 1. Cortado, derrubado (diz-se de vegetação) <i>adj. sm.</i> 3. Rubrica: agricultura: que ou o que foi roçado (acp.1) ou queimado como preparo para o cultivo (diz-se de terreno).	<i>sm.</i> 2. Clareira em bosque ou mata.
Trilha	<i>sm.</i> 2. caminho rudimentar, ger. Estreito e tortuoso, entre vegetação; trilho, vereda.	<i>sm.</i> 4. trilho, caminho, vereda, senda, caminho, ger. entre vegetação.
Trilheiro		<i>sm.</i> 1. Bras. O mesmo que trilha.
Vala		<i>sf.</i> 4. Bras. O leito de certos rios que ficam totalmente secos durante alguns meses do ano.
Varadouro	<i>sm.</i> 3. Regionalismo Amazônia: canal rapidamente aberto entre dois rios, para permitir deslocamento rápido de um para o outro. 5. Regionalismo Pará: atalho de um rio através da várzea submersa. 6. Regionalismo: Amazônia, Mato Grosso: caminho aberto no interior da mata.	<i>sm.</i> // (Amazonia e Mato Grosso) Caminho aberto para o interior da mata. (Pará) Canal que comunica um rio com um lago. Atalhos de um rio, através da várzea submersa.
Vereda	<i>sf.</i> 2. Caminho secundário pelo qual se chega mais rapidamente a um lugar; atalho.	<i>sf.</i> 2. Caminho mais curto fora do trajeto usual; ATALHO.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dicionários citados.

Quadro 23 – Dicionarização das unidades lexicais elencadas como resposta para a pergunta 062/063/QSL/ALiB nas obras lexicográficas dos séculos XVII, XVIII e XIX

Acepções	SILVA E BLUTEAU (1789)	PINTO (1982)
Beco (bequinho)		<i>sm.</i> Rua muito estreita.
Caminho	Lugar por onde se anda, faz jornada.	<i>sw.</i> O espaço, que se anda de um sitio a outro.
Carreiro	Caminho estreito para gente de a pé.	<i>sm.</i> Caminho estreito.
Estrada	caminho público, largo, oposto a azinhaga, atalho, vereda, carreira.	<i>sf.</i> Caminho largo, público.
Guia	A pessoa que vai adiante, ensinando o caminho, alguns o fazem masculino sendo homens os guias.	<i>mf.</i> Itinerário, que aponta o caminho, avisos diretórios.
Passagem		<i>sf.</i> Ação de passar. Navegação em que se passa. O que se passa pela passagem ao barco etc.
Picada	Caminho estreito que se faz por entre mato, derrubando algumas árvores.	<i>sf.</i> Caminho estreito aberto por entre mato.
Pico	Instrumento de picar muros.	<i>sf.</i> Instrumento para picar muros e outras coisas.
Pique		<i>sm.</i> Ir ao fundo. <i>Meter a pique.</i> Meter no fundo diz se das embarcações.
Ramal	<i>Ramal da mina</i> , o caminho subterrâneo, que guia aos fornilhos.	
Trilha	o rastro, vestígios que deixou, ou que passou por algum lugar.	<i>sf.</i> Ação de trilhar. Vestígios do que passou por algum lugar.
Vereda	Caminho estreito, e não estrada real.	<i>s.f.</i> Caminho estreito.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dicionários citados.

Quadro 24 – Dicionarização das unidades lexicais elencadas como resposta para a pergunta 062/063/QSL/ALiB nos dicionários etimológicos

Acepções		BUENO (1968)	CUNHA (2019)
Caminho			<i>sm.</i> ‘estrada, vereda, via, trilho’.
Estrada			<i>sf.</i> ‘caminho relativamente largo’.
Passagem			<i>vb.</i> ‘atravessar, transpor, exceder’.
Picada	Passagem, carreiro na mata, vereda, atalho.		
Pico			PICAR.
Pique			PICAR.
Roçado			<i>vb.</i> ‘pôr abaixo (vegetação), cortar, derrubar’, ‘atritar, esfregar’.
Trilha	O mesmo que trilho, caminho estreito, atalho.		<i>sm.</i> ‘caminho, vereda’ ‘rumo, direção’.
Varadouro	<i>s.m.</i> Lugar, sítio de pouso de canoas que devem ser transportadas por terra. Veja <i>varação</i> . Passagem, carreiro na mata, vereda, atalho. De <i>varar</i> e o suf. <i>Var. varadoiro</i> .		
Vereda			<i>sf.</i> ‘caminho estreito, atalho’.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dicionários citados.

Quadro 25 – Dicionarização das unidades lexicais elencadas como resposta para a pergunta 062/063/QSL/ALiB no dicionário especializado

Acepções		SOUZA (1939)
Estrada		Além do seu significado usual no linguajar dos dois povos que falam o português, o vocábulo <i>estrada</i> tem, na Amazônia, uma significação peculiar. Ali, o a que a se chama <i>estrada</i> ‘não é outra coisa mais do que um ‘pique’, isto é, um caminho mais estreito ainda do que uma vereda, em cujo trilho ficam mais ou menos de cento e cinquenta a cento e sessenta seringueiras, chamadas <i>madeiras</i> .
Picada		Caminho estreito aberto nas matas e nos campos para o mais íntimo deles. <i>Abrir uma picada</i> é operação preliminar para a abertura de qualquer estrada. Quando o trilho é mais largo se denomina <i>picadão</i> .
Pique		Cândido de Figueiredo registra <i>pique</i> como brasileirismo, dizendo que é o ato de picar o mato, para designar a direção dos atalhos chamados <i>picadas</i> . A definição não é bem clara. Fazer o <i>pique</i> é quase sempre o trabalho preliminar da abertura de uma <i>picada</i> ou estrada.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dicionários citados.

De acordo com os dados expostos nos quadros, realizou-se a dicionarização das unidades lexicais obtidas como respostas para as perguntas 062/QSL/ALiB e 063/QSL/ALiB, o que nos permitiu observar detalhes, particularidades e contrastes nas acepções indicadas. Na sequência será discutida algumas informações relacionadas aos itens lexicais assinalados nos Quadros 22, 23, 24 e 25 assim como a tratativa sobre os comentários dos informantes para contextualizar o uso e possíveis justificativas e/ou motivações.

Iniciando-se pela unidade lexical *bequinho*, ela está indicada nas obras como diminutivo da lexia *beco*. Conforme os dicionários contemporâneos consultados, em Houaiss (2001) *beco* refere-se a uma “rua estreita e curta, por vezes sem saída, ruela”. De modo semelhante, o Aulete

(2014) define a unidade lexical como: “Rua muito estreita e pequena, ger. sem saída”. Essa acepção se repete também em Pinto (1982) também referindo-se ao ambiente urbano. Diante das acepções apresentadas, fez-se necessário trazer a fala da participante para validar a resposta.

INQ.: O que é que se abre com o facão, a foice para passar por um mato fechado?

INQ.: O que é que se abre com um facão ou... vocês falam facão aqui ou terçado?

INF.: Facão e terçado.

INQ.: É, tem diferença de um pro outro?

INF.: Não.

INQ.: Não? O que é usado mais?

INF.: Fala os dois, só muda o nome.

INQ.: É?

INF.: Tudo é o mesmo.

INQ.: O que é que se abre assim com o terçado no meio do mato pra passar?

INF.: Caminho.

INQ.: Como que é nome que se dá pra esse caminho?

INF.: Cami, é caminho ou estrada camim, faz um caminhozinho um bequinho, caminho, eu só falo assim, caminho, mas é caminho.

INQ.: No meio do mato?

INF.: É.

INQ.: Onde só cabe uma pessoa só.

INF.: É, uma atrás da outra... um caminho.

(Inq. 021/02 (Porto Velho – RO) / Inf: mulher, faixa etária 1, ensino fundamental incompleto)

Conforme exposto, o informante utiliza *bequinho* para referir-se ao espaço aberto no meio da mata, destinado a passagem, confirmando a utilização do item no contexto proposto. Embora o dicionário traga informações lexicográficas divergentes do solicitado na questão (relativo às vias urbanas), pontua-se que o informante é morador da capital, fato esse que poderia ter motivado a sua escolha vocabular.

Na sequência, discutiremos o item lexical *caminho*. De acordo com a definição do dicionário Houaiss (2001) a acepção refere-se a uma: “faixa de terreno ou local de passagem que serve de ligação ou comunicação terrestre entre dois ou mais lugares; via”. A informação coincide com o expresso em Aulete Digital (2014): “faixa de terreno onde passam ou podem caminhar pessoas ou animais ao irem de um lugar para o outro”. Essa definição também é similar ao exposto em Silva e Bluteau (1789): “lugar por onde se anda, faz jornada”.

Tendo em vista os fragmentos indicados, verifica-se que as obras lexicográficas consultadas abordam o referente solicitado nas análises de maneira consistente. O elevado índice de utilização dessa denominação pode estar associado, conforme discutido na análise dos dados, à sua assimilação com o conceito de deslocamento/trajeto, independentemente do contexto em que esteja inserido (rural ou urbano). Dessa forma, a denominação assume um

caráter mais genérico, amplamente reconhecido e aplicável pelos informantes para nomear “picada” e “trilho”.

Em seguida, o item lexical *carreiro* foi indicado como resposta dos informantes para os dois referentes solicitados. Conforme o dicionário Houaiss (2001), *carreiro* é definido como: “4. Regionalismo: Brasil. m. q., CARREIRA (‘caminho nas plantações’). 5. Rubrica: arte venatória. Regionalismo Brasil. lugar por onde habitualmente passam os animais. 6. Regionalismo: Sul do Brasil. caminho estreito, atalho”. Já, em Aulete digital (2014), é registrado como um “Brasileirismo. Lugar ou caminho da passagem habitual dos animais de caça”.

Nos dicionários de séculos passados, como Silva e Bluteau (1789), a definição indicada refere-se a um “caminho estreito para gente de a pé”. Na obra de Pinto (1982): “Caminho estreito”. Essas definições evidenciam que a denominação está associada a vias de pequena extensão ou de uso específico, seja para o trânsito de pessoas ou animais. Dessa forma, a unidade lexical se enquadra com o que foi solicitado na pergunta.

Em relação à unidade lexical *estrada*, informada como resposta para as duas perguntas examinadas, Houaiss (2001) traz a seguinte definição: “2. p. ext. qualquer caminho para circulação de seres ou meios de transporte <na Amazônia, a melhor e, é a fluvial>. 6. AMAZ grupo de cerca de 150 seringueiras a encargo de um seringueiro por dia”. Em Aulete Digital (2014), temos a seguinte informação: “via pública mais ou menos larga que atravessa um território ou região, com extensão variável, para ser transitada por pessoas, veículos e animais”.

Em consonância, Silva e Bluteau (1789) descrevem como: “caminho público, largo, oposto a azinhaga³⁶, atalho, vereda, carreira”. Além disso, no dicionário especializado de Souza (1939), a unidade lexical também traz informações relativas à região Amazônica:

“além do seu significado usual no linguajar dos dois povos que falam o português, o vocábulo *estrada* tem, na Amazônia, uma significação peculiar. Ali, o a que a se chama *estrada* ‘não é outra coisa mais do que um ‘pique’, isto é, um caminho mais estreito ainda do que uma vereda, em cujo trilho ficam mais ou menos de cento e cinquenta a cento e sessenta seringueiras, chamadas *madeiras*”.

³⁶ A acepção azinhaga de acordo com o dicionário Aulete (2014) se refere a: sf. 1. Lus. Caminho estreito fora de aldeias e povoados, entre muros, valados, sebes, chácaras etc. [F.: Do ár. *az-zinaiqa*.].

Portanto, conclui-se que as informações fornecidas pelas obras assinalaram marcas diatópicas da Região Norte, com destaque para o uso na região Amazônica, confirmando sua validação.

Quanto à denominação *guia*, ela foi utilizada por apenas um informante como resposta à pergunta 062/QSL/ALiB. Conforme os dicionários contemporâneos, o item lexical é definido por Houaiss (2001) como: “Ato ou efeito de guiar”. De modo semelhante, o Aulete (2014) registra como: “Ação ou resultado de guiar”. Em Silva e Bluteau (1989), a acepção é documentada da seguinte forma: “A pessoa que vai adiante, ensinando o caminho, alguns o fazem masculino sendo homens os guias”. Por sua vez, Pinto acrescenta a informação (1982): “Itinerário, que aponta o caminho, avisos diretórios”.

Mediante as acepções fornecidas nos dicionários, o item lexical *guia* pode ser utilizado como referência para o ato de percorrer tanto um espaço rural quanto urbano. Essa utilização é confirmada ao analisar o relato fornecido pela informante.

INQ.: Às vezes pra passar no mato, a gente precisa pegar um facão assim e ir abrindo, como que vocês chamam isso?

INQ.: Que abre assim pra passar no mato

INF.: Deixa eu ver... Um guia? Pode ser um guia?

INQ.: a gente pega o facão e vai abrindo assim o mato... chama guia?

INF.: É.

(Inq. 008/04 (Humaitá - AM) / Inf.: mulher, faixa etária 2, ensino fundamental incompleto)

Na sequência, a denominação *limpão*, designado como aumentativo de *limpo*, é documentada no Houaiss (2001) com a acepção de: “Espaço, em bosque, mata ou floresta, onde as árvores rareiam ou faltam por completo; claro, clareira”. De modo similar, o Aulete (2014) registra: “Faixa de terra em que não há vegetação”. De acordo com as duas informações fornecidas, verifica-se que a definição está alinhada ao referente buscado para a pergunta 063/QSL/ALiB.

Sobre o item lexical *passagem*, conforme a acepção apresentada em Aulete (2014), há a menção a “**2.** Lugar por onde se chega a outro; PASSADIÇO. **3.** Ligação Entre duas localidades”. Em conformidade, Pinto (1982) registra como: “Ação de passar. Navegação em que se passa. O que se passa pela passagem ao barco etc”. Por fim, a obra etimológica de Cunha (2019): “**vb.** ‘atravessar, transpor, exceder’”. Segundo as acepções encontradas nos dicionários consultados, o item lexical *passagem* está associado à ação de mover-se de um lugar a outro. No entanto, ao analisar a localidade de origem da resposta, constatou-se que ela foi fornecida por um informante da capital Boa Vista/RR, cidade situada às margens do Rio Branco, um dos

principais cursos d'água utilizados para o transporte de pessoas e mercadorias na região. Dessa forma, é possível que a resposta tenha sido influenciada não apenas pela ideia de transferir/mover, mas também pelo contexto fluvial vivenciado pelo informante, que associa a mobilidade tanto ao deslocamento terrestre quanto ao transporte realizado por meio do rio.

A denominação *pasto morto*, também procedente de ocorrência única, é composta por duas unidades lexicais: [pasto + morto]. De acordo com o Aulete (2014), têm-se: pasto: “Terreno em que há esse tipo de erva, onde o gado pode pastar; PASTAGEM”, enquanto morto é descrito como: “Em que não há vida (matéria morta)”.

Desse modo, supõe-se que o informante interpretou a pergunta 063/QSL/ALiB - “Como se chama o caminho, no pasto, onde não nasce mais grama de tanto o animal ou o homem passarem por ali?”, de maneira literal ou por não ter familiaridade com o contexto descrito. No entanto, a resposta ainda se enquadra no referente buscado, conforme afirmado pelo informante.

INQ.: [...] O caminho, no pasto, onde não cresce mais grama, de tanto o animal ou o homem passarem por ali?

INF.: Como se chama?

INQ.: Sim!

INF.: É pasto morto...morreu aquele pasto.

(Inq. 012/03 (Belém - PA) / Inf.: masculino, faixa etária 2, ensino fundamental incompleto)

A próxima designação utilizada foi *pegada*. Conforme os registros em Aulete Digital (2014) o item lexical se refere a um “rastros, vestígio”. Em conjunto com essa denominação, foi realizado o agrupamento da denominação *pisada* que, segundo o dicionário Houaiss (2001), é definida como: “marca que se deixa ao pisar, ao andar, pegada, rastros”.

Ao analisar as respostas *pegada* e *pisada*, identificou-se que elas foram fornecidas por um único informante que traz a seguinte informação durante o inquérito:

INQ.: Como que chama aquele caminho no pasto onde até nem cresce mais grama de tanto que o animal passa pelo mesmo lugar?

INF.: Pegada, né?! É pisada, né?

INQ.: Humhum. Não tem outro nome?

INF.: Caminho?

INQ.: É.

(Inq. 002/02 (Macapá - AP) / Inf.: mulher, faixa etária 1, ensino fundamental incompleto)

Portanto, com base na resposta fornecida, inicialmente parece ocorrer uma confusão quanto ao nome mencionado pelo informante. No entanto, dois fatores podem ser destacados na obtenção dessa resposta, são eles: a presença de pasto na pergunta questionada, promovendo uma possível motivação na resposta fornecida pelo informante e a indicação de caminho como

outro nome para o mesmo referente, o que favorece a compreensão de validação desses nomes indicados como resposta. Além disso, conforme verificado nos dicionários, as denominações *pegada* e *pisada*, podem ser sinônimos, e por esse motivo realizou-se o agrupamento.

No que tange a designação *picada*, os dicionários consultados trazem informações bastante relacionadas ao ambiente rural. Em Houaiss (2001) temos a seguinte acepção: “Atalho aberto na mata a golpes de facão ou de foice para passagem de pessoas, pequenos veículos etc.”. Em Aulete Digital (2014) o item é descrito como “Caminho aberto em mata fechada a golpes de facão ou foice; ATALHO; PIQUE; TRILHA”. De forma análoga, Silva e Bluteau (1789) descrevem: “lugar por onde se anda, faz jornada”. Por fim, em Souza (1939) têm-se: “caminho estreito aberto nas matas e nos campos cerrados, trilho de penetração para o mais íntimo deles. Abrir uma *picada* é operação preliminar para a abertura de qualquer estrada”.

Deste modo, mediante as acepções apresentadas, as indicações de *picada* como resposta podem ser fruto do contato do informante com áreas ou pessoas que realizem essa ação, ou que eles próprios a executem, uma vez que se trata de uma prática específica do contexto rural, sendo pouco ou nada comum em ambientes urbanos.

Ao tratar da denominação *pico*, Houaiss (2001) traz a seguinte informação “Regionalismo: Norte do Brasil: pelo de alguns vegetais que produz comichão”. De forma equivalente, o Aulete (2014) especifica: “Pelo de alguns vegetais, que produz comichão em quem toca”. Nos dicionários antigos como Silva e Bluteau (1789), o item lexical apresenta outro significado: “Instrumento de picar muros”, assim como em Pinto (1982), que registra como “Instrumento para picar muros e outras coisas”, e no dicionário etimológico de Cunha (2019): “PICAR”.

Conforme as definições apresentadas, observa-se que, nas obras contemporâneas, essa acepção está associada à sensação de coceira na pele, o que sugere que tal percepção pode ser induzida pelo contato com a vegetação. Por essa razão, considera-se que o informante tenha escolhido essa denominação como primeira resposta. Somado a isso, a expressão *pinicada* foi agrupada à *pico*, sendo registrada no Houaiss (2001) como “sensação de comichão ou de ardor”.

Portanto, embora à primeira vista, as duas unidades inicialmente não pareçam estar associadas ao referente buscado, uma análise mais detalhada revela que o “comichão” mencionado nos dicionários pode estar direcionado à coceira provocada pela vegetação ao entrar em contato com a pele ao adentrar à mata, conforme indicado pela informante:

INQ.: Esse de dentro da mata a senhora não lembra um outro nome?
INQ.: Ah! É preciso abrir um...
INF.: Uma, uma pinicada.
INQ.: É?
INF.: É!
INQ.: Qual que usa mais?
INF.: Fazer uma pinicada para passar. Às vezes você vai, vai roça, tem que fazer uma pinicada, aí para passar porque não dá conta de passar.
INQ.: Isso no meio do mato?
INF.: No meio do mato.
INQ.: E qual que usa mais? O triero ou ...
INF.: Para o meio do mato é uma pinicada. E essa assim... É um trilherozim.
(Inq. 024/04 (Natividade - TO) / Inf: mulher, faixa etária 2, ensino fundamental incompleto)

Diante das informações presentes na resposta da informante, considera-se que essa denominação é utilizada na região para designar o referente da pergunta 062/QSL/ALiB. Por este motivo, optou-se por agrupar as duas lexias. Ainda considerando a abonação e a afirmativa da informante em picada, acredita-se também que possa ter ocorrido uma certa associação entre os sons das unidades lexicais picada e pinicada.

O termo *pique*, semelhante à forma anterior em sua grafia, é documentado no dicionário Houaiss (2001) como: “Regionalismo do Brasil: atalho estreito aberto na mata; picada”. De modo semelhante, o Aulete (2014) registra: “Atalho estreito na mata; PICADA”. Em Pinto (1982), a acepção é descrita como: “Ir ao fundo. *Meter a pique*. Meter no fundo diz se das embarcações”. Por sua vez, na obra etimológica de Cunha (2019), o item lexical é associado ao verbo “PICAR”.

Ainda considerando o registro de *pique*, no dicionário especializado de Souza (1939), a lexia é descrita da seguinte maneira: “Cândido de Figueiredo registra *pique* como brasileirismo, dizendo que é o ato de picar o mato, para designar a direção dos atalhos chamados *picadas*. A definição não é bem clara. Fazer o *pique* é quase sempre o trabalho preliminar da abertura de uma picada ou estrada”.

Conforme apresentado nos dicionários consultados, o item lexical está diretamente ligado ao ato de cortar a mata. Essa definição se confirma ao verificar a descrição realizada na fala do informante:

INF.: Eu quero entrar lá na mata, aí eu pego o terçado³⁷ e vou fazendo assim, vou abrindo o que?

INF.: Um pique

INQ.: Ou então?

INF.: Um caminho

INQ.: Qual é o nome mais comum?

INF.: Por aqui na mata virgem eles chama de pique, abrir pique pra sair naquela direção, né! Vou abrir um pique pra sair lá na UFAM³⁸, aí depois desse pique, fala: vou abrir um caminho.

(Inq. 007/01 (Benjamim Constant - AM) / Inf.: masculino, faixa etária 1, ensino fundamental incompleto)

A designação *piquete* obteve ocorrência única. Segundo o dicionário Houaiss (2001), *piquete* se refere a um “Regionalismo: Minas Gerais. Pequena plantação ou pasto”. De modo similar, o Aulete (2014) designa como: “Pequeno pasto ou plantação”. Nota-se que os dois dicionários não contemplam o referente solicitado, o que, por sua vez, contrasta com a afirmação do informante, que confirma o nome *piquete* como resposta:

INQ.: O que, que se abre em um mato com facão, terçado, a foice, pra passar em um mato fechado?

INF.: Aqui a gente faz ... (pensando)

INQ.: Pega o facão e vai ...

INF.: A gente faz tipo um piqueti pra passar.

INQ.: Aí, chama piqueti então esse lugar?

INQ.: Um piquete pode ser tanto uma pessoa só, quando mais abrindo?

INF.: É.

(Inq. 019/01 (Cruzeiro do Sul - AC) / Inf.: masculino, faixa etária 1, ensino fundamental incompleto)

No que diz respeito à unidade lexical *ramal*, ela foi documentada no dicionário contemporâneo Houaiss (2001) como: “Ramificação de uma rodovia ou ferrovia principal, que a liga a outra(s) localidade(s)”. Apresenta acepção semelhante no Aulete (2014): “Ramificação de tronco rodoviário ou ferroviário”. Já na obra de Silva e Bluteau (1789), a unidade lexical é documentada como: “*Ramal da mina*, o caminho subterrâneo, que guia aos fornilhos”.

Embora não haja conexão direta entre a designação e o referente “picada”, com base nas acepções dos dicionários consultados, o uso da unidade lexical é confirmada na fala da participante como resposta para a pergunta 062/QSL/ALiB:

³⁷ De acordo com o dicionário Aulete Digital, a acepção se refere a: **terçado**² (**ter.ça.do**). sm. **1.** Espécie de espada curta. **2.** Bras. Facão grande. [F.: *terço* (2) + *-ado*¹.]

³⁸ A sigla UFAM faz referência a Universidade Federal do Amazonas.

INQ.: E esse caminho por uma pessoa às vezes não importa se for mato fechado se abre um caminho?

INF.: Caminho acredito, ramal.

INQ.: Como é que é um ramal.

INF.: Ramal é um mato fechado que você vai abrindo, é o que passe uma ou duas pessoas, mas às vezes um carro...

INQ.: Dá pra passa, né?

INF.: Dá pra passar, mas é bem pequeno mais que uma rua.

(Inq. 020/06 (Rio Branco – AC) / Inf.: mulher, faixa etária 1, ensino universitário)

Por sua vez, a denominação *rastro* foi documentada como ocorrência única para a pergunta 062/QSL/ALiB. De acordo com o Houaiss (2001), a unidade lexical se refere a: “Pegada, vestígio deixado por animal ou pessoa no seu caminho”. Já no Aulete (2014), o item é definido como: “|| (ant.) ancinho, instrumento armado de dentes com que se quebram os torrões e se abrem sulcos na terra. || o mesmo que rasto”. Desse modo, mediante as acepções apresentadas nos dicionários, o item lexical possui correlação com o referente buscado para a pergunta analisada.

O item *rego* foi documentado também como resposta única para a pergunta 063/QSL/ALiB. Segundo o dicionário Houaiss (2001), o item lexical é definido como: “Regionalismo: Pará. Riacho alimentado por águas da chuva, em campo aberto”. De modo similar, o Aulete (2014) registra como: “Riacho formado por águas da chuva em campo descoberto”.

Tendo em vista a consulta realizada nos dicionários, o termo *rego* não estabelece relação direta com o referente investigado na questão 063/QSL/ALiB. Entretanto, conforme demonstrado na fala do informante:

INQ.: E aquele... e no pasto, às vezes, tem um caminho onde não cresce mais grama, de tanto o animal passar e as pessoas. Que nome que se dá pra aquele caminho?

INF.: Não sei, não tô lembrado.

INQ.: Sabe do que eu tô falando?

INF.: Sei...

INQ.: Então fica aquele...

INF.: Chama rego

INQ.: Rego? Como que é o rego?

INF.: Rego é... o lugar que não nasce mais mato... a gente ô a gente o animal passa e que não nasce mais mato.

INQ.: No meio do pasto?

INF.: É.

(Inq. 006/01 (Manaus - AM) / Inf.: masculino, faixa etária 1, ensino fundamental incompleto)

Para o item *roçado*, nos dicionários verificou-se os seguintes registros: Houaiss (2001) define como: “**adj.** 1. Cortado, derrubado (diz-se de vegetação). **adj. sm.** Rubrica: agricultura. 3. Que ou o que foi roçado (acp.1) ou queimado como preparo para o cultivo (diz-se de terreno)”. Em Aulete (2014) temos: “Clareira em bosque ou mata” e, em Cunha (2019), registra-se a seguinte informação: “**vb.** ‘pôr abaixo (vegetação), cortar, derrubar’, ‘atritar, esfregar’”.

Além das confirmações lexicográficas, a utilização do item foi mencionada por uma informante que confirmou o uso dessa lexia, conforme apresentado na transcrição da entrevista:

INQ.: O que, que se abre com o facão, a foice para passar em um mato fechado?

INF.: Capim? Roçado, Picada?

INQ.: Como? Deixa eu explicar pra você: Um mato muito fechado para as pessoas passarem por ele é preciso abrir o quê?

INF.: Um caminho

INQ.: O que é picada que vocês chamam

INF.: Picada é... tem que roçar.

INQ.: O roçado é pra fazer plantio né?

INF.: Não! É pra abrir o caminho também.

INQ.: Então quando o mato fechado eu vou fazer um...?

INF.: Roçar

INQ.: Roçar ou então?

INF.: Caminhu

INQ.: Você chama também de?

INF.: Picada.

(Inq. 016/02 (Jacareacanga - PA) / Inf.: mulher, faixa etária 1, ensino fundamental incompleto)

Quanto à denominação *trilha*, em Houaiss (2001) temos a seguinte aceção: “caminho rudimentar, ger. Estreito e tortuoso, entre vegetação; trilho, vereda”. De forma semelhante, o Aulete (2014) define: “trilho, caminho, vereda, senda, caminho, ger. entre vegetação”. Já em Silva e Bluteau (1789), *trilha* é definido como: “o rastro, vestígios que deixou, ou que passou por algum lugar”. Complementando essas definições, o dicionário etimológico de Silveira Bueno (1968) registra *trilha* como: “O mesmo que trilho, caminho estreito, atalho. Deverbal de *trilhar*”. Portanto, essas definições evidenciam que *trilha* é pertinente para designar os conceitos em questão.

Ainda sobre *trilheiro*, Aulete (2014), define o item lexical como: “Bras. o mesmo que *trilha*”. O dicionário mencionado descreve *trilheiro* como o resultado da combinação da lexia [trilha+ -eiro], em que o sufixo *-eiro* é acrescentado à base *trilha*. Embora a denominação *trilheiro* seja derivada de *trilha*, optou-se por não agrupar essas lexias na análise dos dados da pergunta 062/QSL/ALiB. Essa escolha justifica-se pelo fato de que as respostas fornecidas nas

localidades do interior e nas capitais foram significativas e/ou apresentaram diferenças significativas em relação ao uso.

Por outro lado, na análise da pergunta 063/QSL/ALiB, considerou-se que não seria necessário manter os itens isolados, visto que os dados não revelaram contrastes nas áreas do interior e das capitais, além do fato de que foram registrados com baixa frequência.

A denominação *vala*, registrada com apenas uma ocorrência, é definida no dicionário Aulete (2014) como: “Bras. O leito de certos rios que ficam totalmente secos durante alguns meses do ano”. Embora o termo não esteja diretamente associado ao conceito de “trilha”, ao analisar a resposta do informante, constatou-se que, o informante oferece essa denominação como sinônimo de outra resposta que nomeia o referente em questão. Conforme é possível constatar no diálogo transcrito a seguir:

INQ.: Lá no pasto o gado vai passando sempre pelo mesmo lugar, nem cresce mais grama, que forma ali?

INF.: Aqui a gente chama de vala ou vareda, né! Vareda do gado

INQ.: Ah sim! Aquele lugar onde o gado passa e nem nasce grama mais?

INF.: Isso!

(Inq. 005/03 (Tefé - AM) / Inf.: masculino, faixa etária 2, ensino fundamental incompleto)

A designação *varadouro* é registrada no Houaiss (2001) como: “**3.** Regionalismo Amazônia: canal rapidamente aberto entre dois rios, para permitir deslocamento rápido de um para o outro. **5.** Regionalismo Pará: atalho de um rio através da várzea submersa. **6.** Regionalismo: Amazônia, Mato Grosso: caminho aberto no interior da mata”. De modo equivalente, o Aulete (2014) documenta como: “// (Amazonia e Mato Grosso) Caminho aberto para o interior da mata. || (Pará) Canal que comunica um rio com um lago. || Atalhos de um rio, através da várzea submersa”. De modo semelhante, Silveira Bueno (1968) traz a informação: “Lugar, sítio de pouso de canoas que devem ser transportadas por terra. Veja *varação*. Passagem, carreiro na mata, vereda, atalho. De *varar* e o suf. Var. *varadoiro*”. Optou-se por manter o termo *varadouro* como a unidade lexical principal, por ser a resposta mais frequente em comparação com as demais designações do agrupamento.

Para *vereda*, o dicionário Houaiss (2001) traz a seguinte informação: “Regionalismo de Goiás. clareira ou caminho entre a vegetação rasteira”. Em Aulete Digital (2014) “Caminho mais curto fora do trajeto usual; ATALHO”. Em conformidade, os dicionários de Silva e Bluteau (1789): “caminho estreito, e não estrada real” e na obra de Pinto (1982) como: “Caminho estreito”. Já no dicionário etimológico de Cunha (2019), o item lexical está registrado como: “Caminho estreito, atalho”. Portanto, mediante as acepções apresentadas,

vereda se trata de uma denominação coincidente com o referente em estudo, ainda que indicada com menor frequência.

Fundamentado nesses dados, observou-se também casos de sinonímia, ou seja, lexiemas com significados semelhantes ou ainda passíveis de relação entre si, como no caso de:

- **Caminho, trilha, picada, vareda, vereda, passagem:** Todas podem se referir a percursos ou vias de deslocamento;
- **Estrada, ramal, carreiro:** Vias utilizadas para passagem, podendo ter variações de tamanho e importância, localizadas em áreas urbanas ou rurais;
- **Pegada, rastro:** Marcas deixadas por pessoas ou animais no solo em que se pode passar;
- **Pique, pico:** Na região se refere a área que possui mata densa.

Assim sendo, com base no que foi exposto, conclui-se que os itens fornecidos pelos informantes, em sua maioria, apresentavam definições que correspondiam ao referente buscado nas perguntas analisadas. Nos casos em que as denominações não coincidiam com as acepções registradas nos dicionários, optou-se por recorrer às transcrições das falas dos informantes para validar os nomes indicados, bem como à verificação da área em que a resposta foi fornecida e sua correlação com o item indicado. Na sequência realizou-se uma breve reflexão sobre os dados obtidos para a pergunta 062/QSL/ALiB e 063/QSL/ALiB comparados com os trabalhos de outras regiões do país, com o objetivo de identificar respostas semelhantes para as questões analisadas neste estudo.

5.4 Comparação dos dados com trabalhos de outras regiões a partir dos dados do ALiB

Mediante os dados coletados, realizou-se um comparativo das perguntas 062/QSL/ALiB – “O que é que se abre com o facão, a foice para passar por um mato fechado?” e 063/QSL/ALiB – “Como se chama o caminho no pasto, onde não cresce mais grama, de tanto o animal ou o homem passarem por ali?”. Essas perguntas, para além do estudo em questão, também integram as Dissertações de Mestrado das autoras Mércia Cristina dos Santos (2019), intitulado: “*Norma lexical no português falado em São Paulo: reflexões acerca do rural e do urbano*” e no trabalho de Sânia Fontoura Fernandes (2021): “*Da trilha ao caminho: um estudo do rural e do urbano no léxico de falantes da Região Sudeste do Brasil*”³⁹. Os dois estudos

³⁹ A dissertação de Mércia Cristina dos Santos, intitulada: “*Norma lexical no português falado em São Paulo: reflexões acerca do rural e do urbano*”, está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens

citados utilizaram-se de dados inéditos extraídos do Banco de dados do Projeto ALiB e destacam a relevância desse projeto como fonte de informações para os estudos linguísticos no país, evidenciando a diversidade e a complexidade do português falado no Brasil.

A pesquisa realizada por Santos (2019), baseou-se na recolha de dados provenientes de 39 localidades pertencentes à rede de pontos do Projeto ALiB, situadas na região Sudeste do Brasil, abrangendo três Estados: Minas Gerais (22), Espírito Santo (04) e Rio de Janeiro (13). Para tanto, foram selecionados quatro informantes por localidade (02 mulheres e 02 homens), distribuídos em duas faixas etárias (18-30 anos e 50-65 anos), totalizando 156 informantes. O estudo analisou as respostas obtidas para sete perguntas do questionário semântico-lexical relativo à área das atividades agropastoris.

Por sua vez, o estudo de Fernandes (2021) também foi produzido com base nos dados do Projeto ALiB, investigando as 37 localidades do interior do estado de São Paulo, totalizando 148 inquéritos. Os informantes, assim como no trabalho de Santos (2019), foram selecionados considerando as variáveis de sexo (feminino e masculino) e faixa etária (18-30 e 50-65 anos). De modo semelhante ao trabalho de Santos (2019), na constituição do trabalho foram analisadas as respostas obtidas também para sete perguntas do questionário semântico-lexical na área semântica das atividades agropastoris.

A partir das informações fornecidas nos trabalhos acadêmicos, o Quadro 26 foi produzido sintetizando as denominações obtidas como resposta para as perguntas 062 e 063, buscando indicar os itens lexicais que estão registrados nos dois trabalhos sobre a Região Sudeste do país quanto aos dados obtidos no presente estudo sobre a Região Norte. Essa comparação permite identificar possíveis padrões e/ou unidades léxicas recorrentes, contribuindo para uma compreensão mais ampla das escolhas linguísticas em diferentes contextos geográficos.

da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Câmpus Campo Grande- MS, sob a orientação da Profa. Dra. Aparecida Negri Isquerdo, defendida no ano de 2019. De modo semelhante, a dissertação de Sânia Fontoura Fernandes, denominada: “*Da trilha ao caminho: um estudo do rural e do urbano no léxico de falantes da Região Sudeste do Brasil*”, também está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Câmpus Campo Grande- MS, sob a orientação da Profa. Dra. Aparecida Negri Isquerdo, defendida no ano de 2021.

Quadro 26 – 062/QSL/ALiB Semelhanças lexicais nos trabalhos analisados

Unidades lexicais	Norte do Brasil (Oliveira, 2025)	São Paulo (Santos, 2019)	Sudeste do Brasil (Fernandes, 2021)
Caminho	X	X	X
Carreiro	X	X	X
Estrada	X	X	X
Passagem	X	X	X
Picada	X	X	
Trilha	X	X	X

Fonte: Elaborado pela autora com base nos trabalhos de Santos (2019) e Fernandes (2021).

Segundo os dados expostos no Quadro 26, as unidades lexicais que demonstraram similaridades no estudo de Santos (2019) foram *caminho*, *carreiro*, *estrada*, *passagem*, *picada* e *trilha*. Em contrapartida, na pesquisa de Fernandes (2021), foram identificadas as mesmas unidades, com exceção do termo *picada*, que não foi registrado.

Nota-se que a denominação *caminho* obteve predominância nas respostas nos três estudos, sugerindo um caráter genérico. Ademais, em Santos (2019), os itens *picada* e *trilha* também se destacaram como os mais frequentes, padrão que se manteve no trabalho de Fernandes (2021). Por outro lado, as respostas *carreiro*, *estrada* e *passagem* apresentaram menor expressividade nas pesquisas analisadas.

No que se refere à análise da pergunta 063/QSL/ALiB, os itens lexicais coletados por Santos (2019) foram: *caminho*, *carreiro*, *estrada*, *passagem*, *picada* e *trilha*. Já no estudo de Fernandes (2021), registraram-se apenas *caminho*, *estrada* e *trilha*, conforme evidenciado no Quadro 27.

Quadro 27 – 063/QSL/ALiB Semelhanças lexicais nos trabalhos analisados

Unidades lexicais	Norte do Brasil (Oliveira, 2025)	São Paulo (Santos, 2019)	Sudeste do Brasil (Fernandes, 2021)
Caminho	X	X	X
Carreiro	X	X	
Estrada	X	X	X
Passagem	X	X	
Picada	X	X	
Trilha	X	X	
Trilho	X	X	X

Fonte: Elaborado pela autora com base em Santos (2019) e Fernandes (2021).

De acordo com os resultados obtidos, a recorrência do termo *caminho* como o mais indicado como resposta em Oliveira (2025), reforça sua natureza abrangente. De modo similar, as denominações *estrada* e *trilha(o)* aparecem em todos os trabalhos analisados, evidenciando seu uso genérico para nomear locais associados à ação de deslocamento de um ponto a outro.

Deste modo, a questão 062/QSL/ALiB refere-se ao resultado da ação humana enquanto a 063/QSL/ALiB está relacionada a fenômenos naturais. Além disso, a ausência de *picada* e a substituição de *trilha* por *trilho* na pesquisa de Fernandes (2021) podem sugerir tanto uma preferência lexical quanto uma flexão de gênero por parte dos informantes.

Nesse contexto, conforme os dados apresentados, observou-se que as informações coletadas no estudo de Santos (2019) apresentaram maior semelhança em unidades lexicais com a Região Norte, em ambas as perguntas. Essa proximidade sugere uma possível influência regional no uso das unidades lexicais, destacando a importância de fatores geográficos e culturais na configuração do vocabulário.

Por outro lado, ao investigar possíveis contatos entre os estados analisados, é relevante destacar que São Paulo é reconhecido como o maior polo econômico do país e, conseqüentemente, mantém relações comerciais com todas as regiões brasileiras, o que pode refletir na presença de denominações em comum. No caso específico da Região Norte, o principal vínculo ocorre por meio da aquisição de produtos locais, como madeira, minérios e alimentos.

No que se refere ao Sudeste, além de manter relação com o estado de São Paulo pelos mesmos motivos que o Norte, também estabelece contato direto com essa região, principalmente por ser uma grande consumidora da energia elétrica produzida no estado do Pará. Adicionalmente, São Paulo é uma das regiões mais antigas do país, tendo sido parte da Capitania de São Vicente até em 1681, ano em que passou a adotar o nome atual.

Diante disso, tais fatores, entre outros, podem explicar as semelhanças nas denominações identificadas nas pesquisas, evidenciando como as interações econômicas e culturais exercem influência significativa na dinâmica linguística. Além disso, a circulação de bens, serviços e pessoas entre as regiões reforça não apenas os laços comerciais, mas também a difusão de expressões e variações linguísticas, enriquecendo o repertório lexical.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação que fundamenta este estudo baseia-se nos pressupostos teórico-metodológicos da Dialectologia e da Geolinguística, complementados por conceitos da Semântica, da Lexicologia e da Etnolinguística. Esses referenciais teóricos serviram como base para a análise e compreensão dos dados selecionados para a pesquisa, provenientes do Projeto ALiB na Região Norte. As informações relativas à história, ao processo de formação do povoamento e à cultura das localidades selecionada para este estudo embasam essa afirmação.

No âmbito lexical, esta pesquisa revelou uma estreita relação com aspectos vinculados, sobretudo, às designações do ambiente em que vivem os indivíduos. Dessa forma, à luz da história social, cultural e geográfica da área investigada, a análise das unidades lexicais coletadas para as perguntas: 062/QSL/ALiB – “O que é que se abre com o facão, a foice, para passar por um mato fechado?” e 063/QSL/ALiB – “Como se chama o caminho no pasto onde não nasce mais grama, de tanto o animal ou o homem passarem por ali?”, relacionadas à área semântica *atividades agropastoris* (Comitê Nacional do Projeto ALiB, 2001, p. 25) reflete a dinâmica da língua, que se transforma constantemente em função de mudanças sociais e culturais de uma comunidade linguística.

Na análise diatópica, os registros efetuados para *picada*, *pico*, *trilheiro* e *vereda* foram predominantemente mencionados em localidades do estado do Pará e Amazonas, o que pode indicar uma familiaridade por parte dos informantes com os referentes buscados. Por se tratarem dos estados mais antigos da região e apresentarem certa dificuldade de mobilidade, tanto no deslocamento dos moradores quanto no contato com indivíduos de outras regiões e, considerando que foram solicitados elementos relacionados ao mundo rural, é possível que tais fatores tenham contribuído para a preservação e o uso frequente dessas denominações.

Outro aspecto identificado na perspectiva diatópica, por meio do estudo comparativo com os trabalhos de Santos (2019), que analisa o Estado de São Paulo e Fernandes (2021), cujo foco recai sobre os demais estados da Região Sudeste, foi a prevalência de nomes mais genéricos, como *caminho*, denominação mais recorrente em todas as localidades investigadas. Além disso, observou-se a utilização de *estrada* e *trilha* de forma expressiva tanto para nomear o referente da pergunta 062 quanto 063.

Considerando os registros distribuídos nas localidades investigadas, identificou-se que as denominações *caminho* e *estrada* foram predominantemente mencionadas nos estados de Pará e Tocantins, áreas em que compartilham uma faixa de divisa estadual terrestre, o que

favorece o intercâmbio entre suas populações. Nesta área limítrofe está localizado o ponto de inquérito 017- Conceição do Araguaia/ PA que faz ligação direta com o estado de Tocantins.

Convém ressaltar que o Rio Tocantins percorre parte dos dois estados e desempenha um papel crucial no transporte de mercadorias e na manutenção das atividades econômicas locais. Além disso, os dois estados possuem também conexões por meio de rodovias, com destaque para a BR-153, que facilita o transporte de bens e pessoas entre as duas unidades federativas.

Quanto ao perfil dos informantes, notou-se que uma parcela dos entrevistados não era natural das localidades investigadas, mas originários de regiões circunvizinhas, como no caso do Oiapoque/AP. Este padrão migratório pode estar relacionado às particularidades socioeconômicas da Região Norte, caracterizada por áreas não urbanizadas e territórios indígenas⁴⁰, aliada à escassez de polos industriais ou centros econômicos consolidados. Tal configuração regional resulta em deslocamentos populacionais para municípios próximos ou centros urbanos maiores.

Essa mobilidade pode ser atribuída tanto à busca por melhores oportunidades de trabalho quanto à procura por qualidade de vida, incluindo acesso a emprego, educação e saúde. O fenômeno migratório configura-se, assim, como uma estratégia adaptativa às limitações estruturais da região, atuando juntamente na representação das complexas dinâmicas sociais e econômicas que moldam e/ou moldaram o Norte brasileiro.

Ao analisar os dados sob a perspectiva social, constatou-se que as respostas atribuídas para nomear o referente solicitado para ambas as perguntas denotam características específicas, especialmente no que diz respeito a preferências lexicais relacionadas ao sexo e à faixa etária, como no caso da denominação *vereda* que foi mais recorrente na fala dos informantes da faixa etária II.

A análise diasssexual, evidenciou que os homens tendem a empregar itens lexicais diretamente associados ao contexto rural, como *carreiro*, *varadouro*, *picada* e *pico* ao passo que as mulheres demonstram maior preferência por unidades mais específicas, associadas em grande parte ao contexto urbano, como *caminho*, *estrada* e *passagem*.

No que se refere à perspectiva diageracional, os dados indicaram que os informantes da faixa etária II apresentam maior familiaridade com as unidades lexicais relacionadas a trabalhos manuais e também ligados a atividades rurais. Por outro lado, a menor utilização dessas

⁴⁰ A Região Norte destaca-se como a área que abriga a maior reserva indígena do Brasil: a Terra Indígena Yanomami, localizada nos estados do Amazonas e Roraima. Essa proximidade geográfica favorece o contato linguístico entre falantes da Língua Portuguesa e os grupos indígenas da região.

denominações pelos participantes mais jovens sugere um possível processo de apagamento de alguns itens lexicais como *picada*, utilizado majoritariamente pela faixa etária II. Essa situação também pode ocorrer ou intensificar-se por um possível desaparecimento do referente buscado para as questões, tendo em vista o caráter rural e rústico da ação.

Ainda considerando às questões etárias, a seleção dos informantes nos estados do Amazonas, Pará e Tocantins enfrentou desafios, especialmente na identificação de indivíduos na faixa etária I (18-30 anos). Essa dificuldade ocorreu devido ao perfil etário dos informantes selecionados, que possuíam idade inferior à desejada. Esses aspectos indicam que, embora haja uma metodologia previamente estabelecida, alguns casos necessitam de ressalvas, visto que tem se tornado cada vez mais desafiador encontrar informantes que atendam a todos os requisitos estabelecidos, evitando a exclusão de indivíduos que são potencialmente relevantes para a pesquisa.

No *Documentos 4* – Projeto Atlas Linguístico do Brasil, aborda-se sobre o perfil de duas realidades distintas – a do passado e a atual –, destacando considerações relevantes acerca desse contraste e dos desafios vivenciados na busca pelos informantes:

Os limites geográficos tornam-se tênues, e mais tênues, ainda, se pensarmos na invasão domiciliar de informações universais e simultâneas aos acontecimentos que facultam o rádio, a televisão e a informática; na mobilidade social, seja por obrigação de trabalho, seja pelo lazer, que faz de cada rincão uma miniatura do universo e de cada cidadão, cada vez mais, um homem sem fronteiras; na política econômica de fomento ao turismo; [...] nos avanços tecnológicos, que encurtam as distâncias e aproximam os povos; o mundo moderno transforma-se num grande coletivo; é o momento da globalização (Cardoso et. al., 2013, p. 16).

No que tange a análise diastrática, os resultados apresentaram percentuais bem próximos para ambos níveis de escolaridade. Observou-se que os informantes com ensino fundamental incompleto empregaram denominações variadas como *pique* e *pico* e proferiram denominações com ocorrência única com maior frequência. Já os informantes de nível universitário demonstraram preferência por nomes mais específicos, tais como *caminho*, *estrada* e *trilha*. Essa distinção sugere uma possível influência do ambiente urbano na nomeação utilizada pelos informantes com maior escolaridade, refletindo seu contexto de vivência e interação.

Dessa forma, os dados obtidos destacam a relevância de fatores diatópicos e sociais na configuração do repertório lexical da Região Norte considerando às questões analisadas, o que reforça a necessidade de considerar tais variáveis em estudos linguísticos. Além disso, é fundamental considerar os aspectos geográficos e históricos que caracterizam a área estudada, pois revelam muito sobre as preferências lexicais dos informantes. Um exemplo disso são as

bacias hidrográficas da Região Norte, que serviram, em muitos casos, como fonte de transporte e ligação econômica entre as áreas analisadas.

No que se refere à análise léxico-semântica, a utilização de diferentes dicionários para a consulta e validação dos itens registrados, assim como a utilização de comentários extraídos das transcrições dos inquéritos foram fundamentais para elucidar questões relativas às denominações.

Por meio de obras lexicográficas foi possível também identificar casos de sinonímia, ou seja, lexias com significados semelhantes ou ainda passíveis de relação entre si. Visto que, as duas perguntas analisadas possuem referentes muito próximos semanticamente. Ademais, essa abordagem não apenas assegurou a precisão dos dados coletados, mas também permitiu a confirmação de usos específicos por meio das marcas regionais apresentadas nas aceções.

Além disso, este estudo buscou analisar de que maneira o processo de colonização, os fluxos migratórios e o desenvolvimento urbano dessa área fornecem subsídios para a interpretação dos dados, identificando a vitalidade e o possível desaparecimento das denominações utilizadas pelos informantes dessa região. De modo geral, os itens lexicais analisados sob o viés diatópico estão intrinsecamente ligados ao contexto social, econômico e cultural dos informantes. Como destaca Cardoso (2010, p. 48):

[...] os homens se situam, inevitavelmente, nos espaços geofísicos, seja porque as línguas e as suas variedades, pelas implicações culturais a que estão sujeitas e que indubitavelmente as refletem, têm um território próprio, ou seja, ainda, porque o homem é indissociável no seu **existir** e no seu **agir**, no seu **ser** e no seu **fazer**, tem sido uma constante nos estudos dialetais e desde os seus primórdios.

Em conclusão, os objetivos propostos neste trabalho foram alcançados, oferecendo uma análise detalhada e inédita do léxico relacionado às atividades agropastoris na Região Norte do Brasil. A investigação revelou padrões de distribuição diatópica, com predominância de unidades lexicais como *picada*, *pico*, *trilheiro* e *vereda* nos estados do Pará e Amazonas, refletindo tanto a antiguidade do povoamento quanto o relativo isolamento geográfico dessas áreas.

A análise diastrática evidenciou diferenças significativas no uso lexical com o uso de itens mais genéricos por informantes de nível universitário e a prevalência de denominações associadas a particularidades rurais por informantes com ensino fundamental incompleto. De modo complementar, as perspectivas diassexual e diageracional revelaram que homens e idosos tendem a empregar vocábulos vinculados ao contexto agropastoril enquanto mulheres e

informantes mais jovens utilizam formas mais genéricas, sinalizando possíveis processos de mudança linguística.

A integração de dados históricos, geográficos e lexicográficos não apenas validou as hipóteses que motivaram o estudo, mas demonstrou que as variações lexicais estão intrinsecamente ligadas ao processo de povoamento, migrações e desenvolvimento socioeconômico. Ao documentar o léxico agropastoril da Região Norte, este estudo ampliou a compreensão da diversidade linguística regional, sobretudo ao revelar como fatores diatópicos (como o isolamento geográfico do Pará e do Amazonas, entre outras questões relativas às localidades investigadas) e diastráticos (escolaridade, gênero e idade) moldam as preferências lexicais. Portanto, além de subsidiar políticas de preservação linguística, a pesquisa evidencia a necessidade de estudos contínuos que discutam sobre as dinâmicas socioculturais em transformação e que venham a documentar o léxico de outras áreas semânticas na Região Norte trazendo ainda mais informação sobre a Língua Portuguesa falada nessa parte do nosso país.

7 REFERÊNCIAS

- AGUILERA, V. de A.; MILANI, G. A. L.; MOTA, J. A. (Org.). **Documentos I: Projeto Atlas Lingüístico do Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2004. p. 31-38.
- ALiB. **Projeto Atlas Lingüístico do Brasil**. Disponível em: <https://alib.ufba.br/>. Acesso em: 1 jul. 2023.
- ANDRADE, Manoel Correia. A construção da geografia brasileira. **Finisterra**, v. 34, n. 67/68, 1999. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/1681/1375>. Acesso em: 14 out. 2024.
- BARBOSA, Talita Ferreira Matos. **Varição lexical nas regiões Norte e Sul do Brasil: um estudo na área da fauna com base nos dados do Projeto ALiB**. 2018. p.144. Dissertação (Mestrado em estudo de linguagem) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande – MS.
- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. A estrutura mental do léxico. In: BORBA, Francisco da Silva. (Org.). **Estudos de Filologia e Linguística: em homenagem a Isaac Nicolau Salum**. v.02. São Paulo: T.A Queiroz/Edusp, 1981. p. 131-145.
- _____, Maria Tereza Camargo. A estruturação do léxico e a organização do conhecimento. **Letras de Hoje**. Porto Alegre, PUCRS, v. 22, n. 4, p. 81-96, 1987.
- _____, Maria Tereza Camargo. Léxico e vocabulário fundamental. **ALFA: Revista de Linguística**, v. 40, 1996 - Estudos lexicológicos e lexicográficos. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/107739>. Acesso em: 21 mar. 2025.
- _____, Maria Tereza Camargo. **Dimensões da palavra**. Filologia e linguística portuguesa, v. 2, n. 1, p. 81-118, 1998.
- _____, M. T. C. A formação e a consolidação da norma lexical e lexicográfica no português do Brasil. In: NUNES, J. H.; PETTER, M. (Orgs.) **História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Pontes, 2002, p. 65-82.
- BRANDÃO, Silvia Figueiredo. **A Geografia Linguística no Brasil**. São Paulo: **Ática**, 1991.
- BRASIL ESCOLA. História do Brasil. **Cabanagem**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/balaiada.htm>. Acesso em: 08 set. 2024.
- CALDAS AULETE. **Dicionário Caldas Aulete**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2014. Versão online.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. **Geolinguística: Tradição e modernidade**. São Paulo: Parábola, 2010.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; MOTA, Jacyra Andrade; PAIM, Marcela Moura Torres Paim; RIBEIRO, Silvana Soares Costa (org.). **Documentos 4: Projeto Atlas Lingüístico do Brasil**. Salvador: Vento Leste, 2013.
- CARVALHO, Paola Mahyra de Oliveira. **Relações entre léxico e ambiente: um estudo da norma lexical do Centro-Oeste do Brasil**. 2015. 219p. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande- MS, 2015.
- CHAMBERS, Jack; TRUDGILL, Peter. **La dialectología**. Tradução: Carmen Morán González. Madrid: Visor libros, 1994.
- CINTRA, Luís Felipe Lindley. **Estudos de dialectologia portuguesa**. Lisboa, Sá da Costa, 1983. p.11. *Apud*. BRANDÃO, Silvia Figueiredo, 1991, p. 30.

COSERIU, Eugenio. La geografia lingüística. **Cuadernos del Instituto Lingüístico Latinoamericano**, Montevideo, n. 11, 1965.

_____, Eugenio. Teoría del Lingüística General: Cinco estudios. 3. ed. Madrid: **Gredos**, S. A., 1973. P 11-90.

_____, Eugenio. **Sentido y tareas de la dialectología**. México. Instituto de Investigaciones Filológicas, 1982.

CRUZ, Maria Luiza de C. **Atlas Linguístico do Amazonas – ALAM**. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2004. Tese de Doutorado em Letras Vernáculas.

CUNHA, Angélica Furtado da; COSTA. Marcos Antonio; MARTELOTTA, Mário Eduardo. Linguística. In: **Manual de Linguística**. (Org.). 2.ed., 1º reimpressão- São Paulo: Contexto, 2012. p. 21.

DA CUNHA, Antônio Geraldo. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Lexikon Editora, 2019.

DE CARVALHO, Castelar. **Para compreender Saussure**. Editora Rio, 1979. Disponível em: <https://sabinemendesmoura.wordpress.com/wp-content/uploads/2012/01/para-compreender-saussure-castelar-de-carvalho.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2025.

FARACO, Carlos Alberto. **História sociopolítica da língua portuguesa**. 1 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2016. p. 09.

FERREIRA, Carlota; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. **A Dialectologia no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1994.

FERREIRA, Manuela Barros; CARRILHO, Ernestina; LOBO, Maria; SARAMAGO, João & CRUZ, Luíza Segura. Variação linguística: perspectiva dialectológica. In: FARIA, Isabel Hub; PEDRO, Emília Ribeiro; DUARTE, Inês; GOUVEIA, Carlos A.M. **Introdução à Linguística Geral e Portuguesa**. Lisboa: Editorial Caminho, S.A., 1996, p.479-502.

GILLIÉRON, Jules; EDMONT, Edmond. **Atlas Linguistique de la France**. 35 fasc. Paris: Honoré Champion, 1902-1910.

GIRALDO, José Joaquín Montes. **Dialectologia general e hispano-americana**. Bogotá, Instituto Caro y Cuervo, 1982. p. 67-68. *Apud*. BRANDÃO, Silva Figueiredo, 1991, p. 33-34.

GUEDES, Regis José da Cunha et al. **Estudo geossociolinguístico da variação lexical na zona rural do estado do Pará**. 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/4731>. Acesso em: 08 set. 2024.

GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares. **Divisão regional do Brasil**. Serviço gráfico do instituto Brasileiro de geografia e estatística, 1942.

HENRIQUES, C. C. **Léxico e Semântica**: estudos produtivos sobre palavra e significação. Rio de Janeiro: Alta Books Editora, 2018. p. 9-16.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**, Versão 1.0. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.

IBGE. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2007. 232p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>. Acesso em: 5 set. 2024.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Projeto Regiões Rurais 2015**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=294413>. Acesso em: 05 set. 2024.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico. Sistema IBGE de Recuperação Automática- SIDRA**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/200>. Acesso em: 09 set. 2024.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Norte. Panorama**. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 16 jan. 2024.

_____, **Brasil. 500 anos de povoamento**. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística, Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=26687>. Acesso em: 14 out. 2024.

ISQUERDO, Aparecida Negri. Léxico regional: análise de algumas marcas de conservadorismo linguístico. **Estudos Lingüísticos**, São Paulo, v. 25, p. 568-574, 1996.

_____, Aparecida Negri. Marcas do popular no nível lexical: um estudo no campo do entretenimento infantil. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade. (Org). **A Geolinguística no Brasil: caminhos seguidos e perspectivas**. Londrina: EDUEL, 1998, p. 235-241.

_____, Aparecida Negri. Vocabulário regional na Amazônia acreana. **ALFA: revista de linguística**, 1998.

_____, Aparecida Negri. Léxico em tempo e espaço: a questão dos regionalismos. In: MARIN, Jéri Roberto; VASCONCELOS, Cláudio Alves de. **História, região e identidades**. Campo Grande: Editora da UFMS, 2003, p. 165-181.

_____, Aparecida Negri. Acheegas para a discussão do conceito de regionalismos no português do Brasil. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 50, n. 2, 2006.

_____, Aparecida Negri. Normas lexicais no português do Brasil e desafios para a lexicografia brasileira. In: MAGALHÃES, J. S; TRAVAGLIA, L. C. **Múltiplas perspectivas em lingüística**. Uberlândia: EDUFU, 2008, 447-458.

_____, Aparecida Negri. O caminho do rio, o caminho do homem, o caminho das palavras... In: RIBEIRO, Silvana Soares Costa; COSTA, Sônia Bastos Borba; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (Orgs.). **Dos sons as palavras: nas trilhas da língua portuguesa**. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 42-59.

_____. Aparecida Negri. Léxico regional e léxico toponímico: interfaces linguísticas, históricas e culturais. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. (Org). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. v. 6. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2012, p. 115-121.

JÚNIOR, Caio Prado. **História econômica do Brasil**. Editora brasiliense, 1978.

JÚNIOR, Caio Prado. **Formação do Brasil contemporâneo**. Editora Brasiliense. São Paulo, 1961.

KARLBERG, Luísa Galvão Lessa. Atlas etnolinguístico do Acre (ALAC): fronteiras léxicas. **Rio Branco: Edufac**, 2018.

LYONS, John. Linguagem: Comportamento linguístico e sistemas linguísticos. In: **LINGUA(GEM) e Linguística: uma introdução**. Tradução: Marilda Winkler Averborg, Clarisse Sieckenius de Souza. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981. cap. 1, p. 6-8.

- MARINS, Luciene Gomes Freitas. **O rural e o urbano: novos e velhos falares no Centro-Oeste do Brasil**. 2012, 307 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens). Campo Grande: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2012.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*, Livro 1, Volume II. **Rio de Janeiro**, 1994.
- MONTENEGRO, R. L. G., & RIBEIRO, L. C. S. (2019). Planejamento urbano em áreas impactadas por Grandes Projetos de Investimentos (GPIS): uma análise sobre o Estado de Rondônia. urbe. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, 11, e20180030. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180030>. Acesso em: 06 set. 2024.
- MOTA, Jacyra Andrade. **Documentos 2: Projeto Atlas Lingüístico do Brasil / Jacyra Andrade Mota; Suzana Alice Marcelino Cardoso (Orgs.)**. Salvador: Quarteto, 2006.
- MOTA, Jacyra Andrade; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. Dialectologia brasileira: o atlas lingüístico do Brasil. **Revista da ANPOLL**, v. 1, n. 8, 2000.
- MOUTON, Pilar García. Dialectología y Geografía Lingüística. In: ALVAR, Manuel. **Manual de Dialectología Hispánica**. El español de España. Barcelona, Editorial Ariel, 2009, p. 63-77.
- OLIVEIRA, Roberta Pires. Semântica. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (org.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. 8º edição. v. II. Cortez Editora, 2012, p. 23-25.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **O que é linguística**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. Coleção Primeiros Passos; 184. p. 11-17.
- OSÓRIO, Rafael; SIQUEIRA, Deis. O conceito de Rural. **Una nueva ruralidad en América Latina**, 2001.
- PERES, Alexandre Garcia. Literatura Online. **A distinção entre Langue e Parole de Saussure**. Disponível em: <https://literaturaonline.com.br/dicotomia-entre-langue-e-parole-ferdinand-de-saussure/>. Acesso em: 06 jan. 2025.
- PETTER, Margarida. Termos de origem africana no léxico do português do Brasil. In: NUNES, José Horta; PETTER, Margarida. **História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro**. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/ USP: Pontes, 2002. p. 123-145.
- PINTO, Luiz Maria da Silva. **Dicionário da língua portuguesa**. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832, p. 847.
- PIRES DE OLIVEIRA, Ana Maria Pinto. Brasileirismos e regionalismos. In: **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 42 (n.esp.): 1998, n. 1, 2001. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4046>. Acesso em: 24 set. 2024.
- RABELO, B. V. **Zoneamento ecológico econômico da área sul do Estado do Amapá**: Atlas. Macapá: IEPA, 2007. 44 p.
- RAMOS, Conceição de Maria de Araujo; ALTINO, Fabiane Cristina; PAIM, Marcela Moura Torres (Org.). O ALiB e as suas mulheres: linhas de saudade e homenagem. **Documentos 8: Projeto Atlas Linguístico do Brasil**. Cascavel, PR.: EDUNIOESTE, 2022. p. 04.
- RAZKY, Abdelhak.; RIBEIRO, Celeste Maria da Rocha; SANCHES, Romário Duarte. **Atlas linguístico do Amapá**. São Paulo: Labrador, 2017.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

- ROMANO, Valter Pereira. Balanço crítico da Geolinguística brasileira e a proposição de uma divisão. **Entretextos**, v. 13, n. 2, p. 203-242, 2013.
- ROSSI, Nelson. A dialectologia. **ALFA: Revista de Linguística**, v. 11, 1967.
- SANTOS, Mércia Cristina dos. Entre picadas e trilhas nas regiões Norte e Sul do Brasil: o que revelam os dados do Projeto Atlas Linguístico do Brasil. **Revista Estudos Linguísticos** (São Paulo. 1978), v. 48, n.1, p. 498-522, 2019.
- SAPIR, Edward. **Linguística como ciência**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969.
- SAUSSURE, F. de. **Curso de Linguística Geral**. Organização Charles Bally e Albert Sechehaye; com a colaboração de Albert Riedlinger. Tradução Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 26ª ed. São Paulo: Cultrix, 2012 [1857-1913].
- SEMESP, Instituto. Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior. **Dados Estados e Regiões 11ª edição/2021**. Região Norte. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/mapa/edicao-14/regioes/>. Acesso em: 14 fev. 2025.
- SILVA, Antônio de Moraes; BLUTEAU, Rafael. **Dicionário da Língua Portuguesa: reformado e acrescentado**. 2v., v.1: xxii, 752p. Lisboa. 1789. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5412>. Acesso em: 26 fev. 2024.
- _____, Antônio de Moraes; BLUTEAU, Rafael. **Dicionário da Língua Portuguesa: reformado e acrescentado**. 2v., v.2: 541 p. Lisboa. 1789. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5413>. Acesso em: 26 fev. 2024.
- SILVA, Greize Alves da; ROMANO, Valter Pereira. **Tendências da Geolinguística brasileira e a nova geração de Atlas Linguísticos**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. p.17-25.
- SILVA, Greize Alves da. **Atlas Linguístico Topodinâmico e Topoestático do Estado do Tocantins** (ALiTTETO). 2018. 2 v. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.
- SILVA, Greize Alves da; ROMANO, Valter Pereira. Tipologia dos Atlas Linguísticos: proposta de (re)categorização para o contexto brasileiro. **ALFA: REVISTA DE LINGUÍSTICA** (UNESP. ONLINE), 2025.
- SILVA NETO, Serafim da. **Guia para estudos Dialectológicos**. Belém: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1957.
- SOUZA, Bernardino José de. **Dicionário da Terra e da gente do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.
- OSÓRIO, Rafael; SIQUEIRA, Deis. **O conceito de Rural**. Una nueva ruralidad en América Latina, 2001.
- STAEVIE, Pedro Marcelo. Expansão urbana e exclusão social em Boa Vista–Roraima. **Oculum Ensaio**, n. 13, p. 68-87, 2011.
- TELES, Ana Regina Torres Ferreira. Cartografia e georreferenciamento na geolinguística: revisão e atualização das regiões dialetais e da rede de pontos para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil formuladas por Antenor Nascentes. 2018. p. 79-81.
- TELES, Iara Maria; RAZKY, Abdelhak; COIMBRA, Diego. Estado da arte do projeto Atlas Linguístico de Rondônia. **Working Papers em Linguística**, v. 23, n. 1, p. 91-112, 2022.

VILELA, Mário. O léxico do Português: perspectiva geral. **Filologia e Linguística Portuguesa**, [S. l.], n. 1, p. 31–50, 1997. DOI: [10.11606/issn.2176-9419.v0i1p31-50](https://doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v0i1p31-50). Disponível em: <https://revistas.usp.br/flp/article/view/59644>. Acesso em: 19 mar. 2025.

APÊNDICE

Apêndice A – Tabulação dos dados com base nas fichas dos informantes da Região Norte

Dados dos informantes localizados no Oiapoque/AP/001/ALiB

Inquiridor	Data inquérito	Nº/ nome do informante	Sexo	Idade	Faixa Etária	Naturalidade	Grau de escolaridade	Estado civil	Profissão	Naturalidade dos pais e cônjuge	Profissão dos pais	Observações
INTERIOR- ENSINO FUNDAMENTAL												
Rosana Gemina Amâncio	20/01/2003	001/1- WSP	M	28	I	Clevelândia do Norte- AP	5ª série do EF	Casado	Agente de saúde	Mãe: Marajá Pai: Marajoara Cônjuge: Portel	Do lar Caseiro Monitora	- Não foi criado pelos próprios pais.
Rosana Gemina Amâncio	19/01/2003	001/2- MGVS	F	30	I	Oiapoque-AP	5ª série do EF	Casada	Do lar	Mãe: Curipi Pai: Pará Cônjuge: Rio Grande do Norte	Agente de portaria Vigia Garimpeiro	- Criado pelos pais até os 7 anos; - Já morou em outras duas cidades por 5 anos.
Vanderci de Andrade Aguilera	19/01/2003	001/3- MA	M	51	II	Caciporé- AP	1ª série do EF	Casado	Pescador	Mãe: Caciporé Pai: Viçosa Cônjuge: Macapá	Do lar Carpinteiro Do lar	- Morou em outra localidade por 2 anos
Vanderci de Andrade Aguilera	18/01/2003	001/4- MCSG	F	63	II	Charque- PA	Não registrado	Casada	Do lar	Mãe: Ilha Viçosa Pai: Ilha Viçosa Cônjuge: Aldeia Cumarumã (Oiapoque)	Não registrado	- Foi criada somente pela mãe

Fonte: Elaborado pela autora com base nas fichas de informantes do Projeto ALiB.

Dados dos informantes localizados em Macapá/AP/002/ALiB

Inquiridor	Data do inquérito	Nº/ nome do informante	Sexo	Idade	Faixa Etária	Naturalidade	Grau de escolaridade	Estado civil	Profissão	Naturalidade pais e cônjuge	Profissão pais	Observações
CAPITAL- ENSINO FUNDAMENTAL												
Rosana Gemima Amâncio	20/01/2003	002/1- RFS	M	19	I	Campina Grande- AP	4º Série	solteiro	Do lar	Mãe: Breves	Do lar	- Informante declarou não saber ler.
										Pai: Maomã	Fazendeiro, vaqueiro	
Vanderci de Andrade Aguilera	20/01/2003	002/2- CMCP	F	22	I	Palma (Interior de Macapá)	4º Série	Viúva	Doméstica	Mãe: Maruanã (Macapá)	Cozinheira	-
										Pai: Breves	Comerciante de açafá	
										Cônjuge: Macapá- AP	Caminhoneiro	
Vanderci de Andrade Aguilera	17/01/2003	002/3- JRS	M	61	II	São Pedro dos Bois (73 km da capital)	5º Série	União estável	Servidor público (limpeza- Prefeitura)	Mãe: Macapá- AP	Lavradora	- Entrevista realizada em duas etapas (um dia respondeu às perguntas dos questionários e no outro leu os textos).
										Pai: Macapá- AP	Lavrador	
										Cônjuge: Macapá- AP	Funcionária pública	
Rosana Gemima Amâncio	15/01/2003	002/4- RESS	F	65	II	Macapá- AP	5º Série	Viúva	Aposentada	Mãe: Macapá- AP	Lavradora	- Informante sem arcada dentária frontal, inferior.
										Pai: Macapá- AP	Lavrador	
										Cônjuge falecido: Alagoas	Mecânico, motorista	
CAPITAL- ENSINO UNIVERSITÁRIO												
Rosana Gemima Amâncio	17/01/2003	002/5- MRMS	M	25	I	Macapá- AP	Educação Artística	solteiro	Artista plástico	Mãe: Macapá- AP	Dona de casa	- Foi criado pela avó, natural de Breves-PA - Informante não conheceu o pai.
										Pai: Nordeste		
Rosana Gemima Amâncio	16/01/2003	002/6- RZG	F	27	I	Macapá- AP	Licenciatura em Geografia	casada	Professora de inglês em escola estadual	Mãe: Afroá- PA	Professora	- Morou de quando nasceu até 1 ano e meio de idade na Serra do Navio- AP.
										Pai: Paraíba- CE	Fábrica de carroceria	
										Cônjuge: Macapá- AP	Professor	
	16/01/2003	002/7- NM	M	58	II	Mazagão- AP		casado		Mãe: Assaré- PA	Professora	

Vanderci de Andrade Aguilera						(Registado em Belém- PA)	Licenciatura em História e Administração de empresas.		Professor Universitário, redator e apresentador de programas.	Pai: Mazagão- AP	Comerciante e funcionário público	- Morou em Belém- PA durante a faculdade (4 anos), neste período vinha para Macapá nas férias. - Morou 8 meses em fortaleza-CA, para realizar especialização.
						Cônjuge: Mazagão- AP				Do lar		
Rosana Gemima Amâncio	16/01/2003	002/8-MATSM	F	53	II	Macapá- AP	Licenciatura Cursos de estatística, desenho técnico e psicologia.	casada	Aposentada do Tribunal de Justiça do Amapá	Mãe: Macapá- AP	Lavradora	- Morou no Rio de Janeiro por 2 anos, transição da infância p/ juventude.
										Pai: Macapá- AP	Lavrador	
										Cônjuge: São Paulo- SP	Aposentado	

Fonte: Elaborado pela autora com base nas fichas de informantes do Projeto ALiB.

Dados dos informantes localizados em Boa Vista/RR/003/ALiB

Inquiridor	Data do inquérito	Nº/ nome do informante	Sexo	Idade	Faixa Etária	Naturalidade	Grau de escolaridade	Estado civil	Profissão	Naturalidade pais e cônjuge	Profissão pais	Observações
CAPITAL- ENSINO FUNDAMENTAL												
Aparecida Negri Isquerdo	12/05/2005	003/1- HSS	M	23	I	Boa Vista- RR	7ª série EF	Solteiro	Lombador (carregador de carne)	Mãe: Boa Vista/RR	Doméstica	- Durante o inquérito o telefone da residência tocou várias vezes; - Houve um problema com o MD e os questionários QFF e QSL foram repetidos.
										Pai: Boa Vista/RR	Açogueiro	
										—	—	
Vanderci de Andrade Aguilera	15/05/2005	003/2- MCSD	F	29	I	Boa Vista- RR	6ª série EF	União estável	Do lar	Mãe: Boa Vista/RR	Do lar	—
										Pai: Boa Vista/RR	Mecânico	
										Cônjuge: Amazonas	Operador de máster	
Aparecida Negri Isquerdo	15/05/2005	003/3- SLS	M	60	II	Território Federal de Roraima	2ª série EF	União estável	Aposentado	Mãe: Amajari	Do lar	- Morou em fazenda até os 12 anos.
										Pai: Lagoa Grande	Carpinteiro	
										Cônjuge: Boa Vista	Enfermeira	
Vanderci de Andrade Aguilera	14/05/2005	003/4- ISCB	F	64	II	Esmeralda-PA	Supletivo EF	Viúva	Aposentada	Mãe: Boa Vista/RR	Inspetora de escola	- Morou 03 meses em Belém-PA; - Inquérito interrompido várias vezes por telefonemas.
										Pai Boa Vista/RR	Professor/garimpeiro	
										Cônjuge: Boa Vista/RR	Autônomo (vendia gado)	
CAPITAL- ENSINO UNIVERSITÁRIO												
Aparecida Negri Isquerdo	14/05/2005	003/5- GBS	M	27	I	Boa Vista-RR	Universitário	Solteiro	Chefe de coordenação do INSS	Mãe: Boa Vista/RR	Professora	—
										Pai: Boa Vista/RR	Autônomo	
Vanderci de Andrade Aguilera	13/05/2005	003/6- EOVS	F	26	I	Boa Vista- RR	Universitário	União Estável	Professora	Mãe: Boa Vista/RR	Funcionária pública	- Morou uma semana em Brasília; - A entrevista foi interrompida em alguns momentos por telefonemas.
										Pai: Boa Vista/RR	Funcionária pública	
										Cônjuge: NF	NF	
	15/05/2005	003/7- SASC	M	56	II	Boa Vista- RR	Universitário	Casado	Geólogo	Mãe:Murupu/RR	Funcionária pública	- Morou por 06 anos em Belém-PA;

Vanderci de Andrade Aguilera										Pai: Iraricoera/RR	Funcionária público	- Morou 07 anos em Brasília- DF; - A entrevista foi interrompida em alguns momentos por telefonemas.
										Cônjuge: Paraense	Funcionária pública (agrônoma)	
Aparecida Negri Isquierdo	14/05/2005	003/8- MATS	F	52	II	Boa Vista- RR	Universitário	Casada	Professora de Biologia	Mãe: Boa Vista/RR	Do lar	-
										Pai: Boa Vista/RR	Agricultor	
										Cônjuge: Boa Vista/RR	Técnico em contabilidade	

Fonte: Elaborado pela autora com base nas fichas de informantes do Projeto ALiB.

Dados dos informantes localizados em São Gabriel da Cachoeira/AM/004/ALiB

Inquiridor	Data inquérito	Nº/ nome do informante	Sexo	Idade	Faixa Etária	Naturalidade	Grau de escolaridade	Estado civil	Profissão	Naturalidade dos pais e cônjuge	Profissão dos pais	Observações
INTERIOR- ENSINO FUNDAMENTAL												
Conceição de maria de Araújo Ramos	06/09/2011	004/1- PAB	M	29	I	São Gabriel da Cachoeira- AM	8ª série	solteiro	Ajudante de pedreiro	Pai: Colômbia (veio para o Brasil com sete anos)	Trabalha no comércio	-
										Mãe: São Gabriel da Cachoeira- AM	Doméstica	
Vanderci de Andrade Aguilera	06/09/2011	004/2- MGA	F	24	I	São Gabriel da Cachoeira- AM	6ª série	casada	Empregada doméstica	Mãe: São Gabriel da Cachoeira- AM	Agricultora	- Viveu em Manaus dos 13 aos 15 anos
										Pai: São Gabriel da Cachoeira- AM	Agricultor	
										Cônjuge: Ilha Llaupés	Carpinteiro	
Vanderci de Andrade Aguilera	08/09/2011	004/3- AGD	M	64	II	São Gabriel da Cachoeira- AM	8º série	casado	Comércio	Mãe: São Gabriel da Cachoeira- AM	Lavradora	- Natural da aldeia indígena: baré em São G. Cachoeira
										Pai: São Gabriel da Cachoeira- AM	Lavrador	
										Cônjuge: Venezuela (10 anos), está em São Gabriel da Cachoeira- AM (35 anos)	Não informado	
Vanderci de Andrade Aguilera	08/09/2011	004/4- MAG	F	62	II	Samaúma- Distrito de São G. da Cachoeira- AM	8º série	viúva	Restaurante familiar	Mãe: Santa Isabel- AM	Agricultora	-
										Pai: Santa Helena (São G. Cachoeira- AM)	Seringueiro, comerciante	
										Cônjuge: Colombiano (Vila Vicenzia) AM	Comerciante	

Fonte: Elaborado pela autora com base nas fichas de informantes do Projeto ALiB.

Dados dos informantes localizados em Tefé/AM/005/ALiB

Inquiridor	Data inquérito	Nº/ nome do informante	Sexo	Idade	Faixa Etária	Naturalidade	Grau de escolaridade	Estado civil	Profissão	Naturalidade dos pais e cônjuge	Profissão dos pais	Observações
INTERIOR- ENSINO FUNDAMENTAL												
Vanderci de Andrade Aguilera	04/09/2011	005/1- YRF	M	18	I	Tefé- AM	7ª série	solteiro	Cosméticos (venda)	Pai: Tefé- AM	Vendedor ambulante/pequenos serviços	- Morou 2 anos em Tabatinga (15 aos 17 anos)
										Mãe: Tefé- AM	Comércio (lanchonete)	
Vanderci de Andrade Aguilera	15/05/2011	005/2- KB	F	26	I	Tefé- AM	8ª série incompleta-EJA	casada	Do lar	Mãe: Tefé- AM (Canariáé)	Avó: Agricultora	- Foi criado pelos avós - Morou em Cadojás até os 12 anos.
										Pai: Tefé- AM (Canariáé)	Avô: seringueiro	
										Cônjuge: Tefé- AM (Canariáé)	Gerente de copiadora	
Vanderci de Andrade Aguilera	14/05/2011	005/3- PPP	M	60	II	Tefé- AM Carapanatuba	1º série do ensino fundamental	casado	Agricultor (interior) Funcionário da COSAMA	Mãe: São João de Catuá	Agricultora	- Morou 9 meses em Manaus
										Pai: Tefé (Município)	Agricultor	
										Cônjuge: Tefé (Município)	Agricultora	
Vanderci de Andrade Aguilera	14/05/2011	005/4- MSM	F	63	II	Veio com 1 ano da cidade de Coari- Lago do Socó	4ª série	casada	Serviços gerais	Mãe: Coari- Lago do Socó	Agricultora	- Morou em Jutica-Tefé
										Pai: Tefé- AM	Agricultor, castanheiro e seringueiro	
										Cônjuge: Tefé- AM	Agricultor	

Fonte: Elaborado pela autora com base nas fichas de informantes do Projeto ALiB.

Dados dos informantes localizados em Manaus/AM/006/ALiB

Inquiridor	Data do inquérito	Nº/ nome do informante	Sexo	Idade	Faixa Etária	Naturalidade	Grau de escolaridade	Estado civil	Profissão	Naturalidade pais e cônjuge	Profissão pais	Observações
CAPITAL- ENSINO FUNDAMENTAL												
Aparecida Negri Isquerdo	11/05/2005	006/1-JSF	M	20	I	Manaus- AM	4ª série	outro	Auxiliar de entregas	Mãe: Manaus-AM	Cabeleireira	- Morou 03 anos em Careiro Castanha- distrito do município de Manaus - Criado pelos avós que são naturais de Careiro Castanha- AM
										Pai: Manaus-AM	Lavrador	
										Cônjuge: Canutano-AM	Do lar	
Vanderci de Andrade Aguilera	11/05/2005	006/2-ARO	F	24	I	Manaus- AM	8ª série (supletivo)	solteira	Serviços gerais	Mãe: Manaus-AM	Do lar/ vendedora	- Foi criada pela mãe e pela avó - Houve alguns barulhos externos que podem ter influenciado na gravação; - Está no 1ºano do EM.
										Pai: Manaus- AM	Desempregado	
Vanderci de Andrade Aguilera	10/05/2005 e 12/05/2005	006/3-ECR	M	57	II	Manacapuru- AM	6º série	casado	Confere mercadorias em uma fábrica de bebidas (comércio familiar)	Mãe: Fortaleza- CE (veio com 28 anos)	Doméstica	- Morou no município de Carero, em uma vila chamada Puru-Puru (Manaus era a cidade mais próxima deste local); - Entrevista iniciada no dia 10/05 e interrompida para procurar outro informante que tivesse nascido em Manaus. Retomada depois de dois dias de procura incansável e sem êxito; - Havia barulho externo no local.
										Pai: Caapiranga, distrito de Manacapuru- AM	Agricultor	
										Cônjuge: Puru- Puru- AM	Doméstica	
Aparecida Negri Isquerdo	12/05/2005	006/4-MOA	F	60	II	Manaus- AM	5ª série	casada	Do lar	Mãe: Manaus- AM	Do lar	- Morou alguns anos em uma fazenda próxima a Manaus (Km 113- Ramal do Procópio) – Município de Manaus;
										Pai: Manaus- AM	Gerente de fábrica	
										Cônjuge: Natal- RN	Comerciante	
CAPITAL- ENSINO UNIVERSITÁRIO												
Aparecida Negri Isquerdo	10/05/2005	006/5-ERN	M	21	I	Manaus- AM	Universitário economia, concluindo Direito	solteiro	estudante	Mãe: Manaus- AM	Juíza de Direito	- Morou 01 ano nos Estados Unidos- Intercambio estudantil
										Pai: Manaus- AM	Juíz de Direito	
Vanderci de Andrade Aguilera	11/05/2005	006/6-ABLI	F	24	I	Manaus- AM	Jornalismo e Psicologia	casada	Psicóloga em consultório particular	Mãe: Manaus- AM	Administradora	- A entrevista foi realizada em duas etapas, pois a informante precisava se ausentar.
										Pai: Manaus- AM	Economista	
										Cônjuge: Manaus- AM	Administrador	
	12/05/2005	006/7-EGA	M	64	II	Manaus- AM	Advogado	casado		Mãe: Manaus- AM	Artista plástica	- Morou 1 ano no Rio de Janeiro;

Vanderci de Andrade Aguilera									Advogado, professor particular de Ioga	Pai: Manaus- AM Cônjuge: Manaus- AM	Comerciante Professora/ geógrafa	- Durante a entrevista houve muito ruído externo, pois o local utilizado foi em frente a um parque.
Vanderci de Andrade Aguilera	10/05/2005	006/8-SMMD	F	50	II	Manaus- AM	Assistente Social	divorciada	Assistente social – hospital da rede pública	Mãe: Manaus- AM Pai: Manaus- AM Cônjuge: Manaus- AM	Do lar Mecânico Comerciante	- Morou 1 mês nos EUA- Flórida, 3 meses em Fortaleza e 3 meses no Rio de Janeiro.

Fonte: Elaborado pela autora com base nas fichas de informantes do Projeto ALiB.

Dados dos informantes localizados em Benjamin Constant/AM/007/ALiB

Inquiridor	Data inquérito	Nº/ nome informante	Sexo	Idade	Faixa Etária	Naturalidade	Grau de escolaridade	Estado civil	Profissão	Naturalidade dos pais e cônjuge	Profissão dos pais	Observações
INTERIOR- ENSINO FUNDAMENTAL												
Vanderci de Andrade Aguilera	16/05/2011	007/1-JMBC	M	25	I	Benjamin Constant-AM	Fund. Completo	solteiro	Auxiliar de serviços gerais	Mãe: Benjamin Constant- AM	Do lar	-
										Pai: Benjamin Constant- AM	Carpinteiro	
Vanderci de Andrade Aguilera	16/05/2011 E 05/09/2011	007/2-MSAN	F	32	I	Benjamin Constant-AM	7º Série completa	casada	Atendente de loja e doméstica	Mãe: Benjamin Constant- AM	Do lar	- Entrevista realizada em duas etapas. Na primeira etapa houveram problemas na gravação e na segunda a informante foi até a localidade de Tabatinga para a realização do inquérito.
										Pai: Benjamin Constant- AM	Agricultor	
										Cônjuge: Benjamin Constant- AM	Mototáxi	
Vanderci de Andrade Aguilera	16/05/2011	007/3-JRF	M	52	II	Benjamin Constant-AM	5º Série	casado	Artífice	Mãe: Comunidade Rio Branco- Atalaia do Norte	Doméstica	- Atalaia do Norte (cidade onde os familiares nasceram), pertenceu a Benjamin Constante até 19 de dezembro de 1955 e fica a 26km de Benjamin Constant.
										Pai: Comunidade Rio Branco- Atalaia do Norte	Motorista fluvial	
										Cônjuge: Comunidade Rio Branco- Atalaia do Norte	Funcionária pública	
Vanderci de Andrade Aguilera	16/05/2011	007/4-MNCB	F	50	II	Comunidade Seringal Boa Esperança- Benjamin Constant	7º Série	casada	Comerciante	Avó: Seringal Boa Esperança	Do lar	- A informante foi criada pelos avós. Seus pais são naturais do Seringal Boa Esperança.
										Avô: Cearense	Enfermeiro prático	
										Cônjuge: Comunidade Rio Pixito- Município de Atalaia do Norte.	Operador de Máquina	

Fonte: Elaborado pela autora com base nas fichas de informantes do Projeto ALiB.

Dados dos informantes localizados em Humaitá/AM/008/ALiB

Inquiridor	Data inquérito	Nº/ nome informante	Sexo	Idade	Faixa Etária	Naturalidade	Grau de escolaridade	Estado civil	Profissão	Naturalidade dos pais e cônjuge	Profissão dos pais	Observações
INTERIOR- ENSINO FUNDAMENTAL												
Fabiane Cristina Altino	16/05/2011	008/1-EML	M	21	I	Humaitá- AM	5º Série incompleta	casado	Ajudante de pedreiro	Mãe: Carapanatuba-Humaitá- AM	Cozinheira e zeladora	-
										Pai: Humaitá- AM	Pedreiro	
										Cônjuge: Humaitá-AM	Do lar	
Fabiane Cristina Altino	24/11/2005	008/2-VSP	F	17 anos e 8 meses	I	Humaitá- AM	5º Série	casada	Doméstica	Mãe: Carapanatuba-Humaitá- AM	Desconhece	- Foi criada pela avó no interior do município.
										Pai: Humaitá- AM	Desconhece	
										Sem registro	Pedreiro	
Fabiane Cristina Altino	15/05/2011	008/3-NMGF	M	52	II	Lago Pupunhas-Humaitá- AM	8º Série	casado	Operador de Rádio Amador	Mãe: Humaitá- AM	Do lar	-
										Pai: Humaitá- AM	Agricultor	
										Cônjuge: Ceará- CE	Autônoma	
Fabiane Cristina Altino	16/05/2011	008/4-MSG	F	49 anos e 11 meses	II	Uriabiara-Humaitá- AM	7º série	viúva	Cabeleireira e doméstica	Mãe: Uriabiara-Humaitá- AM	Trabalha na roça	- Viveu no município por 2/3 da vida. - Morou em Itaguatiara (Interior do Amazonas) por 6 anos. - Morou em Manaus por mais 6 anos.
										Pai: Uriabiara-Humaitá- AM	Trabalha na seringa	
										Cônjuge: Três Casas Humaitá- AM	Soldador e vigilante	

Fonte: Elaborado pela autora com base nas fichas de informantes do Projeto ALiB.

Dados dos informantes localizados em Soure/PA/009/ALiB

Inquiridor	Data inquérito	Nº/ nome informante	Sexo	Idade	Faixa Etária	Naturalidade	Grau de escolaridade	Estado civil	Profissão	Naturalidade dos pais e cônjuge	Profissão dos pais	Observações
INTERIOR - ENSINO FUNDAMENTAL												
Inq.: Alcides Fernandes de Lima; Aux.: Abdelhak Razky e Marilucia Oliveira	27/11/2004	009/1-CRSN	M	18	I	Soure-PA	6º Série	solteiro	Voluntário em um Instituto Social	Mãe: Soure- PA Pai: Soure- PA -	Dona de casa Médico inseminação -	-
Inq.: Alcides Fernandes de Lima; Aux.: Abdelhak Razky	30/04/2005	009/2-RE	F	20	I	Soure-PA	6º Série	Vive com o companheiro há três meses	Do lar	Mãe: Soure- PA Pai: Soure- PA Cônjuge: Soure- PA	Doméstica Func. Público Pescador	- Saiu de Soure somente a passeio. - A informante tinha uma criança de colo. Para fazer a gravação, ela deixou o filho com uma senhora em outra parte da pousada. Evelylin esteve o tempo todo impaciente, preocupada com o filho. Nós perguntamos a ela se queria parar, mas ela dizia que estava tudo bem, que podíamos continuar. - Depois, conversando com Razky, chegamos a admitir a possibilidade de refazermos este inquérito.
Inq.: Alcides Fernandes de Lima; Aux.: Abdelhak Razky e Marilucia Oliveira	27/11/2004	009/3-MPMV	M	57	II	Soure-PA	3º Série	casado	Ferreiro e marceneiro	Mãe: Belém- PA Pai: Soure- PA Cônjuge: Cachoeira do Arari (cidadezinha da Ilha Marajó, próximo a Soure)	Doméstica Marceneiro Doméstica	-
Inq.: Alcides Fernandes de Lima; Aux.: Abdelhak Razky	30/04/2005	009/4-ARJS	F	60	II	Soure-PA	3º Série	casada	doméstica	Mãe: Soure- PA Pai: Cachoeira do Ariri (Município da Ilha Marajó) Cônjuge: Soure- PA	Doméstica Vaqueiro Carpinteiro Naval	- Saiu da localidade somente a passeio; - A informante foi morar com a avó aos 5 anos de idade.

Fonte: Elaborado pela autora com base nas fichas de informantes do Projeto ALiB.

Dados dos informantes localizados em Óbidos/PA/010/ALiB

Inquiridor	Data inquérito	Nº/ nome informante	Sexo	Idade	Faixa Etária	Naturalidade	Grau de escolaridade	Estado civil	Profissão	Naturalidade dos pais e cônjuge	Profissão dos pais	Observações
INTERIOR – ENSINO FUNDAMENTAL												
Inq.: Alcides Fernandes de Lima; Aux.: Abdelhak Razky	29/07/2006	010/1-EGS	M	29	I	Óbidos- PA	6º Série	solteiro	Técnico de som e eletricista; Também faz parte de uma banda musical.	Mãe: Óbidos- PA Pai: Óbidos- PA	Dona de casa Construtor Naval	-
Inq.: Alcides Fernandes de Lima; Aux.: Arlon Martins	30/07/2006	010/2-GMRS	F	29	I	Óbidos- PA	5º Série	Amasiada	Costureira	Mãe: Óbidos- PA Pai: Óbidos- PA Cônjuge: Óbidos- PA	Dona de casa Motorista Policial	- Passou cerca de 1 ano em Santarém, a passeio. - Houve um pouco de ruído de carros durante a entrevista, sendo necessário refazer algumas perguntas
Inq.: Alcides Fernandes de Lima; Aux.: Arlon Martins	01/08/2006	010/3-VSV	M	58	II	Óbidos- PA	4º Série	casado	Funcionário Público	Mãe: Óbidos- PA Pai: Óbidos- PA Cônjuge: Óbidos- PA	Agricultora Agricultor Professora	-
Inq.: Alcides Fernandes de Lima; Aux.: Arlon Martins	31/07/2006	010/4-SRF	F	60	II	Óbidos- PA	5º Série	viúva	Do lar	Mãe: Óbidos- PA Pai: Alenquer (município vizinho) Cônjuge: Juriti (município vizinho)	Do lar Lavrador Funcionário público	- Passou 2 anos em Manaus quando tinha cinco anos de idade.

Fonte: Elaborado pela autora com base nas fichas de informantes do Projeto ALiB.

Dados dos informantes localizados em Almeirim/PA/011/ALiB

Inquiridor	Data inquérito	Nº/ nome informante	Sexo	Idade	Faixa Etária	Naturalidade	Grau de escolaridade	Estado civil	Profissão	Naturalidade dos pais e cônjuge	Profissão dos pais	Observações
INTERIOR – ENSINO FUNDAMENTAL												
Inq.: Alcides Fernandes de Lima; Aux.: Arlon Martins	07/08/2006	011/1-ESA	M	17	I	Almeirim- PA	7º Série (cursando)	solteiro	Estudante	Mãe: Almeirim- PA	Dona de casa	-
										Pai: Almeirim- PA	Trabalhador autônomo (pintor, carpinteiro e pedreiro)	
										-	-	
Inq.: Alcides Fernandes de Lima; Aux.: Arlon Martins	06/08/2006	011/2-MPAF	F	17	I	Almeirim- PA	Cursando supletivo (7º/8º série)	Amasiada	Balconista	Mãe: Almeirim- PA	Auxiliar de enfermagem	-
										Pai: Almeirim- PA	Motorista	
										Cônjuge: Almeirim- PA	Mototáxi	
Inq.: Alcides Fernandes de Lima; Aux.: Arlon Martins	06/08/2006	011/3-ACMF	M	65	II	Almeirim- PA	5º Série Fez curso de técnico em agrícola	casado	Vigilante sanitário	Mãe: Gurupá (região próxima)	Do lar	- Passou 3 anos no garimpo (em uma região próxima ao município que reside)
										Pai: Cearense	Seringueiro	
										Cônjuge: Almeirim- PA	Funcionária Pública	
Inq.: Alcides Fernandes de Lima; Aux.: Arlon Martins	06/08/2006	011/4-MEPS	F	60	II	Porto de Moz (município vizinho)	5º serie	casada	Do lar	Mãe: Porto de Moz	Lavradora	- A informante nasceu no município vizinho, mas foi para Almeirim ainda bebê.
										Pai: Porto de Moz	Lavrador	
										Cônjuge: Nordeste (foi para a região ainda criança)	Rádio técnico	

Fonte: Elaborado pela autora com base nas fichas de informantes do Projeto ALiB.

Dados dos informantes localizados em Belém/PA/012/ALiB

Inquiridor	Data do inquérito	Nº/ nome do informante	Sexo	Idade	Faixa Etária	Naturalidade	Grau de escolaridade	Estado civil	Profissão	Naturalidade pais e cônjuge	Profissão pais	Observações
CAPITAL- ENSINO FUNDAMENTAL												
Inq.: Alcides Fernandes de Lima; Aux.: Abdelhak Razky	04/2005	012/1-MSO	M	19	I	Belém- PA	Cursando supletivo (5º/ 6º série)	solteiro	Estudante	Mãe: Belém- PA	Doméstica	- Passou 3 meses em castanhal (cidade a 50 min. De carro de Belém, em 2004).
										Pai: Belém- PA	Segurança	
Inq.: Alcides Fernandes de Lima; Aux.: Marilucia Oliveira e Arlon Martins.	25/05/2005	012/2-DMMS	F	22	I	Belém- PA	Cursando supletivo (7º/8º ano)	solteira	Estudante	Mãe: Belém- PA	Do lar	- Viajou algumas vezes para Salinas (cidade do nordeste do Pará, a cerca de 2h30 de ônibus de Belém), a casa pertencia ao avô, eles viajando para cuidar da casa. - O inquérito foi interrompido duas vezes por outras pessoas. - Morou com os pais até os 10 anos de idade, a partir disto conviveu somente com a mãe e avôs.
										Pai: Belém- PA	Pedreiro	
Inq.: Alcides Fernandes de Lima; Aux.: Arlon Martins	27/07/2005	012/3- CFA	M	59	II	Belém- PA	4º Série	casado	Autônomo fretista	Mãe: Belém- PA	Comerciante	- Saiu da cidade somente a passeio, para o Piauí e dentro do estado Do Pará.
										Pai: Igaré-Açu (1h30 de Belém)	Comerciante	
										Cônjuge: Belém- PA	Contabilista	
Inq.: Alcides Fernandes de Lima; Aux.: Arlon Martins	05/08/2005	012/4- CAS	F	64	II	Belém- PA	5º Série	casada	Do Lar	Mãe: Belém- PA	Comerciante	- Passou dois meses no Rio de Janeiro; - A entrevista foi interrompida uma vez pela chegada dos familiares da informante.
										Pai: Belém- PA	Comerciante	
										Cônjuge: Belém- PA	Bancário	
CAPITAL- ENSINO UNIVERSITÁRIO												
Inq.: Alcides Fernandes de Lima;	16/06/2004	012/5-LAR	M	29	I	Belém- PA	Curso Universitário de Geografia	solteiro	Geógrafo e professor Universitário	Mãe: Belém- PA	Do lar	- Passou 1 ano em presidente Prudente (SP), nos anos de 2002-2003;
										Pai: Belém- PA	Contador	

Aux.: Abdelhak Razky e Marilucia Oliveira							- Está concluindo mestrado					
Inq.: Alcides Fernandes de Lima; Aux.: Abdelhak Razky	05/10/2004	012/6-RSD'AC	F	24	I	Belém- PA	Formada em Psicologia - Está realizando especialização na sua área.	solteira	Prestadora de serviços para empresas da localidade na área de assessoria/ consultoria de recursos humanos.	Mãe: Belém- PA	Funcionária pública	- Passou cerca de 8 meses em Macapá, no ano de 1985, nessa época ele tinha 5 anos de idade.
										Pai: Belém- PA	Bancário	
Inq.: Alcides Fernandes de Lima; Aux.: Abdelhak Razky	09/12/2004	012/7-GTM	M	50	II	Belém- PA	Licenciado em História	casado	Professor da Rede pública no estado.	Mãe: Belém- PA Pai: Belém- PA	Doméstica Motorista	- Morou em Óbidos-PA nos anos de 1983-1989. - A entrevista foi interrompida duas vezes por uma colega de trabalho que entrou na sala.
										Cônjuge: Belém- PA	Engenheira Agrônoma	
Inq.: Mariluce Oliveira; Aux.: Arlon Martins	05/08/2005	012/8-MAMC	F	51	II	Belém- PA	Universitário Ensino Médio completo - Fez especialização.	casada	Professora de Educação Especial	Mãe: Belém- PA Pai: Belém- PA	Do lar Bancário e motorista	- Informante atua na formação de professores.
										Cônjuge: Belém- PA	Comerciante e bancário	

Fonte: Elaborado pela autora com base nas fichas de informantes do Projeto ALiB.

Dados dos informantes localizados em Bragança/PA/013/ALiB

Inquiridor	Data inquérito	Nº/ nome informante	Sexo	Idade	Faixa Etária	Naturalidade	Grau de escolaridade	Estado civil	Profissão	Naturalidade dos pais e cônjuge	Profissão dos pais	Observações
INTERIOR - ENSINO FUNDAMENTAL												
Inq.: Alcides Fernandes de Lima; Aux.: Abdelhak Razky	08/08/2005	013/1-NCSC	M	21	I	Bragança- PA	7º Série	solteiro	Do lar	Mãe: Bragança- PA	Secretária	- A gravação foi parada algumas vezes por conta de um cachorro latindo muito.
										Pai: Bragança- PA	Agricultor	
Inq.: Alcides Fernandes de Lima; Aux.: Arlon Martins e Abdelhak Razky	06/08/2005	013/2-LRS	F	19	I	Bragança- PA	7º Série	solteira	Lanchonete	Mãe: Bragança- PA	Servente escola pública	- O informante tem 14 irmãos, alguns moram no interior do município de Bragança e outros moram no núcleo urbano.
										Pai: Bragança- PA	Autônomo	
Inq.: Alcides Fernandes de Lima; Aux.: Abdelhak Razky	08/08/2005	013/3-BGR	M	51	II	Bragança- PA	4º Série Fez curso de guarda municipal	solteiro	Guarda municipal	Mãe: Bragança- PA	Lavrador	- Morou 6 anos em Ananindeu (na época, bairro de Belém), há mais de 15 anos.
										Pai: Bragança- PA	Carpinteiro	
Inq.: Alcides Fernandes de Lima; Aux.: Abdelhak Razky e Adriana Feitosa	07/08/2005	013/4-MLCS	F	61	II	Bragança- PA	1º Série	casada	Do lar, Costureira, e Lavoura	Mãe: Não lembra	Lavrador	- Passou 1 ano e 3 meses em Belém, a trabalho. - A informante morava com 24 pessoas (filhos e netos).
										Pai: Bragança- PA	Lavrador	
										Cônjuge: Bragança- PA	Vigia	

Fonte: Elaborado pela autora com base nas fichas de informantes do Projeto ALiB.

Dados dos informantes localizados em Altamira/PA/014/ALiB

Inquiridor	Data inquérito	Nº/ nome informante	Sexo	Idade	Faixa Etária	Naturalidade	Grau de escolaridade	Estado civil	Profissão	Naturalidade dos pais e cônjuge	Profissão dos pais	Observações
INTERIOR - ENSINO FUNDAMENTAL												
Não registrado	Não registrado	014/1-ODSB	M	30	I	Altamira- PA	8º Série	Outro	Auxiliar de Serviços Gerais; pedreiro e carpinteiro	Mãe: Altamira- PA Pai: Macapá- AP Cônjuge: Não informado	Do lar Agricultor Empregada doméstica	-
Não registrado	Não registrado	014/2-MNM	F	30	I	Altamira- PA	2º Série	Outro	Empregada doméstica	Mãe: Altamira- PA Pai: Ceará Cônjuge: Altamira- PA	Agricultora Agricultor Vigilante e pescador	- O cônjuge nasceu no Ceará, mas foi morar em Altamira desde os 20 anos de idade.
Não registrado	Não registrado	014/3-MOS	F	65	II	Altamira- PA	5º Série	Casada	Empregada doméstica	Mãe: ACRE Pai: desconhece Cônjuge: Não informado	Do lar Não informado Pescador	- Mãe nasceu no Acre, mas foi criada no Ceará.
Não registrado	Não registrado	014/4-RNGS	M	55	II	Altamira- PA	Fund. completo	Casado	Pescador	Mãe: Acre Pai: Possivelmente Goiano Cônjuge: Altamira- PA	Agricultora Agricultora Agricultora	- Mãe nasceu no Acre e chegou a Altamira quando tinha 05-07 anos de idade.

Fonte: Elaborado pela autora com base nas fichas de informantes do Projeto ALiB.

Dados dos informantes localizados em Marabá/PA/015/ALiB

Inquiridor	Data inquérito	Nº/ nome informante	Sexo	Idade	Faixa Etária	Naturalidade	Grau de escolaridade	Estado civil	Profissão	Naturalidade dos pais e cônjuge	Profissão dos pais	Observações
INTERIOR - ENSINO FUNDAMENTAL												
Não registrado	Não registrado	015/1-EVC	M	18	I	Marabá- PA	5º Série do Fundamental	Solteiro	Estudante	Não registrado	Não registrado	-
										Não registrado	Não registrado	
Inq.: Marilucia B. Oliveira e Adriana Aux.: Eneida P. Fernandes	17/06/2006	015/2-JMN	F	57	II	Marabá- PA	Fund. Completo	Solteira	Não registrado	Mãe: Belém- PA Pai: Piauí/ Minas Gerais	Do lar Pescador	- Saiu da cidade somente a passeio.
										Cônjuge: Não registrado	Motorista	
Inq.: Marilucia B. Oliveira e Adriana Aux.: Eneida P. Fernandes	06/2007	015/3-MAS	F	30	I	Marabá- PA	5º Série	Solteira	Frentista	Não registrado	Não registrado	-Morou um tempo em Manaus. Seu ex-marido trabalhava lá.
										Não registrado	Não registrado	
Inq.: Marilucia B. Oliveira e Adriana Aux.: Eneida P. Fernandes	06/2007	015/4-DGA	M	54	II	Marabá- PA	2º Série	Solteiro	Trabalha no clube náutico	Mãe: do lar	Não registrado	- Morou com os pais até os 6 anos de idade, depois eles o mandaram para morar com um senhor chamado Juscelino.
										Pai: Pescador, Agricultor, Garimpeiro e comerciante	Não registrado	

Fonte: Elaborado pela autora com base nas fichas de informantes do Projeto ALiB.

Dados dos informantes localizados em Jacareacanga/PA/016/ALiB

Inquiridor	Data inquérito	Nº/ nome informante	Sexo	Idade	Faixa Etária	Naturalidade	Grau de escolaridade	Estado civil	Profissão	Naturalidade dos pais e cônjuge	Profissão dos pais	Observações
INTERIOR - ENSINO FUNDAMENTAL												
Não registrado	Não registrado	016/1-JRV	F	64	II	Jacareacanga-PA	4º Série	Solteira	Agricultora, doméstica	Mãe: Jacareacanga-PA	Costureira	- Não foi criada pelos pais
										Pai: Jacareacanga-PA	Ferreiro	
										Cônjuge: Jacareacanga-PA	Mecânico	
Não registrado	Não registrado	016/2-VSS	M	30	I	Jacareacanga-PA	6º Série	Casado	Prestador de serviços na prefeitura	Mãe: Santarém- PA	Doméstica	- Não foi criado pelos pais, mas pela avó materna, Avó e Avô são de Jacareacanga-PA.
										Pai: Ceará	Pescador	
										Cônjuge: Santarém-PA	Enfermeira	
Não registrado	Não registrado	016/3-GBF	F	20	I	Jacareacanga-PA	8º Série	Solteira	Não registrado	Mãe: Santarém- PA	Doméstica	- A mãe nasceu em Santarém- PA, mas mora em Jacareacanga desde os 12 anos. - A inf. Morou e Santarém- PA, durante 1 anos para estudar.
										Pai: Jacareacanga-PA	Servidor municipal	
Não registrado	Não registrado	016/4-RGS	M	54	II	Jacareacanga-PA	4º Série	Casado	Agricultor	Mãe: Jacareacanga-PA	Doméstica	- Morou a trabalho durante 15 anos na localidade de Cuiú-Cuiú, próximo a Itaituba- PA e está de volta em Jacareacanga há 4 anos.
										Pai: Cametá- PA	Seringueiro	
										Cônjuge: Santarém-PA	Doméstica	

Fonte: Elaborado pela autora com base nas fichas de informantes do Projeto ALiB.

Dados dos informantes localizados em Conceição do Araguaia/PA/017/ALiB

Inquiridor	Data inquérito	Nº/ nome informante	Sexo	Idade	Faixa Etária	Naturalidade	Grau de escolaridade	Estado civil	Profissão	Naturalidade dos pais e cônjuge	Profissão dos pais	Observações
INTERIOR- ENSINO FUNDAMENTAL												
Greize Silva Coreli	07/03/2011	017/1-SKDG	M	17	I	Conceição do Araguaia- PA	8º Série	solteiro	Não trabalha	Mãe: Conceição do Araguaia- PA	Serviços gerais	- Morou quando bebê de 1 aos 4 anos de idade em Paraíso do Tocantins- TO com os pais.
										Pai: Conceição do Araguaia- PA	Pedreiro	
										-	-	
Greize Silva Coreli	07/03/2011	017/2-LCS	F	25	I	Conceição do Araguaia- PA	7º Série	outro	Do lar	Mãe: Conceição do Araguaia- PA	Serviços gerais-merendeira	- Pais separados, o cunhado respondeu à questão 064- QSL.
										Pai: Pernambuco-	Carpinteiro	
										Cônjuge: Conceição do Araguaia- PA	Serviços gerais	
Inq.: Greize Silva Coreli Aux.: Aparecida Negri Isquerdo	06/03/2011	017/3-RDG	M	56	II	Conceição do Araguaia- PA	6º Série	casado	Pescador	Mãe: Conceição do Araguaia- PA	Do lar	-
										Pai: Conceição do Araguaia- PA	Barqueiro	
										Cônjuge: Santa Inês- MA	Do lar	
Inq.: Greize Silva Coreli Aux.: Aparecida Negri Isquerdo	07/03/2011	017/4-LRB	F	49	II	Conceição do Araguaia- PA	8º Serie	solteira	Doméstica	Mãe: Conceição do Araguaia- PA	Do lar	- Morou 1 ano em Goiânia com seu esposo.
										Pai: Conceição do Araguaia- PA	Pescador	
										-		

Fonte: Elaborado pela autora com base nas fichas de informantes do Projeto ALiB.

Dados dos informantes localizados em Itaituba/PA/018/ALiB

Inquiridor	Data inquérito	Nº/ nome informante	Sexo	Idade	Faixa Etária	Naturalidade	Grau de escolaridade	Estado civil	Profissão	Naturalidade dos pais e cônjuge	Profissão dos pais	Observações
INTERIOR- ENSINO FUNDAMENTAL												
Inq.: Alcides Fernandes de Lima Aux.: Rosimar Souza Costa	11/06/2011	018/1- RRC	M	25	I	Itaituba- PA	4º Série	Amigado	Trabalha na roça e como pedreiro	Mãe: Óbidos- PA	Garimpeira	-O informante não foi criado pelos pais. Sua mãe ficava mais no garimpo e não conheceu seu pai biológico. - Foi criado por suas primas que moravam em Itatuba; - Morou em Óbidos por 4 anos. - A mãe nasceu em Óbidos- PA, mas foi criada em Itaituba- PA.
										Pai: Pernambuco	Garimpeiro	
										Cônjuge: Itaituba- PA	Trabalha na roça e cuida do lar	
Inq.: Alcides Fernandes de Lima Aux.: Rosimar Souza Costa	10/06/2011	018/2- MABS	F	26	I	Itaituba- PA	4º Série	União estável	Autônoma, realiza cobrança	Mãe: Itaituba- PA	Garimpeira	- O esposo ficou observando a entrevista, e em certo momento respondeu uma das perguntas.
										Pai: Itaituba- PA	Garimpeiro	
										Cônjuge: Maranhão	Autônomo (cobrador)	
Inq.: Alcides Fernandes de Lima Aux.: Rosimar Souza Costa	09/06/2011	018/3- ARPA	M	52	II	Itaituba- PA	4º Série	Casado	Mecânico e eletricista Já trabalhou como aux. Adm. Em farmácia e também como enfermeiro.	Mãe: Itaituba- PA	Costureira	- A esposa nasceu no MT, mas foi para Itatuba quando tinha 16/17 anos de idade; - O informante já passou 6 meses em Macapá.
										Pai: Itaituba- PA	Mecânico e eletricista	
										Cônjuge: Mato Grosso	Professora	
Inq.: Alcides Fernandes de Lima Aux.: Rosimar Souza Costa	11/06/2011	018-4- MPC	F	64	II	Itaituba- PA	1º Série	Casada	Trabalhou na roça, hoje é aposentada	Mãe: Ceará -CE	Seringueira e agricultora	- A mãe acompanhava o marido para o seringal e nos serviços de agricultura; - A sobrinha que estava acompanhando o inquérito tentou responder uma pergunta para sua tia.
										Pai: Piauí- PI	Seringueiro e agricultor	
										Cônjuge: Itaituba- PA	Agricultor	

Fonte: Elaborado pela autora com base nas fichas de informantes do Projeto ALiB.

Dados dos informantes localizados em Cruzeiro do Sul/AC/019/ALiB

Inquiridor	Data inquérito	Nº/ nome informante	Sexo	Idade	Faixa Etária	Naturalidade	Grau de escolaridade	Estado civil	Profissão	Naturalidade dos pais e cônjuge	Profissão dos pais	Observações
INTERIOR- ENSINO FUNDAMENTAL												
Carla Regina de Souza	23/11/2005	019/1- JSS	M	21	I	Cruzeiro do Sul- AC	6º Série	solteiro	Açougueiro	Mãe: Cruzeiro do Sul- AC	Professora	- Pai do informante mudou para Cruzeiro do Sul com 15 anos.
										Pai: Tarauacá- AC	Operador de máquinas	
Carla Regina de Souza	24/11/2005	019/2- EGS	F	26	I	Cruzeiro do Sul- AC	6 Série	solteiro	Zeladora na prefeitura	Mãe: Cruzeiro do Sul- AC	Funcionária pública	- Foi criada com os pais até os 9 anos, depois começou a trabalhar de doméstica morando às vezes na casa onde trabalhava.
										Pai: Cruzeiro do Sul- AC	Aposentado/ Agricultor	
Aparecida Negri Isquerdo	24/11/2005 e 25/11/2005	019/3- RSO	M	63	II	Cruzeiro do Sul- AC	4º Série	casado	Seringueiro, motorista de caminhonete (frete) pescador e mecânico.	Mãe: Seringal Lagoinha- Cruzeiro do Sul- AC	Do lar	- O inf. não estava trabalhando na época do inq. por motivo de doença. - Morou até os 30 anos no seringal Lagoinha- AC
										Pai: Seringal Lagoinha- Cruzeiro do Sul- AC	Seringueiro	
										Cônjuge: Seringal Lagoinha- Cruzeiro do Sul- AC	Do lar	
Inq.: Carla Regina de Souza Aux.: Aparecida Negri	23/11/2005	019/4- FSA	F	59	II	Cruzeiro do Sul- AC	Projeto Minerva- 1º -4º Série	casado	Empregada domestica	Mãe: Cruzeiro do Sul- AC	Do lar	- Morou em Fortaleza – CE (Colégio interno, dos 6 aos 13 anos), em virtude de doença do pai, depois mudou-se para Cruzeiro do Sul. - Houve intervenções sonoras na hora do inquérito.
										Pai: Cruzeiro do Sul- AC	Agricultor	
										Cônjuge: Cruzeiro do Sul- AC	Agricultor	

Fonte: Elaborado pela autora com base nas fichas de informantes do Projeto ALiB.

Dados dos informantes localizados em Rio Branco/AC/020/ALiB

Inquiridor	Data do inquérito	Nº/ nome do informante	Sexo	Idade	Faixa Etária	Naturalidade	Grau de escolaridade	Estado civil	Profissão	Naturalidade pais e cônjuge	Profissão dos pais	Observações
CAPITAL- ENSINO FUNDAMENTAL												
Carla Regina de Souza	27/11/2005	020/1- ARS	M	18	I	Rio Branco- AC	5º Série Cursando EJA	solteiro	Vendedor	Mãe: Rio Branco- AC	Assessora	-
										Pai: Rio Branco- AC	Parlamentar/ aposentada Policial	
Carla Regina de Souza	29/11/2005	020/2- LDS	F	30	I	Rio Branco- AC	3º Série	solteiro	Serviços gerais	Mãe: Rio Branco- AC	Do lar	- Houve intervenção externa, pois na sala em que a entrevista foi realizada havia um orelhão à disposição dos funcionários. - O texto final não foi lido, por escassez de tempo.
										Pai: Rio Branco- AC	Vigia	
Carla Regina de Souza	30/11/2005	020/3- JHAN	M	63	II	Tarauacá- AC	4º Série	casado	Agente de polícia aposentado	Mãe: Tarauacá- AC	Professora/ Comerciante	- Até os 18 anos viveu no município de Tarauacá, há 360 km de Rio Branco. - O inf. se negou a ler a parábola.
										Pai: Tarauacá- AC	Policial	
										Cônjuge: Brasília- AC	Auxiliar de enfermagem	
Aparecida Negri Isquerdo	29/11/2005	020/4- MAS	F	59	II	Boca do Acre- AM	4º Série	separada	Funcionária pública- auxiliar de serviços diversos	Mãe: Boca do Acre- AC	Do lar	- Houve uma interrupção por chegada de pessoas na casa da informante. - Boca do Acre- Seringal situado no atual município de Boca do Acre (antigo território do Acre). Após a Revolução acreana, na nova divisão política do território, o município passou a pertencer à Amazônia. É

													situado na fronteira do Acre com a Amazônia (divididos pelo Rio Acre). Distante de Rio Branco cerca de 100 Km, o contato da população continuou com Rio Branco – Acre, pois o município fica distante de centros urbanos da Amazônia, em virtude das dificuldades de locomoção, a população considera-se mais acreana que amazonense.
											Pai: Boca do Acre-AC	Agricultor	
CAPITAL- ENSINO UNIVERSITÁRIO													
Carla Regina de Souza	28/11/2005	020/5- TCB	M	25	I	Rio Branco- AC	Advogado	solteiro	Advogado	Mãe: Rio Branco-AC Pai: Rio Branco-AC	Professora Professor		- Morou em Franca- SP, durante 4 anos para fazer faculdade. - Rio de Janeiro- RJ, morar com os pais.
Carla Regina de Souza	29/11/2005	020/6- JSF	F	29	I	Rio Branco- AC	Secretária do Estado	casada	Administração e Secretariado	Mãe: Rio Branco-AC Pai: Rio Branco-AC Cônjuge: Rio Branco- AC	Engenheira agrônoma Engenheiro agrônomo Professor		- Estudou 1 ano em Fortaleza. - O inq. teve algumas interrupções por conta do local que foi efetuado. - A inf. foi criada com a avó, pois seus pais faleceram quando ela tinha 6 meses.
Aparecida Negri Isquerdo	28/11/2005	020/7- LPF	M	52	II	Rio Branco- AC	Universitário	casado	Coordenador Pedagógico	Mãe: Rio Branco-AC Pai: Rio Branco-AC Cônjuge: Rio Branco- AC	Do lar Mecânico Funcionária pública		- Houveram interrupções durante o inquérito por conta do local em que foi realizado.
Aparecida Negri Isquerdo	29/11/2005	020/8-ADVF	F	54	II	Rio Branco- AC	Pedagogia	casada	Diretoria do CEJA e Coordenadora	Mãe: Rio Branco-AC Pai: Rio Branco-AC Cônjuge: Rio Branco- AC	Do lar Fazendeiro/ aposentado Tecnólogo em agricultura		- Morou em Brasília durante 02 anos. - Até os 15 anos, morou em um seringal. - A partir dos 10 anos estudou em colégioC interno em Rio Branco.

Fonte: Elaborado pela autora com base nas fichas de informantes do Projeto ALiB.

Dados dos informantes localizados em Porto Velho/RO/021/ALiB

Inquiridor	Data do inquérito	Nº/ nome do informante	Sexo	Idade	Faixa Etária	Naturalidade	Grau de escolaridade	Estado civil	Profissão	Naturalidade pais e cônjuge	Profissão pais	Observações
CAPITAL- ENSINO FUNDAMENTAL												
Carla Regina de Souza	20/11/2005	021/1- RNSL	M	22	I	Porto Velho -RO	4º Série	casado	Serralheiro, pedreiro	Mãe: Porto Velho – RO Pai: Porto Velho – RO Cônjuge: Porto Velho – RO	Do lar Pedreiro Do lar	-
Inq.: Aparecida Negri Aux.: Carla Regina de Souza	19/11/2005	021/2- ARS	F	19	I	Porto Velho -RO	7º Série	outro	Do lar	Mãe: Ji-Paraná- RO Pai: Porto Velho – RO Cônjuge: Porto Velho – RO	Babá Serralheiro Madeireiro	- Teve dificuldade de responder muitas questões, algumas foram obtidas por indução.
Inq.: Carla Regina de Souza Aux.: Aparecida Negri Isquerdo	18/11/2005	021/3- SAC	M	65	II	Porto Velho -RO	3º Série	casado	Ferrovário aposentado	Mãe: Porto Velho – RO Pai: Belém do Pará Cônjuge: Porto Velho – RO	Do lar Ferroviário Secretária	- Houve barulho no ambiente de inquérito.
Carla Regina de Souza	18/11/2005	021/4- EAS	F	52	II	Porto Velho -RO	2º Série	casada	Cozinheira e copeira em hotel	Mãe: Papagaio- AM Pai: Papagaio- AM Cônjuge: Porto Velho- RO	Doméstica Agricultor Motorista aposentado	- Os pais do informante são do Amazonas, mas ambos vieram crianças para Porto Velho- RO. - Ressaltaram que nordestinos, amazonenses, paraenses, dentre outros vieram para a cidade para trabalhar na Ferrovia Mamoré ou em seringais.
CAPITAL- ENSINO UNIVERSITÁRIO												
Inq.: Carla Regina de Souza Aux.:	21/11/2005	021/5- ICS	M	23	I	Porto Velho -RO	Biologia	solteiro	Trabalho de pesquisa vinculados a uma ONG em RO,	Mãe: Porto Velho – RO Pai: Porto Velho – RO	Do lar Funcionário publico	-

Aparecida Negri Isquerdo									laboratorista e professor			
Inq.: Carla Regina de Souza Aux.: Aparecida Negri Isquerdo	10/11/2008	021/6-PCSG	F	22	I	Porto Velho -RO	Biologia	casada	Não exerce a profissão	Mãe: Seringal São Miguel- RO	Camareira	- Houve interrupções para atender o telefone e dar atenção aos filhos. - Por motivos técnicos foi feito a regravação das perguntas 01-63-QSL.
										Pai: Porto Velho-RO	Não informado	
										Cônjuge: Colatina-ES	Comerciante	
Aparecida Negri Isquerdo	20/11/2005	021/7-ELN	M	49	II	Porto Velho -RO	Universitário	solteiro	Professor universitário	Mãe: Bolívia	Do lar	- Morou 4 anos em Belém. - Mãe veio para Porto Velho com 10 anos de idade. - Pai: veio para Porto Velho com 17 anos de idade.
										Pai: Paraíba	Ferrovário	
Aparecida Negri Isquerdo	03/05/2013	021/8-MEFB	F	56	II	Rio Branco- AC	Ciências Econômicas	outro	Economista	Mãe: Rio Branco-AC	Do lar	- Morou no Rio de Janeiro por 4 anos para estudar (13 aos 16) - Morou em Belém por 8 anos para estudar (17-24)
										Pai: Boca do Acre-AM	Industrial	

Fonte: Elaborado pela autora com base nas fichas de informantes do Projeto ALiB.

Dados dos informantes localizados em Guajará-Mirim/RO/022/ALiB

Inquiridor	Data inquérito	Nº/ nome informante	Sexo	Idade	Faixa Etária	Naturalidade	Grau de escolaridade	Estado civil	Profissão	Naturalidade dos pais e cônjuge	Profissão dos pais	Observações
INTERIOR- ENSINO FUNDAMENTAL												
Carla Regina de Souza Figueiredo	21/06/2009	022/1- DBS	M	21	I	Guajará-Mirim- RO	Fund. Incompleto (tele-ensino)	casado	Mecânico	Mãe: Guajará-Mirim- RO	Costureira/ empresária	-
										Pai: Porto Velho	Vigilante	
										Cônjuge: Guajará-Mirim- RO	Bióloga	
Carla Regina de Souza Figueiredo	21/06/2009	022/2- LNG	F	23	I	Guajará-Mirim- RO	5º Série- EJA	solteira	Manicure	Mãe: Guajará-Mirim- RO	Do lar	- Houve intervenção de barulho externo.
										Pai: Porto Velho	Seringueiro	
Aparecida Negri Isquerdo	21/06/2009	022/3- RGS	M	56	II	Guajará-Mirim- RO	8º Série	casado	Servente de serviços gerais	Mãe: Guajará-Mirim- RO	Do lar	- Pai chegou em Rondônia com 15 anos de idade para o trabalho nos seringais e só retornou a Bahia já idoso uma única vez para visitar a mãe.
										Pai: Bahia	Ferrovário	
										Cônjuge: Guajará-Mirim- RO	Cabeleireira	
Aparecida Negri Isquerdo	21/06/2009	022/4- MPFF	F	59	II	Guajará-Mirim- RO	4º Série	casado	Do lar	Mãe: Ceará	Do lar	- A mãe veio para Guajará-Mirim com 15 anos e nunca mais teve contato com a família.
										Pai: Maranhão	Seringueiro	
										Cônjuge: Amazonas	Mecânico	

Fonte: Elaborado pela autora com base nas fichas de informantes do Projeto ALiB.

Dados dos informantes localizados em Pedro Afonso/TO/023/ALiB

Inquiridor	Data inquérito	Nº/ nome informante	Sexo	Idade	Faixa Etária	Naturalidade	Grau de escolaridade	Estado civil	Profissão	Naturalidade dos pais e cônjuge	Profissão dos pais	Observações
INTERIOR- ENSINO FUNDAMENTAL												
Greize Silva Poreli	13/03/2011	023/1- RMR	M	23	I	Pedro Afonso-TO	8º Série	solteiro	Pedreiro, sapateiro	Mãe: Pedro Afonso-TO	Auxiliar de serviços gerais	- Morou durante 3 meses em Miranorte-TO a trabalho. - Não conviveu com o pai - A resposta 58/QSL foi respondida por uma colega de trabalho.
										Pai: Bom Jesus/ ex-distrito de Pedro Afonso	Não registrado	
Greize Silva Poreli	12/03/2011	023/2- ORS	F	32	I	Pedro Afonso-TO	6º Série	solteira	Doméstica	Mãe: Pedro Afonso-TO	Lavadora	- Morou por 4 anos em Porto Nacional- TO, acompanhando o ex-marido. - Inf. com problemas de visão e por este motivo não leu os textos.
										Pai: Pedro Afonso-TO	Lavrador	
Aparecida Negri Isquerdo	12/03/2011	023/3- CLG	M	48	II	Pedro Afonso-TO	5º Série	casado	Motorista	Mãe: Pedro Afonso-TO	Merendeira	- Morou 6 anos em Rio Sono (70km de Pedro Afonso), a trabalho. - O pai faleceu quando o inf. tinha 12 anos.
										Pai: Floriano- PI	Marinheiro mercante	
										Cônjuge: Pedro Afonso- TO	Auxiliar administrativo	
Aparecida Negri Isquerdo	13/03/2011	023/4- NTQ	F	59	II	Pedro Afonso-TO	4º Série	casada	Doméstica	Mãe: Pedro Afonso-TO	Lavadeira	- Morou em Palmeri e Niterói de 12-15 anos.
										Pai: Floriano- PI	Comerciante	
										Cônjuge: Crateus-CE	Guarda	

Fonte: Elaborado pela autora com base nas fichas de informantes do Projeto ALiB.

Dados dos informantes localizados em Natividade/TO/024/ALiB

Inquiridor	Data inquérito	Nº/ nome informante	Sexo	Idade	Faixa Etária	Naturalidade	Grau de escolaridade	Estado civil	Profissão	Naturalidade dos pais e cônjuge	Profissão dos pais	Observações
INTERIOR- ENSINO FUNDAMENTAL												
Greize Silva Poreli	27/05/2011	024/1- APC	M	23	I	Natividade-TO	6º Série	solteiro	Serviços gerais- zona rural	Mãe: Natividade-TO	Lavradora	- Morou com os pais até os 13 anos, depois foi morar sozinho. - Houve interferências de barulho externo que atrapalhou um pouco a entrevista.
										Pai: Natividade-TO	Lavrador	
Greize Silva Poreli	27/05/2011	024/2- CRC	F	17	I	Natividade-TO	3º Série	solteira	Doméstica	Mãe: Natividade-TO	Lavradora	- Morou em Goiânia por 1 ano e 6 meses. - Em Porto Nacional por 5 meses e em Luiz Eduardo por 2 meses, a trabalho. - Os pais são separados há 7 anos. - Muito barulho externo.
										Pai: Natividade-TO	Lavrador	
Aparecida Negri Isquerdo	14/03/2011	024/3- BRF	M	59	II	Natividade-TO	4º Série	casado	Pedreiro	Mãe: Natividade-TO	Do lar	- Trabalhou por muito tempo na zona rural.
										Pai: Natividade-TO	Lavrador	
										Cônjuge: Natividade- TO	Do lar	
Aparecida Negri Isquerdo	15/03/2011	024/4- CCS	F	59	II	Natividade-TO	4º Série	viúva	Pensionista e vende pão caseiro	Mãe: Natividade-TO	Do lar	- Morou em fazenda quando tinha 17 anos com seu esposo para trabalhar. - A informante mora sozinha, pois é viúva e sua única filha (adotiva) mora em Goiânia.
										Pai: Natividade-TO	Lavrador	
										Cônjuge: Natividade- TO	Lavrador/ operador de britadeira	

Fonte: Elaborado pela autora com base nas fichas de informantes do Projeto ALiB.

ANEXOS

ANEXO A– Autorização para o uso dos dados documentados pelo projeto ALiB



DECLARAÇÃO

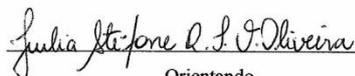
Ao utilizar dados do *corpus* do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (Projeto ALiB), como referencial empírico do trabalho de **mestrado** de Julia Stéfane Rodrigues Tosta Valente Oliveira, intitulado “DENOMINAÇÕES PARA PICADA E TRILHA NA REGIÃO NORTE DO BRASIL A PARTIR DOS DADOS DO PROJETO ALiB: UM ESTUDO DIATÓPICO E LÉXICO-SEMÂNTICO”, que desenvolvo sob a orientação de Beatriz Aparecida Alencar, membro da equipe Mato Grosso do Sul, com o aval de Jacyra Andrade Mota, membro do Comitê Nacional do Projeto ALiB,

DECLARO:

1. Estar ciente de que os materiais do Banco de Dados do **Projeto ALiB** a mim facultados não podem ser repassados, enquanto conjunto de dados, a outro(s) pesquisador(es) e/ou interessado(s) na matéria.
2. Ter pleno conhecimento de que a divulgação parcial ou final do trabalho deve ser sempre acompanhada da indicação da fonte (Banco de Dados do Projeto ALiB) e da citação do nome do orientador.
3. Autorizar que os resultados da análise por mim efetuada sejam utilizados nas publicações do Atlas Linguístico do Brasil, em quaisquer dos volumes que venham a integrar a coleção, mediante a indicação da fonte e a citação do meu nome.
4. Oferecer a minha contrapartida ao Atlas Linguístico do Brasil colaborando, quando solicitado, na transcrição de dados, catalogação e cópia de materiais e em outras atividades que não impliquem a pesquisa de campo.
5. Disponibilizar os dados transcritos (em Word ou em Excel), codificados e/ou tabulados (no programa de análise utilizado) ao Comitê Nacional do ALiB.

E por estar de acordo, firmo a presente DECLARAÇÃO que tem, também, o CIENTE do Orientador e de um membro do Comitê Nacional do Projeto ALiB, que será enviada ao Arquivo Nacional, na UFBA.

Salvador, 10 de abril de 2024.



Orientando



Orientador

Por Comitê Nacional do Projeto ALiB



REGISTRADO no Projeto ALiB sob nº 155

